

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

PRISCILA ROSA BANDEIRA DA COSTA

**O SENTIDO DIFERENCIADO DO DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO
DA POPULAÇÃO DE ITUETA, MG**

**VITÓRIA
2011**

PRISCILA ROSA BANDEIRA DA COSTA

**O SENTIDO DIFERENCIADO DO DESLOCAMENTO
COMPULSÓRIO DA POPULAÇÃO DE ITUETA, MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Orientador: Prof^a. Dr^a. Eneida Maria Souza Mendonça.

**VITÓRIA
2011**

**“O SENTIDO DIFERENCIADO DO
DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DA
POPULAÇÃO DE ITUETA - MG”**

Priscila Rosa Bandeira da Costa

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 30 de Agosto de 2011 por:



Prof.^ª. Dr.^ª. Eneida Maria Souza Mendonça – Orientadora - UFES



Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli – UFES



Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Monica Arroyo –USP

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C837s Costa, Priscila Rosa Bandeira da, 1980-
O sentido diferenciado do deslocamento compulsório da
população de Itueta, MG / Priscila Rosa Bandeira da Costa. –
2011.
265 f. : il.

Orientadora: Eneida Maria Souza Mendonça.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Representações sociais. 2. Migração. 3. Usina Hidrelétrica
de Aimorés. 4. Itueta (MG). I. Mendonça, Eneida Maria Souza. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

*Ao Autor da minha vida,
Pela graça da minha existência,
À minha família pelo carinho,
Ao companheiro e grande amor, Leandro.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela minha existência e por todas as coisas que tem me proporcionado. À toda minha família, especialmente a minha mãe Clenir, com seu apoio e incentivo. Ao meu pai Carlinhos (in memoriam) pelo exemplo de vida que me deixou. Aos meus tios Carlinhos e Ignez pela grande oportunidade concedida, também pela dedicação e cuidado. Ao grande amor da minha vida, Leandro, pelo apoio, compreensão e amor. À minha sogra que com tanto carinho sempre ofereceu ajuda sempre que precisei.

À professora Dr^a Eneida, pela grande oportunidade que tive de ter sido orientada por ela, com todo o seu carinho, gentileza e experiência no encaminhamento e contribuições dadas para a concretização dessa pesquisa.

Aos amigos a compreensão pela ausência, incentivo e preocupação, especialmente à amiga Simone Maria, pela enorme força e carinho prestados. À Delma, pela presteza e ajuda na formatação desse trabalho. A todos os colegas de serviço, especialmente à Edileia, pela enorme ajuda. Também agradeço ao Evandro e Aloizio pelo grande apoio. À Miriam Giacomim, pela leitura e tradução do resumo, que de forma carinhosa e amiga contribuiu para esse trabalho.

A todos os meus colegas de turma, pelas experiências vividas, por compartilhar expectativas, sonhos, dificuldades e vitórias, especialmente, à Rosimery pelo incentivo, carinho e ajuda constantes, assim como pela maravilhosa ajuda no momento mais difícil desse trabalho, pela sua generosidade em oferecer apoio a todas as solicitações e necessidades que o trabalho demandou. À Regina pelo incentivo e preciosa colaboração. Ao Jonivane também meus agradecimentos especiais pelo grande esforço na elaboração dos mapas, com a revisão e finalização do trabalho, bem como pela amizade construída desde a graduação. Aos professores pelo incentivo e disponibilidade, especialmente ao professor Dr. Cláudio Luiz Zanotelli, pelas importantes contribuições a esse trabalho. À Izadora pela amizade, carinho e dedicação.

À Rita, de Campo Grande, Cariacica, pelo contato fornecido com seu irmão, o prefeito de Ituetá, que gentilmente me recebeu e ajudou de forma valiosa.

Aos companheiros Valmir e Claucimar pelas incursões a Itueta, com toda paciência e ajuda sem igual.

À minha tia Maria das Graças e à minha prima Liliane moradoras de Quatituba, pela enorme ajuda no apoio em campo, com a recepção sempre calorosa e aconchegante.

A todos os moradores de Itueta, pela disponibilidade e atenção concedidas, assim como pelas preciosas conversas compartilhadas, especialmente ao senhor Rúdio Pieper e Paulo Venturim pelos materiais fornecidos e indicações dadas. À Maria Lúcia Tavares, moradora da região do Baixio, em Aimorés, pela confiança e materiais compartilhados.

Um outro lado da vida,
Da minha Itueta antiga
Agora vou comentar.
Muito escrevi sobre festas,
Porém ainda me resta
Suas lutas mencionar.

[...]

Transporte por ferrovia,
De gente e mercadoria,
Diariamente se tinha.
De trem ou de caminhão
Era grande agitação
Um que ia, outro que vinha.

[...]

Pra melhorar o orçamento
E manter o seu sustento
Famílias carentes também,
Com muita simplicidade,
Asseio e honestidade
Vendiam doce no trem.
Nas águas do rio, pescadores,
Às vezes diante de horrores,
Pescavam seu alimento.
Por suas necessidades,
Os ventos ou tempestades
Não temiam um só momento.
Ubás e flechas serviam
Para aqueles que teciam
Cestos, balaios, peneiras.
Ganhavam com alegria
O seu pão de cada dia
De segunda a sexta-feira.
Nas ruas, de manhãzinha
Passavam vendendo galinha,
Ovos, queijos e verduras.
Também vinham das fazendas
Os produtos das moendas,
Melados e rapaduras.

[...]

Não sairá da memória
O mudar de trajetória
Do curso de nossas vidas
Foi uma fatalidade
Saber que nossa cidade
Seria, já, demolida.

[...]

2º Tempo – “Suor e lágrimas” (Itueta, 01 de Outubro de 2006)
Paulo Venturim – morador de Itueta

RESUMO

A dissertação aborda as representações sociais dos moradores da cidade de Itueta, localizada no leste do estado de Minas Gerais, destacando-se o processo de transferência dessa população para a nova Itueta, cidade planejada pelo consórcio formado pelas empresas VALE e CEMIG, pois a antiga cidade foi alagada pelo lago da Usina Hidrelétrica de Aimorés implantada no trecho médio do rio Doce, localizada na cidade de Aimorés, MG. O trabalho mostra quais são as representações dos moradores de Itueta, acerca da velha e nova cidades. Analisa as representações da população e de representantes da sociedade civil organizada acerca da implantação da nova cidade, ocorrida em 2004/2005. A partir da pesquisa bibliográfica sobre implantação de usinas hidrelétricas e deslocamentos compulsórios e das entrevistas realizadas em campo observou-se que nas experiências de implantação de hidrelétricas no Brasil há o predomínio do discurso pautado na lógica desenvolvimentista, cujos porta-vozes são atores econômicos com grande poder de agir em favor de seus próprios interesses. Em Itueta a mesma lógica foi consolidada e as entrevistas demonstraram aspectos dessa realidade quando são apontados detalhes da maneira como o consórcio empreendeu a transferência da população, sob ameaças e condições inadequadas, como por exemplo, sem o término da implantação da nova cidade. Além disso, são enfatizados os diversos problemas apresentados na cidade assim como as perdas que não puderam ser indenizadas adequadamente ou compensadas. Dessa forma, o Termo de Compromisso, foi o documento elaborado pela Associação de Moradores de Itueta com a participação dos moradores, contendo as reivindicações manifestadas em relação ao deslocamento da população de Itueta. No entanto, verificou-se através das entrevistas que muitas das determinações atribuídas ao consórcio ainda não foram cumpridas, o que demonstra a arbitrariedade do consórcio frente à realidade e necessidade da população atingida. As entrevistas foram essenciais ao demonstrar as principais questões suscitadas pelos moradores de Itueta, ressaltando-se os aspectos da memória da velha cidade, com o destaque de suas paisagens e elementos marcantes, como a Igreja Católica, o rio Doce, a estrada de ferro, a pracinha, etc. assim como os elementos do cotidiano da velha cidade, destacando-se aí, o convívio social que os moradores possuíam. Em Itueta Nova, o conteúdo das representações sociais dos moradores enfatizam o processo de ressignificação

urbana, assim como aponta a maneira como as novas práticas socioespaciais se consolidam a partir da referência identitária com a velha cidade.

Palavras-chave: UHE-Aimorés, Deslocamento Compulsório, Representações Sociais, Itueta.

ABSTRACT

The dissertation addresses the social representations of the residents of Itueta City, located in the eastern state of Minas Gerais, highlighting the process of population transfer to the new Itueta City planned by the consortium formed by companies VALE and CEMIG, cause the old city was flooded by the lake Aimores Hydroelectric Power Plant, implanted in the middle section of the Doce River, located in Aimores City, MG. The work shows which are the representations of residents in Itueta, about the old and new towns. It analyses the representations of the population and representatives of civil society organizations about the implementation of the new city, which occurred in 2004\2005. From the bibliographic research on implantation of hydroelectric and compulsory displacement and field interviews showed that the implementation experiences of hydropower in Brazil for the predominance of discourse founded on the developmental logic, whose spokesman are economic actors to act with great power in favor of their own interests. In the same logic Itueta was consolidated and the interviews showed aspects of reality when the details are pointed out how the consortium undertook the transfer of population, under threats and inappropriate conditions, for example, without the end of the implantation of the new city. Moreover, they emphasized the many problems presented in the city, as well as losses that couldn't be adequately compensated or compensated. Thus, the Declaration of Commitment was the document prepared by the Residents Association of Itueta with the participation of residents, the claims raised in regards to the displacement of the Itueta's population. However, it was found through the interviews that many of the determinations awarded to the consortium hasn't yet been fulfilled, which demonstrates the arbitrariness of the consortium in the face of reality and necessity of the affected population. The interviews were essential to demonstrate the main questions raised by the Itueta's residents, emphasizing aspects of the old city memory, with the highlight of his handscapes and striking elements, such as the Catholic Church, the Doce River, the railroad, the small square, etc, as well as the elements of daily life in the old city, specially around the social life that the residents had. In New Itueta, the contents of social representations of the residents emphasize the process of urban reframing and suggests how the new socio-spatial practices are consolidated from the identify references to the old city.

Key words: UHE-Aimores, Compulsory Displacement, Social Representations, Itueta.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização dos municípios de Aimorés e Itueta.	19
Figura 2: Esquema mostrando a localização da nova cidade de Itueta.....	20
Figura 3: Localização da antiga cidade de Itueta à margem direita do rio Doce.....	42
Figura 4: Córrego Quatis que atravessa a nova cidade de Itueta.....	42
Figura 5: Terminal rodoviário inutilizado.....	47
Figura 6: Mercado Municipal desativado.....	48
Figura 7: Primeira igreja católica da nova cidade em A e igreja católica na antiga cidade em B.	48
Figura 8: Bacia Hidrográfica do rio Doce.....	87
Figura 9: Os distritos do município de Itueta.....	95
Figura 10: Antiga Itueta.	96
Figura 11: Opções de área para realocação da nova cidade de Itueta.....	103
Figura 12: Planta da nova Itueta.....	104
Figura 13: Modelo arquitetônico de casa predominante na nova cidade.....	106
Figura 14: Em destaque, setores de casas sociais da nova cidade de Itueta.....	106
Figura 15: Modelo de construção de casa do setor social de Itueta.....	107
Figura 16: Casa construída pelo próprio morador.	107
Figura 17: Mercado da nova cidade.	108
Figura 18: Área de influência da UHE-Aimorés.	110
Figura 19: A balsa de Itueta que faz a ligação entre o norte, visto a frente e o sul do município.....	121
Figura 20: Sinalização indicando a propriedade chamada Mata dos Alemães.....	123
Figura 21: Estrada ribeirinha na margem esquerda do rio Doce.	127
Figura 22: Protesto em prol da reconstrução da estrada ribeirinha na margem esquerda do rio Doce.	129
Figura 23: Parte do trecho da estrada beira-rio no norte de Itueta.	130
Figura 24: Trecho da estrada beira-rio no norte de Itueta, com Mata preservada...	131
Figura 25: Parada do trem em Itueta velha.....	145
Figura 26: Estação ferroviária da velha cidade de Itueta.....	145
Figura 27: Rio Doce, num ponto da parte submersa da antiga cidade de Itueta.	147
Figura 28: Vista do local onde se encontrava a velha cidade de Itueta.	149
Figura 29: Pracinha na velha Itueta.	150
Figura 30: Cemitério da velha Itueta.	152
Figura 31: Cemitério da nova cidade.	153
Figura 32: A igreja católica da antiga cidade de Itueta.	154
Figura 33: Pintura da igreja católica da velha cidade de Itueta.....	157
Figura 34: Primeira igreja católica construída na nova cidade de Itueta.....	157
Figura 35: Construção da segunda igreja católica.	159
Figura 36: Praça na nova cidade de Itueta.....	164
Figura 37: Museu na nova cidade de Itueta.	165
Figura 38: Estação Ferroviária da velha cidade de Itueta.....	165
Figura 39: Pescador preparando local para pescaria no rio Doce, na Velha cidade de Itueta.....	200
Figura 40: Exemplo de casa construída pelo próprio morador.....	204
Figura 41: Feirinha na praça da nova cidade de Itueta.....	207
Figura 42: Rachaduras numa casa da principal avenida da nova Itueta.....	214
Figura 43: Rachadura em outra casa localizada na avenida principal da nova cidade.	214

Figura 44: Eixo da barragem da UHE-Aimorés sobre o rio Doce em Aimorés.....	219
Figura 45: Parque Municipal na nova cidade.....	224
Figura 46: O MAB representando o norte de Itueta.....	234
Figura 47: Protesto de pescadores contra a UHE-Aimorés, num acampamento do MAB, em Aimorés, MG.....	236
Figura 48: Impacto na fauna do rio Doce causado pela UHE-Aimorés.....	236
Figura 49: Aspecto da arborização da antiga cidade de Itueta.....	240
Figura 50: Arborização da principal avenida da nova cidade de Itueta.....	241
Figura 51: Vista da arborização do setor de casas sociais e ao fundo a construção da nova igreja católica.....	241
Figura 52: Pés de mamão e de laranja carregados de frutos em um quintal na nova cidade de Itueta.....	242
Figura 53: Produção de cesto com a fibra de Ubá, na antiga cidade de Itueta.....	244
Figura 54: Evolução da População de Itueta de 1970 a 2000.....	245
Figura 55: Evolução da População do município de Itueta – 2000 a 2010.....	246

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Moradores Entrevistados em Abril de 2010	27
Tabela 2: Moradores Entrevistados em Novembro de 2010	29
Tabela 3: Potencial Hidrelétrico brasileiro por bacia hidrográfica – situação em dezembro de 2000	60
Tabela 4: Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica (Em Operação) Em 2009	61
Tabela 5: Principais Usinas Hidrelétricas da Bacia do rio Doce por ordem de área inundada.	91
Tabela 6: Número de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços - Itueta – 1997.....	97
Tabela 7: Grupos ocupacionais agregados por setor de atividade da ocupação principal - Itueta – 1997	98
Tabela 8: Situação ocupacional da População Economicamente Ativa - Itueta – 1997	99
Tabela 9: Maiores problemas da área urbana de Itueta – 1997.....	100
Tabela 10- População dos distritos do município de Itueta – 2010	101
Tabela 11: Programas Ambientais da UHE-Aimorés	112

LISTA DE SIGLAS

AMI – Associação de Moradores da cidade de Itueta
ANA – Agencia Nacional Banco para o Desenvolvimento da Ásia
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
APRAPUHA – Associação dos Produtores Rurais Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Aimorés
CEASA – Centrais de Abastecimento
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais
CESTE – Consórcio Estreito Energia
CHESF – Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DRDH – Declaração de reserva de disponibilidade Hídrica
E.F.V.M - Estrada de Ferro Vitória a Minas
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil
ELETROSUL - Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
FAWA – Frente de Atração Waimir-Atroari
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GW – Giga Watts
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
MAB - Movimento de Atingidos por Barragens
MW – Mega Watts
PAC – Programa de Aceleração Econômica
PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDEE - Plano Decenal de Energia Elétrica
PGE – Projeto de Grande Escala
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

TAR - Teoria do Ator-Rede

TRS – Teoria das Representações Sociais

UHE – Usina Hidrelétrica

Sumário

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	32
1.1 O CONCEITO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS	32
1.2. O CONCEITO DE IDENTIDADE EM QUESTÃO E O CASO DE ITUETA, MG.....	39
1.3. O COTIDIANO VISTO A PARTIR DE NOVAS PERSPECTIVAS	43
1.4. A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA PAISAGEM.....	50
1.4.1. A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM	51
1.4.2. A PAISAGEM CULTURAL E O URBANO.....	53
1.4.3. OS SÍMBOLOS E A PAISAGEM	55
CAPÍTULO 2: EXPERIÊNCIAS DE IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL COM DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS	58
2.1. BREVE HISTÓRICO DA HIDROELETRICIDADE BRASILEIRA	58
2.2. HIDRELÉTRICAS E A QUESTÃO AMBIENTAL	62
2.3. HIDRELÉTRICAS E A QUESTÃO DO DESLOCAMENTO POPULACIONAL COMPULSÓRIO	64
CAPÍTULO 3: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	86
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE.....	86
3.2. APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS DA BACIA DO RIO DOCE.....	90
3.3. CARACTERIZAÇÃO DA VELHA E NOVA CIDADES DE ITUETA	91
3.3.1. O MUNICÍPIO DE ITUETA E A VELHA CIDADE	91
3.3.2. A NOVA CIDADE DE ITUETA.....	100
3.4 A USINA HIDRELÉTRICA DE AIMORÉS (UHE-AIMORÉS) E O DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO DE ITUETA	109
3.4.1. BREVE HISTÓRICO DA UHE- AIMORÉS.....	109
CAPÍTULO 4: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DIFERENTES SUJEITOS EM RELAÇÃO AO DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO E DO ALAGAMENTO DA ANTIGA CIDADE.....	114
4.1 REPERCUSSÕES DO ALAGAMENTO E DESLOCAMENTO DE ITUETA PARA A POPULAÇÃO RURAL	116
4.2. MEMÓRIA E RESSIGNIFICAÇÃO DA CIDADE DE ITUETA A PARTIR DA VISÃO DE SUA POPULAÇÃO.....	133
4.2.1. ELEMENTOS DA MEMÓRIA URBANA DA VELHA ITUETA	134
A) ESTRADA DE FERRO	144
B) O RIO DOCE	146
C) A PRACINHA	149
D) CONVÍVIO SOCIAL	150
E) CEMITÉRIO.....	152
F) A IGREJA CATÓLICA	153
4.2.2 ELEMENTOS DE RESSIGNIFICAÇÃO URBANA NA NOVA ITUETA.....	156
4.3. ASPECTOS RELACIONADOS AO ALAGAMENTO DA CIDADE DE ITUETA E NEGOCIAÇÃO/GESTÃO DO DESLOCAMENTO DE SUA POPULAÇÃO.....	175
4.3.1 AS EXPECTATIVAS DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO LOCAL DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA CIDADE DE ITUETA.....	175
4.3.2 O DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DA POPULAÇÃO DA VELHA ITUETA PARA A NOVA CIDADE - MOBILIZAÇÃO E PRINCIPAIS PROBLEMAS VIVIDOS.....	179
4.3.3. O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DA POPULAÇÃO DE ITUETA COM O CONSÓRCIO	197
4.3.4. ASPECTOS POSITIVOS APONTADOS SOBRE A MUDANÇA PARA A NOVA CIDADE	206
4.3.5. ASPECTOS NEGATIVOS APONTADOS SOBRE A NOVA CIDADE	210

CAPÍTULO 5: ANÁLISE DO TERMO DE COMPROMISSO EM FACE DAS EXPERIÊNCIAS NARRADAS PELOS MORADORES DE ITUETA	226
CONSIDERAÇÕES FINAIS	250
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	256
ANEXOS	262

INTRODUÇÃO

O estudo que aqui se apresenta situa-se num quadro teórico e epistemológico que tem como arcabouço estruturador as representações sociais em Itueta, MG. O município de Itueta está localizado no leste de Minas Gerais, próximo à divisa do Espírito Santo, como mostra a Figura 1.

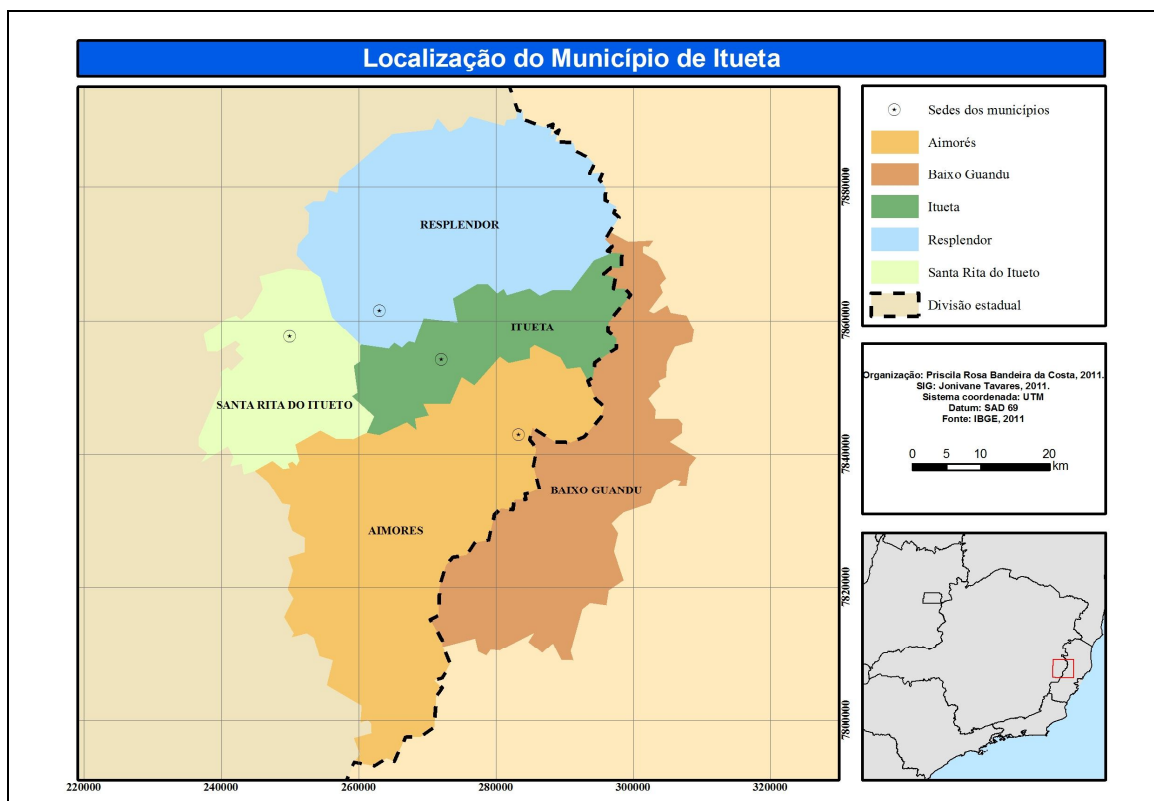


Figura 1: Localização dos municípios de Aimorés e Itueta.

O objetivo principal deste trabalho é mostrar as percepções da população local acerca do processo que resultou na transferência para a nova cidade de Itueta, mostrada na Figura 2, que ocorreu em 2004/2005, em virtude da antiga cidade ter sido quase totalmente submersa pelo reservatório formado pela barragem da Usina Hidrelétrica de Aimorés – UHE- Aimorés. Essa usina foi construída pelo consórcio formado pelas empresas Vale (51%) e Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (49%) e está localizada no município de Aimorés, MG, como pode ser visto na Figura 2.

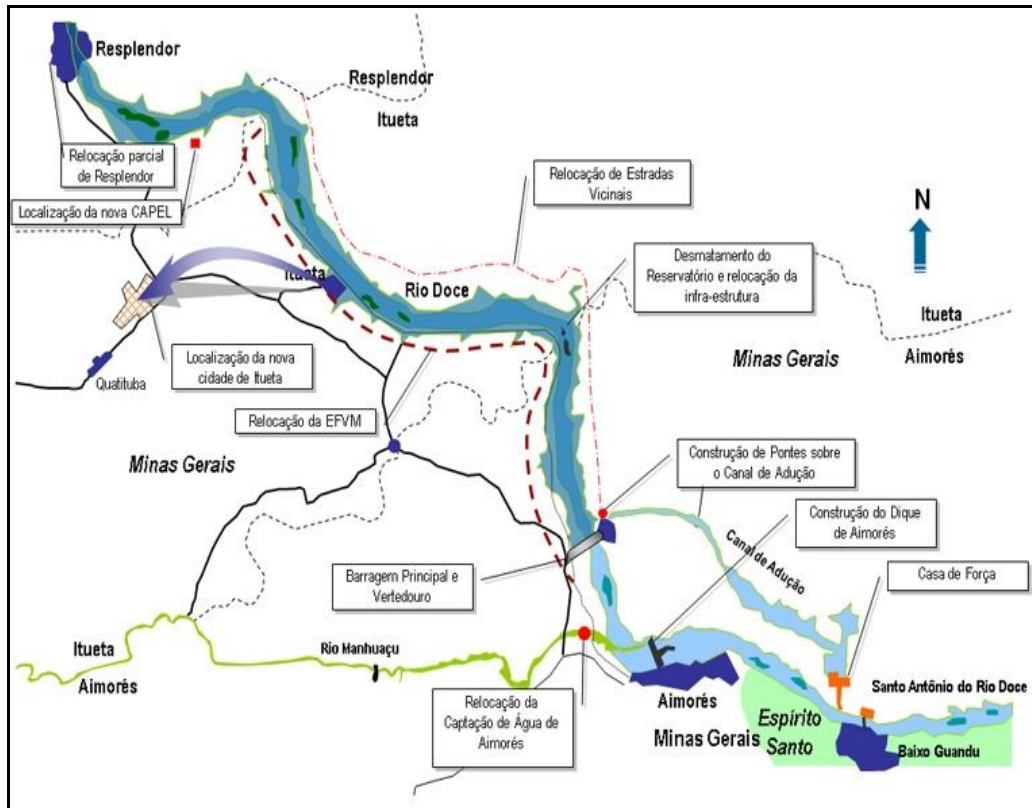


Figura 2: Esquema mostrando a localização da nova cidade de Itueta.
 Fonte: <http://www.uheaimores.com.br/?x=mapas>. Acesso em: 05 jul. 2011.

Dessa forma, a partir da abordagem das representações sociais dos moradores de Itueta procurou-se mostrar as características da nova cidade, demonstrando que elementos da paisagem e do cotidiano dos ituetenses são constituintes das representações acerca da velha e da nova cidade. Com isso, este estudo visa analisar alguns dos impactos dos chamados grandes projetos de desenvolvimento, categoria na qual as usinas hidrelétricas se configuram, e o modo como esses projetos são constituídos e implantados, e de que maneira tais empreendimentos impactam enormes áreas, instaurando reestruturações amplas e variadas.

Nesse sentido, Itueta encontra-se nesse contexto, tendo sido criadas novas dinâmicas e que também trazem novos desafios. A sede do município, a antiga cidade de Itueta era uma pequena cidade, com uma população de 898 habitantes, conforme IBGE (2000), localizada na margem direita do rio Doce como pode ser visto na Figura 2. A população de Itueta foi deslocada para uma nova cidade, conhecida por muitos dos moradores como nova Itueta, podendo também ser

visualizada na Figura 2. A distância que separa a antiga sede da nova é de cerca de 6 km. Itueta teve sua parte urbana quase totalmente submersa, uma vez que um imenso lago de águas formado pela barragem da hidrelétrica de Aimorés fez com que a cota altimétrica do rio Doce se elevasse consideravelmente, até a cota 90 metros. Conforme citado no estudo realizado por Neves (2009),

Com a barragem e a casa de força localizadas no município de Aimorés, no estado de Minas Gerais, o barramento do rio provocado pelo empreendimento elevou sete metros o nível natural do Rio Doce gerando um 'lago' com área de superfície de 2.586 hectares e um volume de água de 100.000.000 m³ (cem milhões de metros cúbicos). (NEVES, 2009, p. 17).

Ainda conforme argumenta Neves (2009), dentre os municípios afetados, Resplendor, Aimorés, Baixo Guandu e Itueta,

[...] o município de Itueta sofre o maior impacto não pelos números de atingidos, mas pela natureza da alteração, pois foi o único a ter a cidade inteira relocada [sic]. Além das 32 propriedades rurais desapropriadas, a sede do município, a cidade de Itueta, foi demolida e alagada para criação do reservatório e relocação [sic] da estrada de ferro. Foram deslocados para uma nova cidade 949 habitantes e 265 domicílios, o que compreende a totalidade da cidade¹. (NEVES, 2009, p. 19).

Dessa forma, compreender as representações que as pessoas têm de Itueta é fazer um paralelo entre o que era a velha cidade e o que é a nova. Diante disso, a temporalidade se constitui num fator determinante nas análises que se seguirão. O passado e a memória conectam a velha cidade à nova. Elementos da antiga cidade vão se mesclar, ou ser obliterados por mudanças profundas nas práticas sociais, nas relações sociais em geral, enfim, mudanças que singularizam a nova Itueta, que tem não apenas uma nova configuração espacial, mas que sobremodo apresenta novas tessituras sociais, econômicas, etc.

A pesquisa também trata da questão como a nova cidade de Itueta é construída e vivida por seus habitantes, além disso, indaga sobre os olhares e relações que se dão com esse novo espaço. Levanta quais são as principais questões colocadas pelos moradores dessa nova cidade, bem como busca compreender que elementos são destacados dessa nova Itueta, e que aspectos ou elementos da velha cidade

¹ Os dados mostrados por este autor se baseiam no levantamento feito pelo EIA – Estudo de Impacto Ambiental da UHE-Aimorés realizado no período de Dezembro de 1997 a Fevereiro de 1998 e contrasta com as estatísticas da população da velha cidade segundo o censo do IBGE feito em 2000, conforme apontado anteriormente.

não são encontrados na nova, e de que modo isso altera a dinâmica social, econômica, cultural, etc. da população de Itueta.

Dessa forma, tanto as entrevistas como os questionários aplicados em Itueta se constituem nos instrumentos utilizados para se conhecer parte da história dessa cidade, lançando luzes sobre aspectos significativos da história, que é lembrada, vivida e ressignificada na nova cidade. A velha Itueta, portanto, não ficou apagada pelas demolições realizadas, mas continua bem viva na memória daqueles que narram experiências, fatos e acontecimentos que marcaram suas vidas, e que ainda continuam sendo referências importantes na construção do novo lugar na nova cidade de Itueta.

Com o respaldo dos conceitos de representações sociais, memória, imaginário, identidade, lugar, etc. busca-se compreender os conteúdos da memória da velha Itueta, através das narrativas da população acerca das suas diversas experiências e singularidades com aquela cidade, a partir das relações sociais tecidas naquele espaço, com suas características marcantes que são indicadas, enfatizadas, desejadas, etc. através dessas narrativas.

Diante da principal questão problematizadora que esta pesquisa apresenta procurou-se definir quais métodos embasariam e dariam sustentação à problemática destacada por este estudo. Dessa maneira, a pesquisa se caracteriza pelo seu caráter qualitativo, uma vez que o que se pretende elucidar refere-se às percepções que as diferentes pessoas expressam acerca da antiga bem como sobre a nova cidade de Itueta. Assim sendo, busca-se compreender as diferentes representações sociais de pessoas que englobam diferentes faixas etárias, sexo e nível socioeconômico. Conforme Flick (2004),

A concentração nos pontos de vista do sujeito e no significado que eles atribuem às experiências e eventos, bem como a orientação em relação aos objetos, atividades e eventos, permeia grande parte da pesquisa qualitativa. (FLICK, 2004, p. 36).

Em virtude da temática dessa pesquisa se relacionar com as percepções, com o imaginário e, portanto, com as representações sociais de parte da população de Itueta em relação ao processo de transferência para a nova cidade de Itueta, bem como a vivência nesse novo espaço, esse estudo busca enfatizar os registros da memória e das experiências vividas por parte dessa população, tanto na nova

quanto na velha cidade. Daí a importância da história oral para essa pesquisa, como um método rico e que é capaz de suscitar a diversidade de opiniões, de percepções, etc. dos sujeitos que se pronunciam acerca de suas experiências.

No caso de Itueta, a transferência para uma nova cidade e a maneira como isso se deu constitui-se numa experiência complexa e diversificada para os diferentes sujeitos que participaram de tal processo. Também deve ser acrescentado o fato de que experiências dessa natureza muitas vezes não são registradas pelos próprios envolvidos, além de se ter o discurso de desenvolvimento econômico propagado por parte dos empreendedores que implantam as cidades novas, nas quais se destinam populações atingidas por hidrelétricas. O discurso desses empreendedores caracteriza-se também pela funcionalidade e pelo cumprimento de ações que apenas visam o andar das obras, isto é, cumprem minimamente as diretrizes para que o empreendimento arrolado seja concluído com o mínimo de empecilhos e condicionantes que esbarrem em seus objetivos.

Portanto, a história oral mostra-se importante para o estudo de Itueta, uma vez que este método contempla as transformações pelas quais essa cidade passou e vem passando, e dessa forma se relaciona com as percepções que os sujeitos apontam sobre tais transformações.

Além disso, utilizar o método da história oral nos possibilita uma compreensão mais ampla das relações sociais, culturais, ideológicas nas quais os diferentes sujeitos tecem a trama das suas relações e de seu cotidiano. Assim como a história oral se apresenta como uma forma possível de abordar as principais questões levantadas no estudo das representações sociais em relação ao contexto de atingidos por barragem, uma vez que esse método possibilita dar voz àqueles que experimentaram um processo desestruturador das suas experiências, manifestações coletivas, etc. e a dimensão temporal da pesquisa relaciona-se com eventos e experiências tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, referindo-se à transferência da população de Itueta para a nova cidade, uma vez que a antiga cidade teve de ser praticamente quase toda submersa no final do ano de 2004.

Buscou-se então suscitar as referências à memória, ao imaginário e às diferentes percepções que abarcam os aspectos da velha cidade. E sob o ponto de vista da

história oral, Alberti (2004) aponta que “a entrevista de história oral nos leva para além do conhecimento de mais uma versão do passado e nos permite aprender algo sobre a realidade”. Acrescenta ainda sobre a entrevista de história oral,

[...] Mas há nela uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos especiais. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E, ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos [...]. (ALBERTI, 2004, p. 14).

Alberti (2004) também nos leva à reflexão acerca da presença do passado e da memória, como presença desse momento que já se foi. Aponta a importância da entrevista para esse procedimento metodológico. Em suas palavras,

[...] Como em um filme, a entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que o passado está presente. A memória, já se disse, é a presença do passado. (ALBERTI, 2004, p. 15).

Em sua abordagem sobre o método da história oral, Alberti (2004) discorre sobre o ponto de contato entre a hermenêutica e a história oral. Dessa maneira, afirma que:

[...] a postura envolvida com a história oral é genuinamente hermenêutica: o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência. Saber compreender significa realizar um verdadeiro trabalho de hermenêutica, de interpretação [...]. (ALBERTI, 2004, p. 19).

Além disso, Alberti (2004) acrescenta que o tornar a vivenciar a experiência do outro nunca será completo. Da mesma maneira o autor enfatiza que a interpretação que se faz dessas experiências nunca é completa, cabendo sempre mais e novas possibilidades de interpretação, que também não darão conta da explicação da realidade, e que comportarão outras tantas interpretações.

No campo pelo qual a história oral se desenvolve tem-se dentre outras possibilidades o estudo da história do cotidiano, sendo que a entrevista de história oral visa reconstituir aspectos do cotidiano que não se encontram registrados em outros tipos de fonte. Também podem ser realizados estudos de padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, gerações, sexos, profissões, etc. (ALBERTI, 2004). Da mesma forma,

[...] entrevistas de história oral podem ser usadas no estudo da forma como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo experiências de aprendizado e decisões estratégicas [...]. (ALBERTI, 2004, p. 25).

Dessa maneira, busca-se a partir desses pressupostos suscitar aspectos das representações sociais da experiência de atingidos por barragens que os moradores de Itueta carregarão consigo para sempre. É nessa perspectiva que os conceitos de representações sociais, memória, identidade, lugar e cotidiano, apresentados a seguir, se configuram como conceitos fundamentais para a reflexão que aborde os aspectos envolvidos na experiência dessa população atingida pela barragem da UHE-Aimorés.

As entrevistas e questionários se conformam como o eixo central dos procedimentos que visam elucidar as questões definidas pela pesquisa. Para a aplicação dos questionários e realização das entrevistas, inicialmente as pessoas eram escolhidas, sendo que durante a abordagem dos primeiros moradores, fomos tendo a indicação dos próprios participantes, sugerindo determinadas pessoas, como: moradores antigos da velha Itueta; pessoas que sentiram enormes perdas ao se mudarem para a nova cidade; moradores que viviam de atividades econômicas e que perderam seu modo de subsistência, como as vendedoras de doces e frutas na estação da estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM; pessoas que utilizavam o rio Doce para pesca e plantio nas suas ilhas, etc.

Então, procurou-se inicialmente abordar as representações sociais dos moradores de Itueta a partir da aplicação de questionários², tendo sido aplicados 21 (vinte e um) no total. Esses questionários foram aplicados no primeiro momento em campo, ocorrido em Abril de 2010.

Dessa forma, a partir da análise dos conteúdos suscitados pelos moradores que responderam ao questionário, tinha-se de uma forma geral, três assuntos principais sendo tratados:

- A percepção das pessoas em relação ao alagamento da velha cidade e deslocamento populacional para a nova;

² Ver Anexo A – “Questionário aplicado com a população de Itueta, MG”.

- Os aspectos da velha cidade, destacando-se suas paisagens, recordações, etc.
- Os aspectos da nova cidade, enfatizando suas características, paisagens, etc.

Do ponto de vista das pessoas que participaram desse contexto da pesquisa, obteve-se uma amostra correspondente a 19 (dezenove) mulheres e 02 (dois) homens. Essa predominância de pessoas do sexo feminino não teve nenhum caráter intencional, pois na verdade, esses moradores que responderam ao questionário foram os que se apresentaram mais acessíveis, já que era difícil abordar as pessoas, pois as ruas estavam quase sempre vazias e as casas na maior parte das vezes fechadas. Também deve ser considerado que no grupo das mulheres, as faixas etárias variaram de 13 a 69 anos de idade e os dois homens entrevistados tinham 16 e 30 anos de idade.

Deve ser mencionado que a aplicação do questionário revelou-se como uma forma limitada de se buscar compreender as representações sociais dos moradores, pois percebeu-se que as pessoas acabavam relatando muitos detalhes que não se enquadravam na estrutura do questionário, além disso, notou-se que as pessoas tinham uma intensa vontade de narrar e “desabafar” sobre a experiência vivida em relação à mudança para a nova cidade. Por isso, não queriam escrever e sim mostraram preferência em falar sobre as suas histórias.

Diante disso, os questionários indicaram a necessidade de realização das entrevistas gravadas que foram realizadas logo em seguida³ e transcritas. Na realização dessas entrevistas usou-se o roteiro de perguntas do questionário para a condução da abordagem dos conteúdos que se buscava destacar nas conversas com os entrevistados, embora as pessoas dessem o encaminhamento que quisessem em suas narrativas.

Dessa forma, a Tabela 1 demonstra os 22 (vinte e dois) moradores entrevistados que participaram do segundo momento em campo, ocorrido no mês de Abril de 2010.

³ No mesmo mês, em Abril de 2011.

Tabela 1: Moradores Entrevistados em Abril de 2010

Entrevistado	Idade	Tempo de moradia na antiga cidade	Profissão/ocupação
Uma jovem	23	6 meses	Instrutora de auto-escola
Senhor	66	28 anos	Aposentado
Senhora	57	Não informado	Oficial de Registro Civil
Senhora	74	Não informado	Telefonista aposentada
Senhor	65	Não informado	Aposentado
Senhor	50	14 anos	Vigia- desempregado
Senhora	63	51 anos	Lavadeira de roupa
Senhora	45	15 anos	Doméstica
Senhor	57	15 anos	Lavrador
Senhora	54	Não informado	Auxiliar de Serviços Gerais
Senhora	52	47 anos	Doméstica
Senhora	56	06 anos	Doméstica
Senhor	73	Não informado	Aposentado
Criança - menino	08	Não informado	Estudante
Criança - menino	08	Não informado	Estudante
Uma jovem	23	Não informado	Doméstica
Senhora	Não informado	Não informado	Aposentada
Senhora	43	Não informado	Comerciante (desempregada)
Mulher	28	Não informado	Não informado
Senhor	39	Não informado	Motorista
Senhor	33	Não informado	Encarregado de Obras no ES
Senhor	60	Não informado	Pessoa responsável pela demolição da velha Itueta

Fonte: Pesquisa de Campo, (2010).

Para a realização das entrevistas, inicialmente foi escolhida a primeira pessoa de forma aleatória, sendo que a partir daí valemo-nos de indicações de pessoas que teriam interesse em falar sobre suas experiências. Também é importante considerar que as entrevistas foram transcritas da maneira como as pessoas falaram, para que pudessem ser enfatizados os conteúdos de suas representações. Sendo assim, as grafias incorretas das palavras que aparecerão nas citações dos relatos dos entrevistados se referem à maneira como as palavras foram pronunciadas pelas próprias pessoas entrevistadas.

É importante destacar que o primeiro contato tido com a área onde se localiza a nova cidade de Itueta, se deu há cerca de vinte e cinco anos antes da construção da cidade, pois o local escolhido para a implantação da nova Itueta dava acesso, através de uma estreita estrada, ao distrito de Quatituba, onde freqüentávamos, por ocasião de visita à casa de parentes, que até hoje moram no mesmo lugar.

Depois desse primeiro contato, retornamos ao local, em 2005, com a cidade já implantada, com o propósito de realização de um estudo sobre essa cidade, resultando na produção de uma monografia de especialização que tratou da temática da desterritorialização de Itueta. Nesse contexto, além de aplicação de questionários também foram realizadas entrevistas com os moradores, num momento em que a cidade acabara de ser implantada, e os moradores estavam recém-chegados ao seu novo espaço.

Os resultados obtidos através dessa primeira pesquisa são retomados de certa forma, com a pesquisa atual, alargando-se a compreensão de elementos que já tinham sido destacados ou com o surgimento de novos elementos na análise. Também deve ser dito que foram resgatadas três entrevistas daquele contexto para a pesquisa atual, tendo sido as entrevistas feitas com uma senhora, antiga doceira da velha Itueta, uma senhora comerciante e um senhor, líder de uma igreja evangélica da nova cidade.

Já no terceiro momento em campo, ocorrido em novembro de 2010, foram realizadas mais 12 (doze) entrevistas⁴, que foram conduzidas de forma espontânea pelas próprias pessoas que fizeram parte da amostra de entrevistados. Sendo assim, foram escolhidas pessoas que participaram do processo de transferência da população de Itueta para a nova cidade, como representantes ou lideranças locais, pessoas que de alguma forma eram representantes da população, como mostra a Tabela 2.

⁴ Sendo que duas dessas pessoas entrevistadas já tinham participado no primeiro campo.

Tabela 2: Moradores Entrevistados em Novembro de 2010

Entrevistado	Idade
Prefeito da cidade	53
Ex-prefeito	NI*
Presidente da Associação de Moradores de Itueta ⁵	57
Vice-presidente da Associação de Moradores	NI*
Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	NI*
Proprietário rural do norte de Itueta	80
Proprietária rural do norte de Itueta	NI*
Presidente da Associação dos Produtores Rurais Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Aimorés	NI*
Membro/representante da comunidade católica ⁶	65
Político local, que também já foi prefeito e vereador de Itueta	NI*
Senhora comerciante	59
Comerciante do distrito de Quatituba	50

Fonte: Pesquisa de Campo, (2010).

NI*: Não Informado.

Considerando-se as três abordagens em campo, foram entrevistadas 32 (trinta e duas pessoas, e aplicados 21 (vinte e um) questionários, somando-se 53 (cinquenta e três) o número total de participantes da pesquisa. Inicialmente não se tinha determinado a quantidade de pessoas que iriam compor a amostra dessa pesquisa. Durante a realização das entrevistas percebeu-se que as falas começaram a se repetir e aparecer os mesmos elementos narrados pelos diferentes atores sociais, o que fez com que fossem encerradas as entrevistas. No entanto, vale ser destacado que se tinha a intenção inicial de ouvir atores sociais que não fizeram parte da amostra, como um representante do consórcio e o padre que participou da negociação da igreja católica, que segundo os entrevistados mudou-se para outro município, e dessa forma as pessoas perderam contato com ele.

Vale ser destacado que a realização de entrevistas com algum representante do consórcio ficou inviabilizada pois não existia mais o escritório na cidade de Itueta quando iniciamos as abordagens em campo, em abril de 2010. A esse respeito, os entrevistados inclusive chegaram a comentar que essa retirada do consórcio da

⁵ Moradora já entrevistada no primeiro campo.

⁶ Morador também entrevistado no primeiro campo.

cidade foi algo já pensado por eles já que as pessoas iriam pressionar para exigir a resolução de muitos problemas que a cidade enfrentava.

No entanto, foi procurado o escritório localizado na cidade de Aimorés, porém não tivemos condição de realizar nenhuma entrevista, pois quando era apontado o assunto, vinha-se o retorno de que estava todo mundo em reunião e dessa forma a solicitação acabava sendo encaminhada a pessoas que não podiam tratar de nenhum assunto referente aos interesses da pesquisa. Isso também aconteceu quando procuramos o escritório do consórcio em busca de materiais como mapas, relatórios, etc. tendo sido negadas quaisquer informações e acesso a documentos, com a justificativa de que não havia nenhum tipo de documento disponível, com a indicação de que os mesmos deveriam ser buscados na prefeitura da cidade de Itueta⁷.

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo tem-se o embasamento teórico, com a apresentação dos principais conceitos que dão sustentação à análise das representações sociais da população de Itueta, incluindo nesse cenário a reflexão sobre a identidade, o cotidiano, memória, etc. No segundo capítulo, consta uma breve abordagem sobre experiências de implantação de usinas hidrelétricas no Brasil, enfatizando a questão dos deslocamentos de população.

O terceiro capítulo, por sua vez, trata da área de estudo, a partir da caracterização da bacia hidrográfica do rio Doce, assim como realiza uma sucinta descrição sobre a antiga e nova cidade de Itueta. É mostrado ainda um pequeno histórico da UHE-Aimorés, destacando-se o processo de transferência da população para a nova cidade.

O quarto capítulo traz a discussão sobre as representações sociais da população de Itueta, enfatizando os principais aspectos dessas representações elaboradas pelos moradores, assim como pelos atores envolvidos na transferência da população. Dessa forma, são apresentados os três grandes grupos dos elementos que constituem essas representações, destacando-se os diferentes aspectos suscitados a partir do deslocamento da população de Itueta.

⁷ Além das tentativas de solicitação de informações por e-mail, através de contato com a comunicação social do consórcio, que também foram negadas.

Já no quinto capítulo tem-se uma reflexão acerca dos elementos indicados nas narrativas construídas pela população de Itueta em face dos principais conteúdos apresentados através do documento mediatizador das propostas da população de Itueta, o Termo de Compromisso.

CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse capítulo são apresentados os principais conceitos que norteiam a pesquisa, destacando-se aí o conceito de representações sociais, visto a partir da visão sociológica, da psicologia social e através da abordagem geográfica. Além disso, outros conceitos são relevantes para a abordagem que se segue, como o conceito de lugar, a partir da perspectiva trazida por Tuan (1974). Também o conceito de memória e identidade são sublinhados para se proceder a uma análise desses aspectos no contexto estudado, assim como se procurou um embasamento a partir da reflexão sobre o cotidiano, buscando analisar o cotidiano da velha e nova cidade de Itueta.

1.1 O CONCEITO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS

As representações sociais constituem o contexto analítico que aqui se estrutura para a compreensão da complexidade ora existente em Itueta, MG, haja vista que a população local foi transferida para uma nova sede municipal pelo motivo da construção da barragem da Usina hidrelétrica de Aimorés, situada no município de Aimorés, MG.

A contribuição que nos traz os conhecimentos teóricos desse arcabouço suscitado pelas representações sociais reside no fato de que, como argumenta Banchs⁸,

[...] Las representaciones, aunque atravesadas por una ideología, una memoria social, son altamente dinámicas y se generan alrededor de tópicos candentes, encontrándose en proceso de permanente construcción. De acuerdo con lo sugerido por Marková (1998b), las representaciones sociales responden a una epistemología dialéctica. (BANCHS, 2002, p. 49).

A Teoria das Representações Sociais – TRS tem seus fundamentos com o estudo desenvolvido por Serge Moscovici (1961) sobre a psicanálise, onde essa passa do campo do saber especializado para a compreensão suscitada por ela através do senso comum. A compreensão da realidade e a forma como essa é construída pelos

⁸ BANCHS, M. A. Representaciones sociales y subjetividad. In: FURTADO, O.; REY, F. L. G. (Org.). **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 43-64.

diferentes sujeitos é o que a teoria das representações sociais abarca. Conforme aponta Arruda (2009),

[...] Sem conhecer as raízes do pensamento dos grupos e, por conseguinte, dos sujeitos - o que remete à sociedade como um todo e seus múltiplos recortes - torna-se impossível chegar à compreensão do seu processo de construção da realidade, de elaboração do conhecimento na vida diária. Fatores como a memória, a experiência, o olhar, cuja incidência para a produção das representações é fundamental, são multiface, situados tanto no espaço social quanto no individual. O(s) espaço(s) social (is) pelos quais cada um transita marcam-no, mas também é (são) tingido(s) pela sua tonalidade específica, fruto do encontro e da negociação das diversas procedências do pensar. É impossível negar o peso da comunicação, da troca, do confronto de idéias para produzir uma representação social. (ARRUDA, 2009).

Arruda (2009) acrescenta ainda sobre as representações:

Do ponto de vista psicossocial, elas trazem para o registro do cotidiano: relações, concepções, crenças, imagens e afetos que a sociedade abriga e veicula por períodos longos - e outros não tão longos - vertendo-os na construção deste cotidiano. Elas trabalham não apenas o que provoca o conhecimento, o objeto que instiga a (re) construção, mas os diversos fios que tecem a organização social, a urdidura das culturas, os andaimes do simbólico, para acolher na rede pré-existente de significados o objeto ou a situação que se apresenta. (ARRUDA, 2009).

Acerca do embasamento da TRS, Arruda (2009) aponta ainda que o contexto no qual o sujeito se situa deve ser levado em consideração na constituição e elaboração das diferentes representações, destacando que essas representações não se configuram como um agregado decorrente de vários contextos de socialização, mas deve-se levar em consideração a articulação no seio da sociedade, considerando inclusive a dinâmica das relações sociais estabelecidas no cenário da sociedade global, que possui rearranjos, dinâmicas, características diversas, etc. Nesse sentido,

[...] A compreensão das grandes linhas diretoras e demarcadoras desta(s) sociedade(s), bem como da porosidade entre elas, e das resistências e alternativas a elas é indispensável para perceber como as pertenças das pessoas, atravessadas pelas características mais gerais da organização e funcionamento da sociedade se articulam e negociam entre si e, desta maneira, fazem a construção social da realidade. (ARRUDA, 2009).

Abordar as representações sociais como uma forma de conhecimento social, parte do pressuposto de três aspectos, segundo Almeida (2005)⁹:

A comunicação, a (re) construção do real e o domínio do mundo. No que tange ao aspecto da reconstrução do real, as representações sociais atuam como guias de interpretação e organização da realidade, fornecendo os

⁹ ALMEIDA, A. M. de O. Pesquisa em Representações Sociais: Proposições Teórico-metodológicas. In: SANTOS, M. F. de SOUZA.; ALMEIDA, L. M. (Org.). **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Ed. Universitária UFPE, 2005. p. 117-160.

elementos para que os sujeitos se posicionem diante dela e definam a natureza de suas ações sobre esta realidade. (ALMEIDA, 2005, p. 122).

Contextualizando o conceito de Representações Sociais a partir do bojo da teoria formulada por Serge Moscovici, Almeida (2005) destaca ser importante proceder à investigação acerca do pensamento dos indivíduos em relação a um determinado objeto e procurar compreender por que da elaboração desse pensamento, no sentido de se compreender em que sentido essas representações influenciam na maneira de pensar dos indivíduos. Dessa forma, Almeida (2005) enfatiza o caráter dialético das representações sociais, sinalizando que Moscovici (1961) salienta sobre o caráter das representações sociais como produtora de conteúdos que contribuem para a elaboração das representações. Conforme Almeida (2005):

[...] o estudo de uma representação social pressupõe investigar o que pensam os indivíduos acerca de um determinado objeto (a natureza ou o próprio conteúdo da representação) e porque pensam (que funções o conteúdo de uma representação assume no universo cognitivo e social dos indivíduos). (ALMEIDA, 2005, p. 124).

É por isso que Moscovici (2003) destaca que:

Quando estudamos representações sociais nós estudamos o ser humano, enquanto ele faz perguntas e procura respostas ou pensa e não enquanto ele processa informação, ou se comporta. Mais precisamente, enquanto seu objetivo não é comportar-se, mas compreender. (MOSCOVICI, 2003, p. 43).

O campo de estudo das representações sociais na sua interface com o estudo do espaço compreende o estudo da percepção como sendo um dos componentes fundamentais nas análises e interpretações das construções elaboradas pelos diferentes sujeitos que mantém práticas cotidianas diversas com o espaço, dando origem aos diferentes e complexos espaços percebidos e concebidos pelos grupos ou sujeitos.

Serpa (2005), ao proceder à análise conceitual acerca de uma geografia das representações sociais, apresenta uma abordagem que sinaliza para a compreensão das diferentes representações do espaço, buscada através de diferentes procedimentos metodológicos capazes de reunir/englobar as múltiplas representações que os agentes e grupos elaboram a partir da multiplicidade de suas práticas sociais cotidianas. Também defende a importância de se tratar das redes e articulações engendradas por esses diferentes agentes e sujeitos que se consubstanciam nas formas de apropriação e de organização do espaço, interferindo desse modo nos rearranjos e práticas espaciais.

Esse é o ponto que para nós se configura como o cerne da problemática que se busca suscitar com esta pesquisa, sob a perspectiva de se proceder a uma reflexão que leve em consideração as diferentes representações do espaço em Itueta, destacando a multiplicidade de significados dados pelos diferentes sujeitos às suas práticas espaciais, e o modo como esses sujeitos se apropriam e organizam seu espaço, através de rearranjos e de novas dinâmicas nas práticas espaciais na nova Itueta.

Além disso, Serpa (2005) recupera a noção de paisagem no sentido empregado na análise desenvolvida por Cosgrove (1998)¹⁰, ao apontar a idéia de paisagens residuais, dominantes e emergentes, como aquelas paisagens determinadas pelas formas de apropriação pelos diferentes atores sociais. Dessa maneira, Serpa (2005) compara as paisagens residuais de Cosgrove (1998) com as representações do espaço de grupos ou agentes que vêm suas práticas espaciais obliteradas ou dominadas pelas práticas daqueles agentes promotores e porta-vozes de interesses hegemônicos e que se apóiam em estratégias de massificação e de desregulamentação de experiências e vivências de grupos comunitários que possuem múltiplas representações. Conforme aponta o referido autor:

Os procedimentos metodológicos e os conceitos renovados de uma Geografia das Representações Sociais podem ser a chave para o entendimento dos complexos processos cognitivos que resultam da tensão entre percepção e cognição, vivência e experiência, espaços concebidos e vividos. Uma geografia assim pode, sobretudo, explicitar as relações entre cultura e poder nos processos de apropriação social e espacial em diferentes escalas e recortes espaciais, assim como as múltiplas estratégias cognitivas dos diferentes agentes e grupos produtores de 'espaço'. (SERPA, 2005, p. 11).

Portanto, todo esse arcabouço teórico quando relacionado com a situação de populações deslocadas compulsoriamente por projetos de geração de energia elétrica, contribui para análise de geografias das representações sociais que são ricas de conteúdos dinâmicos que criam, recriam diferentes práticas espaciais mescladas de conteúdos simbólicos que muitas vezes não se consideram nos documentos elaborados em virtude da solicitação pelos órgãos ambientais competentes sobre os impactos de obras de projetos de geração de energia, por exemplo, que é o contexto aqui analisado. Dessa forma, conforme se pode observar,

¹⁰ COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**, RJ: Eduerj, 1998. p. 92-123.

através do discurso de preservação do patrimônio, o total descaso com o patrimônio imaterial da cultura,

[...] os recursos e os instrumentos legais de preservação esbarram em concepções reducionistas, direcionando suas atenções para o espaço urbano. Constatamos ainda, nas políticas governamentais de preservação, o foco centrado no patrimônio edificado, conseqüentemente aquele produzido pela classe dominante e o próprio Estado, deixando que se perca um manancial de experiências calcado em diferentes memórias [...]. (MARTINS, 2006, p.176).

Ainda enfatizando a importância do embasamento das representações sociais, Jodelet (2009), nos aponta que:

[...] Levar em consideração o nível subjetivo permite compreender uma função importante das representações. As representações, que são sempre de alguém, têm uma função expressiva. Seu estudo permite acessar os significados que os sujeitos, individuais ou coletivos, atribuem a um objeto localizado no seu meio social e material, e examinar como os significados são articulados à sua sensibilidade, seus interesses, seus desejos, suas emoções e ao funcionamento cognitivo. (JODELET, 2009).

É pensando nessa questão que a reflexão que desenvolvemos sobre as representações sociais em Itueta se justifica, considerando-a de fundamental importância, uma vez que as experiências que serão elucidadas se configuram como matriz dessa inigualável riqueza que compõe a memória do que era a velha Itueta. Sendo assim, é conveniente elucidar os elementos constitutivos dessa memória, levando em consideração que:

O modo de participação social, as relações que se estabelecem e articulam os indivíduos na ação comunicativa são fundamentais na elaboração da identidade a qual está ligada à reprodução do passado por meio da memória que se viabiliza no ato comunicativo. A memória perdida no tempo pode ser recuperada no processo de socialização, em razão de elementos da cultura que são residuais, não se perdem, mas, ao contrário, facilmente se recompõem. O processo de socialização é carregado de geração a geração, como numa reconstrução mágica, no sentido de que as coisas sempre se passaram de um determinado modo [...]. (MARTINS, 2006, p. 177).

Paralelamente aos aportes das representações sociais, o conceito de memória configura-se como um importante conceito na compreensão dos conteúdos dessas representações dos diferentes sujeitos envolvidos na elaboração, apropriação e reprodução do espaço.

Conforme assevera Ribeiro (2001),

[...] o registro da memória é percorrido e encontra-se nos documentos escritos, nas falas, nas vivências, nos signos, nas imagens [...]. A maneira como a população faz do espaço seu habitat e como se organiza mostra a memória como construção da cidadania, originada pela necessidade de reconhecimento do direito à vida e a um espaço na cidade. Ao falar sobre

memória, remetemo-nos não só à lembrança do que se foi, não só ao relato de tempos idos; mas à memória como tudo isso e mais o que isso diz de nós mesmos. (RIBEIRO, 2001, p.15).

Essa é a principal questão problematizadora no estudo das representações sociais da população atingida de Itueta, ou seja, procurou-se compreender os elementos dessa memória que permeiam as percepções dos diferentes grupos acerca desse deslocamento compulsório, bem como sobre o morar na nova cidade. O estudo dessas representações guardam uma estreita relação com os elementos que estão ligados com os aspectos topofílicos, ou seja, as representações sociais aqui abordadas procuram elucidar a experiência de sujeitos que tiveram alteradas subjetividades, elos afetivos com o lugar, a verdadeira topofilia, conforme nos aponta Tuan (1974).

Dessa forma, levanta-se a questão: houve a desconfiguração dos espaços carregados de significados e de simbolismo, etc. com a mudança para a nova cidade de Itueta? E que espaços seriam esses? Por outro lado, também se indaga sobre aqueles elementos que constituem obstáculos ou que representam aspectos negativos em relação à efetiva construção de outras vivências no novo espaço. Dessa forma, através das narrativas de crianças, jovens, adultos e de diferentes grupos sociais, com visões de mundo diversas, realidades múltiplas, etc. é que se buscou reunir elementos indicativos da complexidade das tensões estabelecidas entre empreendimento elétrico, via consórcio formado entre a CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais e a empresa VALE juntamente com a população atingida.

A riqueza do espectro de significados que a população ituetense tinha da velha Itueta é singular, mas rememorada, sentida, partilhada, buscada em novas relações, novas práticas, etc. na nova Itueta. O passado não ficou esquecido, mas constitui-se em força que movimenta o presente.

Nas experiências compartilhadas de localidades que também foram desestruturadas por causa de barragens de hidrelétricas ou de açudes, as vozes não silenciam as perdas nem os conflitos gerados por interesses econômicos que desconsideram a identidade local, a memória, o patrimônio histórico, etc. de populações inteiras de várias partes do Brasil.

Como exemplo, pode ser citado, conforme se encontra em Martins (2006) particularidades de uma comunidade rural – Guassussê (Patronato de Nossa Senhora da Conceição), no estado do Ceará, que vivenciou situações parecidas com as vivenciadas pelos ituetenses e muitas outras populações Brasil afora, em virtude de deslocamentos compulsórios. Dessa forma, Martins (2006) aponta:

Em Guassussê havia dois espaços privilegiados de convivência: o quadrado, onde ficavam a igreja e as casas, e o rio, que corria logo atrás do povoado. Eram dois espaços ricos de relações que integrava aquela gente num processo de socialização, possível principalmente por meio da comunicação interpessoal que desvelava um universo de significados. O rio fascinava a todos. O rio cheio era o orgulho daquela gente. Um rio forte. Um rio *macho*, brincalhão, perigoso às vezes, nunca traiçoeiro. Era rápido e disposto. A alegria dos agricultores e criadores. A alegria das lavadeiras. A alegria da molecada. Os moleques curtiam verdadeiramente o rio, jogando *cangapés* nos lugares mais profundos ou nas canafistulas mais altas. E a maioria passava o dia nas areias do rio, debaixo das moitas, *pastorando* as vazantes, caçando passarinho e exercitando a vida. (MARTINS, 2006, p. 188).

Acrescenta Martins (2006), que as pessoas falam do lugar, do espaço, descrevem o chão, a localização da Igreja, com um encantamento muito especial pelo que reunia sua geografia.

Por outro lado, Bosi (1994) nos fornece elementos consideráveis para a análise de aspectos da memória que se relacionam com a discussão sobre o cotidiano, o apego ao lugar, etc. Em sua abordagem sobre a questão afetiva e sobre a sonoridade das paisagens nos remete ao significado das paisagens para as pessoas ao levar em consideração os elementos que as constituem. Ao destacar o aspecto sonoro, Bosi (1994) argumenta que “[...] ao perdermos uma paisagem sonora sempre poderemos evocá-la através de sons que subsistem ou na conversa com testemunhas que a viveram”. (BOSI, 1994, p. 447).

A referida autora ao argumentar sobre a sonoridade das lembranças nos remete às paisagens sonoras, apontando que:

Há paisagens sonoras selvagens, das florestas, e tranqüilas, das cidadezinhas onde os sons estão sujeitos aos ciclos naturais de atividades e repouso de seus produtores. Insetos, animais e aves têm seu ritmo diário, sazonal: o violoncelo das rãs no tempo chuvoso, o grito da saracura, o pio estridente dos pássaros que no início da primavera aprendem a cantar. O vento nas ramadas, o murmúrio das águas são fontes constantes de informação [...]. (BOSI, 1994, p. 445).

Em Itueta, as paisagens sonoras, entre outros aspectos, eram caracterizadas pelo apito do trem, pelas águas do rio Doce, etc.

1.2. O CONCEITO DE IDENTIDADE EM QUESTÃO E O CASO DE ITUETA, MG

Conforme nos aponta Hall (2007) o conceito de identidade tem sido alvo de muitas discussões, ao mesmo tempo que tem sofrido severas críticas. A crítica principal que tem sido feita a esse conceito diz respeito à idéia de uma identidade que possui traços/características relacionadas à fixidez, à integralidade, unicidade, etc. isto é, aquela concepção de identidade imutável e acabada.

Dessa forma, Hall (2007) cita o tipo de crítica que não elimina totalmente o conceito de identidade como até então era concebido, mas aponta que a perspectiva desconstrutiva da identidade a coloca “sob rasura”. Em suas palavras indica que:

[...] A identidade é um desses conceitos que operam ‘sob rasura’, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma idéia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas. (HALL, 2007, p. 105).

Segundo Hall (2007), os novos significados do conceito de identidade remetem às características de ser estratégico e posicional, que rompe com a representação de um eu estável que não sofre as influências externas e nem mesmo passa por mudanças que acompanham os diferentes períodos históricos. Como argumenta Hall (2007), “[...] As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”. (HALL, 2007, p. 108).

Hall (2007) tece uma argumentação bastante enfática em relação ao rompimento da aceitação da noção de identidade pensada a partir de pressupostos que a vincule a um passado histórico com seus processos e práticas estabelecidos. Dessa maneira, sinaliza que esse passado histórico que se associa a uma identidade definida, deve ser vinculado aos processos e práticas que desestruturem o que está “dado”. Sendo assim, argumenta que:

[...] As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões ‘quem nós somos ou de onde nós viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’ [...]. (HALL, 2007, p. 109).

Outros elementos e fatores também são colocados em evidência quando se desenvolve o conceito de identidade a partir desse viés que Hall (2007) aponta. O referido autor trata a questão das relações de poder que se relaciona diretamente com o processo de diferenciação em uma determinada sociedade, e que se vincula com a identidade, uma vez que se concebe a produção da identidade a partir da diferença.

Além disso, a discussão acerca da identificação dos sujeitos com o espaço que ocupam, vivem, sentem, etc. deve ser entendida sob a lógica da identidade do indivíduo em relação a sua espacialidade. Dessa maneira, a maior identificação do sujeito com o espaço que ocupa perpassa a lógica de seu próprio reconhecimento, uma vez que “[...] a construção e a conquista do direito à cidade está no centro do aumento da identificação dos cidadãos com a cidade que serve de base a sua existência [...]”. (COSTA; GONDAR, 2000, p. 48).

Essa identidade é construída a partir das diferentes subjetivações que os sujeitos apresentam, uma vez que essas se articulam cada vez mais com o:

[...] descompasso causado pelo fim das referências que levam a estabilidade do sujeito, daquele sujeito que se reconhece e é reconhecido como tal, à luz de fenômenos diferenciadores e diferenciados, entre eles o da globalização, que desafia as idéias de identidade, memória, cultura e representação [...]. (COSTA; GONDAR, 2000, p. 58).

Com base nessas reflexões é que procuramos pensar o processo de construção de identidade em Itueta, pensando a partir da perspectiva da construção de novos referenciais e práticas socioespaciais na nova cidade. Isso se dá a partir da concepção dinâmica do conceito de identidade, não como algo dado, pronto e acabado, mas ao contrário, como construção, ao mesmo tempo individual e coletiva. É dessa forma que se pode pensar uma nova identidade, matizada sob os signos da dialética construção e reconstrução, numa complexidade que perpassa o que os ituetenses têm de representação da velha Itueta e da nova, e diante de todas as mudanças já engendradas e aquelas que ainda não se estabeleceram.

Cruz (2008) traz uma abordagem que enfatiza para o contexto da Amazônia questões relacionadas aos espaços de referência identitária e sobre a consciência socioespacial de pertencimento. O referido autor desenvolve sua análise apoiada na idéia de que nos espaços de referência identitária “[...] são forjadas as práticas e

representações espaciais que constroem o sentimento e o significado de pertencimento dos grupos ou indivíduos em relação a um território”. (CRUZ, 2008, p. 59). Além disso, argumenta que:

O sentido de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os nossos sentimentos de pertencimento e de reconhecimento como indivíduos ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território não é algo natural ou essencial, é uma construção histórica, relacional e contrastiva, já que consciência de pertencimento e identidade não são uma ‘coisa em si’ ou um ‘estado ou significado fixo’, mas uma relação, uma posição relacional, uma posição de sujeito construída na e pela diferença. (CRUZ, 2008, p. 59).

Cruz (2008) também desenvolve sua análise se apoiando na discussão que Lefebvre (1986) realiza acerca dos espaços de representação e da representação do espaço. Sendo assim, Cruz (2008) afirma:

No que diz respeito à consciência de pertencimento a um lugar, a um território, essa é construída a partir de práticas e representações espaciais que envolvem ao mesmo tempo o domínio funcional-estratégico sobre um determinado espaço (finalidades) e a apropriação simbólico/expressiva do espaço (afinidades/afetividades). O domínio do espaço, nos termos de Lefebvre (1986), está ligado às representações do espaço (espaço concebido), e a apropriação está mais associada às práticas espaciais e aos espaços de representação (dimensão de um espaço vivido). É na relação dialética entre domínio e apropriação, entre vivido e concebido que é construída a construção socioespacial de pertencimento. (CRUZ, 2008, p.60).

Assim como Cruz (2008) realiza uma reflexão que busca compreender o processo de construção de identidade das populações ribeirinhas na Amazônia, objetiva-se aqui compreender processo semelhante em relação à nova cidade de Itueta. O referido autor destaca a necessidade de se conhecer as experiências culturais das populações, através dos modos de vida, suas territorialidades, bem como os saberes e fazeres coletivos em seus cotidianos.

O autor salienta no contexto da Amazônia como esse processo de formação de uma consciência socioespacial de pertencimento é marcado pela predominância dos aspectos das representações do espaço, uma vez que:

[...] tais identidades são construídas deslocadas das experiências do espaço vivido cotidianamente e têm sua ‘matéria-prima’, sua ‘base’ no conjunto de representações do espaço (concebido), dos planos, teorias, imagens, discursos e ideologias dos atores hegemônicos, como o Estado, o grande capital, os cientistas, os burocratas, os políticos, a mídia, etc. (CRUZ, 2008, p. 61).

Dessa forma, como pensar a força da imagem do rio Doce, para a população de Itueta, que agora já não mais se encontra às margens desse rio? Sob a perspectiva

espacial são inúmeras as implicações que isso traz. Podemos abordar o aspecto da própria organização espacial da antiga cidade, que se dispunha às margens do rio Doce, como mostra Figura 3.



Figura 3: Localização da antiga cidade de Itueta à margem direita do rio Doce.
Fonte: Fonte: Fotografia exposta no museu da cidade nova por meio da exposição realizada pela UHE Aimorés, 2004.

A nova cidade passou a ter uma outra forma, e marcada por outros elementos que caracterizam suas paisagens, como o córrego Quatis, que atravessa a cidade em toda sua extensão, conforme se pode visualizar na Figura 4.



Figura 4: Córrego Quatis que atravessa a nova cidade de Itueta.
Fonte: Priscila Costa (2010).

Uma das transformações que a nova cidade de Itueta apresenta sob o ponto de vista geomorfológico diz respeito à diferença de características do sítio da velha para a nova cidade. Sendo assim, a velha cidade se localizava numa planície, às margens do rio, como já comentado, ao passo que a nova cidade situa-se em um terreno um pouco mais elevado em relação ao antigo leito do rio. Que implicações podem ser

consideradas a esse respeito? Que conseqüências tanto de ordem social e cultural quanto ambiental essa alteração na localização da cidade de Itueta provocou?

Psicologicamente o rio influenciava os moradores da velha Itueta? É possível verificar a influência do rio na vida das pessoas ao analisarmos a obra de Tuan (1974), que nos compartilha a idéia sobre como o meio repercute no modo de vida das pessoas. Nesse caso, como o rio Doce influenciava na sociabilidade dos ituetenses, nas atividades econômicas, nas referências em geral do cotidiano, etc.? Como assinala Cruz (2008) acerca do papel que os rios na Amazônia assumem no modo de vida local:

Esse padrão espaço-temporal se molda a partir de uma forte dependência da natureza, num ritmo lento plasmado num modo de vida e numa sociabilidade pautadas no esquema rio-várzea-floresta. A vida se tece pelas relações estabelecidas com e através do rio. (CRUZ, 2008, p. 49).

Seus argumentos enfatizam que o homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana na Amazônia. Destaca que o rio enche a vida do homem de motivações psicológicas, que o rio imprime à sociedade rumos e tendências e dessa forma cria modos de vida característicos na realidade regional. Cruz (2008) aponta que o rio representa esse espaço de referência identitária.

Com suas peculiaridades e observadas as devidas circunstâncias, podemos dizer que o rio Doce para a antiga Itueta, possui também essa particularidade de imprimir rumos e tendências, caracterizando a realidade socioeconômica, ambiental e cultural da população local. Dessa forma, observar essas tendências é refletir sobre as transformações suscitadas na nova cidade de Itueta, uma vez que a nova cidade não possui mais o rio como referência presente em sua estrutura.

1.3. O COTIDIANO VISTO A PARTIR DE NOVAS PERSPECTIVAS

Na obra organizada por Mesquita e Brandão (1995) encontra-se uma abordagem que aponta o cotidiano numa reflexão que vai além do viés do rotineiro, repetitivo, enfadonho, atributos habituais da vida social. Ao invés disso, analisa-se o potencial criador de práticas sociais, de trocas de experiências e olhares sobre o cotidiano,

valorizando o microcosmo de significações, incluindo aí as redes de subjetividades, afetividades, manifestações, etc. de diferentes sujeitos em seus territórios. Dessa forma, são agrupados diversos encaminhamentos que complementam a exposição e debate sobre a complexidade do cotidiano e às peculiaridades de sua construção, bem como suas nuances, rompimento de paradigmas, construção de redes de solidariedade, etc.

É nessa perspectiva que Petersen (1995),¹¹ ao discutir o conceito de cotidiano como objeto teórico e a maneira como ele se situa como conhecimento científico ou como conhecimento espontâneo do senso comum nos traz uma importante colocação acerca dos limites e das possibilidades de tal conceito, quando o aborda do ponto de vista científico. Em suas palavras:

[...] considero o paradigma da ciência ao mesmo tempo indispensável e insuficiente para o conhecimento do cotidiano. Indispensável, porque nele se estabelece a necessidade de ultrapassar a visão aparente do senso comum; insuficiente, porque ignora por um lado o estatuto do senso comum, da experiência imediata como uma forma de conhecimento e por outro como forma de pensamento por excelência da vida cotidiana. (PETERSEN, 1995, p. 35).

A preocupação com a discussão de cotidiano em relação à problemática que esse trabalho aborda se situa num patamar de destaque, haja vista que pensar o cotidiano numa cidade como Itueta é de fundamental importância, já que se quer problematizar aspectos desse cotidiano alterado pela mudança desencadeada com a transferência para a nova cidade. Elementos do cotidiano na velha e nova cidade de Itueta se mesclam numa dialética que as histórias de seus moradores ricamente elucidam.

Inicialmente, o destaque que se pretende realizar com essa discussão se baseia na significação presente nos relatos dos moradores da antiga cidade, nos quais aparecem elementos da história de vida das pessoas ao descrever hábitos e modos de vida vivenciados na antiga cidade de Itueta. Modos de vida que já não podem mais ser vividos, sobressaindo-se narrativas que enfatizam relações sociais, econômicas, etc. que não podem mais ser reproduzidas.

¹¹ PETERSEN, S. R. F. O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, C. E. (Org.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995. p. 30-39.

Diversos elementos podem ser elencados na composição de uma reflexão e destaque no estudo do cotidiano numa cidade deslocada. Certos aspectos serão enfatizados e rememorados, assim como também serão apontadas particularidades que apresentam os percalços desses espaços sociais construídos pela população em seus diferentes momentos históricos. Dessa forma, deseja-se enfatizar a importância desses elementos na composição e caracterização das representações sociais dos moradores acerca da antiga e da nova Itueta.

É por isso que a indagação acerca de territórios do cotidiano da velha Itueta se faz necessária, considerando olhares que apontam a realidade e o imaginário, numa perspectiva feita por Mesquita (1995) que aborda o cotidiano sob o viés da inventividade, locus da criação, repositório da diversidade de pensamentos e relações sociais.

Pensar e refletir sobre o cotidiano em Itueta perpassa essa forma de abordar a vida cotidiana, como palco da construção de vivências e de troca de conteúdos diversos. Na nova cidade as lembranças do passado reconstróem de uma outra maneira o cotidiano que foi rompido. Dessa forma, a evocação de lembranças da velha cidade conduz muitos moradores para territórios imaginários, que por sua vez leva as histórias de vidas dos moradores a ter novos contornos.

As relações socioeconômicas e de trocas de experiências envolvendo a estrada de ferro são diversas, podendo ser citada a apropriação da mesma como espaço do comércio de frutas locais, como a manga, além de se caracterizar pela possibilidade de meio de transporte com um custo menor em relação ao transporte rodoviário e por esse ser mais acessível à população. A rodovia (BR 259) se situava afastada cerca de 6 (seis) km da antiga sede.

Também caracterizava a vida cotidiana na antiga Itueta a praça arborizada que se localizava bem no centro da cidade, próximo à igreja católica. Esse espaço social pode ser caracterizado como um território palco de encontro de vários grupos sociais, donde se destaca seu potencial da efetivação de experiências, de trocas de conhecimento e de agregação de objetivos, etc. o que se caracteriza como um ponto importante na análise sobre o cotidiano e a perspectiva da construção de territórios do cotidiano.

Ao se refletir sobre a cotidianidade na nova cidade de Itueta questões embasadoras merecem ser destacadas. A vida cotidiana é marcada por práticas sociais espontaneamente efetivadas? Quais seriam essas práticas? Novas ou permanentes? Ou ambas? Os espaços de representação conformam territorialidades a partir de uma vida cotidiana comunitária aos “moldes” da antiga? Quais são os elementos que contribuem ou não para a efetivação de territórios do cotidiano na nova Itueta?

Pensar o cotidiano numa cidade construída a partir de interesses econômicos externos suscita peculiaridades que podem ser observadas, trazidas para a discussão em torno de questões que vão desde a reconstrução de uma nova cotidianidade e as diferentes representações da população que participam de tal processo. E aí vale destacar um aspecto levantado por Mesquita (1995) que ilustra a importância que essa discussão assume para a reflexão que se procura fazer sobre Itueta.

-Sob que condições e em que duração a vida cotidiana nos territórios em que nos situamos é alienante ou promotora de maior consciência individual e social de nós mesmos e de nosso território? Ou melhor: o que se impregna na consciência, o que é duradouro, o que permanece da vida do dia-a-dia, que pode elevar-nos ao humano-genérico, de tal modo que a vida não seja apenas uma sucessão interminável de gestos repetitivos, instintivos e mecânicos ou uma agitação frenética, mas um presente com sementes de futuro intencionalmente melhor para habitantes de territórios de diferentes escalas? (MESQUITA, 1995, p. 25).

Uma outra questão que se destaca no tocante à reflexão sobre as representações em Itueta envolve essa temática da consciência e da participação sobre a construção coletiva do território. Indaga-se sobre essa construção na nova Itueta, ao mesmo tempo em que se reflete sobre o que contribui para a análise da cotidianidade na nova Itueta, ao se levar em conta, os elementos que constituem ou não uma cotidianidade alienante nessa nova cidade. Por outro lado, questiona-se sobre “que elementos caracterizam a vida cotidiana sob o matiz da construção de alternativas e práticas promotoras de ações que se alinhem com a efetiva participação da população em suas práticas cotidianas”?

Sendo assim, abordar aspectos da vida cotidiana em Itueta inclui um movimento dialético de transformações e permanências que caracterizam a especificidade de uma cidade alagada e a construção de uma nova cidade.

A nova cidade de Itueta possui equipamentos urbanos que inexisteriam na antiga cidade, como um museu e o terminal rodoviário, como pode ser observado na Figura 5 que ainda não está em funcionamento. Além disso, a nova cidade dispõe de um espaço apropriado para a realização de festas e eventos, o parque de exposições, onde ocorre a festa da cidade, tendo início no dia 24 de Junho, quando se festeja o padroeiro da cidade, São João Batista.

Além disso, Itueta passou a ter uma quadra poliesportiva e um mercado municipal, porém este equipamento urbano ainda está sem utilização, conforme mostra a Figura 6. Também a cidade passou a ter um setor industrial, dentre outros equipamentos urbanos que foram acrescentados na nova cidade.

Sendo assim, como pensar o cotidiano na nova cidade a partir da efetiva apropriação e significação de espaços ainda não incorporados ao cotidiano da população? Portanto, os espaços ainda não apropriados são simulacros, vazios de significados ou em via de construção de outras subjetividades? É essa construção de subjetividades ou não apropriação de certos espaços na nova cidade que objetivamos refletir com essa pesquisa.

Em relação à praça na nova cidade suas dimensões são muito maiores do que a da antiga cidade. No entanto, como se caracterizam as relações sociais que nela se desenvolvem? Que possibilidades ela enseja ou faz existir? Que conexões ela encerra? Que construções nela se dão? Da mesma forma se reporta à igreja católica, que é um elemento de destaque na paisagem local, onde se observa uma construção diferente da que existia na antiga cidade, como pode ser visualizado nas Figura 7 A e B.



Figura 5: Terminal rodoviário inutilizado.
Fonte: Priscila Costa (2010).



Figura 6: Mercado Municipal desativado.

Fonte: Priscila Costa (2010).

A

B



Figura 7: Primeira igreja católica da nova cidade em A e igreja católica na antiga cidade em B.

Fonte: Priscila Costa (2010) e Arquivo do Sr. Valter Moreira, morador de Itueta.

E ao refletirmos sobre as redes de solidariedade da vida cotidiana construídas a partir da igreja na antiga cidade e as existentes na nova, em que se diferenciam? Que elementos contribuem para a análise desses dois contextos?

Em que consiste afinal a vida cotidiana na nova Itueta? É a partir desse pressuposto que surgem elementos para a reflexão que apontam para a discussão entorno da questão da identidade, do espaço vivido, e fundamentalmente, da concepção de lugar, uma vez que as representações que temos se produzem a partir das perspectivas que trazemos dos lugares que são palco da cotidianidade.

Conforme argumenta Cara (1995):¹²

Podemos definir 'lo cotidiano como um ponto de partida, como la experiencia básica elemental y permanente que alimenta la generación de nuestras representaciones, productor de la sociabilidad e identidad de base. Es también lo local, pero incluye la temporalidad como constituyente esencial. (CARA, 1995, p. 71).

Cara (1995) aborda acerca da temporalidade e histórias de vida ao refletir sobre o tempo do cotidiano. Nessa perspectiva, faz uma abordagem que busca compreender as específicas temporalidades com definições de tempos e movimentos particulares dentro de cada contexto. E, baseando-se nessa abordagem de Cara (1995) refletimos acerca de Itueta, numa comparação entre dois contextos diferentes, antes e após a barragem e o conseqüente alagamento da cidade. A partir disso, tem-se desdobramentos que se tornam latentes numa reflexão sobre o cotidiano de Itueta.

Nesse sentido, a velha cidade de Itueta possuía um ritmo evolutivo e de vivências muito diferenciados em relação à nova cidade, como já foi anteriormente exemplificado em algumas passagens. Mais precisamente no que se refere ao tempo e o cotidiano, Itueta apresentava um movimento e ritmo mais lento. Uma área urbana de pequena dimensão, relações sociais marcadas por intensas trocas. Um exemplo disso é a existência de fortes vínculos afetivos entre vizinhos e amigos.

Em relação aos espaços de representação como a praça e a igreja, na nova cidade houve a reprodução física desses referentes, embora com características diferenciadas, o que também ajuda na compreensão de outros ritmos e práticas espaciais na nova cidade. Nesse sentido, questiona-se como se dá a construção de identidade e a vivência das práticas sociais que marcam a cotidianidade nesses espaços?

¹² CARA, Roberto Bustos. Territórios de lo cotidiano (pontos de partida para la reflexión). In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, C. E. (Org.). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995. p. 67-75.

1.4. A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA PAISAGEM

Vale ressaltar que os conceitos que aqui serão discutidos, paisagem, símbolos, percepção, etc. nos fornecem uma fundamentação dentro da temática que pretendemos refletir no estudo sobre Itueta, em Minas Gerais, haja vista que o nosso objetivo é empreender uma análise que dentre outras questões, problematize sobre as representações sociais em Itueta acerca da assim denominada, velha Itueta, levando em consideração os aspectos da paisagem que referenciavam a subjetividade, a identidade, memória, imaginário, etc. de seus habitantes.

No nosso entender uma reflexão que abarque essas questões se constitui em um conhecimento que visa subsidiar o encontro dos sujeitos no diálogo acerca de seu espaço vivido, das suas experiências cotidianas, buscando não apenas um resgate da história sob o ponto de vista de um retorno ao passado idealizado, entretanto como uma forma de suscitar uma análise que seja baseada em possibilidades de outras práticas sociais e com isso se transformarem em indivíduos-sujeitos que organizam e produzem os espaços de suas vivências.

Dessa forma, deve-se enfatizar que o conceito de paisagem aqui adotado se embasa numa perspectiva que congrega essas intencionalidades e diretrizes acima referenciadas. Sabe-se que este é um conceito-chave na Geografia e que inúmeras são as conotações e atribuições que este conceito encerra. Nessa perspectiva, como nos aponta Corrêa e Rosendahl (1998):

O termo paisagem é extremamente polissêmico, e as acepções disciplinares a ele relacionadas são tão vagas quanto variadas. Para a geografia a paisagem é um conceito-chave, ou seja, um conceito capaz de fornecer unidade e identidade à geografia num contexto de afirmação da disciplina. A importância deste conceito ao longo da história do pensamento geográfico tem sido variada, sendo relegado a uma posição secundária, suplantada pela ênfase nos conceitos de região, espaço, território e lugar, considerados mais adequados às necessidades contemporâneas (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998, p. 7).

O conceito de paisagem que julgamos se adequar às análises visadas diz respeito à noção de paisagem que Berque (1998)¹³ nos aponta, segundo o qual a paisagem é simultaneamente uma marca e uma matriz. Com isso, Berque (1998) está indicando

¹³ BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL. Zeny. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**, RJ: Eduerj, 1998. p. 84-91.

que como marca a paisagem é uma expressão visível, que é impressa pela sociedade na superfície terrestre, e ao mesmo tempo a paisagem é matriz, isto é, ela é a condição e a referência para a existência e para a ação humana. Nas palavras de Berque (1998):

Se por um lado ela é vista por um olhar pelo outro ela determina este olhar. Nas palavras do autor, [...] a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe. [...] a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário que se autoproduz e se auto-reproduz. (BERQUE, 1998, p. 86).

Além dessa concepção vale a pena ser ressaltada a configuração, que na Geografia, se tem buscado em termos de representações acerca do espaço vivido por grupos humanos ou por coletividades que atribuem diferentes significados ao seu ambiente.

Dessa forma, conforme Maciel (2000):

Torna-se evidente o recurso crítico à noção de representação em Geografia. Como criação social e/ou individual de um esquema pertinente do real espacial (GUÉRIN, 1989) as representações ressaltam o sentido e os valores que os indivíduos e grupos atribuem ou assimilam aos ambientes a que se referem. Além disso, tomadas enquanto 'construções interpretativas', as representações possibilitam uma categorização das relações que os homens entretêm com o espaço (DESPIN, 2002). A especificidade inserida pela escolha da noção de paisagem na perspectiva acima assinalada consiste em que esta não é apenas representação, mas existe enquanto parte da realidade exterior, a qual se busca transmitir e compartilhar. Como construção interpretativa, a paisagem metonímica mediará o intercruzamento das experiências individuais e coletivas em um espaço duplamente híbrido entre o material e simbólico, o natural e o humano. (MACIEL, 2000, p.14).

1.4.1. A percepção da paisagem

Em se tratando de aspectos importantes em relação à percepção da paisagem, o elemento cultural tem aqui nessa abordagem, posição de destaque. Tuan (1974) nos assinala que o filtro cultural, que é variável no espaço e no tempo, produz diferenciações que dão origem a variadas percepções do ambiente no qual uma determinada sociedade está inserida. Ainda argumenta a despeito de termos traços comuns em relação à percepção do meio, destaca, porém, que as pessoas jamais verão a realidade da mesma maneira. Além disso, Tuan (1974) aponta a respeito desses traços comuns da percepção, isto é, a estrutura dos sentidos da nossa espécie. Entretanto, afirma que o ser humano dispõe de uma bagagem perceptiva que extrapola os sentidos que nos dotou a biologia.

Nesse sentido, as respostas que os diferentes grupos humanos são capazes de produzir aos estímulos do ambiente, são referentes em grande parte à capacidade de expressar uma linguagem simbólica e abstrata que originou por sua vez uma realidade rica e diversificada, ou seja, conforme assevera Tuan (1974), as visões de mundo são embasadas numa série de aspectos, considerando-se a priori de que maneira a cultura influencia nesse olhar sobre o meio, e da mesma forma, como o meio influencia na percepção e na produção de diferentes visões de mundo. Sendo assim, Tuan (1974) desenvolve uma série de pressupostos que subsidiam tal maneira de abarcar a percepção do ambiente. Dentre eles, o autor aborda a maneira como os elementos constitutivos do ambiente embasam a acuidade perceptiva, por exemplo, quando aponta que certos ambientes são caracterizados por elementos predominantes, que dão o tom da linguagem, como resposta aos estímulos que esses elementos do ambiente faz suscitar.

Dessa forma, Tuan (1974) elenca características particulares de certos ambientes e aponta a maneira como eles influenciam na percepção dos diferentes grupos sociais. Por outro lado, o referido autor faz a proposição de que é na cultura que se pode buscar a matriz de interpretação das respostas ao que é percebido e experimentado. Por isso destaca que se pode encontrar, por exemplo, diferentes percepções a partir de um mesmo ambiente, e da mesma maneira como existem diferenças na avaliação do mesmo meio, uma vez que possui uma “bagagem” cultural diferente, o que engendra por sua vez atitudes e percepções diferentes.

Nas palavras de Tuan (1974):

[...] a cultura e o meio ambiente determinam em grande parte quais os sentidos são privilegiados. No mundo moderno tende-se a dar ênfase à visão em detrimento dos outros sentidos; o olfato e o tato principalmente, por requererem proximidade e ritmo lento para funcionar e por despertarem emoções. Os seres humanos respondem ao meio ambiente de várias maneiras, porém poucas baseiam-se na biologia e transcendem certas culturas [...]. (TUAN, 1974, p. 285).

Além disso, especificamente sobre a cidade, Tuan (1974) nos assegura que a produção desse ambiente se dá a partir dos propósitos humanos e assinala que as cidades antigas representavam o cosmo e a sua “arquitetura”, bem como aponta para o fato de que as cidades, diante das suas complexidades, contêm algum tipo de símbolo que as caracterizam, e ainda que pareça contraditório, algumas cidades podem ser identificadas por um simples símbolo. Como afirma Tuan (1974):

[...] Em uma metrópole moderna o símbolo pode ser uma grande avenida ou praça, um imponente Paço Municipal, ou um monumento que capta a história e a identidade da cidade. As cidades são extraordinariamente complexas, mas algumas são claramente identificadas por uma simples imagem: o Skyline de Nova York e os bondes de São Francisco são alguns exemplos dos Estados Unidos. Uma simples obra com uma arquitetura dramática pode servir para identificar uma metrópole, colocando de lado velhos emblemas históricos [...]. (TUAN, 1974, p. 287).

1.4.2. A paisagem cultural e o urbano

Sauer (1998)¹⁴, em seu artigo sobre a Morfologia da Paisagem intitula a paisagem cultural como o resultado da ação de grupos culturais sobre o meio, este entendido como paisagem natural, que vai ao longo do tempo sofrendo modificações resultantes da ação das diferentes culturas. Côrrea e Rosendahl (1998), numa apresentação sobre leituras acerca da temática paisagem, tempo e cultura, nos trazem aspectos importantes para essa discussão. Dessa forma, os referidos autores ao apontarem a retomada do conceito de paisagem a partir dos anos 1970, assinalam as perspectivas de análise que o conceito encerra, indicando que isso se constitui em dimensões que são simultaneamente “apanhadas” do conceito de paisagem, e que são destacadas em cada abordagem, que são, a saber: a dimensão morfológica, funcional, histórica, espacial e cultural. Na abordagem morfológica, a paisagem representa um conjunto de formas resultantes da criação da própria natureza e da ação humana. A dimensão funcional indica as relações entre as partes que compõe a morfologia da paisagem. A dimensão histórica ressalta a ação humana ao longo do tempo, enquanto se delimita em que porção da superfície essa ação humana se desenvolve, está se destacando sua dimensão espacial, que por sua vez vai expressar valores, crenças mitos e utopias, etc. que por sua vez revelará o conteúdo simbólico da paisagem.

Sauer (1998) nos indica que se deve atentar para certas peculiaridades que a paisagem apresenta bem como de localizá-la em um sistema, não a concebendo como uma parte do real apreendida pelos olhos de um observador. Além disso, acrescenta o caráter da individualidade de cada paisagem e sobre as relações entre

¹⁴ SAUER, C. O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL. Zeny. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**, RJ: Eduerj, 1998. p. 12-74.

diferentes paisagens, assim como suas formas também são conectadas a partir dessa rede de relações.

Desenvolvendo mais considerações sobre o conceito de paisagem, ou melhor, fazendo considerações especificamente sobre o seu conteúdo e sobre a sua distinção em paisagem natural e cultural, Sauer (1998), considera que a paisagem integra duas partes, uma parte que ele chama de uma primeira metade do conteúdo da paisagem, se reportando aos elementos constitutivos do ambiente físico, com a totalidade de seus recursos naturais aí presentes, da mesma forma que designa a paisagem tendo uma segunda metade, que é o componente da expressão cultural que fica registrada na paisagem, ou seja, através da ação humana, a cultura se espacializa, através da paisagem.

Dessa forma, Sauer (1998) considera uma unidade bilateral dessas duas partes, que não são entendidas como fragmentadas, mas numa conjunção que fornece o entendimento da unidade da sua “natureza”. Acrescenta ainda que os grupos que imprimem marcas nas paisagens não são apenas considerados como elementos dessa paisagem, mas, sobretudo, “construtores”, daí porque Sauer (1998) nos adverte para a idéia de se pensar nas pessoas como ligadas às paisagens e responsáveis diretas pela sua fabricação, o que atribui às paisagens os valores, os simbolismos, de cada cultura, etc.

Augustin Berque (1998) trabalha com a idéia de que a paisagem se constitui enquanto marca e ao mesmo tempo enquanto matriz, conforme explicitado anteriormente. Com isso, o autor se refere à idéia de que existe uma relação dos sujeitos com a paisagem que dá origem ou desencadeiam esquemas de percepção e ação que engendram os processos de produção e reprodução das paisagens. Enquanto “marca”, a paisagem se constitui num conjunto de processos físicos, mentais e sociais. Nesse sentido, o autor demonstra duas maneiras de se perceber esse objeto analítico que é a paisagem. Por um lado, considera sua compreensão por meio da busca do significado, através de um observador que lhe dá sentido, através de valorações pessoais, preferências, crenças, etc. De outro modo, a paisagem se constitui enquanto matriz, uma vez que aqui é ela que vai determinar o conteúdo simbólico que o observador passará a remeter.

Assim sendo, Berque (1998), caracteriza a paisagem como plurimodal (passiva-ativa-potencial), considerando que para tal definição, o sujeito também assim se caracteriza por ser plurimodal, de forma que sujeito coletivo e paisagem formam uma unidade num processo de se fazer e de se reproduzir. Como numa espécie de sistematização, Berque (1998) reúne os estudos da paisagem, sob a perspectiva da geografia cultural, em cinco eixos, que caracteriza de: inventário eco-geográfico, das representações, dos conceitos e dos valores; da política e por último, o que ele caracteriza de exame sintético. Salientando que o inventário das representações se refere à maneira como as pessoas percebem a paisagem, bem como à maneira como a sociedade se relaciona com a natureza. Relacionado a essa perspectiva, o inventário dos conceitos e valores entram em cena não só na concepção que se tem da paisagem, mas na maneira de se projetar sobre ela. O inventário das políticas se potencializam sobre as institucionalizações dessas práticas advindas da concepção e representação da paisagem, e a síntese engloba todas essas particularidades que conformam dessa maneira a paisagem, em sua organicidade, singularidade, etc.

É por isso que Corrêa (1998) acerca da perspectiva acima apontada considera a cultura como um filtro transformador que assume papel primordial para a compreensão do espaço. Sendo assim, a sociedade reflete a complexidade da sua organização, numa interdependência entre essas várias esferas (inventários), o que permite compreender a forma de organização de determinado espaço, bem como permite refletir sobre a maneira como as pessoas elaboram suas representações desses espaços.

1.4.3. Os símbolos e a paisagem

Na abordagem da paisagem que leve em consideração o papel desempenhado pelo simbólico é importante caracterizar a conceitualização que abarque a dimensão subjetiva e múltipla desse conceito, e não a perspectiva objetivante que este pode assumir. É então, esse conteúdo simbólico fruto de um processo socialmente construído e dinâmico o que deve basear a noção de paisagem que aqui se aponta.

Dessa forma, conforme indica Haesbaert (1999):

[...] Partilhamos da concepção daqueles que, na semiologia, entendem o símbolo não como sinônimo de signo ou de simples ‘representação’ ou ‘substituição’. Enquanto o signo *stricto sensu* é muito mais arbitrário e mais racional, no sentido de uma convenção abstrata geral, dotado de um sentido mais primário e literal, o símbolo mantém uma relação mais direta com a coisa nomeada e ao mesmo tempo, mais carregado de subjetividade, ele teria uma abertura para levar a outros sentidos, indiretos, secundários e, de alguma forma, inesperados. No símbolo haveria sempre um deslocamento de sentido, nunca de todo definido ou explicado. (HAESBAERT, 1999, p. 177).

Além disso, Maciel (acesso em 10 jun. 2009, p. 12) afirma que a “[...] mobilização de narrativas mais ou menos míticas pelo imaginário geográfico se faz em relação direta com o espaço – conteúdo e continente dos simbolismos – o que nos permite uma abordagem não-idealista da questão [...]”. Em relação à paisagem, o referido autor argumenta: “[...] Como modo de ligação entre o espaço e a imaginação, ela carrega códigos e símbolos territoriais instituídos coletivamente.” (MACIEL, acesso em 10 jun. 2009, p. 12).

Em se tratando de conteúdo simbólico da paisagem é de fundamental importância relacionar a discussão sobre o imaginário no que diz respeito aos conteúdos que perpassam esse simbólico. Dessa maneira, Ferrara (2000) argumenta que:

[...] o imaginário corresponde à necessidade do homem de produzir conhecimento pela multiplicação dos significados, atribuir significados a significados; suas produções não são únicas, mas se acumulam e passam a significar mais por meio de um processo associativo no qual um significado dá origem a um segundo ou terceiro e, assim sucessivamente. (FERRARA, 2000, p.124).

Dessa forma, numa correlação entre paisagem e imaginário, a paisagem se constitui num elemento fundamental do simbolismo, uma vez que ela parte da noção de lugar aos espaços mais subjetivos através do imaginário. E, além disso, ao considerar as paisagens como conjuntos de signos nos permite também concebê-la como conjunto de textos, e como tal, devendo ser lidos e interpretados, o que nos leva à questão da procura dos múltiplos significados que ela enseja. (FERRARA, 2000).

Conforme assevera Maciel (acesso em 10 jun. 2009) acerca de uma análise do significado dos rios em Recife, dadas as multiplicidades de percepções que movimentam o imaginário e que produzem e reproduzem ações e comportamentos, tem-se que:

As imagem-símbolo dos rios e pontes de Recife é um tipo de metonímia geográfica baseada numa relação integrativa (sinedócica) entre natureza e cultura num sítio urbano de estuário. Pois bem, como este processo é deslançado a partir de um lugar específico, e não na busca de construir um

tipo ideal abstrato, a metonímia atinge uma consistência histórica e geográfica profunda, projetada nas percepções e comportamentos daqueles que a mobilizam, re-interpretam e integram em novos sistemas de metáforas. Esse poder direcionador do imaginário pela paisagem é o que a faz matriz de comportamentos e ações, como ensina Augustin Berque (1998). (MACIEL, acesso em 10 jun. 2009, p. 12).

Assim, como pensar essas significações na Nova Itueta em relação a essas percepções das imagens-símbolo do rio Doce? O que esse rio representava para distintos sujeitos em seu cotidiano? Que significados permanecem em seus imaginários? Que construções e reconstruções podem ser interpretadas de uma cidade (Nova Itueta) que não possui mais o rio Doce como referência (simbólica, cultural, econômica, etc.) na paisagem de seus habitantes?

Ainda nos reportando a uma outra referência acerca da dimensão simbólica e sobre o elemento rio, Crema (2005), ao discutir acerca de população também deslocada por causa de empreendimento hidrelétrico na cidade de Nova Ponte, em Minas Gerais, nos relata sobre o rio Araguari, os usos que nele se tinha, seus referenciais para a população, seu pulsar, sua simbologia, etc. Dessa forma, como ricamente nos diz Crema (2005):

[...] Os lugares do rio como os da cidade velha, também eram nomeados e velhos conhecidos dos moradores de Nova Ponte: Aquilo lá é minha paixão. Ele vai acabar. Nós, não. Nós, aqui, não. Nós fazemos outra casa, outra igreja. O rio, o Salto, não [...] não fazemos outro. Declarou Décio Inácio da Silva, morador da velha cidade de Nova Ponte. (CREMA, 2005, p. 43).

De outra forma se percebe a rica conexão dos sujeitos com o rio, ao identificar os seus respectivos lugares que o rio ensejava. Como aponta Crema (2005):

Assim como seu Morse Caetano tinha um banquinho fixo na Praça São Miguel, alguns pescadores também tinham seu lugar no rio, como Sebastião Fagundes, que costumava deixar sua linha de pesca, presa a algumas pedras próximas ao poço Jaú, durante a noite e só na manhã seguinte voltava lá para buscar o peixe. Ele explicava: 'Ninguém mexe porque sabe que o peixe é meu'. (CREMA, 2005, p. 43).

Pensar nas questões simbólicas pressupõe um conjunto de significados, percepções, representações e diferentes imaginários que se pode atribuir ou qualificar a paisagem. Essas têm sido as incursões mais recentes de uma Geografia Cultural que leve em consideração os aspectos mais distintivos das diferentes sociedades humanas e a maneira como estas organizam e dão sentido ao ambiente de suas vivências e experiências.

CAPÍTULO 2: EXPERIÊNCIAS DE IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL COM DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS

Neste capítulo serão abordados exemplos de implantação de usinas hidrelétricas no Brasil, com deslocamentos de população. Sendo assim, a partir de um breve histórico da hidroeletricidade brasileira, serão discutidos os principais impactos e conseqüências vividas pelas populações deslocadas por empreendimentos hidrelétricos no Brasil. No quadro a seguir, são destacadas as principais hidrelétricas analisadas sob a perspectiva do deslocamento populacional.

2.1. BREVE HISTÓRICO DA HIDROELETRICIDADE BRASILEIRA

A matriz energética brasileira depende principalmente de aproveitamentos hidrelétricos. Segundo levantamento realizado por Bermann (2007), de acordo com dados da ANEEL (2007), no Brasil, a hidroeletricidade é responsável por cerca de 76,6% da capacidade instalada de geração no país, e por 82,8% da eletricidade consumida. Vale ser destacado que nesse contexto o planejamento da expansão da potência instalada tem se baseado principalmente na construção de novas usinas hidrelétricas, sendo que a realidade dos empreendimentos se pauta num processo de implantação que está baseado em licitações concedidas antes da obtenção da licença ambiental, e ainda, vários desses empreendimentos possuem alto potencial de impacto ambiental, afetando ecossistemas, bacias hidrográficas, sem avaliação de sinergias e interdependências.

Em relação aos programas ambientais projetados para a “mitigação” dos impactos causados por tais empreendimentos, estes são caracterizados pelo não atendimento satisfatório das demandas econômicas e ambientais, além

disso, caracterizam-se por serem programas ambientais pontuais e individualizantes.

Segundo Bermann (2007) no que se refere à utilização dos recursos hídricos, o panorama da geração de energia elétrica no Brasil “[...] tem sido considerada uma prioridade, apesar de uma legislação antiga que já estabelecia os princípios do uso múltiplo das águas, como o Código das Águas de 1934 [...]”. (BERMANN, 2007, p. 139). Bermann (2007) aponta ainda que a Lei n.9.433, de 8 de janeiro de 1997, definidora da Política Nacional de Recursos Hídricos e dos instrumentos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, apenas corrobora esses princípios, sem torná-los efetivamente executáveis.

No que diz respeito à implantação de hidrelétricas tem-se a regulação por parte de dois órgãos do governo, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), criada pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, em substituição ao antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) que foi extinto no processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro. E o outro órgão é a Agência Nacional das Águas (ANA), criada pela Lei nº. 9.984 de 2000. Deve ser acrescentado que existia a superposição de competências entre os dois órgãos, que por sua vez só foi parcialmente superada com a Resolução nº. 131, de 11 de março de 2003, que estabeleceu como competência da ANA a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), impondo à ANEEL a responsabilidade pela obtenção prévia da referida DRDH, como pré-requisito para a licitação de concessão ou autorização do uso do potencial hidráulico.

Acrescenta-se a esse panorama a criação de um outro órgão, em apoio ao Ministério das Minas e Energia, que é a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) com atribuições definidas pela Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, com as seguintes atribuições: considerar a promoção dos estudos de potencial energético, incluindo inventário de bacias hidrográficas, e a promoção dos estudos de viabilidade técnico-econômica e socioambiental de usinas

hidrelétricas, bem como a obtenção da Licença Prévia Ambiental para aproveitamentos hidrelétricos.

Em relação ao potencial hidrelétrico brasileiro, Bermann (2005), baseando-se em dados da ELETROBRAS (2005) explicita que esse potencial é composto pela soma da parcela do potencial estimado (remanescente + individualizado) com a do potencial inventariado. O valor identificado pelo potencial inventariado está mais próximo da possibilidade de ser implementado. Corresponde a soma do potencial de projetos identificados em bacias hidrográficas já inventariadas, com o potencial dos estudos de viabilidade e de projeto básico, além do potencial de usinas já em construção e em operação. Bermann (2007) ainda em conformidade com dados obtidos de relatórios da ELETROBRAS (2005) e ANEEL (2007) cita:

A capacidade instalada das usinas hidrelétricas atualmente em operação (cerca de 74 mil MW) representa não mais que 28,4% do potencial hidrelétrico total no Brasil, estimado em 260,1 mil MW. Essa situação é utilizada como argumento para aqueles que preconizam uma expansão mais vigorosa dos projetos de usinas hidrelétricas no Brasil. (BERMANN, 2007, p.140).

Esse potencial hidrelétrico brasileiro pode ser visualizado na Tabela 3 em que se tem o total inventariado por bacia hidrográfica.

Tabela 3: Potencial Hidrelétrico brasileiro por bacia hidrográfica – situação em dezembro de 2000

Bacia Hidrográfica	Total (MW)	Total (%)
Bacia do rio Amazonas	105.410	40,5
Bacia do rio Tocantins	27.540	10,6
Bacia do Atlântico Norte/Nordeste	3.402	1,3
Bacia do rio São Francisco	26.319	10,1
Bacia do Atlântico Leste	14.092	5,4
Bacia do rio Paraná	60.378	23,2
Bacia do rio Uruguai	13.337	5,1
Bacia do Atlântico Sudeste	9.617	3,7
Brasil	260.095	100,0

Fonte: ANEEL, 2002.

Org. Priscila Costa (2011).

Sendo assim, segundo relatório da ANEEL (2010), a hidroeletricidade, historicamente predominante na matriz brasileira, representava, no final de 2009, 71% da capacidade, com 165 empreendimentos com potência de 75.484,24 MW, conforme mostrado na Tabela 4, contra 73% em 2008.

Tabela 4: Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica (Em Operação) Em 2009

Tipo	Número de empreendimentos	Potência (MW)	%
Usina hidrelétrica – UHE	165	75.484,24	71,01
Pequena central hidrelétrica– PCH e Central geradora hidrelétrica - CGH	663	3.126,13	2,94
Usina termelétrica– UTE	1313	25.081,35	23,59
Central geradora eólica– EOL	36	602,28	0,57
Central geradora fotovoltaica– SOL	1	0,02	0,00
Usina termonuclear – UTN	2	2.007,00	1,89
Total	2180	106.301,02	100,00

Fonte: ANEEL, 2010.

Org. Priscila Costa (2011).

Além disso, a ANEEL (2010) registra que a queda da participação da hidroeletricidade foi superada pela expansão de todas as outras fontes, exceto pela energia termonuclear, que caiu de 1,96% para 1,89%, por sua vez, a termoeletricidade, que fica em segundo lugar de destaque, teve sua participação aumentada de 22,18% para 23,59% do total, divididos entre 1.313 usinas com capacidade de 25.081,35 MW. E, a geração por Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Centrais Geradoras, aumentou de 2,54% para 2,94%, como mostra a tabela 4 para o ano de 2009, na comparação com o ano anterior, enquanto a geração eólica subiu de 0,33% para 0,57%.

Apesar dessa queda apresentada pela participação da hidroeletricidade na matriz elétrica brasileira ainda se tem o predomínio de projetos de empreendimentos hidrelétricos no país em comparação com as outras fontes energéticas. Em relação ao potencial hidrelétrico do país deve ser ressaltado a questão dos impactos decorrentes da expansão da capacidade instalada da hidroeletricidade. Conforme elucida Bermann (2007):

As possibilidades de expansão da capacidade hidrelétrica a ser instalada no Brasil, entretanto, encontra muitos problemas. Praticamente a metade desse potencial (50,2%) encontra-se localizado na região amazônica, principalmente nos rios Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós. As conseqüências sociais e ambientais da possibilidade de implantação dos empreendimentos hidrelétricos previstos na região, envolvendo questões como as relacionadas com reservatórios em terras indígenas ou a manutenção da biodiversidade, exigem atenção e cuidados muito além da retórica dos documentos oficiais. (BERMANN, 2007, p. 140).

Além disso, Bermann (2007) aponta o significativo potencial hidrelétrico a ser aproveitado nas bacias dos rios Paraná e Uruguai, representando cerca de 29% do total. O autor acrescenta que:

Nessas regiões do Sul do país, caracterizadas por uma elevada densidade populacional nas áreas rurais, o processo de 'deslocamento compulsório' dessas populações ribeirinhas para a formação dos reservatórios dos empreendimentos hidrelétricos previstos também exige toda a atenção e cuidados, para que não se reproduzam os problemas verificados no passado recente. (BERMANN, 2007, p. 140).

No que se refere às demais bacias hidrográficas, Bermann (2007) assinala a restrita disponibilidade hídrica para novos aproveitamentos hidrelétricos nas bacias Atlântico Leste, São Francisco, Atlântico Sudeste e Atlântico Sul. Bermann (2007) ainda enfatiza a noção de "potencial hidrelétrico" dos cursos d'água, chamando a atenção deste em oposição a outros possíveis "potenciais", como ele enumera: "[...] pesqueiro; irrigação; turístico; cultural; de biodiversidade". (BERMANN, 2007, p. 141). Dessa maneira, alerta sobre a acentuada prioridade da geração elétrica em comparação com os demais usos das águas.

2.2. HIDRELÉTRICAS E A QUESTÃO AMBIENTAL

Quando se procede a uma análise sobre impactos de hidrelétricas surgem questões que se tornam pertinentes a toda discussão referente a essa temática. Desse modo, destacam-se os conflitos que ocorrem em torno do controle sobre os recursos e potenciais naturais existentes e, ao mesmo tempo, também em torno da justa e adequada compensação pelos danos e inconvenientes suportados pelas famílias atingidas antes, durante e após a inundação das áreas que habitavam. Nos diversos territórios palco dessas disputas por terras e águas suprimidas de populações tradicionais, de comunidades ribeirinhas e outras comunidades que mantinham formas de organização territorial que garantiam a sobrevivência das populações são recriadas formas de reestruturações que muitas vezes se traduzem em experiências traumáticas

que demonstram muitas perdas: ambientais, socioeconômicas, culturais, etc. que representam o total desrespeito às vidas de milhares de pessoas que acabam sendo sucumbidas a uma deterioração de suas qualidades de vida.

Dessa forma, o que as experiências de implantação de usinas hidrelétricas revelam demonstram o quanto esses projetos estão distantes de promoverem melhoria da qualidade de vida para as populações onde esses empreendimentos se destinam. Há uma série de impactos que são comuns a esses empreendimentos. Dentre esses, como aponta Bermann (2007), tem-se:

- alteração do regime hidrológico, comprometendo as atividades a jusante do reservatório;
- comprometimento da qualidade das águas, em razão do caráter lântico do reservatório, dificultando a decomposição dos rejeitos e efluentes;
- assoreamento dos reservatórios, em virtude do descontrole no padrão de ocupação territorial nas cabeceiras dos reservatórios, submetidos a processos de desmatamento e retirada da mata ciliar;
- emissão de gases de efeito estufa, particularmente o metano, decorrente da decomposição da cobertura vegetal submersa definitivamente nos reservatórios;
- aumento do volume de água no reservatório formado, com conseqüente sobrepressão sobre o solo e subsolo pelo peso da massa de água represada, em áreas com condições geológicas desfavoráveis (por exemplo, terrenos cársticos), provocando sismos induzidos;
- problemas de saúde pública, pela formação dos remansos nos reservatórios e a decorrente proliferação de vetores transmissores de doenças endêmicas;
- dificuldades para assegurar o uso múltiplo das águas, em razão do caráter histórico de priorização da geração elétrica em detrimento dos outros possíveis usos como irrigação, lazer, piscicultura, entre outros. (BERMANN, 2007, p. 141).

Além desses impactos destacados por Bermann (2007), devem ser apontados outros, como a perda da biodiversidade, como por exemplo, o desmatamento, com perda de várias espécies vegetais e animais. Dentre esses vegetais figuram a Mata Ciliar que protege as margens dos rios. Muitas espécies animais sucumbem em razão de alagamento de seus habitat. Portanto, perda de ecossistemas e alteração das condições dos remanescentes. Uma alteração bastante incisiva diz respeito ao ecossistema aquático, pois com a formação do reservatório, muitas espécies de peixes deixam de existir.

2.3. HIDRELÉTRICAS E A QUESTÃO DO DESLOCAMENTO POPULACIONAL COMPULSÓRIO

O estudo de deslocamento compulsório desencadeado por implantação de hidrelétricas se caracteriza pela sua enorme complexidade. Em primeiro lugar, haja vista a complexa inter-relação entre variáveis sociais, econômicas, técnicas, demográficas, ecológicas e políticas, abalizadas pelo gigantismo dos impactos que esses projetos causam somado à diversidade de ações e resultados, além da brusca transformação que as obras são traçadas. Nesse sentido, observa-se que os roteiros e diretrizes trazidos e reproduzidos nos manuais de licenciamento ambientais e as exigências das agências e órgãos ambientais se consubstanciam em verdadeiras “maquiagens” de apresentação de um projeto que “não se pode” inviabilizar. Isso é vivenciado nas experiências de implantações de hidrelétricas espalhadas pelo Brasil, uma vez que por trás desses projetos encontram-se grandes empresas públicas e privadas em parcerias dentro de uma lógica desenvolvimentista. A partir disso, sabe-se que são lógicas que se fazem valer através do poder econômico, político, etc. que essas empresas detêm.

Segundo Bermann (2007):

As usinas hidrelétricas construídas até hoje no Brasil resultaram em mais de 34.000 km² de terras inundadas para a formação dos reservatórios, e na expulsão – ou ‘deslocamento compulsório’ – de cerca de 200 mil famílias, todas elas populações ribeirinhas diretamente atingidas. (BERMANN, 2007, p. 142).

O Movimento de Atingidos por Barragem - MAB (2010) em uma de suas matérias¹⁵, traz para a discussão uma importante reportagem falando sobre o planejamento que prevê para os próximos dez anos, segundo o Plano Decenal de Energia Elétrica – PDEE 2019 do governo Federal, mais de 60 grandes barragens e centenas de PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas. Segundo apontamentos trazidos nessa matéria, caso esses projetos sejam implementados serão atingidas milhares de pessoas e um montante considerável de hectares de terras inundadas, além da perda de expressiva

¹⁵ Mais Barragens e milhares de novos atingidos em todo o Brasil. Jornal do MAB. Nº 15. Novembro de 2010.

cobertura florestal. Só para se ter idéia do gigantismo dos impactos, o MAB (2010) respaldando-se no documento citado enfatiza que:

[...] Em função desse crescimento, o governo planeja acrescentar mais 61% ao que existe atualmente na oferta de energia, chegando em 2019 com 167.078 MW de potência instalada no SIN (Sistema Integrado Nacional). Ou seja, nos próximos anos vai aumentar o processo de construção de barragens em todas as partes do Brasil, principalmente na região Amazônica, por concentrar os maiores potenciais hidrelétricos. Os investimentos previstos até 2019 em geração de energia elétrica serão de R\$ 175 bilhões (100 bi em hidrelétricas), sendo que pelas regras de financiamento atual do BNDES, 75% deste valor sairão dos cofres públicos. (MAB, 2010, p. 6).

Nesse sentido, os impactos desses projetos de construção de hidrelétricas suscitarão muitas questões, que não são contempladas pelos empreendedores de hidrelétricas, pois geração de energia elétrica não se caracteriza em melhoria das condições de vida da população, e sim atendimento de um mercado que a partir da geração de energia elétrica reproduz lucros que não são repartidos para a população, uma vez que sua produção se mantém por grupos de empresas e companhias que reproduzem o capital de uma maneira barata, com subsídios do governo.

Conforme aponta Mesquita (2004)¹⁶, “O atual modelo energético brasileiro, unimodal, dependente das hidrelétricas é altamente predatório para a natureza e para a sociedade [...]”. (MESQUITA, 2004, p. 2). Além disso, a autora enfatiza que a expansão das hidrelétricas não resolve a situação vulnerável que o setor elétrico no país enfrenta, já que está baseado num modelo energético que possui concentração em uma matriz energética. Sendo assim, Mesquita (2004) aponta que:

É no ambiente de cerrado, ecossistema marginalizado pelas leis ambientais e pelos diversos programas governamentais, que vários projetos estão em fase de estudo, licenciamento e de construção, especificamente para geração de energia elétrica, tais como: AHE de Nova Aurora, Goiandira, Serra do Paredão II e Foz da Laje II no Rio Veríssimo; Serra do Facão, Paraíso, Paulistas e Mundo Novo no Rio São Marcos; Serra da Bocaina no Rio Paranaíba; Corumbá II, Corumbá III e Corumbá IV no Rio Corumbá; Farofa, Rancho,

¹⁶ MESQUITA, H. A. de. **As barragens para aproveitamento hidrelétrico (AHE):** A mais recente ameaça ao bioma Cerrado. Revista da UFG, Vol. 7, No. 01, junho 2004. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/G17_barragens.html. Acesso em: 23 Maio. 2010.

Quilombo e Tabocas no Rio Meia Ponte. Estamos na iminência de vivermos um brutal desastre ambiental se alguma medida não for tomada em defesa do ambiente e da sociedade. (MESQUITA, 2004, p. 3).

Mesquita (2004) explicita que somado a esses projetos de novas barragens, tem-se os problemas daquelas barragens que já se encontram em operação como: Emborcação, Itumbiara, Cachoeira Dourada e Canal de São Simão, no Rio Paranaíba, Corumbá I, no Rio Corumbá e Rochedo no Rio Meia Ponte, o que faz com que, em uma área de raio não superior a 250 Km, se tenha vinte e duas barragens contribuindo para uma transformação drástica da paisagem do Sudeste Goiano.

No Estado de Goiás são oitenta hidrelétricas projetadas, e se construídas, deverão inundar uma imensa área, observando que, do lado mineiro, na margem esquerda do Rio Paranaíba, mais de uma dezena de barragens completarão o cenário agonizante do cerrado brasileiro. Sendo assim, Mesquita (2004) destaca que:

Está proposto o represamento de todos os principais afluentes do médio e alto curso dos Rios Araguaia, Tocantins e Paranaíba, do lado goiano, comprometendo os poucos trechos de água corrente ainda existentes. Além do mais, trata-se de modificar substancialmente o regime hídrico das médias e microbacias hidrográficas a montante de cada reservatório, acarretando ajustamentos flúvio/erosivos nas cabeceiras de drenagem, já castigadas pela falta de ordenamento e planejamento do uso do solo, quer pelo adensamento populacional urbano, como no entorno de Brasília, quer pela expansão da fronteira agrícola para a produção em larga escala. As grandes fazendas modernizadas (empresas rurais), que ocupam os topos das chapadas, exercem pressão sobre os ambientes de veredas e de matas ciliares. Esses empreendimentos, no seu conjunto, acarretam uma série de macro-impactos ecológicos irreversíveis que estão sendo ignorados ou negligenciados pelos órgãos e agências de fiscalização e licenciamento ambientais. (MESQUITA, 2004, p. 3).

Além disso, Mesquita (2004) delinea a situação do bioma Cerrado frente ao modelo energético brasileiro, ao apontar as formas de descaracterização e superexploração dos recursos e da expropriação de populações de áreas que possibilitavam a prática de agricultura não capitalizada. Sendo assim, Mesquita (2004) expõe que:

[...] se o modelo energético brasileiro é excludente e predador como um todo, quando se expande às áreas de cerrado, os impactos ambientais e sociais se agravam. O cerrado é um ambiente extremamente explorado especialmente pela agricultura modernizada, que em menos de trinta anos, modificou drasticamente

a paisagem, com destaque para os extensos chapadões que se tornaram imensos 'mares' de soja. Os camponeses que não sucumbiram à *modernização* foram 'empurrados' para as áreas enrugadas e para os vales dos rios, onde ainda resistem como produtores. A construção de barragens nos rios do cerrado desaloja esses camponeses que deixam de ser produtores e se tornam tão somente consumidores, potencializando os já graves problemas urbanos, além de afogar as últimas áreas de refúgio de fauna e flora típicas do bioma cerrado. (MESQUITA, 2004, p. 4).

Essa descrição feita por Mesquita (2004) sobre a situação das áreas do cerrado nas quais empreendimentos hidrelétricos têm realizado reestruturações que alteram profundamente as características desse ecossistema, mostra a lógica capitalista que se reproduz em toda a parte através das mesmas formas de se consolidar, gerando além da perda da biodiversidade local, os laços e tecituras da trama social, econômica, política e cultural de um determinado lugar. E, na maior parte das vezes, as reestruturações desencadeadas conseguem impor alterações tão drásticas que se apresentam como difíceis de serem trocadas por projetos alternativos de desenvolvimento socioeconômico local.

A capacidade de suporte que os grandes empreendimentos podem oferecer às populações atingidas é negada, pois se configura como gastos desnecessários frente aos investimentos que os empreendedores tiveram de fazer na região onde se implantou um determinado projeto hidrelétrico. Nessa situação, tais gastos feitos pelo empreendedor não se enquadram como "favores", pois se trata na verdade, de expropriação de riquezas de toda ordem, de bens e patrimônios que não são nem minimamente compensados pelos chamados mecanismos de compensação ou formas de indenização que em cada contexto possa ser levado a termo.

Dessa forma, a questão principal suscitada por estes deslocamentos compulsórios diz respeito a uma análise que contemple os desafios associados às perdas sofridas por essas populações atingidas e que são irreparáveis. Desde as perdas do patrimônio material à destruição de estruturas sociais, culturais, etc.

É por isso que Bermann (2007) afirma que:

No relacionamento das empresas do setor elétrico brasileiro com essas populações, prevaleceu a estratégia do 'fato consumado' praticamente em todos os empreendimentos. Enquanto a alternativa hidrelétrica era sempre apresentada como uma fonte energética 'limpa, renovável e barata', e cada projeto era justificado em nome do interesse público e do progresso, o fato é que as populações ribeirinhas tiveram violentadas as suas bases materiais e culturais de existência. As obras promoveram o deslocamento forçado dessas populações, acompanhado por compensações financeiras irrisórias ou inexistentes; o processo de reassentamento, quando houve, não assegurou a manutenção das condições de vida anteriormente existentes. (BERMANN, 2007, p. 142).

Também são enumerados os problemas que se relacionam a esse contexto de formação de reservatório e expulsão de populações. Dentre esses se destacam a perda de qualidade da água, ocorrência de diversos problemas de saúde, pois há o aumento de doenças endêmicas, inundação de terras cultiváveis e de produção, além da perda de reservas de biodiversidade, problemas de segurança das populações a jusante do reservatório, dentre outros.

Dessa forma, Zitzke (2007) faz uma retrospectiva dos principais empreendimentos hidrelétricos com deslocamentos compulsórios a partir da década de 70, iniciando a abordagem a respeito da UHE Sobradinho e descreve características das seguintes hidrelétricas: UHE de Itaparica, Itaipu, de Santo Capanema, UHEs de Machadinho e Itá, Tucuruí, Complexo Hidrelétrico Altamira, UHE Samuel e Balbina. Assim como Zitzke (2007), Santos (2007) elenca alguns desses empreendimentos implantados a partir de 1970, e enfatiza a sua distribuição regional no país. Dessa forma, argumenta que:

A partir do início dos anos 70, o Estado Brasileiro desencadeou um amplo programa de geração de energia hidrelétrica, através da implantação de grandes barragens, utilizando uma tecnologia que implica a formação de grandes lagos, conseqüentemente, inundando grandes extensões de terras, sendo estas terras em sua maioria ocupadas por camponeses. Ao longo destas três décadas, verificou-se a construção simultânea de várias barragens, espalhadas por todas as regiões do País. Por exemplo, na Região Nordeste: Moxotó, Sobradinho, Itaparica; na Região Sul: Passo Fundo, Salto Santiago, Itaipu; na Região Norte: Tucuruí, Balbina e Samuel; na Região Central: Itumbiara. (SANTOS, 2007, p. 50-51).

Ainda, segundo Santos (2007):

Nas décadas de 80 e 90, destacam-se: no Sul, as Barragens de Itá e Machadinho no rio Uruguai, e a Barragem de Porto Primavera, no rio Paraná; no Nordeste, a Barragem de Castanhão, no Ceará; na região Centro-Oeste, a barragem de Serra da Mesa, no Alto Rio Tocantins,

Goiás; no Centro-Oeste, Barragens do Vale do Jequitinhonha e do Alto Rio Doce, em Minas Gerais, e Barragem do rio Paraíba, nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, apenas para citar as principais. Em 1989, havia no Brasil 516 barragens, com distintos fins (ELETROBRÁS, 1990). Algumas destas resultaram na formação de alguns dos maiores lagos artificiais do mundo: Sobradinho (3.970 km²), Tucuruí (2.830 km²), Balbina (2.360 km²), Serra da Mesa (1.784 km²), Itaipu (1.350 km²). (SANTOS, 2007, p. 51).

A análise da implantação de barragens no Brasil, segundo Santos (2007), aponta que no final da década de 1986 ainda não se tinha diretrizes por parte da ELETROBRAS que tratasse do deslocamento compulsório da população. Santos (2007) demonstra que essa reivindicação vai começar a aparecer com a implantação da UHE de Sobradinho em 1979, tornando-se públicas as discussões sobre reassentamento. Sendo assim, Santos (2007) mostra que:

[...] Inicialmente posta através de manifestações da própria população e de membros da hierarquia da Igreja Católica, esta questão, posteriormente, chega ao Congresso Nacional, com a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1983, solicitada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). De acordo com Sigaud (1986, p. 16-19), uma das principais questões enfatizadas pela organização sindical dos trabalhadores rurais era a ausência de um plano de 'realocação' para a população rural atingida. (SANTOS, 2007, p.51-52).

Sobre a UHE Sobradinho, construída entre 1974 e 1979 no trecho médio do rio São Francisco, Zitzke (2007) aponta:

[...] o projeto foi planejado a partir de critérios unicamente de engenharia, com pouca ou nenhuma referência às questões sociais ou ambientais. Inundou uma área de 4.250 Km²¹⁷ incluindo grande porcentagem de terras agrícolas passíveis de irrigação e várzeas produtivas, deslocando cerca de 60.000 pessoas. (ZITZKE, 2007, p. 114).

Segundo Santos (2007) o número de deslocados seria de aproximadamente 70 mil pessoas. Comentando sobre a imprecisão da contabilização do número de deslocados, dentre outros aspectos, Santos (2007) indica que:

Nos debates sobre Sobradinho, não ficam claras as razões desta imprecisão. De todo modo, como em Tucuruí, verifica-se, por parte da empresa, uma prioridade da contabilidade das pessoas relocadas, ou seja, aquelas que se submeteram ao programa de reassentamento da empresa, em ambos os casos resultado de demandas da população. Sigaud (1986, p. 22) menciona que as alternativas de relocação publicizadas pela Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF), após a construção da barragem, são, a rigor, a

¹⁷ Os dados apresentados por este autor contrastam com aqueles apontados por Santos (2007).

síntese de um fato consumado, resultado da pressão de diversos atores que intervieram ao longo do processo. (SANTOS, 2007, p. 54).

Zitzke (2007) segue acrescentando que esse empreendimento, a UHE-Sobradinho se constitui num exemplo clássico de um planejamento voltado exclusivamente para os interesses econômicos, devido ao descuido com as questões socioambientais. Em relação ao deslocamento populacional Zitzke (2007) menciona que:

O plano de reassentamento foi modificado várias vezes e resultou nas seguintes características, de acordo com Bartolomé (2001):
I – uma população agrícola acostumada ao uso da irrigação e a um ritmo de trabalho estabelecido pelas inundações periódicas foi arbitrariamente deslocada para áreas áridas, que necessitavam para se tornarem produtivas, de investimentos técnicos e financeiros e em sistemas de irrigação;
II– os deslocados não receberam apoio e assistência técnica adequada;
III – as indenizações das terras foram insuficientes e arbitrárias;
IV – grande contingente de pessoas atingidas foi ignorado nos planos de compensação e deslocamentos, abandonadas aos seus próprios recursos que eram mínimos. (ZITZKE, 2007, p. 114-115).

Ainda de acordo com Zitzke (2007), a UHE de Itaparica corresponde a um empreendimento também construído pela CHESF entre 1974 e 1988, sendo esse o ano de enchimento do reservatório que inundou uma área de cerca de 834 km², com deslocamento populacional de 6.187 famílias rurais, além de três povoados e uma aldeia. Conforme argumenta Zitzke (2007) “[...] Autores como Souza (1990), estimam em aproximadamente 120.000 o total de pessoas atingidas, direta e indiretamente [...]”. (ZITZKE, 2007, p. 115).

Zitzke (2007) faz uma breve retrospectiva da UHE de Itaparica ao destacar que o plano de reassentamento se deu a partir de empréstimo concedido pelo Banco Mundial, e que esse empreendimento por sua característica turbulenta gerou por sua vez visibilidade à questão da implantação de políticas de reassentamentos que passaram dessa forma a contar com a participação de antropólogos em todas as etapas do processo de implantação dos reassentamentos, conforme proposição do Banco Mundial.

Zitzke (2007) destaca alguns aspectos das análises de Bartolomé (2001) sobre a população reassentada em virtude da implantação da UHE de Itaparica, mencionando que a população foi reassentada em agrovilas, cujas terras eram

muito áridas, e que não se tinha dado nenhuma solução ao sistema de irrigação para que se pudesse restabelecer a produção agrícola. Outro problema que Zitzke (2007) também evidencia é que as pessoas estavam reassentadas em terras que legalmente ainda não garantiam o título de propriedade a cada família, pois que a CHESF ainda mantinha as terras em seu nome.

Zitzke (2007) ainda enfatiza outras questões pertinentes às alterações vivenciadas pela população reassentada, pontuando que dentre vários aspectos, a população destacou como maiores problemas àqueles relativos às indenizações e mensurações dos imóveis que possuíam antes de serem reassentados. Zitzke (2007) expõe que os deslocados a par de outras experiências de implantação de hidrelétricas temiam a situação de não conseguirem mais reproduzir o antigo modo de vida, haja vista que as experiências de outras populações deslocadas apontavam para situações semelhantes com aquelas que estavam vivenciando no momento.

Pautando-se nos estudos de Bartolomé (2001), Zitzke (2007) aponta que a UHE Itaipu se configura por ser uma obra de caráter binacional, iniciada em 1973 sob o regime militar no Brasil e Paraguai, localizada no rio Paraná. Também destaca que o processo de deslocamento da população iniciou-se em 1977 e que ainda é difícil obter com exatidão o número total de pessoas deslocadas, apesar de se ter uma estimativa de cerca de 35.000 e 405.000 pessoas.

Segundo Bartolomé (2001, apud ZITZKE, 2007, p. 117) “A alternativa apresentada aos deslocados residentes no lado brasileiro, foi o reassentamento, o que não impediu a emergência de movimentos de resistência [...]”. Além disso, Zitzke (2007) apontou que as lutas se acirraram ainda mais com a descoberta de que a UHE Itaipu binacional expropriou as terras para a formação do reservatório de forma ilegal, haja vista que inexistia documento legal que tratasse do interesse público para as áreas afetadas pelo lago. Este acontecimento reforçou a luta desses movimentos dando origem ao Movimento Terra e Justiça, em 1980, assumindo a partir de sua origem a luta

contra Itaipu, na busca de obter compensações financeiras melhores para as terras expropriadas, o que forçou o empreendedor “[...] a aumentar o valor das indenizações”. (BARTOLOMÉ, 2001, apud ZITZKE, 2007, p. 117).

Segundo Zitzke (2007), a UHE de Santo Capanema é um empreendimento construído no rio Iguaçu, tributário do rio Paraná, tendo previsto uma geração de energia de 1.200 MW. Argumenta ainda que essa hidrelétrica provocou uma inundação de cerca de 8.000 hectares de terras agricultáveis e o deslocamento de 2.000 famílias de pequenos agricultores.

Zitzke (2007) destaca que esses pequenos agricultores por apresentarem uma forte tradição de organização se mobilizaram para a defesa de seus direitos. Dessa forma, Zitzke (2007) aponta dois acontecimentos que favoreceram tal articulação:

Dois fatos contribuíram para a resistência a partir das primeiras notícias sobre o empreendimento, em 1979: 1) a participação ativa dos deslocados pela UHE de Itaipu nas mobilizações a partir dos relatos de experiências e 2) o apoio de organizações ambientalistas, uma vez que o empreendimento afetaria áreas do Parque Nacional do Iguaçu, que iniciaram ações legais contra a ELETROSUL por violação das leis ambientalistas. Em 1990 a empresa anunciou, oficialmente, a suspensão da obra durante os anos 90. (ZITZKE, 2007, p. 118).

Sobre as UHEs Machadinho e Itá Zitzke (2007) afirma que entre 1966 e 1979, a ELETROSUL realizou estudos sobre o potencial hidrelétrico da bacia do rio Uruguai. Este tipo de levantamento caracterizou-se pelo pioneirismo, pois foi o primeiro a considerar toda a área da bacia hidrográfica, e não somente o rio de interesse direto.

No ano de 1979 foi publicado pela ELETROSUL um documento que previa a construção de vinte e dois empreendimentos hidrelétricos no Brasil e três projetos binacionais. (ZITZKE, 2007).

Zitzke (2007) respaldando-se em Bartolomé (2001) indica que os primeiros projetos colocados em execução foram a UHE de Machadinho e UHE de Itá, sendo também os primeiros a sofrerem a oposição dos atingidos. Dessa oposição, formada por um conjunto de diversas manifestações, originou-se, em 1979, a Comissão Regional de Atingidos por Barragens – CRAB, que no

mesmo ano de sua origem, já se posiciona questionando a utilidade das hidrelétricas bem como o processo de “planejamento” dos empreendimentos, que não leva em conta a participação da população atingida.

Segundo Zitzke (2007) um aspecto importante a ser destacado nesse contexto diz respeito à negociação com a mediação da CRAB, sendo que foi definido um acordo intitulado “Diretrizes e Critérios para Planos e Projetos de Hidrelétricas de Itá e Machadinho (ELETROSUL, 1988) [...]”. (ZITZKE, 2007, p. 119). Esse documento previa a definição de diretrizes para o deslocamento da população camponesa e que apresentava três alternativas, segundo Reis (2001, apud ZITZKE, 2007, p. 119), “[...] indenização da terra e das benfeitorias, a troca da terra pela terra e reassentamento coletivo”.

Reis (2001, apud, ZITZKE, 2007) pontua que a ELETROSUL, contrariando a CRAB, ainda ofereceu mais duas alternativas: cartas de crédito, para as famílias escolherem e adquirirem terras e se instalarem sem a sua interferência e o reassentamento individual em “[...] ‘áreas remanescentes’, localizadas em estabelecimentos agrícolas indenizados pela empresa e que não seriam alagados” (REIS, 2001, apud ZITZKE, 2007, p. 120).

Conforme descreve Zitzke (2007):

[...] A mesma autora comenta em relação aos dados da ELETROSUL, que até fevereiro de 1997, tinham sido indenizados 1.932 famílias rurais; reassentadas coletivamente 371; reassentadas individualmente em áreas remanescentes 38 e distribuídas 77 cartas de crédito. (ZITZKE, 2007, p. 120).

Sobre a UHE Tucuruí, Magalhães (1991, apud ZITZKE, 2007, p. 120), aponta que foi “construída entre 1976 e 1985, no baixo rio Tocantins pela ELETRONORTE [...]”. Acrescenta ainda que a UHE Tucuruí inundou cerca de 2.430 Km² de terras, provocando o deslocamento de aproximadamente 30.000 pessoas, incluindo a população indígena das áreas Parakanã, Tucuruí, Mãe Maria e os Gaviões da Montanha, que viviam nas áreas afetadas pela construção das obras do empreendimento.

Com base nos apontamentos de Zitzke (2007):

Esta área da UHE era uma área com predomínio de terras devolutas o que levou a ELETRONORTE a conveniar com o INCRA, em 1978, para realizar uma ação discriminatória de terras, a partir da qual seria definida a 'situação jurídica' das 'ocupações', do qual resultou o seguinte quadro fundiário, de acordo com Magalhães (1996): reservas indígenas; terras devolutas da União; terras de propriedade do Ministério da Aeronáutica; terras de propriedade da ELETRONORTE, advindas do partilhamento do acervo da Estrada de Ferro Tocantins; títulos de aforamento expedidos pelo estado do Pará; terras tituladas ao particular até o limite de 3.000 hectares; terras destinadas ao Projeto Integrado de Colonização Marabá; terras arrecadadas e matriculadas em nome do INCRA, com a finalidade de colonização e regularização fundiária e, sobretudo, ocupação de terras devolutas da União. (ZITZKE, 2007, p. 120).

Segundo Bartolomé (2001, apud ZITZKE, 2007) sobre a situação da população indígena, ocorreu o deslocamento dessa população sem que houvesse compensações adequadas tanto pelas terras perdidas quanto pelas áreas de pesca. Zitzke (2007) resgata o registro de que só em 1985, “[...] após vários anos de conflitos decorrentes do deslocamento que envolveu os Parakanã e os colonizadores não-indígenas, que foi criada a Reserva Indígena Parakanã”. (BARTOLOMÉ, 2001, apud ZITZKE, 2007, p.121).

Conforme explana Zitzke (2007), o Complexo Hidrelétrico Altamira se caracteriza pela construção de cinco hidrelétricas: Kararao (atualmente Belo Monte), Babaquara, Ipixuna, Cokraimoro e Jarina no rio Xingu e seu tributário, Iriri. A previsão de áreas inundadas chega a 18.000 Km², que abrangeria além de florestas, parte considerável de terras indígenas.

Zitzke (2007) descreve que:

Os estudos de viabilidade deste empreendimento remontam 1975, mas a resistência indígena o tornou público em 1988 através da atuação do chefe Kaiapó, Paulo Paiakan. O movimento indígena levou a ELETRONORTE, no final da década de 90, a reduzir o empreendimento pela metade e, nos planos da ELETROBRAS para a próxima década, a única que permaneceu foi a de Belo Monte. (ZITZKE, 2007, p. 121).

Sobre a UHE Belo Monte, Alves (2010) assinala que boa parte desse empreendimento, a ser executado no rio Xingu, afetará terras do município de Altamira, situado a sudoeste do estado do Pará. A autora argumenta que a capacidade prevista de geração de 11 mil Megawatts de energia gerará investimentos de cerca de 19 bilhões de reais.

Alves (2010) realiza uma reflexão que aborda os sentidos e as representações sobre a construção desta hidrelétrica, focando dois grupos distintos. Um desses grupos é aquele organizado entorno do “Movimento Xingu Vivo para Sempre”, composto do movimento de mulheres, índios, ribeirinhos, trabalhadores rurais e religiosos pertencentes à “Prelazia do Xingu”, questionando o desenvolvimento econômico e social que trará esta barragem. Como explicita Alves (2010):

[...] Este movimento, articulado em 2006, questiona o desenvolvimento que trará esta barragem, principalmente pelos impactos socioambientais em áreas indígenas e comunidades tradicionalmente estabelecidas. Segundo uma das lideranças do movimento, ‘Belo Monte será um dos maiores crimes ambientais da história do Brasil’. [...]. (ALVES, 2010, p. 2).

O outro grupo analisado por Alves (2010) é o “Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu-FORT Xingu”, composto de empresários, comerciantes, prefeitos, profissionais liberais, e integrantes também dos movimentos sociais que ao contrário do grupo anterior, tem uma concepção de que a construção da barragem configura-se como uma estratégia de desenvolvimento econômico dentro do contexto em questão.

Como já indicado, a concepção de “desenvolvimento” trazido pela e através da hidrelétrica é o que predomina nas representações diversas que permeiam o grupo anteriormente citado. Sendo assim, Alves (2010) delineia que os membros desse grupo produzem sentidos que são permeados de expectativas positivas suscitadas pela construção da barragem. Dessa forma, diferentes concepções de desenvolvimento, progresso, qualidade de vida, etc. são assimiladas como fatores que serão inevitavelmente produzidos por tal empreendimento.

Além disso, Alves (2010) faz uma análise das representações dos moradores de uma comunidade chamada Santo Antônio, localizada no município de Vitória do Xingu a 30 km de Altamira. A autora descreve que essa comunidade, fundada em 1973 é composta de 65 famílias, e será totalmente remanejada com a construção da UHE de Belo Monte.

Sobre essa comunidade Alves (2010) descreve que “[...] Expressões como desenvolvimento, progresso, não estão presentes nos discursos dos moradores entrevistados, não refletem os discursos dos grupos [...]”. (ALVES, 2010, p.12). A autora em suas considerações sobre as representações dos entrevistados em sua pesquisa elucida que:

[...] os modelos de desenvolvimento econômico e social, mais fortemente devem ser discutidos, socializados e simbolizados principalmente para aqueles moradores supostamente atingidos diretamente e não integrados a racionalidade dos planejamentos evidenciados nestes projetos. (ALVES, 2010, p. 13).

Por outro lado, a UHE Samuel, segundo Zitzke (2007) configura-se como um empreendimento planejado pela ELETRONORTE, a partir de estudos iniciais realizados no final dos anos 60 e concluídos no final dos 70 com o intuito de aproveitar o potencial hidrelétrico do rio Jamari.

Simonian (1996, apud ZITZKE, 2007) aponta que o contexto de implantação dessa hidrelétrica se refere à demanda energética surgida no estado de Rondônia, a par de reivindicações tanto da sociedade e governos do Acre e de Rondônia em virtude da expansão agropecuária na região, assim como na década de 70 a economia local se complexificava e exigia por sua vez, maiores gastos energéticos.

Zitzke (2007) também descreve a partir de levantamentos buscados em Simonian (1996) que a UHE Samuel realizou violações enormes dos direitos das populações constituídas de seringueiros, camponeses, ribeirinhos, populações indígenas, etc. Sendo assim, expõe que a UHE SAMUEL foi imposta à população e que não se considerou em momento nenhum a história de vida das pessoas que ocupavam as terras há mais de trinta anos, como se isso não tivesse implicações para essas populações.

Além disso, Zitzke (2007) remontando à análise de Simonian (1996) destaca que A ELETRONORTE colocou em ação sua política baseada em sua concepção dos deslocamentos compulsórios da população tradicional local, o que se configura como algo recorrente nos processos que dizem respeito à construção de grandes obras. Sendo assim, como assinala Zitzke (2007), a proposição que a ELETRONORTE fez valer foi a de construção de dois

projetos, sendo um deles, a Vila Candeias (sede do atual município Candeias do Jamari) e o outro, o Projeto de Assentamento Rio Preto de Candeias.

Também foi analisada por Zitzke (2007) as repercussões da construção da hidrelétrica de Balbina que ocorreu na década de 70, no rio Uatumã, numa área de aproximadamente 10.344,90 km², o que segundo Zitzke (2007) foi definido pelo Decreto Presidencial n° 85.898, de 13.10.81. Zitzke (2007) acrescenta ainda que a obra foi “[...] encravada numa área delimitada para a Reserva Indígena Waimiri-Atroari, sem consulta prévia à população indígena [...]”. (ZITZKE, 2007, p. 123). O autor também destaca que:

Manobras cartográficas realizadas pela empresa Paranapanema (BAINES, 1991, 1991b), mudaram o curso do rio Uatumã e atingiu a Reserva Indígena, que foi desfeita e redefinida pelo Decreto Presidencial n° 86.630, de 23.11.81 (pouco mais de trinta dias a partir do Decreto Presidencial de definição da área da UHE). Esta manobra assegurou uma área a ser inundada em 1987, quando do fechamento das comportas, de 2.928,5 Km². (ZITZKE, 2007, p. 123).

Ainda conforme apontamentos de Zitzke (2007):

A partir deste ano, o Programa Waimiri-Atroari (convênio FUNAI/ELETRONORTE), enquanto política indigenista, substituiu a Frente de Atração Waimiri-Atroari (FAWA) da FUNAI (1970-1987), e passou a dirigir a política indigenista na área, financiada pela ELETRONORTE, com prazo de duração de 25 anos (BAINES, 1996). A empresa desenvolveu iniciativas compensatórias para os prejuízos pelo empreendimento, indenizando os Waimiri-Atroari em valores correspondentes às roças existentes na área de influência direta. (ZITZKE, 2007, p. 123).

Zitzke (2007) também chama a atenção nesse empreendimento sobre o seguinte aspecto:

Os projetos hidrelétricos implementados na região amazônica chamam a atenção por dois motivos: a magnitude dos impactos ambientais e o grau de interferência em terras indígenas. Casos como o da UHE Balbina conforme Fearnside (1990), que inundou grandes extensões de florestas e áreas úmidas para a criação de uma lâmina de água suficiente para produzir energia, ilustra em que podem cair os PGEs. A ELETROBRAS avaliou o potencial hidrelétrico da Amazônia em 48,1 GW/ano (ELETRONORTE, 1986). (ZITZKE, 2007, p. 124).

O que se percebe dessa breve exposição acerca desses empreendimentos hidrelétricos implantados no Brasil desde a década de 70, é que a magnitude dos impactos que eles geram não foram acompanhados das medidas compensatórias mínimas requeridas para esse tipo de intervenção específica. Vale ressaltar que o contexto de repressão política configura-se como um dos

fatores que ajuda a entender o processo de negociação sem a participação da população, de uma maneira geral, assim como as manobras políticas que consolidaram práticas e definições sem quaisquer benefícios que atendessem minimamente os interesses das populações atingidas nos diferentes contextos socioespaciais apontados.

Uma outra questão a ser comentada, numa aproximação com a realidade de implantação de hidrelétricas atualmente, também esbarra em peculiaridades que denotam características comuns vivenciadas pelas populações atingidas das hidrelétricas anteriormente citadas.

Dessa forma, o que se pretende chamar a atenção é que mesmo com a multiplicação de muitos outros projetos de implantação de hidrelétricas e de troca de experiências entre populações atingidas, os excessos e abusos cometidos pelo setor elétrico de norte a sul do Brasil, ainda se mantém de uma forma ampla e contundente, apesar de se ter, por outro lado, o nascimento de espaços de poder, luta e de resistências em cada novo projeto de implantação de hidrelétricas espalhadas pelo Brasil. Esse fato pode ser corroborado pelas análises de diferentes autores, de diversas ramificações da ciência, que têm trabalhado a temática de populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos.

A par das reflexões que têm denunciado os “atropelos” suscitados pela implantação de hidrelétricas, se situa a análise de Bermann (2007) que aponta os conflitos existentes entre populações atingidas e empreendedores do setor elétrico, indicando a complexidade das perdas numa perspectiva que ressalta a destruição de formas características de reprodução do modo de vida de uma população. Por isso, afirma que:

[...] Os projetos de construção de hidrelétricas acabam ocupando os espaços de reprodução social/cultural de proprietários e não-proprietários de terras (meeiros, arrendatários, posseiros, assalariados etc.) e acabam por determinar o início de conflitos cuja essência, para uns, será a apropriação do espaço geográfico como uma forma de mercadoria específica para geração de energia hidrelétrica; e, para outros, será o uso social, de reprodução sociocultural, como meio de vida. (BERMANN, 2007, p. 142).

Bermann (2007) aponta ainda outra questão no que se refere aos efeitos da implantação de hidrelétricas e expulsão de populações. Sua análise enfoca a questão da participação dessas populações nas decisões que envolvem as ações tomadas por esses empreendedores. Na verdade, o que se quer chamar atenção é sobre a fragilidade ou inexistência da possibilidade de participação nos rumos e tendências que o empreendimento reproduz. Conforme argumenta o referido autor, às populações só resta acatar as diretrizes impostas pelo empreendimento. Vai mais além, quando sinaliza dizendo que:

A não-identificação dos sujeitos e seus interesses, suas histórias e culturas, por parte do agente investidor, não deixa de ser elemento, previamente definido, para conceber o fenômeno da invisibilidade para populações ribeirinhas. 'Para o governo, os bancos multilaterais, as empresas construtoras e os consultores que elaboram Estudos de Impacto Ambiental, eles não existem' (Leroy, 2002, p.9), e uma vez que não existem, deixam de ser considerados no processo de tomada de decisão, e seus interesses e propostas não recebem consideração. Fazer uso da estratégia da invisibilidade significa negar direitos e deveres do próprio agente investidor para famílias e comunidades ribeirinhas e cidades ribeirinhas. Trabalhar o recurso invisibilidade é não observar a existência de sujeitos, culturas, organização social construída, construindo e sendo reconstruída na área identificada enquanto apta para receber a planta hidrelétrica. Acaba por favorecer os deslocamentos populacionais involuntários e a retirada de famílias do trabalho na lavoura na tentativa de promover o desenvolvimento regional. (BERMANN, 2007, p. 144).

Em sua explanação, Bermann (2007) evidencia a idéia de não visibilidade de grupos sociais atingidos ao fato de se ter em jogo interesses de empreendedores privados ou em consórcio com grandes investidores públicos, o que explica o predomínio da lógica de mercado desses empreendimentos e a não contabilização dos efeitos negativos sofridos pelas inúmeras populações. Bermann (2007) elucida, dessa maneira, que:

Fazer uso da invisibilidade como ferramenta para contenção dos custos de investimentos e não-reconhecimento dos grupos sociais constituídos historicamente em dada região diminui o campo da política como campo das negociações e possibilidades, porém não significa a não-existência de problemas, cuja natureza é social e ambiental. (BERMANN, 2007, p. 144).

Zitzke (acesso em 09 nov. 2010) em seu estudo do deslocamento compulsório das famílias atingidas pela Usina hidrelétrica de Estreito¹⁸, localizada no rio

¹⁸ ZITZKE, V. A. O deslocamento compulsório das famílias atingidas pela UHE de Estreito na perspectiva das redes sociotécnicas. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT14-612-1041-0100903222134.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2010.

Tocantins, na divisa dos estados do Tocantins e Maranhão, pontua a mesma questão das alterações locais como decorrência desse tipo de empreendimento. Dessa forma, Zitzke aponta que:

[...] a intenção da 'racionalização' da produção de energia elétrica no lugar inverteram a ordem local estabelecida, onde o capital associado à técnica iniciou um processo de alteração da dinâmica das relações socioambientais construídas nos lugares. (ZITZKE, acesso em 09 nov. 2010, p. 3).

Além disso, Zitzke (2007) acrescenta as peculiaridades decorrentes da forma de implantação de hidrelétricas, enfatizando o caráter dos conflitos gerados por estes, ao mesmo tempo em que denuncia os interesses alheios às populações envolvidas diretamente nesses deslocamentos. Por isso afirma que:

O deslocamento da população residente nas áreas necessárias à implantação de um empreendimento hidrelétrico se constitui no ponto nevrálgico das negociações entre essa população e as diversas empresas encarregadas pelo empreendimento, constituindo-se nas arenas de negociação, transformando-se no alvo de observação e crítica de diversos setores representativos da sociedade e dos próprios implementadores e/ou financiadores do empreendimento. O objetivo do deslocamento dessa população não é em seu próprio benefício, mas uma pré-condição para a realização da hidrelétrica, cujos principais benefícios são para pessoas residentes em outros lugares. O caráter compulsório do deslocamento faz com que não se dê atenção devida aos problemas da população atingida, contribuindo para a ocultação dos problemas decorrentes. [...] (ZITZKE, 2007, p. 129).

Zitzke (acesso em 09 nov. 2010) em sua análise sobre as peculiaridades da forma de implantação da barragem da Usina Hidrelétrica de Estreito faz um breve resgate da criação da Comissão Mundial de Barragens – CMB, indicando que sua criação se deu no ano de 1997 com o objetivo de avaliar as barragens construídas no mundo. Acrescenta que a CMB elaborou, o Relatório Final “Barragens e Desenvolvimento – uma nova estrutura para o processo de decisão”, conforme explicita, “[...] a partir da participação de diferentes atores sociais envolvidos na questão: indústria de equipamentos, representantes de governos, acadêmicos, ambientalistas, movimentos sociais”. (ZITZKE, acesso em 09 nov. 2010, p. 5).

Além disso, Zitzke (2007) ressalta um aspecto importante na problemática de implantação dos referidos projetos, que é o fator temporal, mostrando que as

reestruturações levadas a termo por tais empreendimentos ocorrem muito rapidamente, o que por sua vez, denuncia a agressividade com que essas obras impactam os territórios onde são implantados, não permitindo dessa forma, a construção de projetos alternativos por parte das populações envolvidas diretamente.

Vale destacar o registro desse posicionamento feito pelo referido autor, quando menciona que:

O fato é que para a construção de um consenso é necessário um tempo maior para a decisão, dificultando a aceitação pelos demais atores envolvidos quando os interesses do empreendedor exigem decisões mais rápidas. Além disso, a decisão da construção da UHE de Estreito, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC – 2007-2010), atendeu aos interesses do setor elétrico e se deu no centro urbano-político do país, distante da realidade local onde a UHE foi implantada. O consenso não foi construído porque predominou o discurso desenvolvimentista e a exposição de um possível aumento dos riscos de déficit de energia, onde qualquer insistência das famílias atingidas no reconhecimento dos seus direitos e interesses foi vista como uma ação contrária ao desejo de uma grande maioria que quer e precisa de energia, representada pelo governo federal. Para o empreendedor, as famílias foram encaradas como um problema a ser resolvido para a instalação da UHE, e é por isso que a perspectiva de reconhecer os atingidos como cidadão foi negada. (ZITZKE, acesso em 09 nov. 2010, p. 6).

Ações e estratégias usadas para embasar práticas totalmente contrárias às comunidades e populações que sofrem com os mais variados impactos se baseiam em discursos alinhados à lógica desenvolvimentista, conforme já citado, em que se aponta o contexto regional como alvo de tais “investimentos”, mostrando variados “benefícios” capazes de inserir novas formas de crescimento econômico com promessas e garantias da eliminação das disparidades econômicas e entraves ao “desenvolvimento”. Como contraponto a esse discurso Zitzke (2007) desenvolve uma análise que recupera a reflexão sobre a desterritorialização causada pelos empreendimentos hidrelétricos questionando o desenvolvimento suscitado e prometido por tais projetos. Sendo assim destaca que:

Projetos de desenvolvimento regional ou de integração nacional, como as hidrelétricas, desencadeiam processos de reconstrução e apropriação do território, o que implica numa nova ordenação territorial. Esta é entendida, neste estudo como a projeção, no território, através da ocupação e uso, dos interesses, das racionalidades econômicas, das políticas e dos valores sociais, econômicos, culturais e ambientais de uma sociedade

referenciada local, regional e mundialmente (DALLABRIDA, 1999). A territorialização de um PGE, enquanto projeto de desenvolvimento regional, ao prever a desterritorialização dos grupos sociais, não promove o desenvolvimento, mas a exclusão, e este é um elemento estranho ao conceito de *desenvolvimento*. (ZITZKE, 2007, p. 186-187).

É por isso que Zitzke (2007) contextualiza nessa discussão a questão da reorganização territorial, a partir da perspectiva de uma consciência de territorialidade coletiva, como resgate de um projeto que contemple um desenvolvimento gestado por e para os agentes locais, isto é, em que destaca a participação dos próprios atores envolvidos, como a possibilidade de engendrar novas propostas de desenvolvimento.

É interessante analisar as estratégias que os empreendedores de usinas hidrelétricas constroem e produzem no cotidiano das populações atingidas por tais empreendimentos. Nesse sentido, Zitzke (acesso em 09 nov. 2010) se embasa numa formulação que reflete sobre a produção de mecanismos de controle e “aceitação” pelas populações deslocadas em relação às transformações efetuadas em seus territórios bem como no tocante às novas “ordenações” implantadas pelo empreendimento. Esse respaldo se assenta na Teoria do Ator-Rede (TAR), que se baseia nos conceitos de rede, ator-rede, ator-mundo e de tradução contextualizando-os no estudo de caso da UHE de Estreito. Zitzke (acesso em 09 nov. 2010) ao explicitar a constituição da rede sociotécnica que sua pesquisa está embasada explica quais são os elementos que fazem parte dessa rede. Inicialmente descreve que é necessário garantir a consolidação dessa rede, ao afirmar que:

Desenvolver uma inovação tecnológica, como uma hidrelétrica, requer mais do que produzir um determinado item, neste caso a energia elétrica. É preciso criar um contexto no qual serão estabelecidas conexões e encaixes, deslocar outras atividades e produtos, carrear recursos, alinhar atores e prendê-los a uma rede. É o caso da Usina Hidrelétrica do Estreito, construída no rio Tocantins entre os estados do Tocantins e Maranhão. Todavia, mesmo que a hidrelétrica tenha se tornado uma rede com articulações em todos os níveis, ela ainda é considerada uma atividade nova no estado e o empreendedor precisa estar na defensiva, dar provas da sua viabilidade e buscar legitimidade, indicando que está em processo de consolidação. (ZITZKE, acesso em 09 nov. 2010, p. 2).

Neste sentido, Zitzke (acesso em 09 nov. 2010) ao analisar o deslocamento compulsório da UHE do Estreito leva em conta que os deslocamentos das populações atingidas fazem parte de um todo complexo formado por múltiplos fatores, diretos e indiretos, considerando ainda a perspectiva de um projeto global onde a “[...] reorganização social deve ser entendida como o resultado de uma prática contínua, através da qual os diferentes atores, durante o processo de interação social, vão laborando regras para coordenar atividades”. (ZITZKE, acesso em 09 nov. 2010, p. 4).

Sendo assim, Zitzke (acesso em 09 nov. 2010) trabalha com a perspectiva de rede como uma noção que se refere a fluxos, circulações, alianças, movimentos, em vez de remeter a uma entidade fixa. Zitzke (acesso em 09 nov. 2010) também considera que:

Todos os envolvidos numa determinada situação social precisam ser considerados como agentes sociais, não só indivíduos, mas também instituições, cada um com sua percepção própria da situação, suas perspectivas de mudança social e suas estratégias e modos de vida (LONG, 1992, 1997, 2001; PRESTON, 1996). Cada ator social possui sua interpretação, percepção, versão da sua realidade de acordo com as suas experiências e vivências, sua cultura e sua formação e isto permite estudos sobre o problema dos deslocamentos involuntários, uma vez que os atores que interferem são os mais diversos. (ZITZKE, acesso em 09 nov. 2010, p. 10).

Dessa forma, para Zitzke (acesso em 09 nov. 2010):

[...] o Consórcio CESTE se constituiu no ator-mundo porque vem obtendo êxito na tradução dos diversos elementos heterogêneos numa rede articulada, através da sua coordenação efetiva do movimento e da localização desses elementos, dispondo de sua estrutura: produziu informações direcionadas aos meios de comunicação de massa, utilizando-se de amplos espaços nas programações locais; produziu e fez circular papers, informativos, folders; produziu, centralizou e distribuiu dados estatísticos, relatórios e perícia; dispunha de técnicos, carros, mapas, imagens de satélites, computadores, internet; dispunha de legitimidade política, contatos e representantes em diversos círculos do poder; reunia diversas pessoas e diferentes públicos em eventos promocionais e muitos outros elementos que lhe permitiram tornar-se o ator-rede organizador da produção de energia elétrica no Tocantins, ou seja, ser o ator-mundo na constituição da rede sociotécnica, porque a arena política sustentou o processo de tradução num lugar reconhecível e sob seu controle (FERT NETO; GUIVANT apud ZITZKE , acesso em 09 nov. 2010, p. 17-18).

Nesse sentido, Zitzke (acesso em 09 nov. 2010) apoiando-se na referência que Callon (1986) traz sobre tradução evidencia que traduzir significa “[...]”

desarticular objetivos, interesses ou, também, desarticular dispositivos, seres humanos, disfarces ou inscrições [...]”. (ZITZKE, acesso em 09 nov. 2010, p. 9).

Nessa concepção, Zitzke (2007) refere-se que a tradução se assemelha ao esforço de preparar a área literalmente para as obras que se almeja implementar. Daí a importância do conceito de rede, ao apontar que:

O termo rede, enquanto um conjunto de relações entre pontos e nós e com certa independência relativa é usada no sentido de apontar para os recursos que são concentrados em alguns lugares e que estão ligados a outros, incorporando, portanto, a noção de poder. O termo rede também é usado enquanto um conceito centralizador que envolve todas as formas de relação entre atores, entidades e artefatos, possibilitando evidenciar de que forma o natural e o social estão inter-relacionados e explicar como o mundo é feito e refeito. (ZITZKE, acesso em 09 nov. 2010, p. 9).

Zitzke (acesso em 09 nov. 2010) trabalha com o conceito de rede para aguçar, desenvolver as peculiaridades envolvidas na discussão de poder que perpassa a questão da produção de discursos e práticas que promovem o projeto e as decisões do empreendimento hidrelétrico em questão, considerando a possibilidade de uma construção coletiva de confronto e embate com o estabelecido pela lógica do setor elétrico. Acrescenta ainda que:

A compreensão deste processo exige um olhar mais atento sobre a forma como as relações entre os atores são estabelecidas e compreender como elas são mantidas através do tempo e do espaço, uma vez que as redes são resultantes destas duas operações simultâneas (DORIGON, 1997), e são constituídas de materiais heterogêneos (textos/discursos, tecnologia, entidades naturais e os seres humanos) utilizados pelos atores nela envolvidos para controlar e envolver os demais atores, uma espécie de ‘cola’ que une os atores nestas redes. (ZITZKE, acesso em 09 nov. 2010, p. 10).

Zitzke (2007) trata ainda da questão do deslocamento compulsório de populações atingidas por hidrelétricas, apontando as diversas tendências de abordagem dos deslocamentos compulsórios. Dessa forma, Zitzke (2007) aponta que:

A crescente intervenção dos Estados Nacionais no planejamento de múltiplos aspectos das complexas sociedades contemporâneas, assim como as dimensões cada vez maiores das obras de infraestrutura para a satisfação das demandas energéticas da sociedade tem originado fenômenos sociais que apresentam características muito especiais. Esses fenômenos recebem diferentes denominações, variando sua utilização segundo a destinação preconizada para a população e a modalidade de intervenção dos diferentes atores responsáveis: desocupação, esvaziamento,

remanejamento, transferência, remoção, relocação, realocação, reassentamento, deslocamento. São processos originados por decisões de organismos multilaterais instrumentalizado por esses mesmos organismos ou seus agentes [...]. (ZITZKE, 2007, p. 124).

Dessa forma, de acordo com cada contexto e observando-se a especificidade histórica de cada um, os projetos de implantação de hidrelétricas têm gerado profundas alterações nas formas particulares de sociedades e povos de se organizarem no espaço. No entanto, paralelamente a esses pressupostos, as populações atingidas por tais empreendimentos têm mostrado formas alternativas de se organizarem e promoverem reorganizações territoriais a par de verdadeiros projetos de desenvolvimento regional.

No que diz respeito aos aspectos dessas reorganizações territoriais geradas pelas hidrelétricas o estudo realizado em Itueta recuperará alguns desses aspectos, demonstrando as especificidades dessa lógica pautada no desenvolvimentismo e a maneira como a população se organiza entorno de diversas questões suscitadas pelo empreendimento hidrelétrico, a UHE-Aimorés.

CAPÍTULO 3: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo tem-se uma breve descrição da área de estudo, a partir da caracterização da bacia hidrográfica do rio Doce, destacando-se sua localização, principais características, bem como a localização das principais usinas hidrelétricas dessa bacia. Também é mostrado um breve histórico do município de Itueta, assim como da nova cidade de Itueta. Além disso, há a descrição de como se deu a implantação da UHE- Aimorés e o deslocamento da população de Itueta nesse contexto.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce está localizada na Região Sudeste do Brasil entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Conforme demonstrado na Figura 8, a bacia está situada entre os paralelos 17°45' e 21°15' de latitude sul e os meridianos 39°55' e 43°45' de longitude oeste. Segundo estudo realizado por Coelho (2007) 86% da bacia pertence ao estado de MG e o restante (14%) ao estado do ES sendo, portanto, uma bacia de domínio federal.

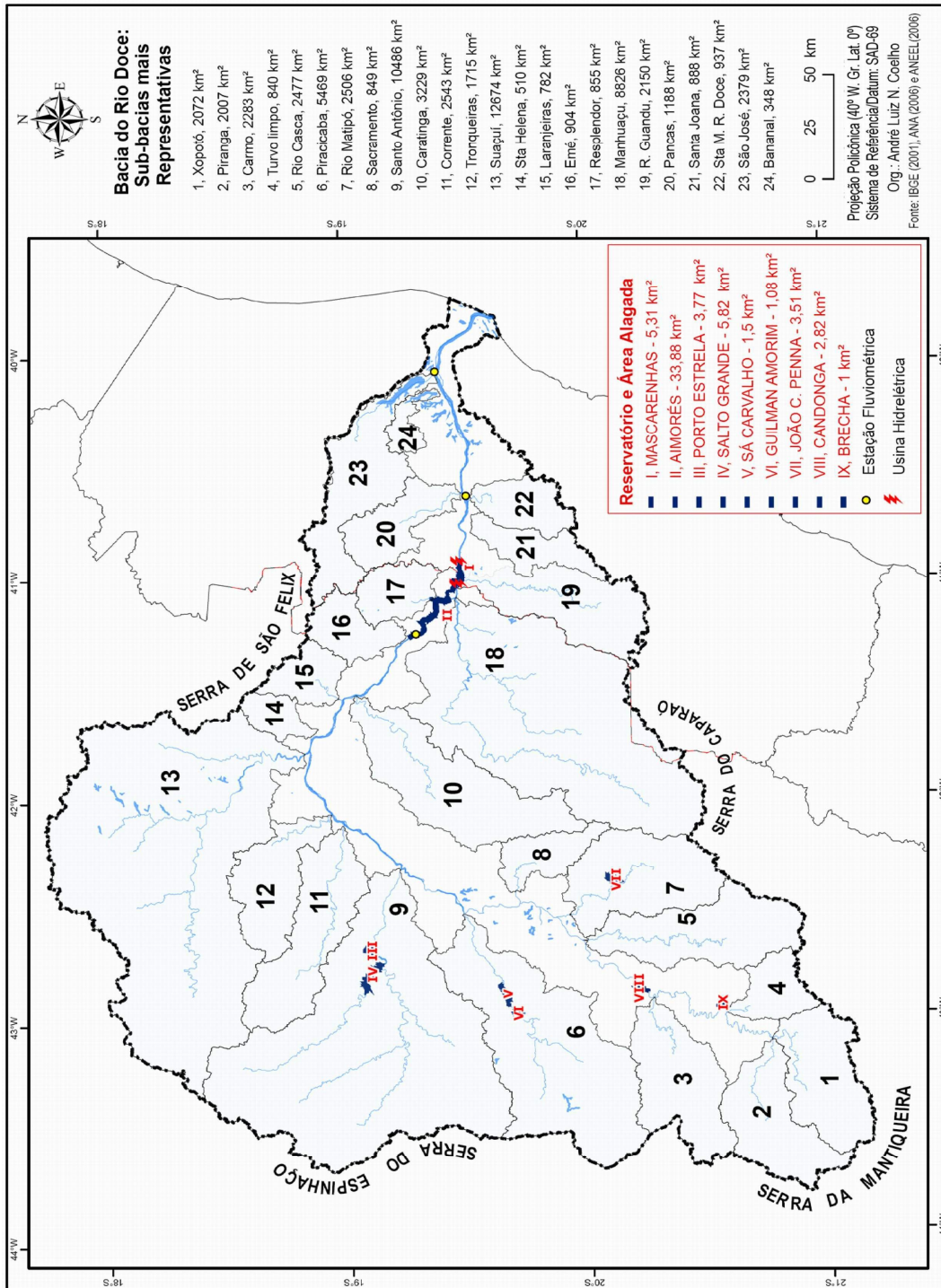


Figura 8: Bacia Hidrográfica do rio Doce.
Fonte: COELHO, (2007).

Coelho (2007) nos traz informações dos limites da bacia apontando que:

[...] a norte está limitada pela serra Negra e pela serra dos Aimorés (bacias hidrográficas do Itaúnas e do Mucuri), a oeste pelo Complexo

do Espinhaço (bacia hidrográfica do São Francisco), a sudoeste pela serra da Mantiqueira, a centro-sul pela serra do Caparaó e leste pelo Oceano Atlântico. (COELHO, 2007, p. 120).

Coelho (2007) também acrescenta sobre as nascentes dessa bacia, bem como a origem do rio Doce e seus principais afluentes.

Suas nascentes situam-se nos limites sudoeste da bacia na Serra da Mantiqueira (município de Ressaquinha) e no Complexo do Espinhaço em Minas Gerais, região de altitudes superiores de 1.200 metros. É formado, inicialmente, pelo rio Xopotó que segue em direção NE até desaguar no Rio Piranga, e na confluência deste com o ribeirão do Carmo, limites entre os municípios de Ponte Nova (MG), Rio Doce (MG) e Santa Cruz do Escalvado (MG) recebe o nome de Rio Doce. Seus principais afluentes são pela margem esquerda os rios Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí Grande, em Minas Gerais, Pancas e São José, no Espírito Santo; pela margem direita os rios Casca, Matipó, Caratinga-Cuieté e Manhuaçu, em Minas Gerais, e Guandu no Espírito Santo. (COELHO, 2007, p. 120).

A bacia hidrográfica do rio Doce possui uma grande extensão territorial, com área aproximada de 83.400 km². Conforme já apontado, desse total 86% se encontram no estado de Minas Gerais e o restante 14%, no Espírito Santo. São 228 municípios abrangidos, sendo 202 em Minas e 26 capixabas. A região tem uma população da ordem de 3,1 milhões de habitantes, sendo 68,7% na área urbana, com destaque para as cidades de Governador Valadares e Ipatinga. O clima predominante é o tropical de altitude, com uma precipitação média anual que varia de 1.500 mm a 900 mm.

No que diz respeito à cobertura vegetal, o Termo de Referência da Avaliação Ambiental Integrada - TRAAI dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (2005) - nos indica que a área da bacia era coberta por Mata Atlântica, e que devido à exploração da região a cobertura vegetal primitiva ficou restrita basicamente à área onde se encontra o Parque Estadual do Rio Doce. Em relação às demais áreas da bacia, há uma predominância, devido à influência antrópica intensa, de vegetação secundária.

Conforme dados do TRAAI (2005):

[...] Estima-se que menos de 7% da área possui hoje cobertura vegetal (Fonseca, 1983 e 1985, in UFMG/PADCT, 1997). Destes, menos de 1% encontra-se em estágio primário (Mittermeier et alli, 1982; Fonseca, 1985 - in UFMG/PADCT, 1997). (TRAAI, 2005, p. 9).

Ainda com base no TRAAI (2005) tem-se uma descrição sobre os usos das terras na bacia a partir das seguintes características:

Segundo pesquisas realizadas pela Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC, 95% das terras da bacia constituem pastos e capoeiras, demonstrando a predominância da atividade pecuária. As espécies mais difundidas na formação de pastagens são o capim gordura (*Melinis minutiflora*) em áreas situadas acima da cota altimétrica de 800 m e o colônio (*Panicum maximum*) abaixo dessa altitude. As florestas plantadas, constituídas principalmente por espécies do gênero *Eucalyptus*, são expressivas no médio rio Doce. Quase todos os reflorestamentos pertencem às siderúrgicas Acesita e Belgo Mineira ou à Cenibra, produtora de celulose. Os campos e áreas cultivadas apresentam-se em menores proporções. Devido às características dos solos da bacia do rio Doce e ao manejo inadequado, a erosão tem se tornado um dos maiores problemas ambientais na região. (TRAAI, 2005, p. 09).

Em relação aos processos de ocupação e crescimento econômico da bacia do rio Doce, principalmente nos últimos 50 anos, o referido estudo mostra que:

[...] a ocupação do território aconteceu de forma desordenada. Na zona rural, encontram-se vastas áreas em estado avançado de desertificação, lagoas eutrofizadas, nascentes desprotegidas e processos erosivos. Da cobertura vegetal original, mais de 90% foi extinta. Do restante, menos de 1% encontra-se em estágio primário (Mittermeier et alli, 1982; Fonseca, 1985). (TRAAI, 2005, p. 10).

No tocante às principais atividades econômicas desenvolvidas na bacia do rio Doce, o TRAAI (2005) aponta que:

A economia da bacia está baseada principalmente nas seguintes atividades: a) agricultura: pecuária de leite e corte, suinocultura, café, cana-de-açúcar, hortifrutigranjeiros e cacau; b) indústria: siderurgia, metalurgia, mecânica, química, alimentícia, álcool, têxtil, curtume, papel e celulose; e c) mineração: ferro, ouro, bauxita, manganês, rochas calcáreas e pedras preciosas. As atividades econômicas mais expressivas relacionam-se à mineração e siderurgia. Grandes empresas siderúrgicas, como a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS, estão estabelecidas na região. Além disso, lá se encontra a maior mineradora a céu aberto do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce. Tais empreendimentos industriais desempenham papel significativo nas exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose. Além deles, a bacia contribui na geração de divisas pelas exportações de café (MG e ES) e polpa de frutas (ES). Segundo dados da Fundação João Pinheiro (2001), o PIB da bacia do rio Doce representa em torno de 15% do PIB do Estado de Minas Gerais (estimado em 122 bilhões em 2001), sendo que somente o município de Ipatinga contribui com 5,4% daquele valor. (TRAAI, 2005, p. 8).

Do ponto de vista geomorfológico é importante destacar a caracterização dessa bacia, principalmente, sublinhando a fisionomia do relevo relativa aos terrenos

onde se situa o rio Doce, de modo que se possa relacionar as formas de relevo que aí predominam com os usos e aproveitamentos que se dão nessa parte da bacia. Nesse sentido, conforme caracterização constante no TRAAI (2005):

Encontram-se na área de estudo quatro grandes unidades geomorfológicas: a) Planaltos Dissecados do centro-sul e do leste de Minas, que corresponde a mais extensa unidade geomorfológica, ocupando cerca de 70% da área. É constituída predominantemente por formas de dissecção fluvial do tipo colinas, cristas, pontões e vales encaixados, elaboradas sobre rochas granito-gnáissicas do embasamento pré-cambriano; b) Depressão do Rio Doce, ao longo do rio Doce e seus afluentes, zona rebaixada, com altitudes variando de 250 a 500 m, configurando-se como uma depressão interplanáltica. O contato com as formas de relevo dos planaltos circundantes é muito bem marcado por desníveis altimétricos abruptos. O piso da Depressão é constituído por rochas do complexo Gnáissico-Magmático-Metamórfico, predominando biotita-gnaïsse, rochas graníticas e granito-gnáissicas, com algumas ocorrências de rochas do complexo Charnóquítico; c) Serra do Espinhaço, é uma unidade morfoestrutural que se caracteriza por um conjunto de relevos ruíniformes resultantes da atuação de processos de dissecção fluvial em rochas predominantemente quartzíticas do supergrupo Espinhaço e grupo Macaúbas. Localiza-se na extremidade ocidental da área, funcionando como o divisor de águas das bacias dos rios Doce, São Francisco e Jequitinhonha; d) Quadrilátero Ferrífero, é um conjunto de relevos acidentados, localizados na extremidade oriental da área. Apresenta altitudes elevadas, que variam de 1.000 a 1.700 m, sendo que na serra do Caraça atingem até 2.064 m. Encontram-se no Quadrilátero Ferrífero as nascentes do rio Piracicaba, um dos principais afluentes do rio Doce. (TRAAI, 2005, p. 9).

3.2. APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS DA BACIA DO RIO DOCE

Na bacia hidrográfica do rio Doce existem empreendimentos hidrelétricos em operação e em diversos estágios de planejamento, configurando um significativo aporte de energia para a expansão da oferta do setor elétrico brasileiro nos próximos anos. No levantamento realizado na bacia do rio Doce, Coelho (2007) traz uma catalogação das principais usinas hidrelétricas existentes nessa bacia, como pode ser observado na Tabela 5, organizada pelo referido autor. Como se pode notar, as usinas hidrelétricas de Mascarenhas e de Aimorés são as duas usinas destacadas construídas no rio Doce, respectivamente com uma área inundada de 5,31 km² e 36,88 km², e, além disso, com 131 MW e 330 MW de potência, respectivamente. A Usina

hidrelétrica de Aimorés, conforme apontado por Coelho (2007) se destaca como a de maior área inundada quanto pelo montante de energia gerada.

Tabela 5: Principais Usinas Hidrelétricas da Bacia do rio Doce por ordem de área inundada.

N	NOME	Rio	Área km ² (inundada)	Potência MW	Vazão (out/06) ¹	Vazão (MLT) ²
1	Aimorés (MG/ES)	Doce	36,88	330,00	441	464
2	Salto Grande (MG)	Sto. Antônio	5,82	102,00	89	86
3	Mascarenhas (ES)	Doce	5,31	131,00	570	559
4	Porto Estrela (MG)	Guanhães	3,77	112,00	88	86
5	João Camilo Penna (ex Cach. do Emboque) – MG	Piracicaba	3,51	18,00	-	-
6	Candongá (MG)	Piracicaba	2,82	140,00	128	102
7	Sá Carvalho (MG)	Matipó	1,50	78,00	54	53
8	Guilman Amorim (MG)	Xotopó	1,08	140,00	52	49
9	Brecha (MG)	Xotopó	1,00	12,40	-	-

Fonte: banco de dados ANNEL (2006) e ANA (2006).

¹ Vazão segundo o Boletim de Monitoramento dos Reservatórios da Bacia do Rio Doce (ANA, 2006)

² Vazão Média de Longo Termo (MLT) da segunda quinzena de outubro de 2006 (ANA, 2006).

Org: André Luiz N. Coelho - 2007.

3.3. CARACTERIZAÇÃO DA VELHA E NOVA CIDADES DE ITUETA

3.3.1. O município de Itueta e a velha cidade

Localizado na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o município de Itueta faz parte da região conhecida como Médio rio Doce. Segundo Baeta, Alonso e Piló (2009)¹⁹, no período pré-colonial houve nessa região vestígios de ocupação de antigos grupos e subgrupos de duas grandes matrizes culturais: Tupiguarani e Macro-Jês.

Ainda conforme os autores citados, sobre os últimos, existem diversos relatos sobre a ocupação nos últimos séculos, no período dos primeiros contatos com os colonizadores, de forma especial sobre os Botocudos, sendo considerados como antigos habitantes das matas do rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha.

¹⁹ BAETA, L.; LIMA, M. A.; PILÓ, H. As Primeiras Entradas nos Sertões do Rio Doce. Do século XVI ao século XIX. In: REZENDE, M.; ÁLVARES, R. (Org.). **Era tudo Mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte. MG: CHA, 2009.

Sendo assim, Caldeira (2009) sinaliza que a região do Médio Vale do rio Doce era ocupada por indígenas que foram classificados pelos imigrantes portugueses de “Botocudos”. Segundo Paraíso (1989), Soares (1992) e Matos (1996) apud Caldeira (2009, p. 43)²⁰:

A denominação Botocudo advém do uso pejorativo utilizado pelos colonizadores portugueses, para caracterizar os povos ancestrais dos atuais Krenak, e refere-se aos adornos circulares (botoques) utilizados pelos indígenas nos lábios e nas orelhas.

Merece ser destacado a resistência desses grupos indígenas nessa região do Médio Vale do rio Doce em defesa de seus territórios. Nesse contexto, no início do século XIX, em virtude da decadência da atividade mineradora e do crescimento das atividades agrícolas e pecuárias, foi autorizada pelo governo imperial a colonização do leste de Minas Gerais, ao criar leis que contribuíram para a exploração da região e com o conseqüente extermínio dos grupos indígenas que habitavam a área.

De acordo com Caldeira (2009, p. 47):

Com a finalidade de promover a ocupação do leste mineiro, foi criada uma política de militarização para a região. Postos militares, denominados Divisões, foram instalados ao longo das margens do rio Doce e foi criada a Companhia de Colonização do Rio Doce e Civilização dos índios.

Conforme elucida Mattos (1997, apud CALDEIRA, 2009, p. 47) os objetivos dessa política visavam:

Proporcionar concessões de terras ocupadas pelos indígenas aos colonos; criar aldeamentos indígenas; proteger os colonos; construir estradas; criar povoados; garantir limites entre os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia e garantir entrepostos para viajantes. Além dessas atividades, as divisões militares capturavam e comercializavam os índios, fato que ajudou na exterminação dessa população [...].

Nesse sentido, é de fundamental importância a compreensão desses aspectos para se entender como se deu o processo de formação territorial dos municípios dessa região, e aqui, em particular, o município de Itueta. Trazendo

²⁰ CALDEIRA, Vanessa. “História de Botocudo”: O povo Krenak na Região do Vale do Rio Doce. In: REZENDE, M.; ÁLVARES, R. (Org.). **Era tudo Mata**: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte. MG: CHA, 2009.

como perspectivas a ocupação inicial da região efetivada por essas populações indígenas e a partir do que foi exposto, como se deu a posterior exploração de suas terras pelos imigrantes europeus.

Segundo Rezende e Álvares (2009)²¹ a colonização da região onde se originou o município de Itueta foi intensificada na segunda metade do século XX, notadamente, a partir do contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando colonos de origem alemã e pomerana se fixam na margem esquerda do rio Doce e italianos à margem direita, a maioria deles provenientes do Espírito Santo.

O “desenvolvimento” da região só vai ocorrer por volta dos anos de 1925, quando é instalada uma fazenda, de propriedade do coronel Osório Barbosa de Castro e Silva, chamada de Barra do Quatis, na margem direita do rio Doce.²² Também influenciou no “desenvolvimento” do município a implantação da estação ferroviária, inaugurada no dia 20 de Julho de 1927. Nesse contexto, a produção agrícola se expandia e o comércio dos produtos era realizado pelo transporte ferroviário. Como consequência diversas transformações foram ocorrendo, como abertura de estradas assim como a instalação de várias serrarias, o que também contribuiu para o “crescimento” local.²³

A partir das referências apontadas por Rezende e Álvares (2009, p. 175) “a região onde atualmente se encontra o município de Itueta pertencia, na época de sua formação, ao município de Aimorés”. No entanto, o distrito de Itueta foi criado em 1938 a partir do desmembramento do distrito de Resplendor e sua emancipação política ocorreu em 27 de dezembro de 1948, tendo seu território

²¹ REZENDE, M.; ÁLVARES, R. Itueta: Passado e Futuro. In: REZENDE, M.; ÁLVARES, R. (Org.). **Era tudo Mata**: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte. MG: CHA, 2009.

²² NEVES, Antonio Junior. **Lugar da Memória e espaço da construção do lugar**. Itueta/MG: Uma cidade e duas partes. Monografia apresentada ao Departamento do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do grau de Arquiteto Urbanista. Vitória, ES, 2009.

²³ IESA – INTERNACIONAL DE ENGENHARIA S.A. **Estudo de Impacto Ambiental**. Texto. Usina Hidrelétrica de Aimorés. CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG, 1998.

sido desmembrado do município de Resplendor. O topônimo Itueta é de origem indígena e significa “Muitas cachoeiras” (Itu: cachoeiras; eta: muitas).

Conforme Neves (2009) aponta:

[...] a Estrada de Ferro Vitória-Minas, que havia sido implantada desde o ano de 1904, em 20 de julho de 1927 inaugura uma estação no povoado de Itueta, promovendo a conexão da cidade com diversas fazendas por meio de estradas abertas pelos próprios fazendeiros. (NEVES, 2009, p. 12).

Ainda sobre a importância da estrada de ferro na dinamização da economia local, Rezende e Álvares (2009, p. 178) assinalam que:

Na fase considerada áurea do município, houve o predomínio de duas atividades mercantis complementares, muitas vezes exercidas conjuntamente por um mesmo proprietário, como o fez Manoel Teles Sampaio. De um lado, tinha-se a exportação de produtos agropecuários e, de outro, a importação de bens de consumo dos principais centros do país, especialmente Rio de Janeiro/RJ e Vitória/ES, com seu repasse direto à população. Ambos por meio da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Esse movimento [...] estava diretamente associado à consolidação da ocupação no Médio Rio Doce. Foi justamente essa dinâmica que impulsionou o comércio em Itueta.

Ocorre, porém, no começo dos anos de 1980 uma estagnação no município. De acordo com Rezende e Álvares (2009, p. 183) “[...] aos poucos o transporte de minério prevaleceu no trecho ferroviário da Vitória-Minas e o embarque de víveres foram gradativamente se definindo, até sua total extinção [...]”.

Também correu o declínio da exploração da madeira, que se tornou escassa, contribuindo para o fechamento das serrarias locais, além disso, os armazéns de estocagem de café e de cereais foram fechando e o comércio passou a definir. Como consequência desse quadro de estagnação, passou a ocorrer um aceleração da migração da população para outras localidades e até mesmo para fora do país.

A antiga sede do município localizava-se na margem direita, conforme pode ser visualizado na Figura 9. Com a realocação apenas a porção norte do município (formada por propriedades rurais) se encontra às margens do rio Doce, nesse caso, em sua margem esquerda.

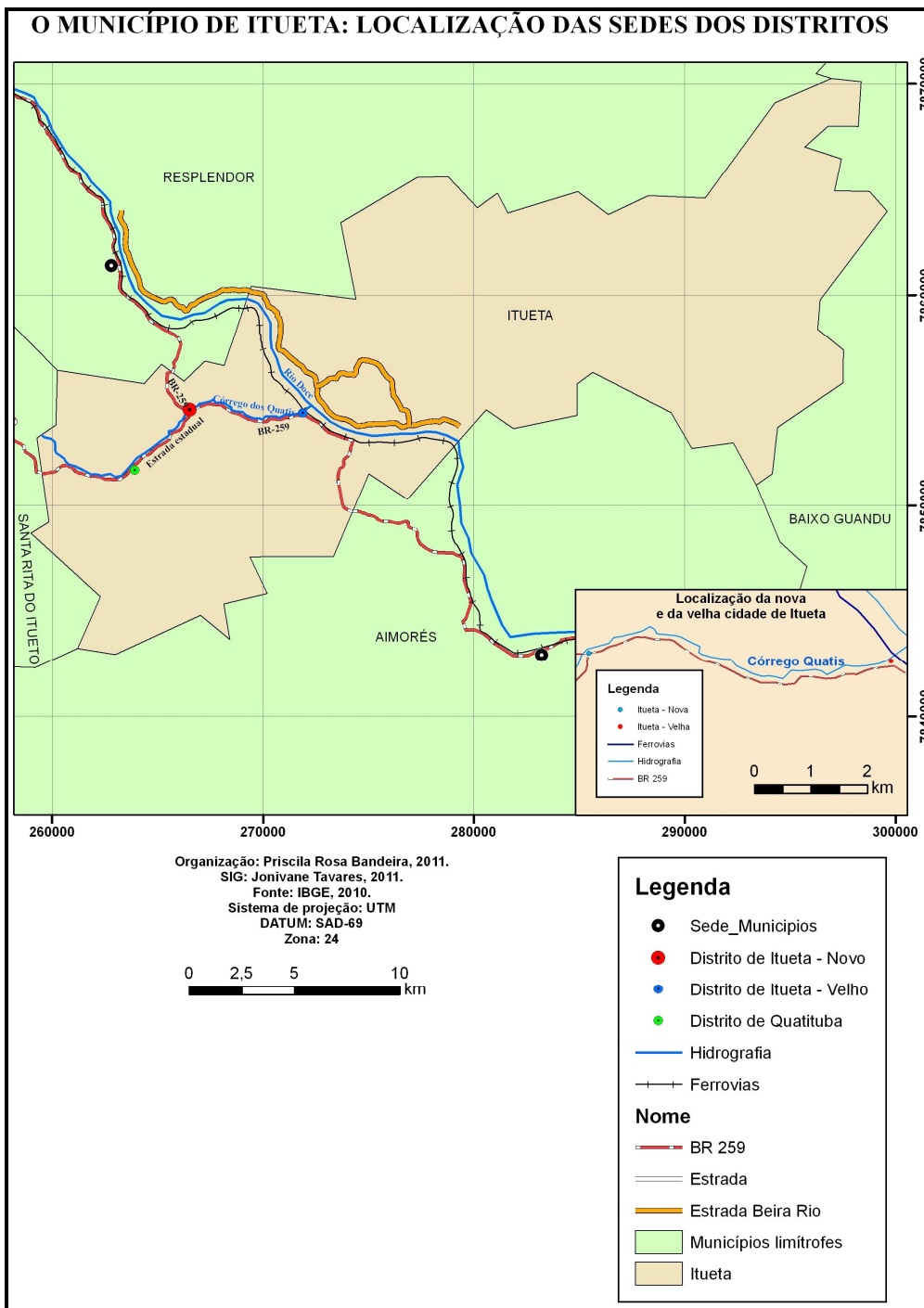


Figura 9: Os distritos do município de Itueta.

Neves (2009) descreve a antiga localização da sede do município:

[...] Limitada ao sul por encostas, a leste pelo córrego Quatizinho, e a oeste pelo córrego Quatis; era interceptada pelo traçado da Estrada de Ferro Vitória-Minas, que ali mantinha uma estação ferroviária. Seu traçado regular, com cinco ruas, paralelas ao rio e à ferrovia, e suas

transversais, pavimentadas com paralelepípedo, conformavam uma pequena cidade com área de 5,9 km² abrigando uma população de cerca de 1.000 habitantes. (NEVES, 2009, p. 20).

Itueta caracterizava-se por ser uma pequena cidade interiorana, constituída de cinco ruas paralelas longitudinais e suas transversais dispostas de forma ortogonal. A estrada de ferro cortava essa malha urbana, também no sentido longitudinal, paralelamente ao rio, como se pode observar na Figura 10.

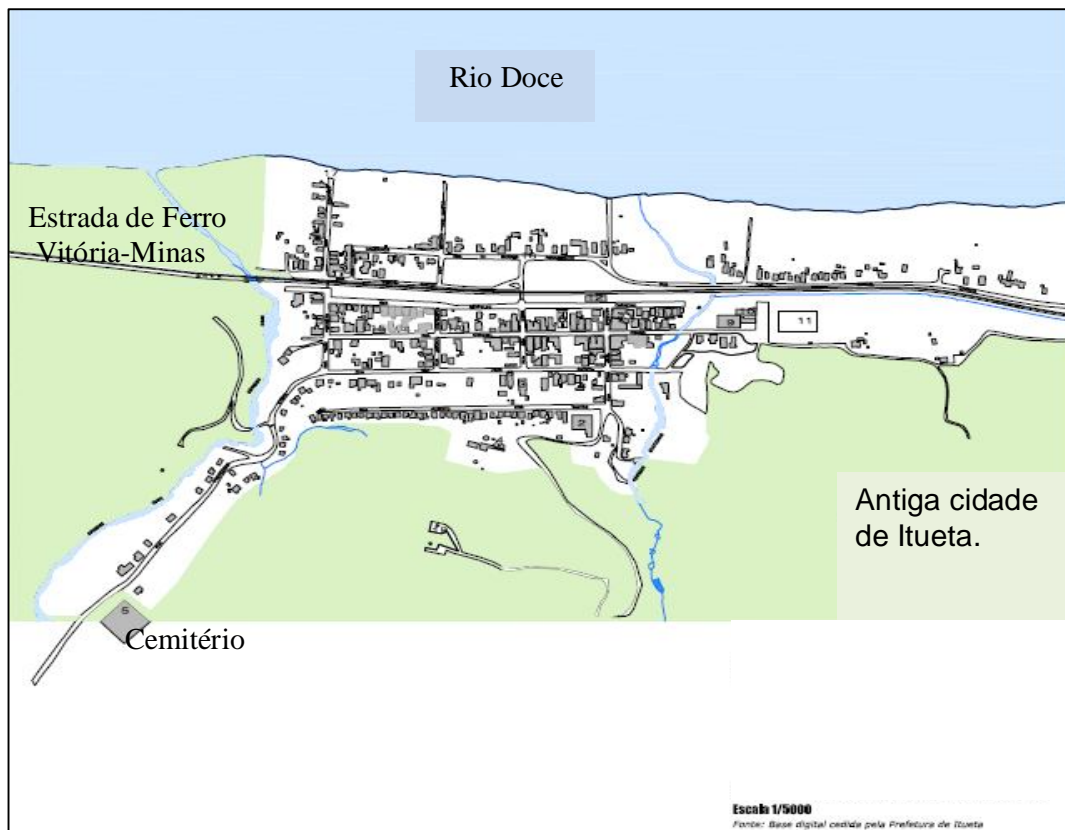


Figura 10: Antiga Itueta.
Fonte: Antonio Neves (2009).

A cidade fazia a ligação com a porção norte do município através de um serviço de barco que realizava a travessia do rio Doce. Com a realocação da cidade, os proprietários do norte ficaram mais distantes da sede do município.

Conforme dados levantados pelo EIA (1998), entre fevereiro e março de 1997, a maioria das atividades urbanas da antiga cidade de Itueta estava relacionada ao setor terciário, sendo os estabelecimentos comerciais os mais importantes,

com menor participação dos estabelecimentos industriais e de serviços, como se pode ver na Tabela 6.

Tabela 6: Número de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços - Itueta – 1997

Especificação	Número de estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Comércio	17	65,4	38	54,3
Serviços	6	23,1	11	15,7
Indústria	3	11,5	21	30,0
Total	26	100,0	70	100,0

Fonte: EIA, 1998.

Org. Priscila Costa, (2011).

Conforme levantamento realizado pelo EIA (1998) a respeito dos estabelecimentos comerciais na antiga Itueta,

[...] caracterizam-se como atividades típicas de pequenas áreas de mercado, estando voltados ao atendimento das demandas mais elementares ou cotidianas da população, como alimentos, bebidas e cigarros, entre outros. A ampla maioria é formada por pequenos bares e lanchonetes (7 estabelecimentos); açougues (2) e uma parcela restante relacionada a ramos variados, como farmácia, armarinho, tecidos, confecções e material de construção (8 estabelecimentos). (EIA, 1998, p. 6.205).

No EIA (1998) há o registro de um censo populacional realizado pelo consórcio da UHE-Aimorés, na antiga cidade de Itueta, demonstrando que a população total da cidade era de 949 habitantes distribuídos nos 265 domicílios identificados. Contrapondo esse levantamento censitário, o censo realizado pelo IBGE (2000), através das informações constantes nas tabelas de agregados de setores demonstra que a população da sede do município era de 898 habitantes.

O EIA (1998) também fez um levantamento acerca de uma realidade característica da cidade de Itueta que é a questão da emigração, motivada pela busca de oportunidades de trabalho ou por outros motivos, como questões familiares. Dessa forma, a pesquisa levantou, que a maior parte desses emigrantes tinham entre 20 e 49 anos de idade, bem como mostrou que os

destinos de emigração eram o Espírito Santo (43,5%), municípios da bacia do rio Doce (17,7%) e a Região Metropolitana de Belo Horizonte (17,1%)²⁴.

Em relação à divisão de grupos etários na cidade de Itueta obteve-se os seguintes dados:

Em termos de grupos de idade, a proporção de crianças e jovens de até 20 anos é ligeiramente inferior à do Brasil (40,2% e 44,9%, respectivamente), o mesmo acontecendo com os adultos entre 20 e 59 anos, cuja maioria ainda se encontra no mercado de trabalho (45,4% para Itueta e 47,7% para o Brasil). A proporção de idosos, por outro lado, atinge 14,2% em Itueta, enquanto no Brasil limita-se a 7,3% [...]. (EIA, 1998, p. 6.207).

A População Economicamente Ativa (PEA) da cidade de Itueta correspondeu a 36,8% da população total, sendo que as ocupações do setor terciário, em termos agregados, conforme mostrado na Tabela 7, correspondem a 17,6 % desse total. A pesquisa destacou que as atividades econômicas do município têm dificuldade de absorver a mão de obra local, no entanto, conforme será analisado no capítulo 4, o empreendimento hidrelétrico não alterou positivamente a dinâmica socioeconômica da cidade e nem da região.

Tabela 7: Grupos ocupacionais agregados por setor de atividade da ocupação principal - Itueta – 1997

Grupos Ocupacionais	Absoluto	%
População Economicamente Ativa (PEA)	349	36,8
Ocupações da agropecuária	58	6,1
Ocupações do setor secundário	75	7,9
Indústria de transformação	26	2,7
Ocupações do setor terciário	167	17,6
Ocupações administrativas	36	3,8
Ocupações técnicas e científicas	27	2,8
Prestação de Serviços	59	6,2
Transporte e comunicação	15	1,6
Comércio e atividades Auxiliares	30	3,2
Outras ocupações	35	3,7
Não respondeu a ocupação	14	1,5
População Não Economicamente Ativa (PNEA)	582	61,3
Menos de 10 anos	180	19,0
Estudantes	130	13,7
Atividades domésticas	121	12,8

²⁴ A referida pesquisa não apontou a porcentagem restante, que diz respeito aos outros destinos de emigração da população de Itueta.

População Não Economicamente Ativa (PNEA)	582	61,3
Inválidos, doentes	5	0,5
Aposentados e pensionistas	146	15,4
Não respondeu ao questionário	18	1,9
População total	949	100,0

Fonte: EIA, 1998.

Org. Priscila Costa, (2011).

Outro dado importante obtido a partir desse levantamento socioeconômico diz respeito à taxa de desemprego em Itueta, que em relação à PEA atinge um montante de 20,1%, conforme mostrado na Tabela 8. A pesquisa também apontou que a incidência dessa taxa concentra-se nas atividades do setor secundário, com a maioria dos trabalhadores desempregados em ocupações da construção civil.

Tabela 8: Situação ocupacional da População Economicamente Ativa - Itueta – 1997

Situação ocupacional	Absoluto	%
Proprietário Rural	7	2,0
Proprietário Urbano	12	3,4
Conta própria ou autônomo	55	15,8
Parceiros	3	0,9
Empregado permanente com carteira assinada	50	14,3
Empregado permanente sem carteira assinada	55	15,8
Empregado temporário (diarista)	28	8,0
Funcionário público	57	16,3
Desempregado	70	20,1
Outra situação	2	0,6
Trabalhador não remunerado da família	6	1,7
Não sabe, não respondeu	4	1,1
População Economicamente Ativa (PEA)	349	100,0

Fonte: EIA, 1998.

Org. Priscila Costa, (2011).

Segundo esse mesmo levantamento, em relação à PEA foi registrado um número significativo de pessoas que moravam em Itueta e trabalhavam em outras cidades, destacando-se as cidades de Aimorés, Resplendor ou mesmo em Aracruz, no Espírito Santo. Verificou-se que esses trabalhadores mantinham residências fixas em Itueta, voltando para casa nos finais de semana ou em cada 15 dias. A pesquisa apontou um montante de 38 trabalhadores nessa situação, enquanto 44 trabalhadores exerciam suas atividades na parte rural do município.

Também vale ser destacado o levantamento feito em relação aos problemas que as pessoas citaram sobre a cidade de Itueta. Dessa forma, pode-se notar a partir da Tabela 9 que a falta de emprego foi o principal problema apontado pelos moradores de Itueta.

Tabela 9: Maiores problemas da área urbana de Itueta – 1997

Problemas	Absoluto	%
Falta de emprego e/ou desemprego	118	30
Deficiência dos serviços de saúde	54	14
Ruas sujas ou sem calçamento	32	8
Saneamento básico, poluição do rio, saúde pública	32	8
Falta de lazer	23	6
Falta educação (2º Grau)	19	5
Alto custo de vida, baixos salários, pobreza	18	5
Comércio e serviços	17	4
Falta indústria, falta incentivo à indústria	14	4
Dificuldade de expansão da cidade	12	3
Falta de recursos públicos, politicagem	11	3
Dificuldade de transporte, falta rodoviária	10	3
Enchentes	5	1
Barulho do trem, conflito no trânsito, passarela	2	1
Outros problemas	23	6
Total	390	100

Fonte: EIA, 1998.

Org. Priscila Costa, (2011).

3.3.2. A nova cidade de Itueta

A construção da nova cidade de Itueta iniciou-se em 2003 e teve suas obras concluídas em 2005. Conforme estudo realizado por Neves (2009) a nova Itueta:

[...] conta com uma área de 130 hectares, sendo 60 ha urbanizados (6 km²). São 15 quilômetros de vias asfaltadas e 351 casas, das quais 136 foram doadas às famílias de baixa renda, e 59 edifícios institucionais e públicos. Dotada de infra-estrutura e equipamentos urbanos compensatórios à mudança, dos quais muitos estão sem uso ou não incorporados no cotidiano da população da cidade. (NEVES, 2009, p. 26).

Segundo estatísticas do censo de 2010 realizado pelo IBGE, a nova cidade de Itueta passou a contar com um total de 1.324 residentes, conforme mostrado na Tabela 10, o que indica um crescimento do número de moradores na cidade, haja vista que o censo demográfico de 2000 revelou um quantitativo de 898 pessoas na antiga cidade de Itueta. Esse crescimento populacional pode ser explicado pela atração exercida pelo empreendimento hidrelétrico, que de alguma forma contribuiu para a imigração na cidade de Itueta, conforme comentários que surgiram por parte de pessoas que participaram de entrevistas realizadas na nova cidade durante visitas a campo no ano de 2010.

Tabela 10- População dos distritos do município de Itueta – 2010

	URBANA		RURAL
Itueta (Sede do distrito)	1.324	Itueta	1.902
Quatituba (Sede do Distrito)	1.975	Quatituba	629
Total	3.299	Total	2.531

Fonte: IBGE, (2010).

Org. Priscila Costa, (2011).

Esse incremento populacional demonstrado através da comparação feita entre as estatísticas divulgadas pelos censos de 2000 e 2010 configura-se como uma evolução que não era esperada por parte de alguns moradores da cidade. Na verdade, conforme relatos de entrevistados havia a preocupação com a emigração em Itueta, pois se temia que os moradores optassem pela indenização em dinheiro e se mudassem para outros municípios.

Paralelamente a essa questão da emigração por conta da realocação da cidade, apareceram relatos que explicam a existência de casos de pessoas deixando a nova cidade por conta do desemprego, pois muitas ocupações e atividades que eram realizadas na velha cidade não puderam ser restabelecidas na nova cidade.

Em relação ao local escolhido para a implantação da cidade, a população participou do processo de escolha por intermédio da Associação de Moradores de Itueta – AMI, tendo sido realizada Assembléia para decidir o local para a construção da nova cidade. Dessa forma, conforme relatos colhidos a partir de entrevistas com pessoas que eram membros da equipe de negociação da AMI com o consórcio, a população decidiu que a nova cidade deveria se localizar na

área que fica próxima à BR-259 e ao distrito de Quatituba, indicado como a opção 1B, mostrada na Figura 11.

O distrito de Quatituba, conforme demonstrado na Tabela 10, chama a atenção sobre a expressividade de sua população urbana, que era de 1.975 habitantes em comparação com a população da cidade de Itueta, que era de 1.324 habitantes em 2010. Considerando-se a população absoluta do município, 5.830 habitantes, o distrito de Quatituba possuía uma população absoluta considerável, de 2.604 habitantes, enquanto o distrito de Itueta, parte urbana e rural juntas totalizaram 3.226 habitantes. A importância desse distrito foi comentada pelos entrevistados, como será apontado no capítulo 4, através da dinâmica de seu comércio, que para o propósito dessa pesquisa não foi alvo de investigação específica.

Em relação à área na qual a nova cidade foi construída, era uma propriedade rural que sofreu desapropriação para que a nova Itueta pudesse ser implantada. Sobre os aspectos geomorfológicos, sua fisionomia caracteriza-se por relevo de vale, atravessado pelo Córrego Quatis. A cidade foi toda planejada ao longo desse vale.

Dessa forma, a nova cidade possui um traçado longitudinal, sendo guiado ao longo do Córrego Quatis e da avenida principal da cidade, conforme as setas indicam na Figura 12.

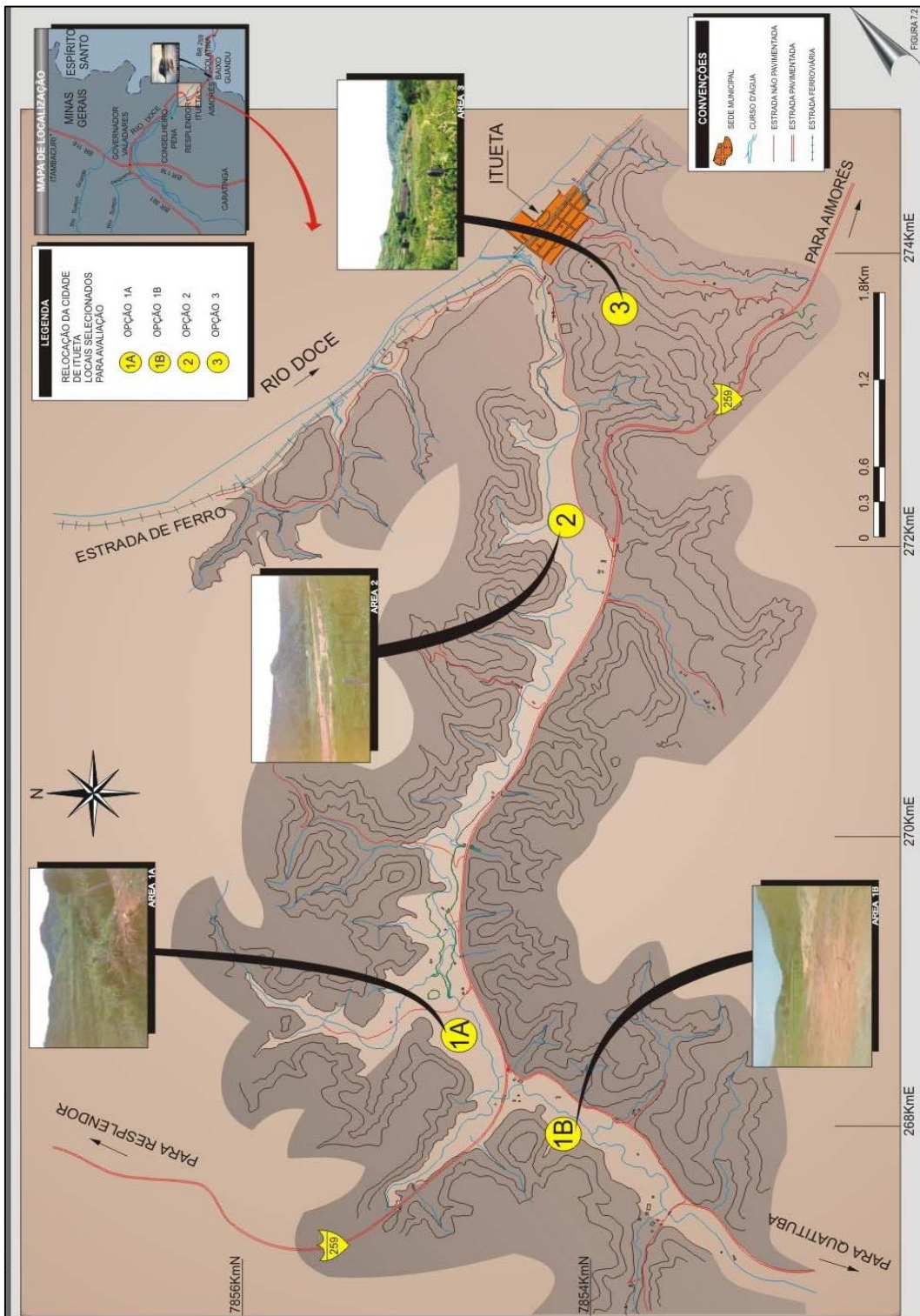
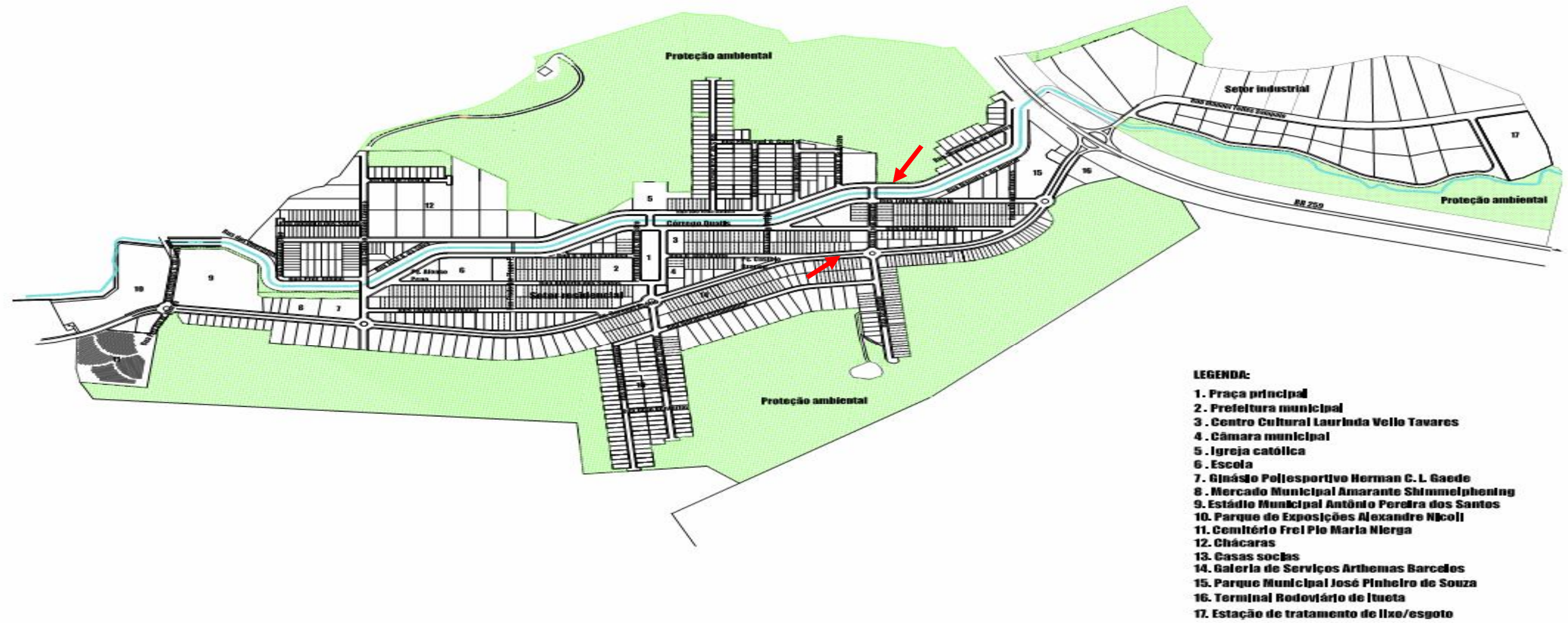


Figura 11: Opções de área para realocação da nova cidade de Itueta.
 Fonte: RIMA, 1998.



Planta baixa da nova cidade de Itueta

Escala 1/8000

Fonte: Base digital cedida Prefeitura de Itueta

Figura 12: Planta da nova Itueta.
Fonte: Antonio Neves, 2009.

.Ainda com base em Neves (2009), a implantação da cidade se deu a partir da sua fragmentação em duas áreas separadas pela rodovia, BR 259. Em uma parte da cidade foram localizadas as residências, o comércio, os equipamentos sociais e institucionais, e na outra área, as atividades industriais, os depósitos e as estações de tratamento de esgoto e lixo²⁵. A nova cidade de Itueta tem sua entrada a partir do trevo rodoviário, na BR 259, e possui ligação com o distrito de Quatituba, através da “via arterial”²⁶ da cidade, orientando o fluxo e o traçado urbano.

Essa via arterial que liga Itueta ao distrito de Quatituba, conforme nos aponta Neves (2009):

[...] recebeu tratamento que transforma o fluxo rodoviário em fluxo urbano. Para tal, esta via recebeu canteiro central e cinco ‘praças’, que, por se configurarem como rotatórias, reduzem a velocidade dos veículos, e funcionam como origem das vias coletoras, as quais, por sua vez, proporcionam o acesso ao interior da cidade. É ao longo da via arterial que se concentram a maior parte dos edifícios com uso comercial. (NEVES, 2009, p. 52).

Em relação aos aspectos das casas, a nova Itueta possui uma fisionomia bastante diferente da velha Itueta. Muitas casas são semelhantes, o que passa uma imagem de monotonia ao espaço. Como aponta Neves (2009):

As novas edificações apresentam tipologia também distinta das edificações da primeira cidade. As fachadas das residências chegam a criar um ambiente urbano monótono, pois a repetição do repertório resultou em modelos arquitetônicos muito semelhantes, com pouca variação de implantação, forma, texturas e cores. (NEVES, 2009, p. 26).

Sobre esses modelos arquitetônicos apontados por Neves (2009), a Figura 13 exemplifica a monotonia das paisagens na nova cidade.

²⁵ Vide Anexo B.

²⁶ Conforme pode ser observado no Anexo B.



Figura 13: Modelo arquitetônico de casa predominante na nova cidade.
 Fonte: Priscila Costa (2010).

A nova cidade possui dois setores de habitação popular, que na verdade, se caracterizam por casas sociais²⁷, de pequeno tamanho, doadas às pessoas que não possuíam casa própria na velha cidade. Esses setores se localizam em lados opostos da cidade, conforme demonstra a Figura 14.



Figura 14: Em destaque, setores de casas sociais da nova cidade de Itueta.
 Fonte: Arquivo de Maria Lúcia Tavares, moradora da área conhecida como Baixo em Aimorés, MG, 2003.

Em relação às casas desses setores sociais, elas apresentam a mesma tipologia e padrão de construção, o que revela características de um conjunto habitacional. A Figura 15 demonstra uma dessas casas de moradia popular.

²⁷ Para a localização mais detalhada dessas casas sociais, vide Anexo B.



Figura 15: Modelo de construção de casa do setor social de Itueta.
Fonte: Priscila Costa (2010).

Essas casas sociais, possuem cerca de 36m² com dois quartos, sala, cozinha, banheiro, uma pequena varanda na parte frontal como a Figura 15 mostra e um quintal dentro de um lote de 250m².

No restante da cidade, há também um padrão predominante de modelo das casas conforme já comentado, apesar de existirem casas diferenciadas em relação ao desenho arquitetônico, como a Figura 16 demonstra.



Figura 16: Casa construída pelo próprio morador.
Fonte: Priscila Costa (2010).

Na parte final da cidade²⁸, indo em direção a Quatituba, encontram-se os equipamentos urbanos que são o parque de exposições, o mercado municipal,

²⁸ Vide Anexo B.

mostrado na Figura 17 sendo que este equipamento não chegou a ser efetivamente apropriado pelos moradores. Também foram construídos nessa parte da cidade uma quadra poliesportiva, o estádio municipal e o cemitério.



Figura 17: Mercado da nova cidade.
Fonte: Priscila Costa (2010).

A cidade também conta com uma área de proteção ambiental que se localiza ao longo de toda a sua extensão, correspondendo às hachuras em verde no mapa²⁹. Essa área de proteção ambiental caracteriza-se por terrenos íngremes, sendo que a área foi destinada para reflorestamento das encostas que circundam a cidade³⁰, para evitar problemas de erosão.

O setor industrial da nova Itueta conforme já sinalizado se localiza numa área não contígua à área urbana da nova Itueta³¹. Esse setor industrial encontra-se próximo da entrada da cidade, do outro lado da BR-259. Em relação a essa parte da cidade, Neves (2009) descreve-a:

Na área industrial os lotes se distribuem ao longo do córrego Quatis, ainda na via arterial, Rua Manoel Telles Sampaio, sendo alguns com acesso direto à BR-259. No fim da referida via, se encontram a estação de tratamento de esgoto e o depósito de lixo. [...]. O espaço onde se construiu a nova cidade vai, aos poucos, tornando-se um lugar para os moradores. Desde a mudança para a cidade, em 2005, o espaço vem sendo adaptado pelos seus usuários. É um processo de 'construção do lugar', no qual as ações cotidianas de uso do espaço da cidade permitem que os moradores dêem sentido e significado a este espaço novo. (NEVES, 2009, p. 52).

²⁹ Ver Figura 12.

³⁰ De acordo com a fonte pesquisada para a elaboração do mapa constante no Anexo B, esta área de proteção ambiental não abrange o perímetro urbano de Itueta e sim as áreas ao seu redor.

³¹ Ver anexo B.

Dessa forma, esse setor industrial da nova cidade configura-se numa área que ainda não foi apropriada, nem para moradia e nem para instalações de indústrias. Segundo entrevista realizada com o prefeito de Itueta, em novembro de 2010, os títulos de propriedade dos imóveis ainda não tinham sido concedidos pelo consórcio, que havia prometido a entrega dos mesmos após cinco anos de implantação da nova cidade.

3.4 A USINA HIDRELÉTRICA DE AIMORÉS (UHE-AIMORÉS) E O DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO DE ITUETA

3.4.1. Breve histórico da UHE- Aimorés

A UHE-Aimorés se constitui num empreendimento localizado na cidade mineira de Aimorés, próximo à divisa com o estado do Espírito Santo, situado no trecho médio do rio Doce. A UHE-Aimorés é formada pelo Consórcio estabelecido entre a Companhia Vale do rio Doce – CVRD³², com 51% de participação de capital e a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, com 49% da participação.

Foram realizadas pesquisas de campo na região, desde 1997, o que fica constatado no Estudo de Impacto Ambiental – EIA, para estudo da viabilidade de implantação do empreendimento. No entanto, a UHE-Aimorés teve sua obra iniciada em 2001 e concluída em 2004 quando do enchimento do reservatório de água formado pelo represamento das águas do rio Doce na cidade de Aimorés.

A área de influência da UHE-Aimorés, além de Aimorés, compreende os municípios mineiros de Resplendor e Itueta, localizados a montante da barragem, como pode ser visualizado através da Figura 18. A sede do município de Baixo Guandu, no Espírito Santo apesar de não ter sido incluída na área de influência do empreendimento foi incluída nos estudos ambientais

³² Atualmente VALE.

pela proximidade com o empreendimento. A casa de força da UHE-Aimorés foi construída no distrito de Aimorés, Santo Antonio do Rio Doce, que faz divisa com Baixo Guandu, ES.

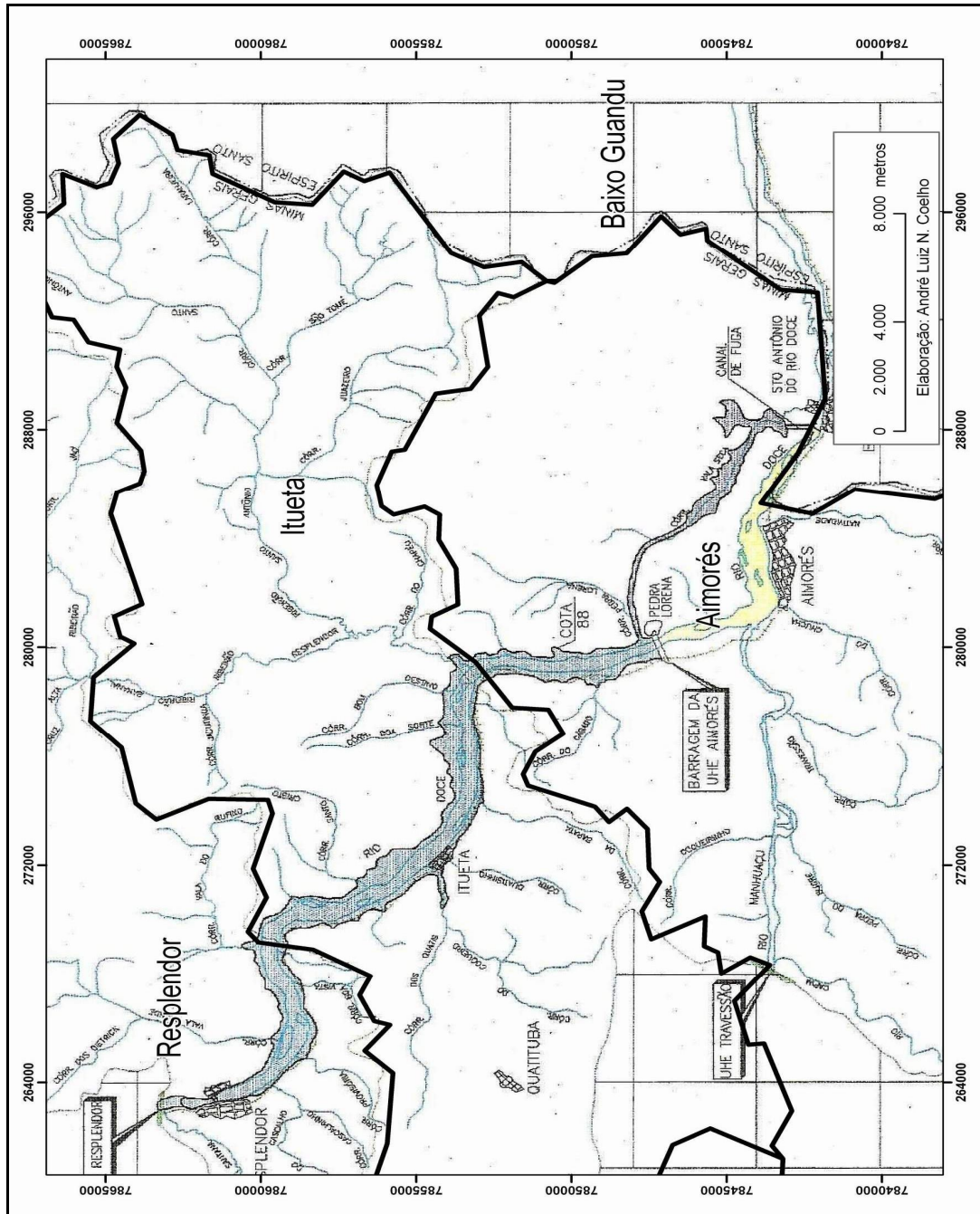


Figura 18: Área de influência da UHE-Aimorés.

Fonte: RIMA, 1998.

Org. COELHO, (2011).

A UHE-Aimorés, além de sua área de influência, também delimitou uma área intitulada ADA - Área Diretamente Afetada, que compreendeu a antiga sede do município de Itueta e uma parte da sede municipal de Resplendor, MG, conforme apontado no EIA (1998). Em relação aos municípios apontados na área de influência da UHE-Aimorés, ficou definido pelo EIA (1998) que critérios foram levados em conta para a definição dessa área de influência. Dessa forma, o EIA (1998) estabeleceu que:

Para o Meio Socioeconômico e Cultural, a delimitação da Área de Influência segue os procedimentos usuais em estudos ambientais de empreendimentos hidrelétricos, sendo definida como o conjunto dos municípios que terão parte de seu território afetado pela formação do reservatório ou localização das obras de engenharia – áreas de empréstimo, acampamentos, canteiro de obras, canal de adução, diques, casa de força, entre outras (EIA, 1998, p. 4.1).

Segundo informativos produzidos pelo próprio Consórcio, a produção de energia da UHE-Aimorés contribuiria para a redução da carência do sistema elétrico brasileiro. Ironicamente, esses informativos intulam a UHE-Aimorés como promotora do “progresso” na região afetada pelo empreendimento. Dessa maneira, os referidos prospectos enfatizam que a energia gerada pela UHE-Aimorés forneceria “condições” para que pequenas e médias empresas se instalassem na região, além de garantir “energia de qualidade” para a comunidade.

O processo de licenciamento ambiental da UHE-Aimorés teve início no ano de 1997, tendo a Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais – FEAM, dado os primeiros passos para a orientação e concretização do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

Esse processo foi direcionado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, pelo fato da UHE-Aimorés se situar num rio que abrange mais de um estado da federação, nesse caso, Minas Gerais e Espírito Santo.

Recebidos os documentos para análise, o IBAMA procedeu a uma fiscalização em campo. Em seguida, efetuou a programação para a realização da Audiência Pública conforme previsto na Legislação Ambiental pertinente. Com isso, em

fevereiro do ano 2000, foram realizadas as duas reuniões, uma em Itueta, em primeiro de fevereiro, e a outra no dia dois, do mesmo mês, ocorreu em Baixo Guandu. Depois da realização da Audiência, o IBAMA reuniu as informações coletadas nas reuniões e deu encaminhamento aos estudos conclusivos sobre a análise do EIA e do RIMA, para em junho de 2000 conceder a Licença Prévia do empreendimento.

Segundo o EIA (1998), a resolução CONAMA nº 006 estabelece os critérios que formalizam todo o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos como esse da UHE-Aimorés. Dessa forma, em seu artigo 4º determina que a obtenção da Licença Prévia ocorrerá a partir dos encaminhamentos feitos com base nos estudos de viabilidade, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e seu respectivo RIMA. Portanto, após o cumprimento de todas as ações estabelecidas em lei, o IBAMA concedeu a licença de instalação da UHE- Aimorés em junho de 2001.

Em seguida, o consórcio empreendedor deu início à elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA), documento que detalha os planejamentos previstos para serem desenvolvidos durante as fases de implantação e operação da Usina. De acordo com o EIA (1998), tem-se 27 (vinte e sete) diferentes programas ambientais destinados a minimizar e compensar os impactos decorrentes da Usina. Estes programas e seus respectivos custos de implantação podem ser visualizados na Tabela 11.

Tabela 11: Programas Ambientais da UHE-Aimorés

PROGRAMAS AMBIENTAIS	VALOR (R\$)
1. Gerenciamento Ambiental	2.865.720,00 (1)
2. Comunicação Social	86.460,00
3. Educação Ambiental	137.500,00
4. Relocação de Itueta	5.864.480,00
5. Relocação Parcial de Resplendor	6.296,206, 00
6. Negociação com os Proprietários e Famílias Residentes na área Rural	2.439,190, 00
7. Recomposição da Infra-Estrutura Econômica e Social	23.860.682,90
8. Apoio aos Núcleos Urbanos de Aimorés, Baixo Guandu e Santo Antonio do Rio Doce	1.240.000,00

PROGRAMAS AMBIENTAIS	VALOR (R\$)
9. Implantação da Infra-Estrutura de Saneamento no Canteiro de Obras	(2)
10. Salvamento do Patrimônio Arqueológico	168.960,00
11. Vigilância Epidemiológica e Saúde Pública	410.000,00
12. Avaliação de Taludes Marginais e Controle de Processos Erosivos	24.118,00
13. Apoio ao Produtor Rural	177.534,50
14. Minimização dos Efeitos Hidrológicos e Ambientais no Trecho de Vazão Reduzida	41.488,00
15. Recuperação de Áreas Degradadas	187.580,00 (3)
16. Detalhamento da Influência da Elevação do Lençol Freático em Resplendor	46.083,00
17. Definição de Fontes de Abastecimento de Água para a População Rural	27.445,00
18. Monitoramento do Uso do Solo e da Cobertura Vegetal	40.260,00
19. Limpeza da Área do Reservatório	30.697,00
20. Vertimentos Controlados	61.089,00
21. Conservação da Ictiofauna	1.447.775,00
22. Monitoramento liminológico e de Qualidade das Águas	79.501,00
23. Monitoramento da Fauna de Vertebrados Terrestres e Alados	219.040,00
24. Conservação da Flora e da Cobertura Vegetal	232.886,00
25. Monitoramento de Insetos com Potencial Vetorial nas Áreas Diretamente Afetada e de Entorno	94.296,00
26. Criação e Implantação da Unidade de Conservação	1.306.016,00
27. Resgate de Fauna	233.050,00
Custo Total	47.618.017,40

(1) Inclui o custo de Consultoria Externa no que se refere ao Projeto Básico e Executivo

(2) Esta infra-estrutura constitui uma parte inerente à engenharia do projeto

(3) Estes custos contemplam a recomposição vegetal das áreas de bota-fora, jazidas de empréstimo, canteiro e acampamento

Fonte: EIA, 1998.

Org. Priscila Costa, (2010).

Após ser analisado o PCA, o IBAMA concedeu a Licença de Instalação (LI), tendo sido iniciadas as obras em junho de 2001, como já citado.

A UHE-Aimorés teve um potencial instalado de 330 Megawatts divididos em três turbinas geradoras. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental da UHE-Aimorés, RIMA, o barramento do rio provocado pelo empreendimento elevou sete metros o nível natural do Rio Doce gerando um 'lago' com área de superfície de 2.586 hectares e um volume de água de 100.000.000 m³ (cem milhões de metros cúbicos).

CAPÍTULO 4: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DIFERENTES SUJEITOS EM RELAÇÃO AO DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO E DO ALAGAMENTO DA ANTIGA CIDADE

A abordagem das representações sociais que se busca explorar nessa pesquisa visa contextualizar os conceitos apresentados nos capítulos iniciais destacando-se particularmente os conceitos de representações sociais, cotidiano, memória, paisagem, lugar, identidade, etc.

Dessa forma, a discussão sobre representações sociais tem o embasamento de autores como Moscovici (2003), Jodelet (2004), Arruda (2009), Serpa (2005), dentre outros. No tocante ao conceito de cotidiano, o respaldo vem de autores como Mesquita e Brandão (1995). Tuan (1974) é quem nos fornece a base para a reflexão sobre o conceito de lugar. Em relação à questão da identidade, Hall (2007) e Cruz (2008) nos oferecem elementos também muito importantes para a análise das diferentes representações dos moradores de Itueta.

A discussão acerca da paisagem está baseada principalmente em autores como Corrêa e Rosendahl (1998). Por sua vez, a abordagem sobre paisagem é enfatizada a partir de aspectos que destacam a cultura, o simbolismo, etc. sendo autores como Ferrara (2000) e Crema (2005) quem são utilizados para a fundamentação sobre a questão dos símbolos em relação às paisagens.

Inicialmente, a partir dos questionários aplicados foram constatados pontos de vista da população em relação a vários temas, como o deslocamento da população para a nova cidade, os principais elementos da memória, aspectos negativos e positivos acerca da velha e nova Itueta, brevemente relatados a seguir.

Em relação ao deslocamento da população de Itueta, foi registrado pelas pessoas que a mudança afetou a questão emocional, com citação de casos de moradores que ficaram abalados, tristes, com depressão. Os motivos mais

citados foram: a má indenização dos imóveis e prejuízo para quem tinha comércio na velha cidade e o transtorno da mudança para a nova cidade, pois a mudança ocorreu sem a cidade ter ficado pronta.

No que diz respeito aos principais elementos da memória da velha Itueta, foram destacados: a beleza da antiga cidade; a estrada de ferro, o rio Doce e as pescarias; o fato da velha cidade ser mais aconchegante, mais tranqüila, a realização das festas e eventos nos quais o povo participava; o movimento de pessoas, a travessia do rio, o movimento na estação ferroviária e a abundância de arvoredos que sombreavam várias partes da cidade, e que a tornava mais fresca; as frutas, as boas relações com os vizinhos, a praça que era pequena, divertida; a facilidade de transporte e sobre os passeios que podiam ser feitos de trem; sobre as paisagens naturais, antigas e bonitas; sobre a união das pessoas; sobre as paisagens do rio. Citações sobre a quantidade maior de emprego na velha cidade; a proximidade dos parentes; recordação da antiga igreja católica, das cachoeiras, da rua do porto, na beira rio, etc.

Sobre a nova cidade houve os seguintes apontamentos negativos: que a cidade não é boa para morar; a necessidade de mudança na administração da cidade; que a nova cidade é parada; sobre a falta de segurança. Também foram mencionadas as árvores das ruas, destacando-se que não são adequadas à cidade, frisando-se que são espinhosas, etc. Houve menção ao aumento da distância entre os moradores, comércio, etc. Foi citado o excesso de calor, o perigo nas ruas, com recordações de ocorrência de acidentes, assim como foi destacada a falta de união do povo, a falta de oportunidades para os jovens e a falta de emprego para a população em geral, tendo sido comentado que por causa disso houve vários casos de pessoas que foram embora da cidade. Também foram enfatizados os problemas com as casas, como as rachaduras, falta de muros; a falta de atendimento médico permanente; a poluição do córrego que atravessa a cidade; a falta de arborização e o lixo existente na cidade; a não aceitação do modelo arquitetônico da igreja católica, o uso de drogas, o não funcionamento da rodoviária e mercado municipal; a não aprovação do modelo de construção do cemitério; a inexistência de um matadouro para abatimento de animais; o não

cumprimento de promessas como a doação de casas para todos e o não pagamento de água e energia durante o período prometido pelo consórcio.

Como aspecto positivo da nova Itueta foi citada a paisagem do cruzeiro, que se destacou como a parte mais interessante da cidade, onde se pode ver tudo ao redor; também registraram as feirinhas que ocorriam em alguns sábados; o bom atendimento na área de saúde; o asfaltamento das ruas; as moradias, destacando-se que são novas e que foram doadas às pessoas que não tinham casa na velha cidade e a possibilidade de criação de oportunidades de emprego, como a criação de fábricas na cidade, assim como a criação de uma quadra poliesportiva e a ampliação do atendimento de saúde.

Sendo assim, os questionários despertaram a atenção para determinados elementos e situações que as entrevistas realizadas consolidaram e confirmaram. Dessa forma, com a análise do conteúdo dessas entrevistas observou-se com destaque os seguintes temas, classificados em três grupos:

- Repercussões do alagamento e deslocamento de Itueta para a população rural;
- Memória e ressignificação da cidade de Itueta a partir da visão de sua população;
- Aspectos relacionados à negociação e gestão do deslocamento da população e alagamento da cidade de Itueta.

Dessa forma, os temas que serão apresentados e explorados traduzem os conteúdos observados tanto nos questionários aplicados quanto nas entrevistas realizadas com os moradores de Itueta.

4.1 REPERCUSSÕES DO ALAGAMENTO E DESLOCAMENTO DE ITUETA PARA A POPULAÇÃO RURAL

O empreendimento hidrelétrico construído pelo consórcio formado entre a VALE e a CEMIG, a UHE-Aimorés, como muitos outros se apresenta para as

populações como obras que se destinam a trazer o “progresso” para o país e conseqüentemente, para as localidades onde são implantados, conforme visto no capítulo 2 que trata da implantação de usinas hidrelétricas no Brasil. Acompanhada dessa ideologia do progresso são enumeradas as diversas “vantagens” que empreendimentos dessa envergadura podem suscitar, como “desenvolvimento” local, geração de empregos, melhoria nas condições de infra-estrutura, como estradas, atração de indústrias e empresas para a região onde o empreendimento hidrelétrico se instala, regularização de curso de rio, com controle de sua vazão, etc.

Por outro lado, os aspectos negativos são minimizados ou mascarados, a partir de “programas” que se mostram como simples ações capazes de resolverem problemas de grande complexidade no que tange aos aspectos ambientais, socioeconômicos, culturais, etc. É o que a pesquisa aborda, com o estudo das representações sociais da população de Itueta. O deslocamento compulsório dessa população demonstrou inúmeras questões apontadas pelos moradores desde o momento das obras na velha Itueta à transferência para a nova cidade.

Sendo assim, uma dessas questões apontadas pelos entrevistados diz respeito à situação da população da parte norte do município, que ficou mais distante da cidade de Itueta e dessa forma, passou a ter dificuldades de acesso aos serviços oferecidos na cidade, como as atividades comerciais, serviços de saúde, etc. Isso ocorreu em virtude da dificuldade no transporte, por ser demorado e ser maior o percurso até a nova cidade.

O norte de Itueta, mostrado na Figura 9, está localizado na margem esquerda do rio Doce, correspondendo à maior área de todo o município. Também do ponto de vista demográfico, apresenta a maior parte da população rural do município, pois segundo o censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010³³, essa parte norte de Itueta tinha 1.902 habitantes em relação aos 629 habitantes da outra parte rural do município, do distrito de Quatituba. Também

³³ Demonstrado na Tabela 10.

quando comparado à população da parte urbana de Itueta, 1.324 habitantes, apresenta uma predominância da população.

Conforme apontado pelos entrevistados, a população do norte do município sofreu enormes impactos com o afastamento da população da cidade de Itueta, das margens do rio Doce. Para exemplificar essa situação, são contundentes os relatos da entrevistada que representa o Sindicato dos Produtores Rurais de Itueta. A entrevistada destacou em sua fala que a velha cidade de Itueta era mais viável, referindo-se aos meios de transporte, assim como mencionou que era mais cômodo e fácil o pessoal se deslocar para vários lugares, pois tinha a estrada de ferro. Além disso, explicou que bastava a população da parte norte atravessar o rio Doce e já estava na cidade de Itueta, que se localizava na outra margem do rio, nesse caso, na margem direita.

Essa senhora citou, por exemplo, o caso de proprietários que residem na cidade e que tem propriedades no norte, e sobre isso comentou que o gasto com combustível é muito grande. Também sublinhou que esses proprietários gastam entre 4 a 12 km de distância para se deslocarem da nova cidade de Itueta até o Norte do município. A entrevistada exemplificou que se os proprietários rurais realizarem o percurso citado, passando por Resplendor, município vizinho, que possui uma ponte que dá acesso ao norte de Itueta, a distância aumenta ainda mais, podendo chegar a 24 km o trajeto a ser percorrido entre a parte norte do município e a sede de Itueta.

A entrevistada apontou que o gasto com combustível e com o tempo no percurso são maiores do que os lucros com a produção agrícola realizada por essa população rural. Para demonstrar essa questão a entrevistada fez a seguinte afirmação:

Ficou mais fácil que os produtores da parte norte vá até Resplendor ou até Guandu e Aimorés, porque Resplendor eles preferem ir porque lá eles fazem a vacina deles, fazendo direto na cooperativa [...] Ficou mais fácil pra eles por causa do ônibus [...] o ônibus passa e pega eles ali as 8:00 horas da manhã e só volta as 14 horas. Então dá pra eles fazerem tudo. Enquanto que aqui tem a vã que atravessa, depois ela volta realmente pra retornar as 13:30 mais ou menos, mas não tem muito o que eles precisam, entendeu, enquanto Itueta velha tinha.

A entrevistada também falou sobre a dificuldade das pessoas idosas do norte de Itueta de se deslocarem para a nova cidade. A esse respeito afirmou que:

[...] tem as pessoas idosas lá que a gente tem muita intimidade com eles, são “clientes meus”³⁴, que não vêm mais aqui, tem pessoas lá no norte que até hoje não conhece Itueta nova, porque não têm condição de fazer essa viagem, por causa da idade, doença, e reclamam muito, né, que a produção deles também caiu muito [...].

Além desse aspecto, a entrevistada também disse que a nova cidade de Itueta teve prejuízos com o afastamento dessa população da cidade. Isso fica evidenciado na fala que se segue:

Tomamos muito prejuízo, pois eles preferem fazer a compra deles em Baixo Guandu e Aimorés [...] e são pra poucos, pois tem muitos que nem isso não fazem mais por causa da idade, né, porque não tem condições de ficar viajando muito, e ficou muito prejudicial pra eles, tanto pra eles quanto pra nós, mais pra eles, eu acho, os produtor ficou muito prejudicado. Tem a estrada da margem do rio Doce, que foi totalmente destruída, é, também dificultou bastante, mesmo com a balsa, né, essa barca que tinha, canoas né, mas eles preferiam, que tava tudo mais perto, que atravessava ali, por exemplo, eu morava na rua do porto, aí com questão de segundo eles iam lá e voltavam, volta toda hora, eles podia voltar, aí vir toda hora. Então ficou muito longe pra eles e os horário não contribui pra ajudá-los. Inclusive eu tô fazendo aí um relatório pessoal de alguns, tanto faz [...] desapropriados, os trabalhador rural, os meeiro [...].

A entrevistada comentou que fez um relatório de um proprietário rural³⁵, que possui moradia na nova cidade, que se sentiu muito prejudicado com a negociação com o consórcio. Como sua narrativa demonstrou:

[...] ele tá tão sentido e falou comigo que ele tem a casa dele aqui que foi construída por ele mesmo, mão-de-obra deles né, que ele falou que preferiu construir do que o consórcio, mas já tá tomando prejuízo, tem a propriedade e ele já tá de idade, não tem um filho que ajuda [...] e aí ele falou que vai tentar fazer o seguinte, vender a casa dele e ir embora de Itueta. A atividade dele prejudicou tanto por isso.

Também citou a fala do proprietário ao requisitá-la a fazer um relatório sobre as suas dificuldades para conseguir ir embora da cidade de Itueta. Nas palavras desse proprietário:

[...] vou tentar [...] você vai fazer pra mim um relatório [...] e se o consórcio não me ajudar eu vou [...] que eles comprassem a minha casa pra mim ir embora, que eu não quero mais ficar. E muitos aqui também aconteceu isso. E lá na roça, lá na parte norte tem muitas pessoas que ficou doente [...].

³⁴ Referência às pessoas atendidas pela entrevistada no Sindicato dos Produtores Rurais de Itueta.

³⁵ Segundo relato da entrevistada esse proprietário possui propriedade tanto na área rural quanto na cidade.

A entrevistada acrescentou que muitas famílias no norte ficaram muito prejudicadas com a indenização das terras, citando que as pessoas não conseguiram propriedades tão boas quanto às antigas.

Questionada sobre a reivindicação dos moradores em relação ao local de escolha da nova cidade e sobre a mobilização da população face ao empreendimento, a entrevistada comentou sobre as perdas sofridas pelos moradores que moravam na beira do rio. A fala da entrevistada demonstrou as perdas dessa população rural e da cidade de Itueta:

Por exemplo, esses moradores na margem do rio Doce mesmo, são uns né, perderam a estrada³⁶ [...] e houve muito é assim pouco interesse também do centro da cidade aqui, alguns que tavam participando de [...] no caso da estrada, teve muitos que foram contra, que alegaram o seguinte: [...] manter uma estrada daquelas pra beneficiar três famílias? Foi o que falaram, então ficaram isolado lá, e a estrada faz falta [...].

Sobre a economia do norte de Itueta, a entrevistada comentou que a produção gira em torno de gado e de café. Também explicou que a proximidade da cidade de Itueta com o distrito de Quatituba favoreceu o comércio desse distrito em detrimento da produção e comércio de Itueta. No norte do município como já comentado, a produção agrícola sofreu uma diminuição considerável³⁷, devido à desapropriação ocorrida. Sobre o mercado consumidor da produção agrícola do norte a entrevistada explicou que se destina para os mercados de Colatina, ES, Resplendor, MG, Governador Valadares, MG, município de Perdões, de Santa Rita do Itueto, MG, João Monlevade, MG, etc.

Conforme já referido pela entrevistada, a atividade econômica local tem o destaque da produção de café e a criação de gado, principalmente leiteiro, como importantes atividades do norte de Itueta, frisando, apesar disso, que essas atividades sofreram diminuição, sendo fatores que contribuíram para essa queda, a dificuldade no transporte, além de problemas com a área destinada à produção, pois muitos proprietários ficaram sem condição de ter

³⁶ Referência a um trecho dessa estrada que ficou submerso na margem esquerda do rio Doce. Essa estrada tinha um importante papel na comunicação entre propriedades rurais da parte norte do município de Itueta, assim como na ligação de Itueta com os municípios de Resplendor e de Aimorés. Esse trecho alagado da estrada não foi reconstruído pelo consórcio.

³⁷ A entrevistada afirmou não poder precisar quantitativamente essas perdas. Suas ponderações são baseadas nos relatórios apresentados pelos produtores rurais.

terras suficientes e em condições semelhantes às antigas. Citou, por exemplo, muitos casos de proprietários que tiveram de ser deslocados para a cidade de Itueta, pois ficaram sem terra em condições adequadas para produzir.

Sobre a questão da melhoria nas condições de transporte para os produtores rurais do norte do município, a ex-presidente da Associação de Moradores de Itueta - AMI destacou que a Associação reivindicou ao consórcio a garantia de fácil acessibilidade desses produtores rurais que ficaram ainda mais afastados da nova sede do município.

Dessa forma, a presidente da AMI enfatizou essa dificuldade e indicou qual foi a reivindicação para contornar esse problema:

[...] e aqui não, aqui eles têm que chegar, atravessar ali e vir de alguma forma pra cá, então nós negociamos com o consórcio que doasse três ônibus pra prefeitura, pra que a prefeitura colocasse esses ônibus pra fazer esse trajeto, daqui para o norte, essa era a nossa idéia [...] que houvesse essa facilitação para que eles viessem, mesmo porque o município é muito grande do outro lado do rio, e nós na verdade perdemos esse contato com eles, porque ficou muito difícil eles virem pra cá [...].

A entrevistada confirmou que a doação dos ônibus foi feita, porém, frisou que os ônibus não tinham boa qualidade e que o município não soube utilizá-los corretamente, haja vista que empregou os referidos ônibus em outras funções. Dessa forma, explicou que atualmente na cidade se tem uma balsa, conforme mostrado na Figura 19, que foi negociada pela câmara dos vereadores, afirmando ainda que o ponto de embarque e desembarque ficou num lugar isolado na antiga cidade.



Figura 19: A balsa de Itueta que faz a ligação entre o norte, visto a frente e o sul do município.

Fonte: Priscila Costa (2009).

Em sua narrativa, a entrevistada também apontou que existe uma vã que leva as pessoas da cidade para esse lugar onde se encontra o ponto de embarque e desembarque da balsa, e que essa balsa tem horários predefinidos para fazer a travessia do rio Doce. Sobre a vã afirmou que ouviu comentários sobre a diminuição das viagens feitas durante o dia³⁸, o que em sua opinião dificultará ainda mais a vinda das pessoas do norte para a sede do município. Sua fala demonstrou o quanto a perda de contato com essa população do norte afetou as pessoas da cidade.

[...] Então nós perdemos o contato com essas pessoas do norte, quase ninguém vem aqui na cidade mais, né, primeiro porque mutilou o município né, eles ficaram sem a cabeça, sem o acesso e nós sem a presença deles aqui conosco, isso prejudicou o comércio, isso prejudicou né, o trabalho de todo mundo, e também o lado afetivo, que dificultou tudo [...].

Para demonstrar a realidade vivida pela população do norte de Itueta, a narrativa de um senhor, proprietário rural do norte de Itueta, de 80 anos de idade nos fornece apontamentos detalhados da situação dos proprietários do norte. Esse senhor inicialmente começa contando sobre a história de chegada de sua família na região.

Sendo assim, contou que seus pais saíram da Alemanha e chegaram até a região, localizando-se no norte de Itueta. O ano de 1924 foi o ano que isso ocorreu, segundo ele. A convite do governo brasileiro chegaram inicialmente na cidade de Aimorés, e como não conseguiram identificar o nome correto da cidade, passaram pela mesma e chegaram na “região” dos Krenak, terra dos índios. O vilarejo de São Benedito foi a localidade onde sua família acabou se fixando, lugar hoje chamado Tabaúna, distrito de Aimorés, Minas Gerais. Seus pais acabaram se fixando num sítio, cujo lugar era chamado de Canto Alegre.

O entrevistado narrou que com a idade de um ano e dois meses sua família deixou a região, e transferiu-se para a área no norte de Itueta, na margem esquerda do rio Doce, onde está até hoje. O seu pai foi visitar um colega e este acabou influenciando-o a comprar uma propriedade na localidade. Sendo assim, seu pai passou de balsa pelo rio Manhuaçu e seguiu até a localidade

³⁸ A entrevistada não soube precisar a quantidade de viagens feitas pela balsa e nem as realizadas pela vã.

onde a família se fixou, com alguns balaios e outros apetrechos, como baús grandes, etc. O entrevistado apontou que viveu nessa propriedade 74 anos até a inundação da propriedade em virtude do aumento do nível das águas do reservatório da represa. A localidade era chamada de Mata dos Alemães, conforme Figura 20 demonstra.



Figura 20: Sinalização indicando a propriedade chamada Mata dos Alemães.

Fonte: Arquivo de Maria Lúcia Tavares, moradora da área conhecida como Baixio em Aimorés, MG, 2003.

Essa narrativa pessoal do entrevistado serve para destacar como se deu a ocupação dessa porção norte de Itueta, que recebeu principalmente, uma população de origem alemã, conforme já referido no capítulo 3 que tratou da caracterização da área de estudo.

Sendo assim, o proprietário rural entrevistado apresentou vários relatos contando a história da chegada do consórcio em Itueta, no que diz respeito, principalmente ao processo de desapropriação das propriedades rurais dessa parte norte do município. Nesse contexto, o proprietário rural lembrou-se da promessa do consórcio sobre a construção de uma ponte que facilitaria a comunicação entre o norte e o sul do município, destacando que essa não era uma prioridade nas negociações, pois segundo esse senhor, as pessoas estavam primeiramente interessadas em negociar as indenizações das propriedades rurais. Dessa forma, acabou não ocorrendo a negociação da ponte, segundo ele.

O entrevistado apontou ainda que, por não ter a ponte, as pessoas têm muito problema para ter acesso à nova cidade de Itueta. Ele explicou o problema com a balsa que faz a ligação entre o norte e a cidade de Itueta, afirmando que ela tem problemas em seu funcionamento, ficando em algumas situações, até um mês todo sem funcionar, o que dificulta ainda mais o acesso à nova Itueta. Sem essa possibilidade, segundo o entrevistado, o povo do norte tem a onerosa alternativa de percorrer um trecho muito mais extenso, que é a travessia da barragem, em Aimorés, MG, para seguir para Itueta nova, o que é uma possibilidade muito difícil haja vista que é um longo trajeto de estrada com péssimas condições e que gera um gasto enorme de combustível.

Sobre a chegada do consórcio no norte de Itueta, esse proprietário descreveu a situação dos proprietários da margem esquerda do rio doce, posteriormente à formação do reservatório.

Eles vieram aqui do consórcio desde 1997, agora depois que eles encheram o rio Doce eles pouco andam aqui pra não ficar sendo cobrado do povo, o povo da beira do rio não tem água de beber, água perfeita, água tratada. Durante o tempo nós tivemos água aqui, durante [...] água pelo [...] água pelo carro pipa, agora pararam, quando fazem um poço artesiano é três, quatro metro de fundura, a fundura o leito natural do rio Doce é mais ou menos 12 metros abaixo da altitude [...] o poço artesiano de três, quatro metro nunca vão dar água boa pra gente, então toda a água é condenada. Quando tá pra vim alguém de Brasília aqui, eles correm e manda olhar a água, ver como tá a água, e mandam corrigir, fazer poço e corrigir pra ter água [...] e nós estamos aí com água podre, fedorenta, parada e nós buscamos água pra beber, fora, ou em Itueta ou em minas, nascente aqui na região, a gente vai de carro e busca água pra beber nesses lugares, nós não temos água pra beber água sadia, meu filho de vez em quando enche uma vasilha de água e leva lá pra eles e fala assim, vocês examina essa água, mas eu gostaria de ver vocês beber uns golo dessa água que nós somos obrigados a beber, depois a gente bebe, bebe nunca, então nós somos escurraçado, olha a estrada tá parada, a estrada nossa aqui, é uma estrada vicinal, antiga, no tempo dos índios era uma picada, mas ela já passava no tempo dos índios, ela deve ter aí seus [...] o rio Doce já é habitado a 500 anos, ela deve ter um 500 anos.

O entrevistado indicou que já mora em sua nova propriedade há seis anos e que a reestruturação de sua vida se deu a partir da perda de sua propriedade antiga, conforme expôs:

[...] eu negocieei onze alqueires de gema, que era o ouro da propriedade, que o consórcio mesmo dizia, o meu e o da minha irmã é o melhor terreno da beira do rio, com onze alqueires de lá eu consegui comprar esse fogaréu aqui, do lá de lá tem córrego, tem

tudo, eu consegui comprar cinqüenta e um alqueires, pra saber o valor que tinha aquilo lá [...].

No entanto, o entrevistado assinalou que apesar de ter conseguido uma propriedade rural muito maior, a perda que teve com a indenização foi muito grande. A esse respeito afirmou que “[...] e até hoje tanto eu como minha mulher falamos antes ficasse com os onze alqueires de lá do que com esse monte de terra aqui, lá eu tinha dinheiro no banco, hoje eu tô no apetite [...]”.

Então, sobre a sua antiga propriedade descreveu que realizava cultivos de arroz, feijão, milho, inhame, batata, abóbora, mandioca, etc. Sua produção era realizada através do sistema de condomínio familiar³⁹. Sobre a produção na sua nova propriedade lamentou que não conseguia ter a mesma realidade, por isso afirmou que:

[...] hoje eu compro desde o ovo até [...] eu compro em Resplendor [...] eu compro hortaliça [...] eu compro de tudo, o meu lucro hoje é o leite e o gado que é recriado no pasto [...] o terreno eu reparti com vários filhos, quinze alqueires pra cada um, eu hoje vivo da minha aposentadoria. [...].

Em relação à Associação dos Produtores Rurais Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Aimorés – APRAPUHA o proprietário rural expôs que o presidente dessa Associação denunciou diversas vezes o fato do consórcio ter jogado pedras dentro do rio, o que gerou várias multas ao consórcio.

A partir dos relatos desse proprietário rural e da narrativa da representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Itueta percebeu-se que o município de Itueta sofreu uma grande fragmentação, tanto do ponto de vista do aumento da distância entre o norte do município quanto em relação à desestruturação socioeconômica verificada na cidade de Itueta. A relação da parte norte com a cidade de Itueta era muito forte, mesmo com a limitação natural imposta pelo rio Doce. O comércio da cidade de Itueta era aquecido pelo consumo dos proprietários dessa porção norte do município.

No que diz respeito ao norte do município de Itueta, na margem esquerda do rio Doce encontra-se a estrada beira-rio, mostrada na Figura 9. Conforme

³⁹ Segundo o entrevistado a propriedade era dividida entre os membros da família, sendo que cada um ficava responsável pela produção em sua parcela da propriedade.

percebido através dos relatos dos entrevistados, essa estrada tem uma enorme importância para a população rural que se localiza na parte norte de Itueta, como já explicitado anteriormente. Essa estrada permite a ligação de Itueta com os municípios de Resplendor e Aimorés. No entanto, parte de seu trajeto ficou submerso com o enchimento do reservatório da UHE-Aimorés, o que gerou uma série de problemas para a população da parte norte de Itueta, uma vez que as pessoas agora precisam percorrer uma distância maior para ter acesso aos municípios vizinhos citados.

Um ex-prefeito e vereador de Itueta, tendo sido também membro da equipe de negociação para transferência da população de Itueta, coordenada pela Associação de Moradores de Itueta - AMI, sinalizou que são muitos os problemas gerados a partir da mudança para a nova cidade, mas considerou como piores, a falta de uma ponte sobre o rio Doce que faça a ligação da parte norte e sul de Itueta, assim como apontou a falta do trecho submerso da estrada beira-rio. O destaque à perda desse trecho da estrada beira-rio foi registrado pelo entrevistado no fragmento que se segue:

[...] a beira-rio, a estrada que a gente cresceu passando por ela, o povo lá da beira do Córrego do Chapéu, do Baixio, eles perderam o espaço deles [...] antes dos colonos habitarem já era a trilha dos índios passarem.

A estrada beira-rio também foi assunto da conversa com a vice-presidente da Associação de Moradores de Itueta - AMI, que tinha esse cargo na época da mudança da velha cidade de Itueta para a nova cidade. Sendo assim, a entrevistada comentou que apesar de possuírem focos diferentes em suas reivindicações, havia uma integração entre as demandas das duas Associações, da APRAPUHA e da AMI. Sendo que a APRAPUHA representa os direitos e reivindicações dos ribeirinhos, ao longo dos quatro municípios afetados pela hidrelétrica, Resplendor, Itueta, Aimorés e Baixo Guandu, conforme já mostrado na Figura 18, que demonstra a área de influência da UHE- Aimorés. E a AMI foi criada para representar os interesses dos moradores de Itueta em relação ao alagamento da velha Itueta e o deslocamento da população para a nova cidade.

Sendo assim, a entrevistada citou a questão da estrada beira-rio, como uma discussão comum entre as duas Associações, lembrando ainda que a reivindicação da reconstrução do trecho submerso da estrada se faz presente no Termo de Compromisso, documento contendo todas as reivindicações da população em relação à transferência da cidade, uma vez que essa reivindicação é considerada como de fundamental importância para todo o município. Mas, essa reconstrução não ocorreu e veremos adiante os motivos.

Sobre as promessas relativas a essa estrada ribeirinha, o proprietário rural do norte de Itueta já citado anteriormente, afirmou que em 1997 o consórcio chegou na área sondando para fazer a represa, e que o consórcio até hoje não cumpriu com a realocação da estrada ribeirinha. A estrada pode ser visualizada na margem esquerda do rio Doce, mostrada na Figura 21.



Figura 21: Estrada ribeirinha na margem esquerda do rio Doce.
Fonte: Arquivo de Maria Lúcia Tavares, moradora da área conhecida como Baixo em Aimorés, MG.

Segundo o entrevistado, o trecho alagado que se encontra na parte norte de Itueta corresponde a 3 km que não foram recompostos. O entrevistado também lembrou que a distância da velha cidade de Itueta em relação ao norte, onde sua propriedade se localizava, era de apenas 3 km, e em relação à cidade nova essa distância aumentou para cerca de 15 km, em virtude das voltas que tem de fazer se não quiser utilizar o serviço de balsa e esperar o ônibus que leve à nova cidade.

De acordo com esse proprietário rural, o valor da obra para reconstrução do trecho submerso da estrada foi supervalorizado pelo consórcio, em R\$ 3.500.000,00 só para que não fosse feita, segundo ele. Esse valor seria para quebrar pedras para fazer a estrada, segundo informações que teve.

O aumento do percurso com a perda desse trecho da estrada ribeirinha foi enfatizado por esse senhor. Conforme explicitou:

[...] É, pra mim ir nessa Itueta velha que eu moro retirado dela 3 km, eu faço uma volta, porque a estrada riberina foi fechada pelo consórcio da hidrelétrica Aimorés, faço uma volta de 11 km⁴⁰, eu que não tenho condição de ir a pé, porque eu ando de muleta, meu filho tem um carro eu tenho que esperar a boa vontade dele [...].

Outra dificuldade apontada pelo entrevistado diz respeito também ao aumento do percurso para se ter acesso ao município de Baixo Guandu, no Espírito Santo, que era possível ser realizado com a distância de 25 km, agora destacou que essa distância foi aumentada, segundo ele, para se chegar a Baixo Guandu devem ser percorridos cerca de 14 km a mais.

Sobre a importância que a estrada tem no acesso entre os municípios de Resplendor, Itueta e Aimorés, o entrevistado lembrou que até hoje ainda acontece de surgir pessoas em sua propriedade procurando saber como prosseguir no trajeto da estrada. Sendo assim, o entrevistado argumentou que mesmo existindo placas que indiquem o novo trajeto é comum as pessoas não confiarem nas informações e se voltarem para o trecho do antigo trajeto, mas nesse caso, acabam se deparando com a interrupção que se situa justamente na sua propriedade.

Em sua denúncia sobre o uso que o consórcio fez da estrada beira rio quando das obras da barragem e das negociações com os proprietários, o proprietário rural apontou que “[...] o consórcio enquanto fez a represa passava com a carruagem deles toda aqui, máquina pesada de todo o tipo”.

⁴⁰ Sem levar em consideração mais cerca de 4 Km a serem percorridos até chegar na nova Itueta.

Esse proprietário acrescentou que a prefeitura trocou a estrada por implementos agrícolas, máquinas, etc. Informou que há uma ação na justiça⁴¹ para recuperar a estrada, mas não tem informação como está o processo.

A Figura 22 demonstra o protesto que reivindica a reconstrução do trecho dessa estrada, numa faixa estendida em frente à Câmara Municipal na nova cidade de Itueta.



Figura 22: Protesto em prol da reconstrução da estrada ribeirinha na margem esquerda do rio Doce.

Fonte: Arquivo de Maria Lúcia Tavares, moradora da área do Baixio, município de Aimorés, MG, (2010).

No tocante à negociação da prefeitura com o consórcio, em relação à estrada que margeava o rio Doce, o membro da equipe de negociação da AMI, que já foi prefeito e vereador na cidade, comentou que os proprietários rurais do norte do município saíram perdendo com a não reconstrução do trecho dessa estrada. O entrevistado enfatizou a importância que essa estrada desempenha para os produtores rurais do norte de Itueta, e lamentou que a administração pública não tenha feito outro tipo de negociação com o consórcio para a sua reconstrução. Também frisou que consta no Termo de Compromisso a cobrança da população pela construção da ponte que ligaria a parte norte e sul do município.

⁴¹ Correspondente a uma ação no Ministério Público Federal (MPF), em Governador Valadares, de improbidade administrativa contra o Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, do prefeito do Município de Itueta e do presidente da Câmara Municipal devido ao descumprimento da condicionante ambiental que previa a reconstrução da estrada beira-rio.

O atual prefeito da cidade ao comentar sobre a estrada beira-rio inicia sua fala dizendo que busca fazer o melhor para o povo e a cidade, já que foi eleito pelo povo. Dessa forma, apontou que em sua negociação com o consórcio buscou fazer/obter a melhor opção. Sendo assim, citou a negociação da estrada beira-rio, afirmando que com a aprovação da Câmara de Vereadores, conseguiu trocar a reconstrução do trecho da estrada beira-rio por uma indenização no valor de R\$ 3.050.000,00 tendo comprado máquinas, ambulâncias, caminhões, etc. com esse dinheiro.

A justificativa da não reconstrução do trecho da estrada beira-rio foi argumentada pelo prefeito, que explicou que o consórcio não quis fazer a estrada e por isso negociou através dessa permuta, ou seja, troca da estrada pela indenização em dinheiro, segundo ele. Quando perguntado sobre a possibilidade de construção de uma ponte ligando o norte e o sul do município, disse que isso custaria aproximadamente R\$ 10.000.000,00 e que é algo muito difícil de ser realizado.

O senhor de 65 anos, aposentado, comentou sobre a falta do trecho citado da estrada beira rio, mostrado na Figura 23 e na Figura 24. O entrevistado expressou sua opinião sobre a perda dessa estrada para a população como um todo. Sendo assim, argumentou que é necessário que haja vontade por parte da administração pública em atender as necessidades da sociedade.



Figura 23: Parte do trecho da estrada beira-rio no norte de Itueta.
Fonte: Arquivo de Maria Lúcia Tavares. Acesso em 2010.



Figura 24: Trecho da estrada beira-rio no norte de Itueta, com Mata preservada.

Fonte: Arquivo de Maria Lúcia Tavares. Acesso em 2010.

Uma ex-presidente da APRAPUHA, uma senhora moradora da cidade de Aimorés, que sofreu impactos consideráveis em virtude da interrupção da estrada que dava acesso à sua propriedade e ao município de Baixo Guandu, no Espírito Santo, descreveu que o processo de negociação com o consórcio foi muito difícil, relatando os vários casos de desrespeito com os proprietários no norte do rio Doce, de uma forma geral. A entrevistada quando abordada estava atendendo a uma proprietária rural da região, em sua casa. Esse atendimento dizia respeito a encaminhamento de processos judiciais que estavam sendo elaborados para serem entregues à apreciação da advogada da APRAPUHA.

Dessa maneira, a ex-presidente da APRAPUHA pediu para a produtora rural mencionada relatar a experiência em relação à desapropriação da propriedade da sua família. Sendo assim, essa proprietária, que é uma jovem senhora, contou como o consórcio chegou nas propriedades da região, sem prestar quaisquer esclarecimentos, e o pior de tudo, segundo ela, é que o consórcio invadia as terras para a realização de suas obras.

Essa jovem produtora rural apontou que morava com o pai quando a propriedade da família foi desapropriada, e que viveu momentos muito complicados, citando a experiência de seu pai ter corrido atrás de peões para matá-los, uma vez que tinham invadido as terras dele. A entrevistada contou também que impediu o episódio, pois correu na frente do pai e implorou para

que todos deixassem a área, já que seu pai estava indo “acertar as contas” com eles. Como sua narrativa elucidou:

[...] aí eu cheguei no home, no chefão lá né, e falei moço, pelo amor de Deus vai embora, porque meu pai evem aí, ele não dava idéia pra mim, eu falei ô moço vai embora, ces vão morrer, ele não dava idéia e o meu pai evem cada vez mais próximo [...] ele evem ali ó, minha filha ele olhô pra eles assim e viu, minha filha ele gritô os outro e falô vamo correr, e aqui ó, perna pra que te quero, minha filha [...] eles num divia ter entrado, primeiro negociado [...] entraram no peito, acharam que não ia achar ninguém que parasse eles, como fizeram com muita gente [...].

A entrevistada também explicou que naquele dia teve de levar o pai ao hospital, pois quase teve um infarto, tendo passado muito mal, com a pressão muito alta, pois ficou muito nervoso com toda a situação vivida. Nesse contexto da conversa com a produtora rural, a ex-presidente da APRAPUHA disse que houve num certo ano muitas mortes por causa desses desmandos por parte do consórcio. Lembrou ainda que o pai do atual presidente da APRAPUHA faleceu por causa de problemas como essa questão do consórcio ter invadido propriedades sem negociar primeiro com os donos das terras.

A proprietária rural que narrou a história da invasão da propriedade de seu pai declarou que já tem um processo contra o consórcio encaminhado pela advogada da APRAPUHA, requerendo indenização, pois na época da compra de terras teve que comprar imóvel distante da propriedade da família, já que os imóveis na região encareceram bastante por causa da instalação da hidrelétrica. A produtora rural afirmou ainda que o dinheiro da indenização só foi suficiente para pagar o valor da terra, não tendo recebido nenhum apoio para continuar a produção agrícola.

Em relação à indenização das terras de seu pai a entrevistada descreveu também que não foi bem-sucedida, haja vista que na propriedade antiga havia um lago com abundância de peixes e a terra apresentava boas condições para o cultivo. Em contrapartida, afirmou que a nova propriedade não possui as mesmas características da antiga, afirmando que a atual não oferece a possibilidade de se ter os mesmos rendimentos que se tinha na antiga propriedade, já que a terra não é tão boa, e, além disso, seu pai teve que

custear a construção de benfeitorias, uma vez que adquiriu imóvel mais caro, e não sobrou dinheiro para investir na produção agrícola.

Na verdade, essa produtora rural não foi reassentada como outras pessoas que eram filhas de pequenos produtores rurais, que conseguiram uma indenização que desse condição de comprar outra terra e continuar a produção agrícola. No seu caso, segundo explicação da própria entrevistada, isso não ocorreu porque recebeu uma herança em terras, de sua mãe, mas que esse terreno não era utilizado para a produção agrícola, pois produzia nas terras de seu pai.

A ex-presidente da APRAPUHA também expôs a situação de muitas pessoas que não foram reassentadas como ocorreu com a situação da jovem proprietária rural anteriormente citada. A ex-presidente da APRAPUHA citou que existia uma média de 3 a 6 pessoas em cada propriedade que trabalhavam como meeiro ou com carteira assinada e segundo ela foram cerca de 120 (cento e vinte) propriedades rurais atingidas pela subida das águas do rio Doce⁴², e que as desapropriações de terras contemplaram reassentamentos para cerca de 30 pessoas apenas, do total de pessoas que viviam sob os regimes de trabalho já mencionados.

4.2. MEMÓRIA E RESSIGNIFICAÇÃO DA CIDADE DE ITUETA A PARTIR DA VISÃO DE SUA POPULAÇÃO

As narrativas da população de Itueta apresentaram e enfatizaram elementos da memória da antiga cidade que se configuraram como destaques na maior parte dos relatos obtidos. Dentre esses elementos, a igreja católica se caracterizou por ser o mais importante deles, em razão das diversas referências a esse símbolo que a velha Itueta possuía e devido às práticas sociais que ele suscitava. Também foram destacados outros elementos significativos, como o rio Doce, a estrada de ferro, o cemitério, a praça e o convívio social. São

⁴² Essas propriedades rurais atingidas compreendem terras dos três municípios afetados diretamente pelo reservatório: Itueta, Resplendor e Aimorés.

demonstrados pelos entrevistados os principais aspectos desses elementos e o significado produzido pelas pessoas no que diz respeito às práticas socioespaciais da velha cidade.

Com o deslocamento da população de Itueta para a nova cidade, o processo de ressignificação das práticas socioespaciais se caracterizou em muitos casos por uma tentativa de resgate dos elementos da memória urbana da velha Itueta. Nesse sentido, em várias entrevistas apareceram representações carregadas de significação negativa em relação a determinados elementos da paisagem da nova cidade, o que demonstrou a não identificação dos moradores com esses elementos. Dessa forma, a igreja católica caracterizou-se por ser o principal exemplo desse processo de ressignificação urbana, como será demonstrado. Além disso, serão retratados outros elementos que remetem às práticas socioespaciais da nova cidade, destacando-se as representações dos moradores de Itueta em relação às suas transformações, seus diferentes aspectos, etc.

4.2.1. Elementos da memória urbana da velha Itueta

A velha cidade de Itueta foi caracterizada pelos entrevistados como uma cidade “pequenininha”, destacando-se a forte solidariedade entre seus moradores, algo típico de cidade interiorana onde todo mundo se conhece, onde as relações sociais são muito estreitas, como aquelas existentes entre os vizinhos, etc.

Percebeu-se a partir dos relatos dos entrevistados que a cidade oferecia um estilo de vida simples, mas aconchegante como foi indicado por certas pessoas. Vários aspectos foram destacados, como serão apresentados, o que de uma forma geral, caracteriza a predominância de representações positivas da velha cidade.

Conforme apontou uma das pessoas entrevistadas, a presidente da AMI, Itueta vivia basicamente dos serviços gerados pela administração pública e das

atividades comerciais. No que se refere ao resgate da memória da cidade, a entrevistada comentou que o consórcio fez um trabalho que representou uma tentativa de resgate dessa memória da velha Itueta, no entanto, a entrevistada frisou que as fotografias reunidas para exposição dessa memória não pôde mais ser localizada, o que segundo ela já foi requerido ao consórcio, que por sua vez, não soube informar sobre a localização dos materiais, fotografias, etc. da cidade.

Por parte dos moradores de Itueta a história da cidade é revivida de diferentes aspectos e através de diversas narrativas. Sendo assim, Itueta foi apontada pelo proprietário rural do norte de Itueta, já citado anteriormente, a partir da narrativa sobre a origem da cidade. Esse entrevistado descreveu a história da família que comprou a antiga fazenda que mais tarde deu origem à cidade de Itueta, como pode ser visto a partir de seu relato:

No princípio de Itueta tinha uma família chamada Coronel Pimentel, ele era dono da fazenda de Itueta, depois entrou um tal de coronel Osório que era do estado de Minas mas lá de fora [...] Leopoldina, por aí afora [...] eu sei que é lá pra esse lado de Muriaé, por aí afora, veio uma família vendeu a fazenda lá e panhou a do coronel Pimentel, o homem veio com o nome de coronel também porque ele era político lá [...] e ele, você sabe, quando esses homem, fazendeiro, quando chegam, logo no início de um lugar, eles falarem que são bravos, e que são coronel, essa época, naquele tempo pegava, e pegou, ele era coronel, essa coisa [...] e pegou, ele era coronel Osório [...] e ele veio e lutou por Itueta o quanto pôde, e quando Itueta passou a ser cidade, foi o prefeito nomeado filho desse coronel Osório, Antonio Barbosa de Castro, faleceu com quase cem anos [...] foi prefeito três vezes... então era o homem da história, e ele fazia tudo por Itueta.

Por outro lado, a história um pouco mais recente da cidade de Itueta é contada pelos diversos moradores que narram suas histórias de vida e as particularidades da cidade de Itueta a partir de suas representações. Sendo assim, uma senhora de 59 anos de idade, comerciante, em sua narrativa contou sobre sua vida na antiga cidade. Ela iniciou sua fala dizendo que trabalhava com padaria há quinze anos antes do consórcio chegar na velha cidade, e que além disso possuía propriedade rural, na parte sul do rio Doce.

Essa senhora explicou que tinha três casas na chácara que possuía e que resolveu investir em pensão na velha cidade para atender ao pessoal do consórcio. Dessa forma, explicou que fez dez quartos, segundo ela, mal

acabados mesmo, mas que davam muito dinheiro. Contou que cobrava R\$ 60,00 por quarto de cada peão. Além disso, explicou que foi contratada para fazer comida para os peões, lembrando que fazia cerca de duzentas e oitenta a trezentas marmitas todo dia, além de pão, café com leite para servir o pessoal. A entrevistada informou que o pão servido era da sua própria padaria e o leite vinha da roça, de sua propriedade rural.

Além disso, a comerciante relembrou da sua casa na antiga Itueta, contando que a casa era enorme, tinha treze cômodos, assim como narrou a situação da enchente do rio Doce, ocorrida em 1979, que atingiu a cidade, enfatizando que sua propriedade foi a única que não ficou submersa, apesar da água ter subido 5 metros e quase ter atingido a sua casa, que segundo ela, ficava numa parte mais alta, por isso não ficou alagada. Sobre esse episódio a entrevistada narrou a seguinte história:

[...] minha casa tinha treze cômodo era casa antiga, foi a única que não entrô água [...] ficô um metro de água em volta da minha casa que era a parte mais alta, agora nos fundo assim que era um canal as manguera, ce só via as ponta, foi a maior enchente que deu e eu não saí da minha casa, eu ia de bote na rua pra comprar as coisa, o bote encostava na porta da cozinha assim [...] nós ficou em dezoito pessoas dentro da minha casa [...] o gás acabô não tinha lenha eu passei a queimar as grade das cama, pra fazer comida, aí os menino durmia no chão e a gente é [...] e o banheiro e uma dispensa tinha porco, cachorro, galinha, tudo preso, porque alagou todinho, o ulicerce da minha casa era um metro, 90 cm de água a água, a água vinha assim quase que encosta nu degrau de cima [...]. vinte diailhada, depois que a água baxou que eis me tirou da minha casa que tava dando muita febre, aquela catinga daquele barro, que para [...] aí eis me tiram de lá, aí pôs um lugar pra nós ficar lá hospedado lá na estação da Vale do rio Doce.

Quando questionada sobre seu sentimento em relação à velha Itueta, essa entrevistada explicou que gostava da cidade, mas não tinha paixão, explicando que a cidade era muito pequena, tinha muita poluição de minério e poeira⁴³, etc. o que fazia as pessoas ficarem muito gripadas. Também comentou sobre as redes de esgoto que davam muito mosquito.

Desse modo, a entrevistada não demonstrou muito apego à velha cidade e ainda destacou os aspectos negativos da velha Itueta em detrimento dos

⁴³ Em virtude, principalmente, da passagem diária dos trens da VALE na antiga cidade.

positivos. Os elementos da memória da velha cidade apontados por esta senhora se diferenciam dos aspectos destacados nas representações da maior parte das pessoas entrevistadas. Como será mencionado na parte que tratará dos elementos de resignificação urbana da nova Itueta, essa entrevistada demonstrou que foi beneficiada com a indenização de seus imóveis e que conseguiu se reestruturar na nova cidade. De acordo com o relato da entrevistada, a maioria das pessoas foi indenizada indevidamente pelo consórcio, de maneira diferente do que aconteceu com ela.

Diferentemente dos apontamentos da entrevistada anteriormente citada, a narrativa de um morador, um senhor (que teve uma participação na história política da cidade) destacou os aspectos positivos da velha cidade ao lembrar de vários elementos que fizeram parte da memória da cidade. O entrevistado já tinha sido vereador e prefeito de Itueta, antes do deslocamento da população da velha cidade. Esse senhor também foi um dos representantes da equipe de negociação da AMI, que se formou justamente na época da mudança da população de Itueta.

Sendo assim, o entrevistado contou a sua história na política, e lembrou quando o consórcio chegou na cidade, o que o levou a narrar os seguintes aspectos que se seguem:

[...] nós tínhamos uma cidade calma, pacata, era um povo que comunicava, né? Fazia uma reunião, juntava todo mundo [...] aí quando chegou o empreendimento eles me procuraram, eu estava na frente da prefeitura, aí a gente conversou se ninguém ia tomar prejuízo [...] mas o prejuízo veio [...] trouxe a cidade pra cá, com a opção do povo, na verdade, mas a gente tinha a opção também de levar a cidade pro norte, o município é dividido pelo rio Doce, então o município a maior parte é norte, e o povo de lá ficou muito prejudicado [...] aí o consórcio chegou, fez a cidade nova [...] quem vem de fora [...] mas nossa cidade era humilde, a maioria morava muito bem, agora teve aqueles que a gente lutou por eles, que não tinha nenhuma telha e ganhou uma casinha, por incrível que pareça alguém já vendeu, né? Mas aconteceu que o norte que sustentava a cidade foi ignorado [...] a gente espera que o consórcio reponha esses prejuízos, eles fazem bem o que eles querem [...].

Esse senhor destacou que a memória da velha cidade de Itueta não foi resgatada pelo consórcio, comentando inclusive a respeito da expectativa que se tinha sobre o deslocamento da velha cidade para a nova. Dessa forma o entrevistado afirmou que:

[...] tentaram fazer a história depois [...], a prefeitura também tinha um ponto simples, concordou [...] nós já havia combinado, nós havia combinado que eles iam fazer a cidade nova pra nós e a gente ia ter um dia ecumênico de despedida de lá, esse dia ecumênico de chegada, no entanto nós viemos de lá pra cá igual boi [...] de qualquer maneira [...].

A forma de despedida da velha cidade e de chegada na nova foi apontada como um anseio da população que não foi respeitado pelo consórcio. Esse fato demonstrou o apego das pessoas com a antiga cidade e a necessidade de resgate de sua história, assim como a tentativa de construção de uma nova história a partir de pressupostos criados pela própria população.

A respeito dessa mesma questão da história da cidade e de resgate da memória, foi elucidativa a narrativa do entrevistado, o senhor de 65 anos de idade, aposentado. Esse senhor considerou a importância de se registrar a história de Itueta, para deixar para as futuras gerações. Além disso, explicou que houve inúmeras emissoras de TV visitando a nova Itueta em busca de entrevistas com as pessoas, mas segundo ele, foram impedidas de mostrarem a realidade, pois o consórcio acabou proibindo. Sobre essa questão argumentou que:

O consórcio tinha um compromisso de deixar toda a história de Itueta registrada num livro, e num DVD e tal, só que à medida que eles foram trabalhando, é, fazendo, o povo foi dando seus testemunhos e ali se desabafava bastante, e mostrava sentimento de revolta também, então eu acho que aquilo era feito uma triagem naquele trabalho, era feita uma peneira ali e acabava não parecendo essas obras, porque eles faziam uma espécie de censura. Aquilo que prejudicava o empreendedor, a imagem do empreendedor, não aparecia. Nós tivemos visita de inúmeras redes de TV aqui fazendo cobertura diversas vezes, foi dado as entrevistas, e pra poder levar ao ar precisava de autorização do consórcio, aí acredito, eu não posso afirmar isso com toda a certeza, mas eu acredito que muita coisa foi proibido de ser divulgado, a realidade mesmo não apareceu, e então assim nós ficamos sem história.

Em relação aos aspectos positivos da velha cidade, outra pessoa entrevistada que também destacou esses aspectos foi uma jovem de 23 anos de idade, instrutora de auto-escola. Essa jovem mesmo tendo morado pouco tempo na velha Itueta, cerca de seis meses, pois morava no município vizinho, em Resplendor, MG, demonstrou ter boas recordações da velha cidade, apontando inclusive um grande envolvimento com a cidade, já que seus parentes eram moradores antigos na velha Itueta.

Desse modo, a entrevistada destacou a tranquilidade da velha cidade em comparação com a maior movimentação da nova. Argumentou que Itueta velha era uma cidade parada, embora fosse boa pra viver. Sobre as paisagens da antiga cidade destacou a beira linha, que era o ponto de encontro de pessoas, que se sentavam nas calçadas para ver o trem passar, onde se juntavam famílias ali, nas casas que tinham ao fundo da linha do trem. Sobre a passagem do trem na cidade, aspecto marcante da velha cidade para a entrevistada, ficou registrado que:

Era onde todo mundo ficava à vontade, cê sentava na rua, onde era interessante de ver o trem ficar passando; às vezes cê tinha que atravessar do outro lado aí cê ficava esperando o trem passar, sabe são coisas que a gente não vai viver mais entendeu? Hoje que a gente vê, pensa que era interessante.

A jovem destacou ainda a igreja católica, como uma construção muito bonita, que em sua opinião era o centro de Itueta velha. Em relação ao que mais ela sentia falta da antiga cidade apontou as frutas que existiam nos grandes quintais, o rio, os passeios de carroça, etc. A entrevistada resumiu o que significava a velha Itueta na palavra saudade, porque guardou boas recordações da avó que morava lá, e dos outros aspectos destacados anteriormente.

Em relação aos aspectos negativos da velha cidade sua fala enfatizou a falta de investimentos por parte do próprio povo e por parte da administração local, que segundo ela poderia ter criado mais coisas para a cidade crescer.

Sobre as paisagens da velha Itueta, vários entrevistados se recordaram de diversos elementos que caracterizavam o cotidiano da cidade, como será apresentado. No entanto, as recordações foram marcadas por particularidades da história de vida e das diferentes representações de cada entrevistado.

O senhor de 65 anos de idade, aposentado, destacou o rochedo chamado Santo Cristo, situado do outro lado da cidade, na parte norte e que era visto de qualquer parte da antiga Itueta. Esse entrevistado também destacou aspectos do cotidiano da cidade ao fazer a referência de que “[...] todo o povo tava acostumado a viver uma vidinha simples, pacata, mais cheia de alegria porque o povo parece que tinha um calor humano maior [...]”.

O entrevistado também demonstrou em sua narrativa um apego muito intenso à velha cidade, a ponto de considerá-la, um “habitat natural”, como assim se expressou, o que vem caracterizar a velha Itueta como um lugar, na concepção de Tuan (1974), como um espaço onde o sujeito constrói laços afetivos, mantendo dessa forma uma identidade que se funde ao mesmo tempo nessa construção.

É por isso que as particularidades da velha Itueta, para esse senhor, são descritas de uma forma tão vivaz, e as características da nova cidade são contrapostas, mostrando-se que a população da velha Itueta foi “tomada de assalto” em relação às bruscas transformações efetuadas numa cidade pequena, acostumada com um estilo de vida comunitário, tranqüilo, como descrito pelo entrevistado. A fala desse senhor também demonstrou que as desestruturações se deram num volume e intensidades além do que se poderia prever, destacando as repercussões de todas essas mudanças, com todos os problemas, desde o início da mudança para a nova Itueta.

Para a senhora de 54 anos, auxiliar de serviços gerais, a velha Itueta foi lembrada a partir das festas, dos bailes e forrós que aconteciam toda semana. Em relação aos vizinhos expressou que: “[...] lá era melhor do que aqui [nova cidade] mil veiz”. A par dessa recordação a entrevistada demonstrou que não tinha nenhuma satisfação em ter mudado para a nova cidade, afirmando dessa maneira que o seu serviço era o que ainda a mantinha morando na cidade, já que estava aguardando a sua aposentaria. No que se refere à memória da velha Itueta, suas recordações fazem referência à linha férrea, dizendo que sentia saudades de ver o trem passar e ver gente embarcando e desembarcando na velha Itueta.

Outro aspecto lembrado pelos entrevistados em relação à velha Itueta é que a cidade oferecia mais condições de sustento à população, pois tinha o rio onde se podia pescar, a linha férrea onde se vendia quitutes, etc. A fala de um senhor entrevistado, de 57 anos, lavrador, exemplifica essa situação. Esse senhor disse que na velha Itueta tinha mais “serviços” que na nova cidade, pois trabalhava na canoa, referindo-se ao deslocamento que era feito no rio Doce

em direção à parte norte de Itueta. O entrevistado argumentou também que na velha Itueta tinha mais área para plantar, explicando que na nova cidade não tem mais condição de fazer plantios como fazia, pois só tem um pequeno quintal de sua casa. Esse senhor também destacou a perda do convívio com os vizinhos existentes na velha cidade e disse que sentia muita falta do rio Doce, pois eram freqüentes as pescarias feitas nele.

Dessa maneira, a fala desse entrevistado expressou a perda do rio Doce e das atividades realizadas a partir dele, pesca, trabalho na balsa, etc. Esse senhor encontrava-se desempregado no momento da realização da entrevista, daí a ênfase dada em seu relato, às possibilidades de atividades propiciadas pelo rio Doce, assim como o cultivo, o que explica sua referência a essas perdas da antiga cidade. A esposa desse senhor, uma senhora de 45 anos, doméstica, também apontou que utilizava o rio Doce para pescaria, dizendo que quando não tinha nada para fazer ia pescar.

Sobre as recordações da velha Itueta é interessante a narrativa do senhor de 60 anos, pois foi ele a pessoa responsável pela demolição da velha cidade⁴⁴. O entrevistado demonstrou que gostava muito da antiga cidade e justificou que se pudesse voltaria para lá, aliás, afirmou que toda a população também voltaria. Ele também disse que a velha cidade significava para ele um forte sentimento, citando o convívio entre as pessoas que era muito bom, em sua opinião. Além disso, recordou-se da tradicional festa junina da cidade, da igreja que ele freqüentava, assim como da festa do Judas, etc.

Em seus registros da memória, o entrevistado se lembrou de um tanque onde as lavadeiras lavavam roupas, onde tinha uma mina de água e um santo, Santo Antônio, relatando que para algumas pessoas o local onde o santo se encontrava era milagroso. Conforme destacou, isso nunca foi comprovado, em sua opinião. Esse local, segundo ele, marcou sua história, pois foi onde pescou seu primeiro peixe. O entrevistado acrescentou ainda que Itueta foi tudo para ele, e que ao contrário, Itueta nova não significava nada, frisando que nem sai

⁴⁴ Esse morador de Itueta foi contratado pelo consórcio para trabalhar nas obras de demolição da sua própria cidade.

mais de casa. Também disse que se o povo pudesse ter a oportunidade de voltar para a velha cidade isso já teria ocorrido, explicitando que:

[...] simplesmente Itueta nova não existia, o povo ainda tava morando lá, por isso demoli, enterrar o material, tornar inviável e não deixar a população, tentar construir alguma casinha lá, se deixar arrumar uma barraca de lona volta todo mundo pra lá.

Segundo esse senhor, as pessoas voltariam para a área de morro da antiga cidade que não ficou submersa. Ele ainda emitiu sua opinião argumentando que ninguém queria morar na nova Itueta.

De outra forma, na narrativa de uma criança de oito anos de idade, a velha cidade é lembrada pelos banhos de rio e de cachoeira vividos por ela e pelos passeios de trem. Em sua história, a criança lembrou-se que sua mãe perdeu a casa na velha cidade por causa de uma enchente do rio Doce, inclusive apontou o montante dessa perda, que foi de R\$ 25.000,00.

Essa criança apontou em sua história, os elementos da paisagem da velha Itueta, que são o rio e o trem, como as maiores perdas da cidade. Sendo assim, o que mais chamou a atenção nessa entrevista é que o menino era bem novo quando saiu da velha cidade, e as suas recordações se mostraram vívidas, inclusive com apontamentos do que viveu na velha cidade, como os banhos no rio e em cachoeiras.

Outra criança entrevistada, também foi um menino de oito anos de idade, colega do anterior. Essa criança também se lembrou dos passeios de trem e mencionou os passeios na balsa, embarcação responsável pela ligação entre a velha cidade e o norte do município. Além disso, o menino apontou as frutas existentes na velha Itueta, os animais, as árvores, os balanços, etc. Também contou o que mais sentia falta da antiga cidade, apontando os pés de goiaba e também a sua casa. É interessante destacar desse pequeno trecho contado por essa criança, as particularidades de Itueta descritas pelos adultos, que são as árvores, que tanto refrescavam o ambiente, além de servirem de diversão para as crianças.

Segundo o senhor de 50 anos de idade, vigilante (desempregado), em seu relato sobre a velha cidade, expressou que a única coisa que sentia enorme

perda era o rio Doce. Esse senhor expôs ainda que todo mundo ficava tranqüilo na beira do rio, realizando pescaria.

Sobre a velha cidade, apareceram muitos sentimentos de perdas e de saudades por parte de muitos entrevistados, como também foi o caso da senhora de 63 anos de idade, lavadeira de roupas. Essa senhora disse que sentia muitas saudades do cantinho dela na velha Itueta, considerando como enormes perdas o que ela designou de jardim, referindo-se à pracinha da velha cidade, assim como se referiu à igreja católica, elemento da memória urbana da velha Itueta, muito enfatizado por muitos entrevistados.

Também foram destacados os aspectos da velha cidade em relação aos baixos valores de aluguel, das contas de água e luz nas representações de uma senhora de 43 anos, comerciante (desempregada). Essa entrevistada disse que sentia saudades de tudo na velha Itueta.

Outros entrevistados também apontaram os elementos significativos da velha cidade. As representações elaboradas pelo senhor de 73 anos de idade, aposentado, traduzem enfaticamente o significado da velha cidade para ele, o que demonstrou um saudosismo em sua fala, sempre colocando a velha Itueta em posição de destaque e apontando os aspectos negativos da nova cidade, como a falta dos vizinhos, do sossego que existia na velha Itueta, a falta do rio Doce, da linha férrea, etc.

A senhora de 57 anos de idade, oficial de registro civil, tendo sido presidente da AMI, também contou suas principais impressões da velha cidade, dizendo que lá tinha muito verde, muita fruta, afirmando que todos os quintais eram muito cheios de árvores frutíferas e que a população perdeu muito com isso. A entrevistada relembrou da importância que o rio Doce e a estrada de ferro tiveram para a velha Itueta, bem como a proximidade com os vizinhos. Sobre a arborização na nova Itueta apontou:

Hoje, apesar de o consórcio ter dado mudas de árvores frutíferas, além de demorar a desenvolver, né, muita coisa se perde no meio do caminho; isso aí é um dos pontos que faz muita falta, sem contar a história, o valor afetivo, a história que o consórcio não recompôs, não fez o salvamento da história do povo, fez à maneira dele, mas que

não concordo, então não fez assim, isso eu achei uma das maiores perdas.

Sendo assim, o que se percebeu a partir dos relatos dos entrevistados é que certos elementos da memória urbana de Itueta possuem determinado destaque. No que diz respeito a importância de cada um deles, as subdivisões apresentadas a seguir objetivam demonstrar os principais aspectos desses elementos apontados nas narrativas de diferentes entrevistados.

a) Estrada de ferro

Essa estrada, chamada Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM foi um símbolo marcante da paisagem da velha cidade de Itueta. O cotidiano dos moradores da velha cidade de Itueta era marcado pela passagem diária de trens de passageiro, como mostra a Figura 25 e trens de carga, transportando principalmente minério de ferro, proveniente das minas de Itabira, MG, com destino à área portuária de Vitória, no ES.

A passagem diária desses trens na cidade produzia significados diversos a partir de sua sonoridade cotidiana nos horários de embarque e desembarque, no caso do trem de passageiros e em relação ao trem de carga, o forte ruído causado pela sua passagem, assim como pelo toque de seu apito. Possivelmente muitos encontros, compromissos, horários, etc. se davam com base em referências de horários de passagem do trem, assim como a definição de paisagens sonoras que caracterizavam imaginários diversos para diferentes pessoas.



Figura 25: Parada do trem em Itueta velha.

Fonte: Arquivo do Sr. João Lopes, morador de Itueta. (Acesso em 2010).

A cidade de Itueta tinha uma pequena estação ferroviária, mostrada na Figura 26, que oferecia a possibilidade de embarque e desembarque nessa cidade. Além disso, a parada de trem em Itueta significava o “ganha pão” de várias famílias que aproveitavam os poucos minutos de permanência do trem na estação para vender doces, frutas e outras guloseimas para os passageiros.



Figura 26: Estação ferroviária da velha cidade de Itueta.

Fonte: Fotografia exposta no museu da cidade nova por meio de exposição realizada pela UHE Aimorés, 2004.

Dessa forma, em várias entrevistas apareceram representações diferentes acerca desse símbolo na paisagem dos ituetenses. Pessoas que apontaram a importância da estrada de ferro na cidade indicaram a facilidade encontrada nesse tipo de transporte, argumentando sobre a comunicação que a estrada de ferro provia entre a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte e Vitória, ES. No

entanto, também foram apontados aspectos negativos da existência dessa estrada de ferro na antiga cidade. É o que o senhor entrevistado de 66 anos de idade, aposentado, demonstrou em sua narrativa. Esse senhor destacou o inconveniente do pó de minério, que, em sua opinião, causava uma grande poluição atmosférica na cidade.

Apesar desse inconveniente, como esse senhor sublinhou, o fato é que muitos entrevistados mencionaram a falta da estrada de ferro, pois era um meio de transporte barato que a população tinha à sua disposição. Além disso, o relato de uma senhora entrevistada em 2005, que vivia da venda de doces na “beira linha”, como as pessoas se referiam à estrada de ferro, demonstrou que os aspectos positivos que as pessoas apontaram da estrada de ferro sobressaíram-se.

No caso dessa antiga vendedora de doces, toda a sua vida foi construída pelos ganhos adquiridos na estrada de ferro. Essa senhora inclusive citou que criou seus filhos todos com o dinheiro que ganhava na venda de seus doces. Seu relato apontou a falta que fazia a estrada de ferro, afirmando que era dali que vinha todo o seu sustento.

Ah minha filha, agora eu sei que não volto mais, acabou, a saudade que eu tô de lá é de fazer meu dinheirinho, pra ajudar a tratar do meu netinho, vendendo doce. Mas agora eu fiquei completamente cega, de tanto cozinhar doce na beira do fogão de lenha, quarenta e cinco anos, não é brincadeira [...]. Meu filho mais velho tomou mamadeira com dinheiro tirado daquela beira de linha, cinqüenta ano ele tá. [...].

Esses são os principais conteúdos das representações sociais dos moradores de Itueta em relação a esse elemento da velha cidade de Itueta. Também serão sublinhados os significados atribuídos ao rio Doce pela população de Itueta.

b) O rio Doce

O rio Doce, mostrado na Figura 27 é um dos elementos simbólicos também muito importante da velha cidade de Itueta, evidenciado a partir das narrativas de vários entrevistados, desde crianças até as pessoas idosas que

participaram das entrevistas. Nesse sentido, vários aspectos do rio são registrados.



Figura 27: Rio Doce, num ponto da parte submersa da antiga cidade de Itueta.

Fonte: Priscila Costa (2009).

Foi citada a sua travessia cotidiana para a parte norte do município, nas antigas embarcações que diariamente o cruzavam, fazendo a conexão entre as duas partes do município, que apesar de separadas, possuíam uma enorme integração socioeconômica. Os registros dos entrevistados confirmam essa realidade, tendo sido relatado que a cidade de Itueta possuía uma grande movimentação que era devida à presença cotidiana da população rural da parte norte do município na cidade de Itueta, que encontrava na cidade, o comércio local para as suas necessidades básicas.

As pescarias, o lazer, como tomar banho, a lavagem de roupas, a utilização de lugares dentro do rio, como as ilhas que eram utilizadas para cultivo, etc. eram as diversas possibilidades que os moradores de Itueta tinham em relação ao uso das águas do rio Doce.

O rio Doce possuía um ciclo de enchentes que era vivenciado pela população de Itueta assim como pelos demais municípios vizinhos margeados pelo rio. Dessa forma, na narrativa do senhor de 66 anos de idade, aposentado, é feita alusão a essas enchentes, que provocavam interferências diversas na vida das pessoas. Segundo o entrevistado, a enchente ocorria quase todo ano e deixava

muito barro pelas ruas que ficavam mais próximas ao rio. Na cidade nova, o entrevistado lembrou que esse problema não existe, pois estão distantes do rio Doce.

É importante observar, que as cheias do rio Doce foram substituídas por um córrego que atravessa a nova cidade e que segundo relatos de moradores são lançados esgotos do distrito de Quatituba em seu leito, o que gera impactos na qualidade de vida dos moradores da nova cidade, pois contribui para a proliferação de doenças assim como deteriora as condições de saúde da população local.

Outro entrevistado que evidenciou a perda do rio Doce, foi um senhor de 73 anos de idade, pedreiro aposentado, lamentando-se do afastamento da margem do rio. Para uma senhora de 45 anos de idade, doméstica, o rio Doce também foi lembrado quando ela se referiu à umidade que o rio propiciava à cidade, em oposição ao maior calor sentido na nova cidade. O rio também era o que garantia o sustento de pessoas que o usavam para pescar, conforme já citado.

Por um lado, as suas águas foram responsáveis pela condução das primeiras embarcações que singraram o seu curso até chegar em suas margens e dar início ao povoamento da cidade, e por outro, os ituetenses não esperavam que esse mesmo rio que significou a origem e a manutenção da vida de tantas famílias que dele garantiam seu sustento, “representaria” o fim de toda a cidade. A subida de suas águas não foi como nos períodos de enchente que a população de Itueta estava acostumada, pois uma vez na história as águas se elevaram, através das obras da engenharia humana, para nunca mais voltar a baixar.

Desse modo, a perda desse elemento de identidade da população de Itueta apresenta o aspecto da dialética da origem e do fim, como pode ser visualizado na Figura 28, que mostra o lugar onde se localizava a velha Itueta. Sendo assim, os diferentes atores sociais a partir dos múltiplos significados suscitados

por eles o registraram como um importante elemento da memória urbana de Itueta.



Figura 28: Vista do local onde se encontrava a velha cidade de Itueta.
Fonte: Priscila Costa (2009).

c) A pracinha

Essa também foi uma das grandes referências simbólicas da população de Itueta. Quando perguntado aos entrevistados sobre as recordações da velha cidade, a pracinha, como mostra a Figura 29, foi um dos aspectos da velha cidade bastante citado pelas pessoas. O que se percebeu nos relatos dos entrevistados é que a população de Itueta construiu uma solidariedade social muito grande e a praça da cidade era um dos espaços lócus das relações sociais entre as pessoas. Isso ficou evidenciado a partir das referências identitárias de um convívio social marcado pelo sentido de comunidade existente entre os moradores de Itueta.

A narrativa da jovem de 23 anos, instrutora de auto- escola evidenciou algumas particularidades das representações desse lugar de convívio social dos moradores de Itueta. Sendo assim, a jovem apontou que a pracinha era um lugar agradável e fresco, onde as pessoas se juntavam para assistir novela.



Figura 29: Pracinha na velha Itueta.

Fonte: Arquivo do Sr. Valter Moreira, morador de Itueta. (Acesso em 2010).

Sobre esse aspecto, a jovem entrevistada enfatizou-o, assim como o senhor de 73 anos, pedreiro aposentado, que indicou as árvores que a pracinha possuía, o que demonstrou a importância das árvores para a população, haja vista que o frescor encontrado nesse lugar da cidade acabava favorecendo o ajuntamento de pessoas nesse local durante vários momentos do dia e da noite como relatado pelos entrevistados.

A pracinha funcionava como ponto de encontro das pessoas, que se juntavam para dialogar, se ver, crianças brincarem, idosos contarem suas histórias, etc. fortalecendo a forte solidariedade construída nesse espaço. O entrevistado de 73 anos de idade, também teve uma representação da pracinha que a identificou como um espaço que suscitava sensação de liberdade. Essa referência à pracinha pode ser justificada por ser um lugar na velha cidade onde se podia sentar e ver todo o movimento ao seu redor, escutar e ver coisas diferentes, ficar à vontade nas calçadas, olhando quem passava, conversando, tomando uma fresca, etc.

d) Convívio social

Um dos aspectos bastante elucidados da velha cidade de Itueta foi o convívio social. Em várias narrativas, os moradores mencionaram que as pessoas eram

muito unidas, contando que havia uma proximidade muito grande entre as pessoas.

A fala do senhor de 73 anos de idade, pedreiro aposentado, destacou essa questão, ao mencionar que as casas eram todas simples, mas que as pessoas moravam todas juntas, o que deixou de acontecer na nova cidade, pois as pessoas ficaram separadas e não moram mais perto uma das outras.

Outro entrevistado, o senhor de 65 anos de idade, aposentado, também destacou o convívio entre as pessoas. Esse senhor, em sua comparação das duas cidades, disse que na velha cidade o convívio entre as pessoas era melhor. Esse relacionamento entre as pessoas se referia aos laços sociais mais estreitos, pois como a cidade era menor era comum os vizinhos possuírem mais interações e diferentes redes de contatos e trocas. Esse senhor inclusive demonstrou sua representação da velha cidade, dizendo que para ele a velha cidade significava o convívio existente entre as pessoas.

Os espaços onde ocorriam essas interações sociais eram muito diversos, como já citado, a praçinha, era o principal deles. Além disso, as calçadas das ruas eram locais em que as pessoas sentavam para conversar e se comunicar. Um lugar que também era ponto de encontro entre as pessoas era a beira rio, conforme apareceu em algumas falas. E a igreja católica também foi caracterizada como um lugar de encontro das pessoas, tendo sido considerada como um centro social da comunidade, que reunia diferentes pessoas, demonstrando que possuía uma função social que extrapolava seu cunho religioso, conforme será comentado.

Dessa forma, nas entrevistas com as diferentes pessoas foi comum se destacar a perda desse convívio que existia entre os moradores de Itueta e o sentimento de que esse modo de vida jamais poderá ser reproduzido na nova cidade, como impressões registradas pelos moradores de Itueta quando apontaram os aspectos negativos de morar na nova cidade, como será comentado mais adiante. As relações sociais segundo os entrevistados se alteraram bruscamente.

e) Cemitério

Assim como os elementos anteriormente citados, o cemitério da velha cidade configurou-se como conteúdo importante das representações dos moradores de Itueta. Esse cemitério, como mostra a Figura 30, não foi atingido pela elevação das águas do rio Doce, pois se situa fora da cota máxima de inundação que o rio atingiu, 92 metros. Sendo assim, o cemitério da velha Itueta é um símbolo “vivo” do que sobrou da velha cidade. Muitas histórias dos moradores de Itueta nele foram enterradas. O cuidado na organização desse lugar foi um dos aspectos enfatizados nas entrevistas, destacando-se que os moradores possuem uma forte referência identitária com esse espaço, haja vista que ali estão enterrados os antepassados, familiares, amigos, etc.

O cemitério da velha cidade não escapou da comparação com o cemitério da nova cidade, como mostra a Figura 31. Nessa comparação as pessoas, como é o caso do senhor aposentado, de 73 anos de idade, pedreiro, afirmaram que o cemitério da velha Itueta é melhor que o da nova cidade, e dentre os motivos dessa preferência está o fato dele ter catacumbas, enquanto no cemitério da nova Itueta não existem essas construções.

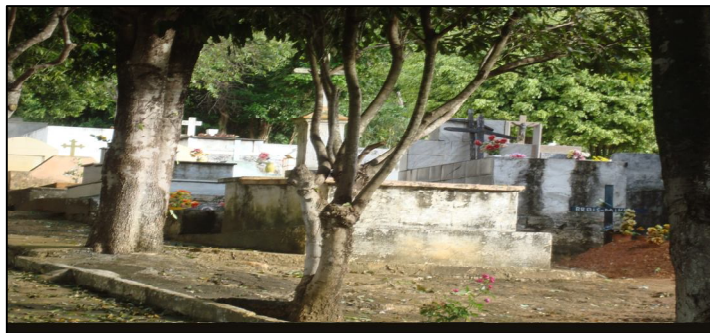


Figura 30: Cemitério da velha Itueta.

Fonte: Priscila Costa (2009).



Figura 31: Cemitério da nova cidade.

Fonte: Priscila Costa (2010).

Do ponto de vista do seu significado simbólico, o cemitério da velha cidade caracteriza-se por ser um elemento “vivo” da memória urbana de Itueta, uma vez que muitas pessoas da nova cidade, conforme relatos de entrevistados, ainda são enterradas lá. Essa situação parece indicar subjetividades relacionadas a uma espécie de continuidade com a velha cidade, como se nada pudesse fragmentar os vínculos construídos naquele lugar que era a velha Itueta.

f) A igreja católica

A igreja católica da velha cidade, como mostra a Figura 32, foi dentre os elementos da memória urbana de Itueta, já citados, o que mais se destacou nas entrevistas realizadas.

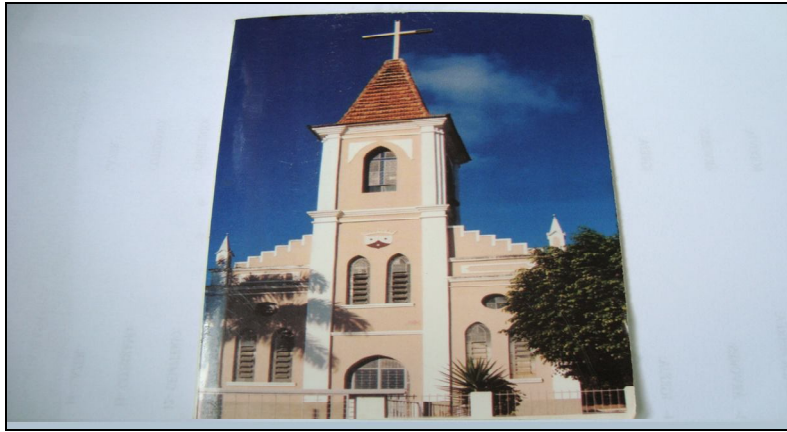


Figura 32: A igreja católica da antiga cidade de Itueta.

Fonte: Arquivo do Sr. Valter Moreira, morador de Itueta, (Acesso em 2010).

O poder simbólico dessa construção da velha cidade foi considerado pelas pessoas a partir de diversas referências, como sendo o cartão postal da cidade, o centro comunitário dos moradores, o lugar que suscitou uma relação identitária inclusive de pessoas que nem eram membros da comunidade católica, como foi o caso do relato feito pelo senhor entrevistado, que já foi prefeito de Itueta, membro da igreja luterana na velha cidade.

A entrevistada que foi vice-presidente da AMI, aposentada, demonstrou em sua narrativa a função social que a igreja desempenhava na vida dos moradores de Itueta ao afirmar que “[...] a igreja era nosso centro de comunicação, era a nossa rádio”, disse ela.

Sobre a importância da igreja para as pessoas, a entrevistada afirmou que “o que nos prendia aqui [referindo-se à velha cidade] era a igreja [...] Quem vai nos segurar aqui? [...]”.

Uma senhora de 59 anos de idade, comerciante, também foi outra pessoa que demonstrou a importância da igreja para os moradores de Itueta. Dessa forma, a entrevistada demonstrou o seu sentimento ao ver a igreja sendo destruída.

[...] No dia que eu saí eu fiquei tão revoltada [...] no dia da minha mudança [...] que me deu um estado de nervo que eu vi eis demulir a igreja católica [...] aquilo me dueu lá dentro de mim assim [...] a igreja era de frente da minha casa [...] aquilo dá uma dor na gente [...].

Essa forte relação identitária que os moradores de Itueta tinham com a igreja católica foi percebida durante as entrevistas, onde observou-se que até mesmo as pessoas de outra origem religiosa, nesse caso, protestante, se referiam à igreja como se fossem membros participantes da fé católica, demonstrando todo o apego à igreja católica. A senhora anteriormente citada é um exemplo disso, pois ela afirmou que era membro de uma igreja evangélica.

Sendo assim, a igreja católica assumia uma função que extrapolava o seu conteúdo religioso. Nos relatos dos entrevistados, a igreja era o lugar por excelência de atuação da comunidade e também o símbolo imponente que a cidade possuía. As pessoas a viam como uma construção muito bela e como o lugar que se caracterizava para além das celebrações e liturgias católicas, sendo, portanto, um espaço de convívio social da comunidade em geral.

Daí o estranhamento da perda da igreja, levando-se em consideração a forma “violenta” de sua destruição, na representação da senhora que foi vice-presidente da AMI. A entrevistada descreveu que foi muito rápido, quando começou a ouvir o sino da igreja tocar, então viram que a torre da igreja já estava no chão. Demonstrando o amor que as pessoas tinham à igreja, assim se pronunciou “[...] foi um choque, pessoas viram aquilo e começou a passar mal”.

Em diversos momentos da entrevista foram constantes os relatos de indignação com a construção do templo da igreja na nova cidade, como será comentado mais adiante, o que levou a um afastamento de muitas pessoas do convívio comunitário, segundo relatos de entrevistados, que chegaram a comentar que a igreja da nova cidade não conseguiu mais juntar as pessoas como se dava com a antiga.

De uma forma geral, os relatos sobre a velha cidade foram conduzidos de forma sempre dual, em que eram feitos contrapontos entre os elementos da velha cidade e os da nova, destacando-se as várias perdas da velha cidade em oposição aos problemas que tiveram que enfrentar na nova cidade, como será apontado a seguir.

Sendo assim, a ideia de começo e de fim representada pela velha cidade de Itueta assume uma dialética evidenciada na fala principalmente das pessoas mais idosas da cidade, como é o caso do senhor de 73 anos de idade, aposentado. Sua narrativa demonstrou a contradição entre o início e fim que Itueta passou a representar para ele, o que pôde ser percebido através do que registrou esse senhor entrevistado ao dizer que “[...] na velha Itueta nada de errado acontecia. A nova cidade [...] significa o fim da nossa vida. Lá [referência à velha cidade] é que foi o começo [...]”. Esse senhor se referiu à nova Itueta como o fim, pois justificou que a cidade não tem mais nada do que tinha na velha.

4.2.2 Elementos de ressignificação urbana na nova Itueta

Assim como foi demonstrado em relação à velha cidade de Itueta, nos relatos das entrevistas foram ressaltados os elementos de ressignificação urbana da nova cidade, destacando-se aí a igreja católica, pelas particularidades que serão demonstradas, assim como outros elementos e aspectos que a população demonstrou através de suas representações que tentam resgatar o cotidiano da velha cidade, assim como a “memória”, que segundo os entrevistados não foi resgatada pelo consórcio.

Dessa forma, a igreja católica configura-se como um símbolo muito importante para os moradores de Itueta, tanto na velha cidade como já mostrado, quanto na nova Itueta. É por isso que as representações que ela suscitou foram sempre recorrentes. Ela apareceu na exposição de fotos realizada pelo consórcio e exposta no museu da nova cidade, como um dos principais destaques da memória reconstruída da velha cidade, como se pode perceber através da Figura 33.



Figura 33: Pintura da igreja católica da velha cidade de Itueta.

Fonte: Fotografia exposta no museu da cidade nova por meio da exposição realizada pela UHE Aimorés, 2004.

Sendo assim, a igreja representou um importante elemento da paisagem, tendo suscitado diversas representações. Sua construção na nova cidade se deu a partir de um modelo arquitetônico muito diferente, vide Figura 34, do que era a igreja na antiga cidade, como já mostrado na Figura 32.



Figura 34: Primeira igreja católica construída na nova cidade de Itueta.

Fonte: Priscila Costa (2010).

A entrevistada que foi vice-presidente da AMI, aposentada, demonstrou qual foi o discurso do consórcio sobre a construção da igreja na nova cidade. Sendo assim, frisou que:

[...] eles prometeram construir uma igreja aqui linda e maravilhosa. Viram o modelo, uma igreja moderna, ficou bonita, só que a construção não ficou completa. A igreja tá tudo caindo, pois foi feita tudo depressa. O povo não aceitou a forma como foi feita a mudança da igreja, e não pelo fato dela ser moderna [...].

A explicação dessa brusca alteração na forma que a igreja passou a ter é demonstrada pelos entrevistados a partir do relato de que o padre que negociou com o consórcio não levou em consideração a opinião dos membros da comunidade católica.

A entrevistada relatou ainda a maneira como se deu essa negociação da igreja, dizendo que o padre e algumas outras pessoas membros da igreja, “escolhidas a dedos”, conforme denunciou, é que foram responsáveis pela negociação com o consórcio. Outro entrevistado que também narrou esse episódio foi o representante da comunidade católica, o senhor de 65 anos, aposentado. Sendo assim, o entrevistado explicou que eles [padre mais algumas pessoas] negociaram por conta própria, apesar de terem sido alertados sobre as conseqüências que isso poderia causar. É o que a fala do entrevistado assim transmitiu:

[...] olha padre se o filho sair bonito o senhor vai ser elogiado à vontade, mas se o filho sair feio, o senhor vai ser apedrejado e muito. Divide essa responsabilidade com a gente, com a comunidade, mas eles não se interessaram em fazer isso, e o filho saiu feio, e o povo começou então a jogar pedra neles, e chegou ao ponto dele ter saído daqui [...].

O entrevistado continuou sua explicação sobre a forma autoritária como a igreja foi negociada, ao relatar como se deu a sua construção na nova cidade.

Sendo assim relatou:

[...] que ela foi feita de uma forma, por decisão de comum acordo entre padre e direção da igreja [...] mais o consórcio, fizeram uma Igreja que a população não aceitou, a comunidade católica não aceitou, por culpa, claro do padre que não quis deixar a comunidade participar da decisão, tomaram a decisão é [...] unilateral praticamente e fizeram uma obra que o povo afastou da igreja, daí houve um questionamento, começou a chover, o telhado da igreja forma uma caixa d'água, e vaza tudo dentro da igreja, e pra todos os lados tem mofo, água porque mereja, aquela infiltração na parte que tá do lado do barranco da igreja, do morro, toda ela dá infiltração [...].

Esses relatos são explicativos dos motivos que levaram à construção da segunda igreja católica, mostrada na Figura 35, pois a primeira já estava toda danificada, e aí o padre que substituiu o primeiro conseguiu negociar com o consórcio, e dessa maneira o dinheiro conseguido para a reforma foi usado para construção do segundo projeto da igreja, já que a população não estava

gostando muito da primeira construção, como o representante da comunidade católica comentou.



Figura 35: Construção da segunda igreja católica.
Fonte: Priscila Costa (2010).

Sobre o montante conseguido para essa segunda construção da igreja e detalhes desse processo foi narrado pelo representante da comunidade católica que assim descreveu:

[...] um outro padre assumiu e questionou, brigou, e o consórcio se viu na obrigação de vim aqui e fazer um levantamento do que tinha de ser feito pra corrigir. E só nessa correção, acharam que ia gastar um valor de trezentos e tanto mil reais, só para a recuperação, aí combinaram lá e entregaram os trezentos mil parceladamente para o novo vigário, e ele então começou a construção de uma igreja no estilo de uma igreja católica que o povo já tá acostumado ver, só que a verba foi pouca pra ta [...], pra dar a igreja pronta. Então ela tá inacabada e até hoje a gente tá sem essa igreja aí, e a igreja é um marco muito grande na velha Itueta, nós tínhamos uma igreja que era visitada por inúmeras pessoas, de muitos lugares, que era tida como uma igreja muito bonita, daquela estilo antigo, a construção era um estilo, num era Barroco e nem Moderno, ficou num intermediário aí, alguns falam Rococó, parece, um estilo assim [...]. E nós temos a nossa aqui que não tem nada de belo nela, nem cruz num tem, nem sino não tem, então ficou uma coisa, um prédio parecendo mais um hospital ou então um, eu costumo olhar pra lá e pensar, ali deve ser o [...] aonde fica o juiz, o promotor, o fórum, é, tem uma cara de fórum danada. Então é aquela coisa que a gente ainda tem que fazer.

Posteriormente, como esse padre foi tirado da cidade, a construção ficou parada, e o padre que assumiu em seguida, também com um prazo de permanência pequeno na cidade não quis prosseguir com o empreendimento,

por isso, o entrevistado assinalou que a finalização da obra não ocorreu até a realização dessa entrevista, realizada em novembro de 2010.

O representante da comunidade católica expressou que sua esperança era de que o vigário não saísse da comunidade, pois estava visitando as pessoas, conversando e todo mundo estava gostando muito dele, então o desejo era que ele continuasse na cidade e conseguisse juntar todo mundo de novo. Esse desejo foi expresso pelo entrevistado, da seguinte forma:

[...] esse que assumiu aí agora por último ele tá visitando todo mundo, andando com a gente, fazendo um trabalho que tá voltando o que é a história da igreja, depois que esse pessoal tiver todos eles unidos novamente, reunidos mesmo, nós vamos ver se nós vamos mexer com a obra, porque é uma obra que ia custar dinheiro muito grande na nossa comunidade que é pobre, pouca gente, vai levar um tempo também [...] enfim, a gente aqui tem que saber muito bem esperar [...].

Um ex-prefeito e ex-vereador de Itueta, e também membro participante da equipe de negociação da Associação de Moradores de Itueta para a transferência da velha cidade se reportou a esse símbolo da cidade de Itueta, ao comentar sobre as reivindicações em relação aos problemas enfrentados com a má construção da igreja e destacou a falta da torre, um elemento importante, que segundo ele, as pessoas estavam acostumadas a ver na igreja. Sua representação da igreja católica foi expressa da seguinte maneira: “[...] a igreja era o cartão postal, eles demoliram a igreja da noite para o dia, não deixou a história [...]].

Outro entrevistado que também demonstrou suas representações da igreja católica foi um senhor, pedreiro aposentado, de 73 anos. Sua referência da igreja o fez comentar sobre o tipo de construção da igreja católica na nova cidade. Sendo assim, disse que a igreja parecia um queijo, já que para ele não entrava em sua cabeça que aquilo era uma igreja.

Para a senhora de 54 anos, auxiliar de serviços gerais, a igreja católica era o lugar que mais sentia saudades da velha cidade. Em sua opinião, a igreja da nova cidade deveria ser modificada, justificando que sentia muita vontade de ter o sino tocando novamente. Esse desejo ficou manifesto no relato dessa

senhora, ao dizer que “[...] eu queria pra melhorar mesmo, ver a nossa igreja católica terminada, e aquele sino tão bonito que eles batiam [...] isso faz muita falta”. A entrevistada acrescentou ainda que também não gostou da forma como ela foi construída. Em suas palavras, “[...] um trem que parece um queijo. Eu não gostei do tipo da igreja [...].”

Também apontou o desejo de ver a construção concluída da nova igreja, a senhora, de 52 anos de idade, doméstica. Essa senhora, apesar de não apontar detalhes, falou que há muitos problemas na nova cidade, e que um deles é a construção da igreja católica que ainda não terminou. Essa senhora, também não se identificou com a primeira igreja construída pelo consórcio, o que segundo ela se parece mais com um shopping, e indicou a sua vontade de que fosse construída outra igreja igual a da antiga cidade.

Essas narrativas demonstram como a igreja católica representava o centro social da comunidade, expresso pelos entrevistados, pois várias pessoas se referiram a ela como o espaço de socialização e de convívio comunitários. Além disso, a construção do segundo templo da igreja também demonstrou que a cidade vai aos poucos sendo construída a partir dos imaginários e modos de vida que ainda guardam semelhança com o modo de vida da antiga cidade, e a partir de práticas sociais, que constroem espaços carregados de simbolismos.

Outro elemento que se configurou como exemplo desse processo de ressignificação por parte da população foi o cemitério construído na nova cidade. Essa construção em vários relatos foi apontada de forma negativa pelos entrevistados, como o senhor de 66 anos de idade, aposentado, que comentou que a alteração do modelo do cemitério (construído em estilo de parque) não foi aceito pelas pessoas, que segundo ele, estavam acostumadas com as catacumbas como era na velha cidade, como já mostrado na Figura 30.

O cemitério também foi lembrado pela senhora de 54 anos, moradora de um dos setores de casas sociais, auxiliar de serviços gerais na prefeitura municipal de Ituetá. Essa senhora disse que o novo cemitério não a agradou. Segundo a

entrevistada, por conta disso a maioria do pessoal é enterrada no cemitério da velha cidade, pois é bem cuidado.

Essa situação do cemitério se assemelha com o que ocorreu em relação à igreja católica, que não foi aceita pela população conforme já discutido. No caso do cemitério, como a construção do antigo não foi demolida, pelos motivos já indicados, a população impõe a sua resistência de não aceitar a perda dos vínculos com a velha Itueta. Dessa forma, mesmo distante da nova cidade, muitos entrevistados comentaram que as pessoas estavam sendo enterradas no cemitério da velha Itueta, ou seja, que foi justamente o que sobrou dela.

Também foi verificado pelos relatos de entrevistas que por conta disso as pessoas não quiseram trazer os restos mortais da velha cidade para a nova, conforme tinha sido previsto pelo consórcio.

O convívio social também apareceu de modo muito freqüente nas entrevistas realizadas. O que se observou a esse respeito é que na velha cidade, as relações sociais eram marcadas por fortes vínculos de amizade, solidariedade, etc. entre as pessoas. Conforme mostrado no capítulo 1, item 1.3 que discutiu a questão do cotidiano, em Itueta os ritmos e movimentos sociais se davam de uma forma muito particular, uma vez que as pessoas participavam ativamente da vida social e os vizinhos eram muito próximos, tanto do ponto de vista do lugar de moradia, pois a cidade era pequena, quanto do ponto de vista do envolvimento afetivo entre as pessoas, que se acompanhavam, sabiam o que acontecia uma com as outras, havia trocas de favores, etc. como relatado pelos entrevistados e já demonstrado sobre os aspectos da velha cidade de Itueta, no item 4.2.1.

Sendo assim, a mudança para a nova cidade foi um choque para as pessoas que estavam acostumadas tanto com a proximidade física das casas quanto das pessoas. É que na nova Itueta, devido ao aumento do espaço físico da

cidade⁴⁵, as pessoas acabaram se distanciando uma das outras. E na organização espacial da nova cidade não foi levada em consideração a localização das casas observando-se a proximidade entre os antigos vizinhos. Com isso as pessoas se distanciaram e nas entrevistas, essa questão é suscitada em diversos momentos.

Os entrevistados apontaram que as pessoas não são mais unidas como referência a esse distanciamento, como pode ser observado no relato de uma senhora, comerciante, entrevistada em 2005⁴⁶.

[...] hoje os meus vizinhos que era lá na cidade velha não é o mesmo, hoje tá todo mundo fora de ordem, né, porque lá a gente já sabia onde morava todo mundo, e aqui não [...] aqui a gente ainda não se sente colocado aqui, eu mesmo todo mundo que passa aqui eu falo que estou aqui provisoriamente, porque eu não sinto que aqui é o meu lugar [...].

Sobre esse aspecto, também uma senhora de 63 anos de idade, lavadeira de roupas, explicitou que seus vizinhos ficaram todos distantes. Além disso, explicou que não sai mais de casa, e que por isso não sabe mais o que acontece com as pessoas, como acontecia na velha cidade.

Em relação ao esvaziamento de espaços coletivos, em que as pessoas poderiam construir esses vínculos perdidos, a entrevistada, uma mulher, de 28 anos de idade, também nascida e criada lá na velha Itueta se pronunciou dizendo que a antiga Itueta era muito movimentada e que na nova cidade a praça, mostrada na Figura 36, fica vazia, considerando-a como um deserto. Essa jovem entrevistada explicitou que:

[...] Lá todo mundo era assim, acostumado com os vizinho, né, aí era aquele movimento no jardim, todo mundo alegre. Agora aqui, todo mundo, a maioria aqui vive triste, vive angustiado. Tem uma senhora que mora próximo da casa verde, na outra, ela ficou até acamada, ela deu derrame, de não querer mudar de lá [...] quando falou que ela ia mudar pra cá ela deu derrame.

⁴⁵ A nova Itueta passou a ter uma área de 130 ha em comparação com a antiga cidade que possuía uma área de 5,9 km².

⁴⁶ Entrevista recuperada do contexto do estudo realizado em Itueta em 2005, conforme apontado anteriormente.



Figura 36: Praça na nova cidade de Itueta.

Fonte: Priscila Costa (2009).

Dessa forma, esse esvaziamento de espaços públicos como a praça, que essa entrevistada citou é um dos indicadores das alterações que se deram no convívio entre as pessoas, uma vez que esses espaços não se caracterizam como lugares que as pessoas se identificam com eles, como acontecia na velha Itueta.

Apesar disso, a jovem de 23 anos de idade, instrutora de auto-escola, mencionou que a praça, foi o local da nova Itueta que no início da mudança para cidade, as pessoas mais freqüentavam à noite, para sentar e conversar. Além disso, frisou que a praça ficou muito bonita, chamando atenção também pela sua maior dimensão, quando comparada com a da velha Itueta. A entrevistada explicou também que sábado e domingo tem o pessoal que monta barrquinha de pastel e caldo de cana na praça, geralmente de 15 em 15 dias.

Em relação a esse aspecto do esvaziamento de espaços coletivos, observou-se durante as visitas a campo que as ruas freqüentemente estavam vazias, como se a cidade fosse desabitada, inclusive esse aspecto foi negativo para a realização das entrevistas, pois era necessário percorrer várias vezes as ruas da cidade para tentar abordar as pessoas para a realização das entrevistas.

Outra questão relacionada à ressignificação da cidade de Itueta e que foi considerada como aspecto fundamental, para a maioria dos entrevistados, diz respeito à memória da velha cidade. Conforme foi apontado em vários relatos

das entrevistas, o consórcio não valorizou e nem respeitou esse anseio da população. Tratou dessa questão de forma pontual e de maneira impropriedade, como demonstrou o fato do consórcio ter construído na nova cidade um museu, conforme pode ser visualizado na Figura 37, na verdade, um simulacro, pois imita a estação ferroviária da antiga cidade, que pode ser vista na Figura 38.



Figura 37: Museu na nova cidade de Itueta.

Fonte: Antonio Neves (2009).



Figura 38: Estação Ferroviária da velha cidade de Itueta.

Fonte: Antonio Neves (2009).

Na perspectiva do consórcio, o resgate da memória se limitou a esse elemento da antiga cidade, além disso, mais adiante aparecerão registros de entrevistados que destacaram que o resgate da memória da cidade foi um dos grandes problemas que a população sentiu e que o consórcio havia prometido que faria, mas que não cumpriu, haja vista que não foi desenvolvido nenhum projeto para recuperar os elementos da memória da velha cidade.

Além dos elementos abordados, os entrevistados apontaram aspectos heterogêneos sobre a nova cidade de Itueta. Esses aspectos se relacionam principalmente, como será demonstrado, aos problemas de planejamento da cidade, uma vez que os entrevistados relataram que se mudaram para a nova Itueta sem que estivesse completamente terminada.

As reclamações dos moradores são, dessa maneira, problemas que a cidade tem desde a sua origem e que se configuram como pendências que o consórcio e a administração pública não resolveram ainda, segundo os entrevistados. Dessa forma, a população, após cerca de seis anos de moradia na cidade, mostrou certa insatisfação em relação a determinados aspectos, principalmente no que diz respeito às várias pendências não resolvidas como já mencionado e a não utilização de equipamentos urbanos como serão apresentados nos relatos dos entrevistados. Ao lado desses apontamentos negativos também foram destacadas as particularidades positivas da nova cidade, com apontamentos de suas potencialidades, novidades, e os supostos “benefícios” que a população teve com a mudança para a nova Itueta.

Exemplos desses apontamentos positivos são retratados a partir da narrativa da jovem de 23 anos de idade, instrutora de auto-escola, que considerou que a cidade deu oportunidade para muita gente, porque todo mundo ganhou casa e dinheiro na indenização. Conforme apontado por ela, “[...] a maioria ganhou cerca de R\$ 5.000,00 e R\$ 6.000,00, no caso das pessoas que moravam de aluguel na velha cidade”.

Questionada sobre as coisas boas que a nova Itueta possui, a entrevistada apontou o asfalto existente na cidade, as construções, como a quadra, a escola, duas lojinhas, local para as pessoas montarem seu negócio, o mercado municipal, com um pequeno espaço para os comerciantes da velha Itueta, destinado a reunir num mesmo local vários comerciantes, apesar desse espaço não ter sido aproveitado, pois segundo ela, as pessoas não se interessaram e nem valorizaram isso.

Sendo assim, essa jovem só demonstrou satisfação em morar na nova cidade e o significado que a nova Itueta tem para ela, diz respeito às oportunidades que a cidade pode oferecer, na sua concepção. Conforme afirmou: “[...] se as pessoas quiserem a cidade oferece condições favoráveis para melhorar as condições de vida”. Essa representação da nova cidade ficou registrada na seguinte afirmação da entrevistada:

É uma das cidades mais bem estruturadas daqui da região, mas o povo não reconheceu isso. O negócio deles é só reclamar no consórcio que a casa rachou, etc. e se aproveitar disso. Tem gente que tem consciência e outros não [...].

As considerações que essa jovem fez sobre o processo de transferência para a nova cidade foram positivas, tendo considerado que a mudança para a nova cidade foi muito tranquila, aconteceu normalmente. Ainda enfatizou que a mudança para a nova cidade não provocou nenhuma alteração na vida das pessoas, destacando, no entanto, que a população se acomodou com a situação de ter mudado e não quis saber de nada na nova cidade, referindo-se às reivindicações e ações que poderiam ter sido buscadas para o ajustamento e adaptação na cidade nova.

Quando indagada se gostaria que a velha cidade ainda existisse, e nessa hipótese, se voltaria para lá ou continuaria na nova Itueta, a entrevistada assinalou que a sua preferência é pela cidade nova, considerando que ela é melhor, pois ela tem mais chance de crescer do que a velha, pois a antiga era escondida, não era próxima à BR-259 como a nova sem contar que a velha cidade não tinha mais como crescer, em sua opinião. Na cidade nova, apontou que tem até mesmo pessoas de outras cidades, pois gostaram da nova Itueta, citando o caso de pessoas que se animaram em montar alguma atividade comercial na nova Itueta. Dessa forma enfatizou que a chance da cidade crescer é maior, destacando que depende, é claro, do interesse das pessoas e da administração pública.

O que se percebeu do que foi exposto por essa jovem é que há uma consideração, em linhas gerais, positiva da nova cidade de Itueta, uma vez que são destacados e frisados pontos favoráveis e relevantes da nova cidade, como a possibilidade de crescimento, pelas oportunidades criadas, como ela

citou. Pelo fato da entrevistada ser ainda uma pessoa jovem, sua preocupação com o crescimento econômico local é algo destacado em sua narrativa, pois se tem a expectativa de ter na nova Itueta novas oportunidades de emprego, com novas dinâmicas locais, etc. Essa expectativa está respaldada num anseio de se ter um futuro diferente do que ela teria numa cidade pequena e pacata como era a velha cidade de Itueta.

No entanto, a velha cidade não foi menosprezada ou perdeu seu valor para a jovem entrevistada, uma vez que são apontados atributos positivos e que são singularidades da velha Itueta, que para ela não se pode ter mais.

Vale ser ressaltada a inserção dessa jovem na cidade de Itueta, frisando que a entrevistada mora num setor de casas sociais que foram doadas às pessoas que não possuíam um imóvel próprio na antiga cidade. No caso dessa jovem, o recebimento de uma casa, de certa forma contribuiu para que ela destacasse os aspectos positivos da mudança para a nova Itueta, pois é considerável o peso que esse tipo de “benefício”, representa na avaliação das pessoas.

A entrevistada também enfatizou o fato da cidade nova vir a ser melhor numa condição de que as pessoas e a administração pública se esforcem para isso. Também tocou na questão do crescimento local, numa tentativa de despertar a atenção sobre a forma de gestão implantada na cidade, assim como sobre a participação popular, como fatores imprescindíveis à condução de novos horizontes que possibilitem o “desenvolvimento” da nova cidade.

Por outro lado, conforme já apontado houve muitos casos de pessoas que demonstraram significados negativos da nova cidade. O relato do senhor de 66 anos de idade, aposentado, contextualiza essa questão, pois este senhor destacou que a cidade não ficou conforme tinha sido combinado pelo consórcio, explicando que as ruas são estreitas, que a rodoviária ficou fora do lugar previsto, o que em sua opinião, ocorreu devido à falta de manifestação da AMI. Dessa forma, o entrevistado destacou que muitas coisas ficaram sem terminar de construir, como tinha sido previsto.

O senhor de 65 anos de idade, aposentado, descreveu nuances da nova cidade destacando-se suas fragilidades, ao mesmo tempo em que apontou e enalteceu particularidades da antiga cidade. Demonstrou também uma conscientização acerca da necessidade de investimentos em fontes energéticas menos poluentes e impactantes, exemplificando com a opção pela energia solar, o que em sua opinião, seria uma alternativa mais adequada.

As representações da nova Itueta construídas pela senhora de 52 anos de idade, doméstica, foi marcada por uma certa desconfiança e incerteza. Essa senhora disse que não poderia afirmar que a cidade era péssima, argumentando que era cedo para avaliar. Sendo assim, a entrevistada acrescentou que morar na nova cidade naquele momento significava uma tentativa de adaptação.

O relato da senhora de 54 anos, moradora de um dos setores de casas sociais, auxiliar de serviços gerais apontou uma situação singular. Essa senhora, apesar de ter ganhado uma casa do consórcio, em momento algum se manifestou favoravelmente à sua moradia na nova cidade. Destacou aspectos negativos da cidade nova, como a mudança dos vizinhos, a falta de emprego, etc. A entrevistada exemplificou a questão do desemprego com o caso de um filho seu que teve de ir embora para Brasília, DF, tendo que ficar de dois a três meses sem vir em casa.

Em relação a essa questão do desemprego do filho dessa entrevistada, percebeu-se em momentos diferentes de outras entrevistas, que a falta de emprego em Itueta parece ser constante na realidade socioeconômica local, o que tem gerado emigrações para diferentes destinos, tanto internamente, quanto para fora do Brasil. Fenômeno esse, que segundo certos entrevistados, já ocorria, por ser Itueta uma cidade pequena, sem muitas oportunidades, e que na nova Itueta parece ter aumentado.

A entrevistada também considerou como um aspecto ruim na nova Itueta, a falta de lazer para os jovens, assim como enumerou os diversos problemas existentes na cidade, dentre eles, lembrou que formou um buraco enorme na

rua, onde se encontra a galeria de esgoto perto de sua casa. Também expressou que todo mundo fica com medo de temporal, pois disse que alaga tudo, e que por isso quando chove as pessoas já começam a ficar apreensivas.

Além disso, a entrevistada explicou que faz muito calor na cidade e que o motivo de tanto calor, em sua opinião, é por causa do asfalto que esquenta muito, o que não tinha na velha cidade, e também a falta de arborização adequada, pois a entrevistada frisou que as árvores ainda estavam pequenas quando mudaram para a nova cidade, que segundo ela ocorreu em 2005⁴⁷.

Diferentemente dessa entrevistada, moradora do setor de casas sociais, que não se manifestou favorável à nova cidade, uma senhora de 56 anos de idade, doméstica, possui uma visão bastante positiva da nova cidade, apontando que recebeu uma casa nova e que não tinha nada a reclamar, por isso, na sua opinião, tudo é bom na nova cidade.

Essa senhora possui vários problemas de saúde e só sai de casa à noite para ir à igreja, levada por alguém, pois não consegue andar sozinha. Sua percepção da antiga cidade limitava-se à sua casa, à igreja e ao serviço de saúde, que regularmente recorria em suas consultas, assim como ocorre na nova cidade.

Os problemas de saúde, seu limitado convívio social e a casa que recebeu do consórcio são elementos que se combinam nas representações elaboradas por essa mulher. Suas vivências da cidade são limitadas e traduzem a conformidade com uma cidade toda diferente da antiga e que preenche todas as suas expectativas.

Outro exemplo de representações positivas da nova Itueta refere-se à fala de um senhor de 50 anos de idade, vigilante, mas que na época da entrevista, (abril de 2010) encontrava-se desempregado. Esse senhor também ganhou uma casa e disse que foi muito bom mudar para a nova cidade, por causa da

⁴⁷ Segundo relatos de alguns entrevistados, a população foi deslocada em agosto de 2004. Apesar disso, algumas pessoas mencionaram que se mudaram para a nova cidade em 2005. Talvez tenha ficado na memória dessas pessoas a entrega formal da cidade, ocorrida em janeiro de 2005, segundo relato do então prefeito que acompanhou o deslocamento da população para a nova cidade de Itueta.

casa nova, o que segundo ele, é uma coisa muito difícil de se conseguir. Contudo, o entrevistado não pôde negar que ficou muito ruim de arrumar serviço na cidade, exemplificando a sua situação, pois estava sem trabalhar. Como afirmou: “[...] não tem nada pra ninguém trabalhar, não construiu nada [...] ficou muito ruim de emprego [...]”.

Ao contrário dos entrevistados citados que ganharam casa e que apontaram gostar da nova cidade, uma outra senhora, de 63 anos de idade, lavadeira de roupa, só destacou aspectos negativos da nova cidade, apontando que gostava mais da antiga Itueta do que da nova cidade. A entrevistada argumentou que ficou muito ruim morar na cidade nova por causa da falta de serviço. Essa senhora comentou que lavou roupa durante muitos anos, e que agora, na nova cidade, ficou muito difícil. A entrevistada também mencionou que só está na nova cidade por causa de seu marido, por ela não estaria. Lembrou também que as festas da cidade dão muita bagunça, o que não acontecia na velha cidade.

Um menino de oito anos de idade também chamou a atenção para o significado de se morar na nova Itueta. Sendo assim, o garoto disse que a nova cidade é muito chata, destacando também que existem muitas brigas na cidade. Essas brigas, segundo esse garoto é devido ao consumo de cerveja, que, em sua opinião, não deveria ser vendida. No que diz respeito às opções de brincadeiras na nova cidade, o garoto destacou a quadra, que segundo ele, é a única coisa boa que a cidade tem.

Uma moradora antiga de Itueta velha, que viveu quase quarenta anos na cidade, contou a experiência da mudança, que em sua opinião, não foi muito boa, destacando a falta de sombra na cidade, explicando ao mesmo tempo que o rio fazia muita falta, pois sua família vendia cestas fabricadas do ubá, uma planta que era cultivada nas áreas férteis do rio Doce. Em sua opinião, o consórcio deveria ter criado uma fábrica para gerar emprego, pois tem muita gente desempregada. Essa senhora também mencionou que deveria ser construída uma nova estação ferroviária. Em sua fala a questão da falta de serviço é lembrada em vários momentos, ao narrar o caso de um filho que teve

de ir embora da cidade, (para Ipatinga, MG) pois não conseguia nenhum emprego.

A filha dessa senhora, uma mulher de 43 anos de idade, participou da conversa junto com a mãe e expôs que não gostava da cidade nova, expressando que sentia muita falta da velha Itueta, onde foi criada desde pequenininha e mencionou que sentia muita falta do rio Doce também, pois morava na beira do rio. Além disso, contou que seu pai fazia balaio, criava porco, tinha cabrito e tinha horta na velha cidade. A entrevistada comentou que tinha um bar e que acabou perdendo tudo que possuía. Na época da entrevista (abril/2010) a entrevistada declarou que se encontrava desempregada.

Sobre a experiência da mudança, a entrevistada contou que todo mundo foi tirado da cidade “na marra”, dizendo que foram destruindo e empurrando as pessoas. Também comentou que a cidade é horrível, não tem serviço, por isso, também destacou que deve ser criada alguma coisa para gerar emprego para as pessoas. Lembrou ainda de um lixão na nova cidade, que polui tudo, pois o lixo é queimado e produz muita fumaça. A entrevistada expressou que é muito difícil morar na nova Itueta, como demonstrou: “[...] aqui é muito difícil de viver, pode ser que venha melhorar [...] a gente tem esperança, né?”

Por isso, a entrevistada fez referência à falta de iniciativas na cidade para criar oportunidades de renda para a população local. Por causa dessa situação, comentou que está indo embora, pois não tem emprego, e seu marido já está trabalhando fora, além de relatar os casos de várias pessoas que venderam suas casas e se mudaram por causa da falta de emprego.

A senhora de 63 anos de idade, lavadeira de roupas também enfatizou a falta de trabalho na nova cidade, argumentando que aumentou o desemprego e a falta de trabalho, contando que antes tinha muito serviço, pois trabalhava como lavadeira e não ficava parada. A entrevistada disse que é muito difícil conseguir uma trouxa de roupa para lavar.

A falta de emprego na cidade gera uma emigração para vários municípios, em busca de trabalho. Exemplo dessa situação é o caso do entrevistado, um jovem

casado, de 33 anos de idade que trabalha como encarregado de obras em Vitória, ES, e retorna para Itueta nos finais de semana para visitar a família.

Também exemplifica essa questão, o relato do senhor de 39 anos de idade, motorista, que apontou os problemas existentes na nova cidade em relação à situação de falta de emprego, demonstrando os principais problemas enfrentados por ele. Dessa forma, contou que presta serviços à empresa chamada Madeira, com serviços de terraplanagem no município vizinho a Itueta, Santa Rita do Itueto, numa obra de construção de asfalto.

Dessa forma, esse entrevistado enfatizou que em Itueta nova não tem emprego e que as pessoas têm que buscar fora mesmo. O entrevistado contou que na antiga cidade estava desempregado até o consórcio chegar, então começou a trabalhar de motorista, prestando serviços para o consórcio, e quando as obras acabaram começou a trabalhar por conta própria, e só recentemente conseguiu um emprego de carteira assinada, na empresa já citada anteriormente.

Descrevendo a situação de falta de emprego na cidade esse senhor afirmou que: “[...] aqui não tem [...] pra nós assim, profissional é pouco, difícil [...] às vezes o salário também é ruim, é muito baixo, então a gente vai mais é pra Vitória, Aracruz, Bahia, procura mais lá fora [...]”.

A partir desses relatos, percebeu-se que a questão do desemprego em Itueta tem gerado emigrações para diferentes destinos, tanto internamente quanto para fora do país, segundo apontamentos de vários entrevistados. Esse aspecto apresenta-se como um dado importante apontado pelas entrevistas, mas que não se configurou como propósito específico de investigação dessa pesquisa. Todavia, é um assunto que mereceria ser investigado cuidadosamente haja vista que se por um lado se tem essa perda de população, por outro lado, a cidade recebeu após o deslocamento da população ocorrido em 2004/2005 um quantitativo de população, segundo censo realizado pelo IBGE (2010).

Em relação ainda à questão do desemprego, surgiu nas falas das pessoas a preocupação com a questão de geração de fontes de renda na cidade, o que

seria uma forma de diminuir essa evasão populacional. Também foi mencionado o deslocamento da população, comentado pelas pessoas a respeito da forma autoritária que aconteceu, marcado por abusos e desrespeitos, o que será tratado no próximo item, devido aos diversos apontamentos e ênfase que tal assunto teve.

Dessa forma, a senhora de 57 anos de idade, oficial de registro civil, disse que a nova cidade de Itueta tem tudo pra recomeçar uma cidade melhor. Essa senhora fez um contraponto com a velha cidade dizendo que há mais espaço, novas oportunidades e perspectivas. Considerou que a mudança foi uma experiência bem-sucedida, faltando ter vontade política para que as coisas funcionem, além de se buscar novos paradigmas para que isso ocorra.

Diante dessas explanações, ficou demonstrado pelos entrevistados que a nova cidade de Itueta tem enormes desafios a serem superados, pois foram várias as questões apontadas. Apesar disso, há aqueles que acreditam que a cidade tem toda a condição de responder positivamente, no que se refere à garantia de um futuro melhor para sua população.

Em relação às expectativas dos moradores de Itueta com o presente e futuro melhores na nova cidade, ainda parece algo distante a transformação da realidade que se pretende que seja alterada, principalmente no que diz respeito à criação de postos de trabalho. Conforme os relatos dos entrevistados demonstraram, foram desestruturadas formas locais de geração de renda, como aquelas que se davam através do rio doce, da estrada de ferro, etc. e que não foram criadas outras possibilidades de fontes de sustento para os moradores que dependiam dessas ocupações.

Dessa forma, de acordo com as narrativas elucidadas, as perdas se consubstanciam numa magnitude que extrapola os possíveis “ganhos” que a população de Itueta teve com o deslocamento para a nova cidade. Sendo assim, faltam investimentos por parte do poder público com o intuito de realmente melhorar as condições de vida de sua população.

4.3. ASPECTOS RELACIONADOS AO ALAGAMENTO DA CIDADE DE ITUETA E NEGOCIAÇÃO/GESTÃO DO DESLOCAMENTO DE SUA POPULAÇÃO

O primeiro aspecto relacionado à negociação/gestão do deslocamento da população de Itueta que será apresentado, diz respeito à escolha do local de implantação da nova cidade, apresentando-se as representações das pessoas em relação a esse local, suas características, etc.

No que diz respeito ainda aos aspectos das representações sociais dos moradores de Itueta também é apresentado o posicionamento da população acerca do deslocamento, enfatizando a mobilização da população de Itueta, assim como são destacadas as características do processo de deslocamento da população, sendo apontadas as dificuldades e problemas vivenciados. E posteriormente, são demonstradas as formas de participação da população na negociação com o consórcio, destacando-se aí a maneira como se deu as indenizações dos moradores.

E por último, serão demonstradas as representações dos moradores acerca dos principais aspectos positivos e negativos relacionados ao deslocamento populacional para a nova Itueta.

4.3.1 As expectativas da população em relação ao local de implantação da nova cidade de Itueta

Conforme já demonstrado no capítulo 3, item 3.3.2, que tratou da caracterização da nova cidade, a escolha do local para a implantação da nova Itueta se deu na área próxima do cruzamento da BR-259 e próxima do distrito de Quatituba⁴⁸. Sobre as características antigas dessa área, a representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Itueta comentou que a área era uma antiga fazenda da família Sampaio. Inclusive explicou que os proprietários dessa

⁴⁸ Conforme mostra a Figura 9.

fazenda não se conformaram com a sua desapropriação. A entrevistada citou também que a família Sampaio tinha terras muito produtivas, com plantação predominantemente de arroz, além de gado, e que tiveram que perder isso tudo.

A entrevistada acrescentou ainda que essa família, antiga dona da área que deu origem à nova cidade, está com um problema sério na justiça, pois foram muito prejudicados, apontando inclusive que algumas pessoas da família se deslocaram para o município de Resplendor, MG e outros ficaram na cidade de Itueta. Eram pessoas que viviam da produção agrícola e que foram obrigadas a perder sua estrutura produtiva conforme apontado.

Sobre a decisão da escolha do local para a instalação da nova cidade, como também já foi indicado, o representante da comunidade católica, o senhor de 65 anos, aposentado, narrou que foi feita uma votação com a população, com a mediação da AMI, para que as pessoas opinassem sobre a escolha do local. Dessa maneira segundo o entrevistado, mais de 90% da população da cidade decidiu o local no qual a cidade foi construída conforme já mostrado no capítulo 3, através da Figura 11.

O entrevistado explicou que durante o processo de escolha do local, as pessoas conheciam a área como a opção do “Télio Sampaio”. Esse nome faz referência ao antigo dono dessa área, conforme já indicado. Dessa forma, as pessoas conheciam as opções apontadas e através de votação por meio de gestos e falas, acabaram escolhendo a referida localidade. Segundo explicação do entrevistado a área da antiga propriedade que deu origem à nova cidade de Itueta tinha cerca de 56 ou 58 alqueires⁴⁹ e que os proprietários chamavam o lugar de Santa Bárbara.

Esse local escolhido não agradou a todos os moradores, apesar de muitas pessoas terem relatado que a localização não foi ruim, pois há uma proximidade maior das pessoas com os municípios vizinhos, Resplendor e Aimorés. Em relação a esse aspecto, o entrevistado, proprietário rural da parte

⁴⁹ O entrevistado apontou essa unidade de medida ao invés de hectare.

norte de Itueta argumentou que a população ituetense preferiu se localizar mais próximo da BR-259 que tem mais facilidade de comunicação com outros municípios. Esse entrevistado também comentou que o pessoal do norte se revoltou pelo fato da cidade não ter ido para o norte, pois segundo o entrevistado, é a parte do município onde se localiza a maior parte dos habitantes⁵⁰.

Ainda sobre a escolha do local para a implantação da nova cidade, o senhor de 60 anos que foi responsável pela demolição da velha cidade, explicou que, diante das opções de escolha mostradas na Figura 11, foram realizados deslocamentos das pessoas para que conhecessem o local escolhido, durante quatro ou cinco domingos, sendo que as pessoas eram levadas de ônibus para conhecer a nova Itueta. O entrevistado demonstrou sua opinião sobre a área escolhida enfatizando que a localização da cidade próximo à Quatituba, distrito do município de Itueta⁵¹, seria mais vantajoso, pois estaria próximo de uma área com um comércio já bastante consolidado e em crescimento. Além disso, enfatizou que a proximidade com a BR-259 seria melhor, para o pessoal que trabalha fora, pois facilitaria o deslocamento.

Essa afirmação do entrevistado sobre a localização da nova cidade indicou que foi bastante favorável e ao mesmo tempo contraditória, pois em sua opinião foi positivo a proximidade com o distrito de Quatituba, ao mesmo tempo em que essa proximidade representou uma forte competitividade com o comércio da nova cidade.

Conforme relatos dos moradores de Itueta, com a transferência da cidade de Itueta para próximo de Quatituba, houve impactos positivos para esse distrito, como é o caso da senhora que foi presidente da AMI que assinalou que o distrito de Quatituba acabou sendo beneficiado, pois na época da mudança não se tinha uma infra-estrutura nem na velha cidade e nem na nova, pois as coisas eram destruídas na velha cidade, enquanto na nova cidade essa infra-

⁵⁰ Essa afirmação do entrevistado se justifica quando se leva em consideração o distrito de Itueta apenas, pois se refere a uma maior população rural quando comparada com a população urbana do distrito de Itueta, conforme mostra os dados Tabela 10.

⁵¹ O município de Itueta possui dois distritos conforme já apontado: Quatituba e o distrito de Itueta, que possui o mesmo nome do município.

estrutura ainda não estava implantada, então a entrevistada apontou que Quatituba acabou absorvendo a demanda local, pois era a área urbana mais próxima.

Sendo assim, a entrevistada considerou que a concorrência que Quatituba representa é muito grande, por isso avalia que a cidade precisa receber investimentos para fazer frente a essa concorrência. Conforme já referido no capítulo 3 e mostrado na Tabela 10, a população urbana do distrito de Quatituba é maior do que do distrito de Itueta, assim como o comércio se mostra bem mais dinâmico.

A senhora, de 50 anos de idade, comerciante de Quatituba, dona de um supermercado, comentou que houve casos de consumidores da nova cidade que passaram a comprar em seu comércio, mas que não foi um número tão significativo assim. O que ocorre, segundo a entrevistada é que o comércio de Quatituba já é bastante consolidado em relação ao da nova cidade, e dessa forma são os consumidores do próprio distrito que sustentam o comércio local, haja vista que há em muitas situações a modalidade de compras a prazo, por exemplo. Esse fato segundo a comerciante entrevistada faz com que os consumidores sejam clientes “cativos” em seu estabelecimento comercial, sendo na maior parte das vezes, feitas anotações das compras, em promissórias ou em cadernetas.

Quem também se referiu ao distrito de Quatituba, foi o senhor de 60 anos, responsável pela demolição da velha cidade. O entrevistado argumentou que o movimento de pessoas em Quatituba é maior do que o de Itueta nova. Inclusive fez uma comparação, dizendo que se alguém tirasse fotos do centro da nova Itueta e da rua principal de Quatituba no mesmo horário perceberia a diferença, afirmando ser essa última mais movimentada.

Esse senhor também frisou que a proximidade com o distrito de Quatituba representou um desafio para os moradores de Itueta, o que ficou demonstrado na seguinte afirmação do entrevistado: “[...] porque Quatituba cresce e

aparece, essa que é a verdade, um desafio. Desafiava lá e continua desafiando aqui [...]”.

Esse aspecto destacado da importância da localização da nova cidade próximo a Quatituba e a concorrência de seu comércio em relação ao da nova cidade apareceu como uma questão levantada por alguns dos entrevistados, durante a realização da pesquisa. No entanto, como não se teve o objetivo de investigação específica desse aspecto, o assunto carece de uma investigação, para esclarecimentos mais apropriados a respeito dessa questão suscitada pela população de Itueta.

4.3.2 O deslocamento compulsório da população da velha Itueta para a nova cidade - Mobilização e principais problemas vividos

No contexto de preparação para o alagamento da velha cidade e deslocamento da população, a jovem de 23 anos de idade, instrutora de auto-escola, disse que no início ninguém queria sair da velha Itueta. Nesse sentido, lembrou-se das reuniões realizadas na velha cidade onde as pessoas se mobilizaram demonstrando que não queriam deixar a cidade. Como destacou a entrevistada, “[...] pois todo mundo tinha história. Minha avó fazia pastel, pois vendia coisas no trem [...]”.

Sobre as mobilizações contrárias à mudança para a nova cidade, a senhora de 52 anos de idade, doméstica, expressou que houve paralisação na linha férrea e na pedreira que existiam na velha cidade, mas que infelizmente não adiantou, destacando que a VALE e a CEMIG são grandes empresas.

A presidente da AMI, que participou da negociação do deslocamento da cidade relatou que a população de Itueta era contrária ao empreendimento hidrelétrico conforme posicionamento adotado nas audiências públicas, em oposição ao posicionamento de outros municípios, como foi o caso de Aimorés. No entanto, conforme apontou o proprietário rural do norte de Itueta, de 80 anos de idade,

os três prefeitos dos municípios de Aimorés, Resplendor e Itueta concordaram logo com a construção da hidrelétrica por causa dos Royalties⁵² que eles iriam receber.

Outro aspecto que surgiu nas entrevistas acerca dessa questão da mobilização foi a participação de representantes da AMI em um contexto de uma cidade deslocada por um empreendimento hidrelétrico, para dar sustentabilidade e experiência à realidade que os moradores de Itueta estavam vivenciando.

Também a vice-presidente da AMI relatou que a Associação participou ativamente de todo o processo de negociação, estudando documentos, relatórios que eram produzidos pelo consórcio, assim como foi elaborado o documento que exigia o cumprimento das reivindicações da população de Itueta, o Termo de Compromisso.

Conforme relatos dos vários entrevistados participantes do processo de negociação foi muito difícil negociar com o consórcio, mesmo tendo uma equipe que se mobilizava e envolvia a população, pois houve muita pressão para que os moradores fossem logo deslocados, como de fato ocorreu e cujos detalhes serão expostos a seguir.

A presidente da AMI, que participou da negociação com o consórcio, conforme já foi comentado, se manifestou sobre a forma de negociação ocorrida. Dessa maneira, começou a sua fala dizendo que o início da negociação com o pessoal da beira do rio, nas cidades de Resplendor, MG, fez com que os moradores de Itueta, vendo a quantia de dinheiro que era conseguida pelos proprietários ribeirinhos, começassem a se interessar pela negociação.

A entrevistada argumentou que o município achou cômodo que a AMI negociasse a transferência da população, sinalizando que a prefeitura assumiu sua participação no final do processo quando foi montado e discutido o Termo de Compromisso. Esse documento foi assinado com o consórcio, com os critérios de negociação e de avaliação e todo o processo que geraria a

⁵² Segundo relato do prefeito atual de Itueta, o valor recebido pelo município conforme será apontado posteriormente equivale a um montante de R\$ 700.000,00 anualmente.

mudança da cidade. A presidente da AMI também enfatizou que não houve desapropriações judiciais, e que todo mundo foi indenizado, considerando dessa forma, positiva a negociação.

No entanto, os problemas se ressaltaram quando comparados aos bons, como exposto pela entrevistada, referindo-se aos mecanismos de pressão do consórcio sobre a população em relação à mudança para a nova cidade de Itueta, de forma que as pessoas aceitassem as condições impostas pelo consórcio.

A entrevistada também explicou que as casas sociais foram um exemplo dessa pressão exercida sobre as pessoas, pois as famílias eram avisadas de que perderiam as casas caso não se mudassem logo. Além disso, lembrou das promessas feitas às pessoas, por exemplo, o recebimento de cestas básicas, o não pagamento de contas de energia e de água durante um período, portanto mecanismos de pressão também para apressar ainda mais a mudança da população.

A vice-presidente da AMI também fez suas considerações sobre a situação do recebimento das casas sociais, enfatizando que isso foi uma conquista da luta da AMI, entretanto, a doação dessas casas facilitou a pressão do consórcio sobre as pessoas, conforme já comentado, acelerando ainda mais a mudança da cidade. É por isso que sua afirmação demonstrou que:

[...] nós conseguimos essas casas pras pessoas que não tinham nada, quando eles viram que eles iam ganhar as casas, 'os assistentes sociais e psicólogos', do consórcio, chegavam perto deles, ó ces vão perder, perder o direito de receber a casa, e aí as pessoas saíam doidas, nossa, nós não temos nada aqui, então nós vamo pra lá, porque nós vamo ganhar [...] então eles vieram felizes da vida porque eles estavam saindo de lá e ganhando, então esse, essa foi a nossa luta também. E aí como é que a gente ia brigar, com o nosso povo? Talvez fosse o objetivo deles, brigar com o nosso próprio povo, e isso daí num era nosso objetivo, nosso objetivo era lutar, foi isso que eu te falei, eu acompanhava a mudança, acompanhava, ia lá na casa, na hora que tava saindo a mudança, com o coração doendo, chorando, sabe, chorando, eu fiquei doente, eu tive depressão, mas eu fiquei trabalhando, tentando fazer isso. Então a nossa mudança ela não foi preparada.

Ainda em relação à pressão do consórcio sobre a rápida mudança para a nova cidade, o senhor de 65 anos de idade, aposentado, lembrou-se da situação de

ter recebido uma ligação do pessoal da CEMIG para tentar fazer pressão, pois o entrevistado tinha alguém ligado a ele que trabalhava na empresa, então era como se fosse uma tentativa de “calar a boca” dele, senão o emprego da pessoa estaria em risco. Foi aí que o entrevistado percebeu como o consórcio procedia e que não dava para se esquivar de se ter um posicionamento de recuo.

O entrevistado também citou as ameaças do consórcio de derrubar casas com gente dentro, caso as pessoas não quisessem sair logo. Todavia, o entrevistado frisou que essa pressão foi respondida pela população, haja vista que houve uma articulação para que as pessoas juntas lutassem contra os abusos cometidos contra elas.

A presidente da AMI, por sua vez, reiterou que a mudança aconteceu de forma muito complicada, indicando que as pessoas saíram de um canteiro de obras e se mudaram para outro canteiro de obras, pois a cidade nova não estava toda pronta quando as pessoas mudaram, isso devido às pressões que o consórcio realizava. Essa referência ao canteiro de obras apareceu em vários relatos de entrevistados, o que indica que a população vivenciou momentos muito complicados quando se mudou para a nova cidade.

Outro ponto relacionado à arena de “negociação” diz respeito à situação política local que acabou sofrendo a influência das ações encaminhadas pelo consórcio na cidade à época das eleições. Sendo assim, o senhor de 65 anos de idade, aposentado, em sua narrativa descreveu sobre a situação política do contexto considerado, onde a disputa eleitoral acabou repercutindo nos rumos e tendências tomadas pela maior agilidade na transferência para nova cidade.

O entrevistado argumentou que houve uma mudança nos rumos da política local, tendo sido substituído o grupo político até então no poder. Dessa forma, com a vitória do partido da oposição, logo em seguida a sede da prefeitura foi transferida para a nova cidade, com isso uma influência maior para que as pessoas resolvessem se mudar também mais rapidamente.

Ainda segundo o entrevistado, uma questão importantíssima sobre a negociação com o consórcio e que foi acordado como promessa prioritária era a não transferência da população para a nova cidade enquanto ela não estivesse toda pronta. Sendo assim, afirmou que na verdade isso não ocorreu, pois a cidade ainda estava quase toda inacabada após a mudança da população.

O entrevistado recordou-se da situação de ter pessoas que estavam sendo pressionadas a mudarem logo e nem tinham ainda sua casa construída na nova cidade, ao passo que existiam outras pessoas que possuíam mais de um imóvel já construído. Dessa forma, o consórcio se aproveitou da ociosidade desses imóveis e colocou as pessoas nessas casas que já estavam prontas. Essa situação segundo o entrevistado acelerou a mudança.

Dessa forma, tais ações aceleraram muito a pressão para a mudança mais rápida. Em termos quantitativos o entrevistado apontou que até o final do ano de 2004 já estava praticamente todo mundo morando na nova cidade, o que para ele provou o poder de pressão que o consórcio realizou.

Conforme já indicado, foram realizadas algumas entrevistas na nova cidade, no ano de 2005⁵³, dessa forma é resgatada aqui a entrevista realizada com uma liderança de uma das comunidades evangélicas da nova cidade que teve uma fala bastante caracterizadora dessa situação de forte pressão realizada pelo consórcio.

Sendo assim, a narrativa desse líder de uma igreja evangélica, indicou que a pressão feita pelo consórcio para a população sair da velha cidade foi muito grande, “[...] na base de ameaças, num fogo cruzado, causando um terror psíquico”. Como bem demonstraram suas declarações:

[...] Até hoje eu não tenho a mínima satisfação de viver aqui mais, eu ainda não fui embora porque não posso no momento, mas cheguei até ameaçar de mudar daqui, no dia que tivesse jeito eu ia passar ou por cima ou por baixo, pra evitar de passar aqui [...] as nossas autoridades municipal, o ex-prefeito, por exemplo foi muito fraco, homem de pouco recurso intelectual, e um pouco sim, ganancioso pelo dinheiro, eles puseram o dinheiro na mão dele, salgaram a mão

⁵³ No contexto de um outro trabalho realizado na nova cidade, conforme já explicitado.

dele direitinho, né, isso eu digo que [...] ele disse que tinha cedido. Pegou o dinheiro e facilitou a destruição da cidade, e a cidade de Itueta ficou muito bonitinha, um cartãozinho de visita, muito bem colorida, pequeno, mas muito mal feito, né, a cidade do remendo [...] aqui fomos tratados desumanamente, mas estamos aqui, na luta, no meu caso, pra tristeza minha, me subornaram com um lote, pois eu não tinha direito a nada, o que mexe com a minha fé [...] então aqui nós ficamos despatriados [...].

A narrativa de uma senhora bem idosa, também entrevistada em 2005, que vivia da venda de doces na estrada de ferro que atravessava a velha Itueta, destacou as violações de várias formas realizadas pelo consórcio. As recordações dessa senhora enfatizaram as atrocidades cometidas contra ela. Em seu relato, contou detalhadamente como aconteceu a destruição das árvores frutíferas que possuía em seu quintal. Dessa forma, a lembrança do momento da derrubada das árvores é evocada, com muita tristeza, ao narrar que:

[...] depois que derrubou nossas frutera, meteram motor serra naquelas frutera, acabou com aquilo tudo, que a gente via até os passarinho chorar. Ah, pra nós aquilo foi muito triste, os passarinho discia quando derrubava o pé de coco, de laranja, isso foi muito triste pra nós, foi a mesma coisa da guerra do Sadam Hussein, principalmente pra esses que depindia de vender as coisinhas lá na beira da linha, ficou muito triste, nosso Deus. Eu não quis nem olhar derrubar a casa, o que eu vi derrubar foi os pé de pranta, aí eu senti mal, saí. [...].

A entrevistada continuou seu relato descrevendo como ocorreu a sua mudança, e nessa descrição explicou como foi levada até a nova cidade de Itueta.

[...] Quem me tirou de lá foi o homem do consórcio, me tirou e botou no tempo, botou minha mudança ali [...] eu vim e ele começou a falar [...] o promotor tava chegando lá [...] aí ele chegou num instante lá perto de mim que eu mesma fiquei admirada, chegou lá perto de mim e falou assim, a senhora quer ir lá na cidade nova conhecer a casa da sua filha que ela vai morar? Eu falei, eu não vou lá não, ele falou vão, vão [...] e pegou no meu braço, me forçou e me colocou no carro, aí eu vim, cheguei aqui ele deixou eu na casa dela, olhei aqui, tava uma lameira, uma borroqueira, esse trem não tinha terminado de fazer, aí eu fiquei na casa dela que ele mandou, e falou, fica aí que daqui a pouco eu venho te buscar, aí eu fiquei, esperando, daqui a pouco quando ele vem buscar, quando deu onze horas da noite chegou a mudança dessa filha que mora aqui, dela e a minha.

Essa senhora descreveu também sobre os estragos de seus móveis e pertences que acabaram ficando jogados no quintal da casa de sua filha, pois estava ainda aguardando a sua casa ficar pronta. Conforme explicou:

Tiraram a mudança dela botou aqui dentro, ela bobinha, sem expediente, botou aqui a mudança e a minha ficou no carro, aí nisso eu cheguei, eles falaram, oh mãe a mudança tá lá, aí eu peguei e vim, quando chegou aqui, as minhas filhas falou, não tira as mudanças dela do carro não porque aqui dentro não cabe, no terreiro não pode pôr. Aí ele voltou, ele tirou no outro dia, oito horas da manhã, ele mandou tirar e botar lá no quintal, chuva encima, estragou meus trem, guarda-roupa, armário, cama, cochão, estragou tudo, eu vivo aqui dependente dos filho. E eu vou falar procê, casa de filho depois que a gente tá velho, é muito difícil pra tulerar. Tá com um ano e pouco que eu tô jogada aqui. Ah, eu não sei, depois que eu saí de lá eu saí é pra morrer [...] o mundo pra mim acabou.

A vice-presidente da AMI disse que a primeira mudança de Itueta começou no dia 16 de agosto de 2004, tendo sido acompanhada por ela, segundo informou.

Como ocorreu essa primeira mudança é o que a entrevistada assim registrou:

[...] primeiro eu fui lá pra pedir quase pelo amor de Deus pra não vir, porque eram as pessoas das casas sociais, né, então eu pedi pelo amor de Deus pra não mudar, porque se o primeiro mudasse, em seguida viriam os outros, e nós ficaríamos sem força para continuar lutando né? [...] As nossas reivindicações eram assim: primeiro nós não éramos contra, e nós não somos até hoje, o progresso, é claro, assim que chegou lá a notícia da mudança de Itueta nós nos preocupamos com o que seria nosso futuro, né? Então nós começamos a preocupar, com moradia é, com a sociedade de um modo geral, né, moradia, como que nós poderíamos conviver aqui, é, comércio né, é, propostas pra futuros é, instalações assim de fábricas, de coisas assim que prendessem o nosso povo aqui, por que a partir do momento que falou em mudança, todo mundo começou a sair, ir embora, partir, iam estudar, iam trabalhar, porque ninguém queria mais ficar aqui né, porque nós morávamos num lugar muito piquinininho, e todo mundo ali, assim quem não morava aqui, morava fora, mas tava sempre presente aqui [...].

A entrevistada continuou seu relato apontando como se esperava que fossem as condições de moradia na nova cidade, destacando-se as expectativas que se tinha com a mudança. Dessa forma, a entrevistada indicou que:

[...] mas a gente, já que a gente tinha que mudar, a gente queria um lugar onde tivéssemos condições de fazer com o que o nosso povo permanecesse no lugar, então a gente queria é, fábricas, nós queríamos indústrias né, e que o nosso povo assim, recebesse as suas casa bem, recebesse tudo direitinho pra não tomar prejuízo de nada porque a gente já tava no grande prejuízo que é o sentimental né, então o que a gente queria era melhorar a situação do nosso povo, nós como representantes dos moradores queríamos assim que ninguém fosse prejudicado em nada, então que as casas que eles tivessem lá, aqui fossem melhores, né, tudo que tivesse lá, aqui fossem melhores, né, pra gente fazer essa troca né?

Sendo assim, a entrevistada disse que a mudança foi desastrosa. Para falar disso explicou que primeiro mostraria o seu sentimento de como o processo ocorreu, indicando dessa maneira, a seguinte situação:

[...] eu acho assim, foi muito [...] foi uma coisa é, as pessoas do consórcio tiveram aqui, o consórcio representando a Vale do rio Doce e a CEMIG, né, que vieram aqui nos promover, eles faziam promessas mirabolantes, promessas assim que parecia que a gente tava saindo da Terra e indo direto pro céu, e imediatamente quando surgiu assim as primeiras [...] e eles conquistaram algumas pessoas, os mais simples, vamos dizer assim, sabe, tipo, nós vamos te dar água, luz, casa, cesta básica, é pão, isso convenceu o pessoal, e aí começou assim, um sendo obrigado a vir, os demais né, e vindo pra cá sem ter casa, aí veio uma tal de política exatamente na época da mudança, e a política, a que era do momento perdeu, e aí com isso o consórcio investiu muito na política pra continuar, naquela que estava no momento, porque eu penso assim, eles tava conquistando as pessoas, particularmente, né, num conquistavam a gente da Associação de Moradores, porque nós estávamos lutando pelo melhor, mas as pessoas assim, particularmente, eles estavam conquistando, não, vocês vão ter isso, isso né, é, vão ter direito a tanta coisa, todo mundo ficou maravilhado [...].

O aspecto da falta de preparação para uma mudança tão brusca foi destacado pela entrevistada, que apontou a situação vivida na nova cidade assim que se deu a mudança.

[...] bom, mas não nos prepararam pra chegar, pra sair da nossa casa, do nosso habitat natural lá, do nosso cantinho, pra chegar aqui e encontrar uma casa semi-acabada, um sol causticante, uma [...] um terreno onde tinha é terra socada, que não nascia nada, chovia, a água descia, porque não tinha [...] a água não absorvia, não, a terra não absorvia a água, então foi um caso seríssimo e eles, não nos prepararam psicologicamente pra poder [...] só prepararam para o melhor e aí com isso as pessoas foram acreditando, e foi assim, primeiro você muda, depois você muda, não, nós vamo te levar, te dar uma cesta básica, entregamo a cesta básica, aí a pessoa vinha, chegava numa casa aqui, que ainda não tinha nem terminado, sabe, uma casa [...] inacabada mesmo, e aí a gente sofria, a família que veio pra cá sofria, e os que ficaram lá sofriam também, certo?

Ao mesmo tempo, a entrevistada argumentou que as pessoas tinham muitas dificuldades, pois durante a mudança, a cidade ficava sem condição de oferecer os serviços essenciais que a população necessitava. Conforme apontou a entrevistada:

[...] Porque a gente não podia fazer mais nada, né, e o desastre maior foi que primeiro veio pra cá as, é, as repartições públicas e aí vindo as repartições públicas nós ficamos sem um atendimento na prefeitura, sem um atendimento na câmara, sem um atendimento na farmácia, se nós ficássemos doente a gente tinha que sair de lá e vir pra cá, o posto de saúde e tudo obrigado sabe, eles chegavam perto assim do prefeito e obrigava, olha se não acontecer essa mudança, vocês vão perder [...].

Além do registro claro de que a pressão do consórcio se deu de forma muito intensa, a entrevistada detalhou como as ameaças eram feitas exemplificando

com o caso da diretora da escola da cidade, tendo sido ameaçada de perder o cargo caso não saísse logo com os alunos para a nova cidade. Sendo assim, segundo a entrevistada, a diretora achou que podia mesmo perder o seu cargo e acabou cedendo à pressão do consórcio. Para a entrevistada, toda essa situação vivida durante o processo de deslocamento gerou um sentimento muito ruim nas pessoas. Conforme sua declaração, “[...] sentimos muito humilhados, por parte deles. Mas na época éramos obrigados a sair”.

A vice-presidente da AMI da mesma maneira contou como as pessoas ficaram desamparadas na velha Itueta, com essa pressão que o consórcio fazia, já que as pessoas iam sendo retiradas, mas não se tinha infra-estrutura adequada na velha Itueta, nem na nova cidade para atender adequadamente aos moradores. Lembrou então, a falta da padaria, assim como outros problemas que as pessoas passaram enquanto permaneceram na velha cidade. Dessa forma, a entrevistada apontou que:

[...] então nós ficamos lá, os nossos menino vindo de lá pra cá, na época, e pegava o ônibus lá e vinham pra cá de manhã, nós lá sem pão sem nada, porque a padaria eles faziam a entrega aqui, mas nós ficamos sem padaria lá, então nós ficamos sem nada, os menino saíam de lá sem tomar café da manhã, sem o pão da manhã, e vinham aqui pra escola, chegavam aqui, estudavam numa escola cheia de defeitos, sabe, muito bonita, mas cheia de defeitos, até hoje ela é cheia de defeitos, e meio-dia os menino iam pra casa, chegavam lá, de repente, a nossa água tava cortada, porque o caminhão passando pra lá e pra cá, um caminhão pesado [...] acabava cortando a nossa água, é estragando a rede de esgoto, passava no alto arrancava o fio elétrico ou do telefone, nós ficamos sem telefone lá, tá, então esse que é o desastre que eu considero como desastre mesmo, nós não fomos preparados pra sofrer desse jeito. Nós fomos preparados pra sair dum lugar horrível e vir pra um lugar, pra um céu, prum céu e não foi desse jeito, foi um desastre para nós [...].

Outro exemplo que a entrevistada citou sobre a situação vivida pelos moradores na velha cidade, foi o caso do pastor da igreja luterana que cedeu a igreja para o pessoal católico. A entrevistada acrescentou que como não tinha mais energia, então os cultos eram feitos à luz de velas. Em relação a todo esse desamparo que a população sofreu a entrevistada também relatou que:

[...] Quem estava lá, ficou jogado às traças [...] Tinham ladrões lá, que roubavam da gente. Durante a mudança foram roubados coisas da casa que podiam aproveitar, não encontravam mais quando se afastavam um pouco para levar a mudança para a nova cidade [...].

Ainda sobre a questão da falta de preparo para a mudança para a nova cidade de Itueta, a presidente da AMI apontou que o povo quis mudar, pois não agüentou aquela pressão, a expectativa, as indecisões, etc. A entrevistada também relatou que faltaram iniciativas que pudessem auxiliar as pessoas a investirem suas indenizações, para criar estratégias de sobrevivência, aproveitando as oportunidades de crescimento e de geração de renda. Desse modo, a entrevistada acrescentou que a população não teve como se preparar para uma nova vida, exemplificando essa questão ao comentar que:

[...] todo mundo recebeu uma indenização e não investiu em alguma coisa que pudesse melhorar a sua geração de renda, a receita que poderia [...] trazer um trabalho na nova cidade, alguma coisa nesse sentido. Então passou aquele período [...] por mais que a gente mostrasse às pessoas, olha, esse aqui é um projeto daquele tipo, ele traz emprego naquele período e depois acaba tudo. Mas isso não houve um trabalho no sentido de que você tá mudando as pessoas, você tem que prepará-las para uma vida nova. Então as pessoas hoje se decepcionam, porque elas perderam a sua história, e não vêem uma perspectiva melhor [...].

Dessa maneira, a entrevistada considerou que a população de Itueta deveria ter recebido algum tipo de compensação financeira em virtude de todos esses impactos e transformações porque passaram. Acerca dessa desestruturação na vida das pessoas a entrevistada apontou que:

Então eu acho assim, tinha que ter uma compensação nesse sentido também, não só no sentido de que se tem uma casa, um quintalzinho, uma situação nova, mas isso aí eu acho muito negativo, porque se criou uma expectativa é [...] se criou uma situação diferente, porque as pessoas tiveram emprego, organizaram sua vida, organizaram sua casa, e depois, elas não têm como manter aquilo, não tem mais emprego e, não tem a história, então eu acho isso muito negativo. Esse tipo de empreendimento tem que interferir sim na região, possibilitando o desenvolvimento industrial, o desenvolvimento de gerar empregos, de se ter é [...] projetos que desenvolvam a melhoria de vida das pessoas.

Em relação às maiores perdas, na opinião da entrevistada, a memória se configurou como a maior delas, pois não houve um resgate da memória, indicando assim que o consórcio contratou um grupo para fazer esse tipo de levantamento, mas que não foi feito um trabalho especial e de forma satisfatória do resgate da memória da cidade. Por isso fez as seguintes declarações a esse respeito: “[...] eu acho que a memória, não é? A sua história [...] ela é muito importante para o seu desenvolvimento, pro seu crescimento, pro seu futuro, não é? Então isso aí foi uma perda muito grande.”

Da mesma forma, a entrevistada destacou também a questão do emocional, que em sua opinião, não foi trabalhada pelo empreendedor. A própria contratação de uma equipe especializada de psicólogos, assistentes sociais, por exemplo, foi uma solicitação encaminhada ao consórcio, que atendeu ao pedido, mas não de forma satisfatória, pois a equipe não dava conta de atender as quatro cidades que sofreram impactos: Aimorés, Resplendor, Itueta, em Minas Gerais e Baixo Guandu, no Espírito Santo.

Outra entrevistada que também destacou essa situação da mudança para a nova cidade foi a comerciante que realiza feirinha na praça da nova Itueta. Em relação à mudança de vida, lembrou-se da fase da transferência destacando as cenas das casas caindo, gente doente, as perdas de móveis e eletrodomésticos, etc. Conforme descreveu:

[...] foi a pior coisa que a gente viu. Foi coisas assim que eu num gosto nem de lembrar. Igual, o consórcio já [...] começaram a mostrar coisas de Itueta [...] eu peguei e saí [...] então ninguém tá feliz em ter saído de lá, tudo que ninguém queria era mudar de lá [...].

Sobre a pressa em realizar o deslocamento da população da velha cidade de Itueta o relato da senhora de 59 anos de idade, comerciante, mostrou como ocorria o processo de mudança da população entre as duas cidades, destacando que uma pessoa mudava de uma casa e logo em seguida já acontecia a demolição, conforme disse essa senhora, “[...] eis já ia e demulia”.

O entrevistado que também enfatizou a forma como se deu a negociação com o consórcio foi o prefeito de Itueta, que administrava a cidade na época de sua transferência. Este prefeito chegou a inaugurar a cidade tendo-a entregue em janeiro de 2005 ao outro prefeito. Sendo assim, contou como se deu a negociação com o consórcio destacando sobretudo a participação da AMI nesse processo. Dessa forma, afirmou que ele não sabia o que teria sido dele sem esse apoio, frisando a importância da participação da AMI nesse processo. Sobre o papel da AMI assim destacou:

[...] foi um trem bem complicado, mas eu tive muito o apoio da Associação [...] então a negociação mesmo verdadeira, foi negociada com a Associação de Moradores, com o consórcio e junto com a prefeitura, então eu num tive muito problema por isso, se eu tivesse negociado sozinho, eles já tinham até me matado eu [...] E a gente, Associação nem prefeitura num travô eles em nada né, sempre negociando [...] Mas só que eles fizeram uma coisa meia rápida,

porque não era pra fazer daquele jeito [...] eles trocavam o pessoal deles direto, né? Trocaram tanto diretor dali que eu nem sei mais [...] tinha um presidente bravo que fazia umas pressão encima da gente lá [...] até falaram em matá ele lá, teve polícia naquele trem [...] teve pirigoso o trem lá.

O ex-prefeito também narrou que na época da demolição da cidade, ele tentou receber do consórcio o ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, o que segundo ele, era sua condição em face da pressão que o consórcio tentava exercer para que a mudança se desse mais rapidamente. Sendo assim, sua vontade era que o consórcio pagasse o ITBI dos imóveis antes de serem derrubados, mas o consórcio não quis de jeito nenhum pagá-lo. Por isso, o entrevistado argumentou ainda que de acordo com que eles iam derrubando, eles iam pagando, apesar desse processo não ter ocorrido de modo tranqüilo, já que havia interrupção no pagamento do imposto, e neste caso, o entrevistado afirmou que a prefeitura embargava as demolições.

Dessa maneira, o entrevistado frisou que na negociação com o consórcio a Associação foi quem realmente ajudou a população. Lembrou inclusive da visita de pessoas de Itueta em Nova Ponte, MG, que também passou por um processo parecido com o que eles estavam passando, e a partir da troca de experiências trazidas de lá, foi que implantaram a AMI, que segundo ele, ainda não existia em Itueta.

Ele lembrou também da audiência pública que aconteceu na velha cidade, com a participação inclusive dos outros municípios afetados. Sobre o município de Aimorés destacou que o posicionamento de Aimorés foi favorável ao empreendimento. Nessa audiência realizada em Itueta, rememorou como houve manifestações e protestos contra a chegada e implantação da barragem em Aimorés e do consórcio na cidade de Itueta.

Ainda sobre a pressão para acelerar a mudança da cidade, o entrevistado recordou-se da negociação a respeito dos imóveis na cidade velha, e a situação específica da igreja católica, o que ficou registrado na seguinte fala: “[...] falou comigo assim ó, o consórcio tá dando pra igreja coisa que ele, nem prometeu te dar, e tá doando até a mais, vão mudá, porque vai mudar mesmo, ele falou, vai acabar, vão mudar [...]”.

A questão dos impactos que a transferência da cidade representou na saúde de muitas pessoas pode ser exemplificada pela narrativa do senhor de 73 anos de idade, pedreiro aposentado, que contou que sua saúde acabou sendo abalada no contexto da mudança para a nova Itueta. Conforme explicou:

A mudança pra nova Itueta foi péssima, né. Piorei da saúde [...] os vizinhos continuam sendo bons, mas não são os mesmo, lá toda hora um passava pelo outro e aqui não. Foi chegar e empurrando nós, uai [...]. Não deu prazo pra gente não, foi e disse, se você não sair, você vai ficar na rua aí [...] ô rapaz pra onde é que eu vou, não tem lugar pra onde eu ir. Aí a casa não tava pronta [...] Que diacho que eu vou pra lá com casa sem terminar, rapaz? Aí **ele** falou, [fala do responsável pela mudança] não sei, você arruma um jeito aí. Aí eu vim cá e olhei a casa, e tava fartando ainda pintá ela e carçar em volta. Empurraram nós mesmo [...] Si você andá aí, ce vai ouvir a mesma coisa, com pouca deferença. (grifo nosso).

Ainda em relação aos impactos do deslocamento da população da velha cidade, a presidente da AMI frisou que isso repercutiu intensamente na saúde das pessoas, afirmando que o principal aspecto nesse processo referiu-se à falta de atenção e respeito à vida das pessoas, à maneira como foram tratadas pelo consórcio durante todo o processo de mudança. Nessa questão, apareceram nos relatos de vários entrevistados diferentes exemplos de pessoas com problemas de saúde, principalmente problemas psicológicos, dentre estes, a depressão.

Da mesma forma, o senhor de 65 anos de idade, aposentado, sublinhou que a questão sentimental foi um dos maiores problemas, principalmente para a população mais idosa. Sendo assim, enfatizou esse aspecto ao mencionar a perda da memória da antiga cidade. Em suas palavras:

[...] a memória de Itueta não veio pra cá. Ficou perdida no sentimento de cada um, e a maioria desse pessoal nem gosta de conversar muito sobre isso, porque essa fase de vida que passou porque foi uma vida de sofrimento mesmo, não queriam sair de lá [...] lá era o nosso berço, lá era nossa casa, lá era como se fosse uma família grande. Itueta era uma cidade que não tinha recursos mais para progressão, não tinha como expandir, então se resumiu naquele grupo de pessoas que era como se fosse da mesma família, ali um vivia o problema do outro, um vivia a vida do outro, todo mundo sabia de tudo que se passava com o outro, ninguém passava necessidade, todo mundo tinha assistência, quando não era o poder público era a própria comunidade que se reunia entorno daquele problema pra poder dar a solução [...]

Sua fala apontou que a situação de ter sido “empurrados” para a nova cidade foi uma experiência vivida pela maioria dos moradores de Itueta, quando enfatizou que as narrativas dos outros entrevistados mostrariam essa mesma situação. Desse modo, o entrevistado foi mais uma das pessoas que teve a percepção da forma autoritária como a mudança para a nova cidade ocorreu, uma vez que, além de violência simbólica e material, a transferência forçada repercutiu na saúde física e emocional das pessoas.

As particularidades relativas à mudança para a nova Itueta também foi destaque na narrativa do senhor de 66 anos de idade, aposentado, indicando que a AMI abriu mão de certas coisas que seriam favoráveis à população, em virtude de interesses próprios, referindo-se a um grupo de pessoas que estava na direção.

O entrevistado comentou sobre a tentativa de muitas pessoas de ficar até mais tempo na velha Itueta para tentar pegar mais dinheiro, ou seja, forçar o consórcio a pagar uma indenização melhor. Também descreveu que ao chegar na nova cidade faltava muita coisa para terminar, inclusive citou a situação de seu ponto de comércio, que como o de outras pessoas que também tinham comércio na velha Itueta, receberam um ponto comercial que não puderam fazer uso, já que as instalações não estavam concluídas, no contexto da mudança.

Sobre a mudança para a nova cidade, o senhor aposentado de 65 anos de idade, narrou que houve muitos problemas. Sendo assim, expressou as seguintes características desse processo:

[...] a mudança era como se fosse uma coisa imprevista na nossa vida, então foi como tomar a gente de surpresa. Queria tirar a gente do nosso habitat natural, e colocar a gente num ambiente novo, onde a gente teria que se adaptar novamente e isso para os novos não é difícil, mas pra nós mais idosos a dificuldade é muito grande. Tem muita coisa que a gente teve de sentimento é, um sentimento muito grande, essa mudança trouxe uma série de preocupações pra gente, pra nós principalmente os mais idosos, uma insegurança, o que a gente não sabia o que seria o futuro, pra nós aqui, e lá a gente já tinha condições de prever mais o que seria o amanhã, e aqui a gente não tinha essa condição.

O entrevistado também se referiu ao posicionamento dos moradores de Itueta frente ao empreendimento, comentando que as pessoas não se colocaram de imediato contra a usina, mas destacou que a população assim que percebeu a forma como o consórcio estava encaminhando a negociação do deslocamento para a nova cidade começou a mostrar sua indignação, com protestos em relação à transferência para a nova Itueta. Conforme elucidou o entrevistado:

E, houve muita mobilização, nunca contra o projeto, o empreendimento, houve uma mobilização muito grande contra, e protesto, contra a forma que o processo tava sendo conduzido. A gente tinha uma cidade simples, piquinininha, era como se fosse uma família um pouco maior, e uma convivência muito harmoniosa e de repente nós nos vimos dentro de um canteiro de obras [...].

Dessa maneira, o entrevistado descreveu a situação dos moradores em face da presença do consórcio na cidade velha, como ele se referiu anteriormente, destacando que a velha Itueta era um “canteiro de obras”. Sendo assim esse senhor destacou as conseqüências vividas pelas pessoas em razão desse contexto.

[...] onde caminhões cheios de terra, sem cobertura, e transitando pra lá e pra cá, não importava se tinha crianças, idosos nas ruas, pueira que estavam fazendo, poluição demais, tanto sonora quanto a poluição do ar com detritos, prejudicando as crianças que tinham problemas de alergia, senhores e senhoras de idade, pessoas idosas que também sofriam com asma; barulhos, pessoas que não conseguiam dormir, à noite, às vezes, ia dormir durante o dia, crianças que estavam aí dando trabalho à mãe porque não conseguia dormir, no momento que conseguia um sonozinho pra dar um descanso pra mãe eram acordados por causa daqueles barulhos demais, uma hora de caminhão, outra hora de sirene, e um, a cidade virou um caos pra nós que estávamos acostumados a morar num ambiente tranquilo, calmo, sereno, silencioso, até então pra nós, é, foi uma coisa assim bastante [...] que mexeu muito com toda nossa estrutura e é o que, uma das coisas que afetou mais [...].

No que diz respeito à mobilização da população sobre a condução do deslocamento para a nova cidade, conforme já mencionado, o entrevistado relatou que as estratégias usadas pelo consórcio enfraqueceram a oposição da população contra os atos autoritários realizados pelo consórcio. Denunciou, por exemplo, que havia promessas de garantia de mais dinheiro se as pessoas mudassem no dia em que eles requisitassem, mesmo sem ter sua casa pronta na nova Itueta. O entrevistado apontou também que a população carente foi a

que mais se submeteu a esse tipo de chantagem, o que gerou a desestruturação da resistência que até então estavam conseguindo realizar.

No que diz respeito às estratégias empregadas pelo consórcio, o entrevistado demonstrou que a igreja, que era um símbolo muito importante para os moradores, foi uma das coisas pensadas pelo consórcio ao se proceder na retirada da população da velha cidade, além de ter destacado a negociação com o prefeito. Conforme apontou:

[...] e eles arranjaram um jeito de convencer o padre de trazer a igreja pra cá também, que a daqui já tava mais ou menos terminada e eles queriam derrubar a de lá, aí entraram num acordo, não sei que acordo que foi feito, nós não sabemos, só sei que a igreja católica veio; o prefeito também terminada a eleição, eles também deram um jeito de negociar com eles lá pra trazer a prefeitura, a prefeitura veio [...].

O entrevistado também destacou que a força de mobilização da população tinha acabado, já que não teve mais como oferecer qualquer tipo de resistência e teve, dessa forma, de se enquadrar na condução do processo. A fala do entrevistado demonstrou isso ao dizer que:

[...] Então nós ficamos sem o nosso escudo de proteção, aí eles foram passando em cima da gente como se fosse um [...] rolo compressor. Passavam perto das casas da gente, derrubavam pedaços de muro, então a gente ficava morando dentro de casa ameaçado com essas coisas, crianças ficando até traumatizadas quando viam a casa do vizinho caindo, lá com a máquina passando encima, aí falava, sempre tinha alguém pra poder falar com a criança, isso aí se ocês não sair daí nós vamos fazer com vocês aí dentro, e tal. Então, a criança, teve lá casos de criança que passou não querer dormir dentro da casa, porque a casa do vizinho foi passada a máquina encima dela, então a criança viu e alguém falou isso com ela, a criança não queria dormir dentro de casa, no caso a mãe teve que arranjar gente pra poder deixar a criança dormir dentro da casa dele, mais longe dali, porque ali ela não dormia.

Por outro lado, o senhor de 60 anos, que teve a tarefa de demolir a velha Itueta destacou a responsabilidade de parte da população em relação ao esvaziamento da resistência demonstrada diante dos propósitos do consórcio logo no início do processo de negociação. O entrevistado explicou que as pessoas que não tinham casa própria quando ficaram sabendo que teriam uma casa, começaram a esvaziar o movimento de negociação. Em suas palavras, “[...] parte da população tirou o corpo fora”. Também comentou sobre o sigilo

que ocorria em cada negociação, pois as pessoas não contavam nada sobre a forma de negociação umas com as outras.

O entrevistado, o senhor de 65 anos de idade, anteriormente citado, lembrou-se também das escrituras dos terrenos e imóveis, que em sua opinião, foi outro mecanismo usado pelo consórcio para realizar controle sobre a população de uma forma geral, pois segundo ele, ainda não tinham sido entregues, salvo cerca de trinta ou quarenta escrituras aproximadamente, destacando que a maioria das pessoas ainda não havia recebido.

De uma forma geral, percebeu-se a partir dos relatos dos entrevistados, com seus detalhamentos da transferência para a nova Itueta, histórias carregadas de atos de violação e de violências contra os moradores. Dessa forma, foram denunciadas as barbaridades e crueldades, que mais nos remetem a filmes de pesadelos do que à realidade propriamente dita.

E o que causou consternação, foi a falta de ações que pudessem impedir tais violações. Como explicitou o senhor de 65 anos de idade, aposentado, “[...] é uma luta de gigantes contra pequenos”. Tais fatos revelam a necessidade, de que haja por parte das instituições públicas ações e aparatos que de fato sejam voltados para a garantia dos interesses da coletividade, e não para a satisfação de interesses escusos e particulares que promovem alterações drásticas na vida e no futuro de uma sociedade.

Sobre a questão do transporte dos pertences de cada morador da velha para a nova cidade, há um relato de uma senhora de 63 anos, lavadeira de roupas que explicou que a sua mudança ocorreu de um modo nada satisfatório, já que ficaram coisas para trás que não foi possível recuperar mais. É o que seu relatou assim denunciou:

A maioria do pessoal foi tudo empurrado pra qui, igual a gente mesmo foi empurrado na marra pra qui. É porque eles não esperaram a gente nem tirar as coisas da gente direito, o lugar que a gente já ia desocupando eles já iam jogando pra baixo, eu falei mesmo eu não gostei de ter vindo pra aqui, eu vim pra qui porque não tinha outro meio deu ficar por lá, que se eis tivesse deixado minha casa inteira, eu não tinha vindo pra aqui não. Perdi duas televisão, que a gente deixou encima duma mesa pro lado de fora, aí quando foi de tarde que a gente vortô pra buscar, minha fia, ó já tinha lavado as dedo, já tinham panhado [...].

A entrevistada explicou que o pessoal do consórcio encarregado de fazer a mudança não deixava ninguém permanecer na velha cidade para vigiar os objetos/mobílias que ficavam lá. Em sua opinião, eram as próprias pessoas encarregadas da mudança que sumiam com as coisas.

Essa senhora demonstrou uma insatisfação muito grande em morar na nova cidade, mesmo tendo recebido uma casa. A entrevistada contou que não saía mais de casa, e que por isso não sabia das coisas que aconteciam com as pessoas, além disso, disse que devido a problemas de saúde, essa situação piorou ainda mais. Dessa forma, expôs que a mudança para a nova Itueta foi forçada, externalizando sua vontade de voltar a viver em Itueta velha, se isso fosse possível.

A narrativa da presidente da AMI sobre a mudança para a nova cidade enfatizou que as pessoas não mudaram só de lugar de moradia, mas tiveram que mudar seu estilo de vida, conceito de vida. Sobre essa questão frisou que:

[...] é uma mudança muito profunda que agride, por outro lado é uma oportunidade de recomeçar, de se dar uma retomada em pontos que realmente precisava mudar, no caso da nossa cidade, né? Então foi uma mudança que trouxe muitas coisas boas pro povo da cidade. Quem soube aproveitar pode ter mudado pra melhor, né?

Infelizmente, diante de tantos aspectos negativos apontados pelos entrevistados, a experiência de deslocamento que a população de Itueta experimentou com a transferência para a nova cidade de Itueta gerou muitos transtornos na vida dessa população, que tem o desafio de construção de um outro estilo de vida, a par das recordações boas da velha cidade. Os moradores de Itueta, ao mesmo tempo em que convivem com os problemas impostos com a mudança para a nova cidade, buscam uma vida melhor como frisou a entrevistada anteriormente citada.

4.3.3. O processo de negociação da população de Itueta com o consórcio

O principal aspecto desse processo é que em Itueta houve o predomínio da opção⁵⁴ pela reconstrução da casa na área urbanizada da nova cidade. Segundo levantamento obtido a partir de pesquisa de campo feita pelo empreendedor da usina e disponibilizado no Estudo de Impacto Ambiental (1998), num item que ficou conhecido como “Relação da População com o Empreendimento”, cerca de 45% dos moradores de Itueta optaram pela permuta (troca) de seu imóvel na antiga cidade, por outro de igual dimensão na nova cidade.

Verificou-se também com esse estudo que a indenização (venda do antigo imóvel) ficou em segundo plano, com 20% das indicações das pessoas que participaram da pesquisa.⁵⁵ Ainda segundo esse levantamento, a alternativa pela indenização apesar de não ter sido a principal forma de negociação se configurou numa opção que teve peso significativo. Essa opção, tomando como base a realidade dos municípios da região, que como Itueta, vinha apresentando perdas populacionais significativas nos últimos anos, contribuiria para a aceleração do processo emigratório.

Outro aspecto levantado diz respeito à expectativa da população em relação ao empreendimento, o que teve resposta decisiva em relação à expectativa de geração de emprego, haja vista, conforme já se apontou ser o principal fator de preocupação da população de Itueta. A população indicou que esperava do empreendimento o “desenvolvimento econômico” da região, levando-se em

⁵⁴ Tendo ocorrido três formas de negociação: permuta, indenização e autoconstrução. Na permuta havia a troca do imóvel da antiga Itueta por outro na nova cidade, sendo que o consórcio se responsabilizava pela reconstrução da casa na nova cidade. A indenização caracterizou-se pelos casos de moradores que venderam seus imóveis e não reconstruíram na nova cidade e a autoconstrução foi caracterizada pela situação na qual o morador vendia seu imóvel para o consórcio e o próprio proprietário realizava a construção de sua casa na nova Itueta.

⁵⁵ Os dados apontados pelo referido levantamento não esclarecem qual foi o montante de pessoas que participou da pesquisa, assim como não evidencia as outras opções que a população de Itueta teve no processo de negociação. Na realização das entrevistas é que se soube acerca da autoconstrução. Dessa forma, no levantamento apontado, a permuta e a indenização correspondem juntas a 75% das opções dos moradores, e o restante que falta não foi feito nenhuma referência.

conta a relação existente entre a tendência de perda de população e a estagnação econômica pela qual o município vinha passando nos últimos anos.

Como já foi demonstrado na Tabela 6, em Itueta, segundo essa mesma pesquisa, o número de estabelecimentos ligados às atividades comerciais correspondia a 65,4% do total, enquanto os dados relativos à ocupação de pessoas demonstrou que 54,3% encontravam-se em atividades comerciais e 15,7% na prestação de serviços, o que mostra o predomínio das atividades do setor terciário da economia, embora fossem essas atividades caracterizadas por ser de pequeno porte e abrangência, pois voltavam-se para o comércio local. Portanto, os moradores de Itueta, esperavam com o empreendimento uma dinamização da economia a partir da reconstrução da nova cidade.

Um outro aspecto também indicado pelos moradores de Itueta em relação à implantação da UHE-Aimorés foi a questão da moradia. As pessoas mencionam a necessidade de se garantir a todos os residentes da cidade condições de moradia semelhantes àquelas que possuíam, o que foi apontado como a solicitação de que os lotes tivessem o mesmo tamanho, e que não se construíssem as casas de forma padronizada, como ocorre com os conjuntos habitacionais.

Também foi apontado pela população o desejo de não morar em áreas de morros. A velha Itueta tinha seu sítio urbano quase todo praticamente nas áreas mais planas junto ao rio Doce. Dessa forma, os moradores de Itueta explicitaram a vontade que tinham de continuar vivendo sob condições semelhantes às vividas na velha Itueta.

Em relação aos comerciantes da antiga Itueta, a expectativa era de que pudessem reproduzir as mesmas atividades na nova cidade. Também foi apontada uma situação peculiar em Itueta, em relação à moradia. Do total de pessoas entrevistadas⁵⁶, 19,7% moravam em casas de pessoas conhecidas que não alugavam nem vendiam seus imóveis devido ao baixo valor no mercado, e também devido a vínculos afetivos. Essas pessoas indicaram no

⁵⁶ Conforme já foi indicado, esse montante não é definido claramente.

questionário a preocupação com o futuro na nova cidade, pois não tinham sua própria casa e moravam em casas de pessoas conhecidas, sem pagar aluguel.

Também se procedeu à investigação da forma como a população desejaria que fosse realizada a condução do processo de implantação e negociação do empreendimento. Nesse tocante, foram dadas como alternativas à população opções de discussão coletiva ou individual, e também a possibilidade de participação de outras instituições, dentre as quais a prefeitura, sindicatos, igreja e as associações. O estudo aponta que a população optou pela discussão coletiva, apesar de ter havido uma proporção significativa da opção pela negociação individual.

A realocação de Itueta ocorreu em 2004/2005, provocada pela implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés – UHE Aimorés. Esse processo caracterizou-se pela realocação total da cidade, observando-se, porém, que o cemitério e a estação de tratamento de água de Itueta não foram submersos, pois se situaram fora da cota altimétrica de inundação.

Segundo estudo realizado por Neves (2009):

Depois de um processo de negociação com os moradores e seus representantes a cidade foi demolida, alagada e relocada para uma nova área, para uma cidade projetada e posicionada a cerca de 6 km de distância da margem do rio Doce e da Ferrovia Vitória-Minas. (NEVES, 2009, p. 14).

Sendo assim, os desdobramentos do alagamento da antiga Itueta e o deslocamento da população para a nova cidade conformaram um dos principais conteúdos das representações dos moradores acerca do processo vivido a partir da implantação da UHE – Aimorés.

Sobre a participação da população na negociação com o consórcio a presidente da AMI frisou que existiram espaços onde as pessoas organizadas se manifestavam sobre suas opções, escolhas e opiniões, já que a AMI convocava a população a participar de Assembléias. Essa convocação era feita de uma forma muito particular, faziam-se editais, carros de som percorriam as ruas anunciando, além de autofalantes que também reforçavam a chamada popular.

A entrevistada considerou que isso não está sendo feito mais na nova cidade de Itueta, então apontou que as pessoas não têm mais condição de reivindicar nada, e, além disso, segundo a entrevistada, estão tratando de assuntos particulares com o consórcio e de forma isolada.

A presidente da AMI exemplificou essa situação dizendo que existem pessoas reivindicando coisas que eram realizadas na antiga cidade, como se tivesse perdido algo sem possibilidade de retorno, mas na verdade, são coisas que são passíveis de continuar existindo na nova Itueta, por exemplo, as pessoas que viviam da produção do crochê, e que não há nada que as impeça de continuar fazendo essa atividade, diferente da situação, por exemplo, dos pescadores, que não conseguem mais reproduzir seu modo de vida que possuíam na antiga Itueta, conforme a Figura 39 demonstra, pois a nova cidade não tem mais o rio na sua proximidade.



Figura 39: Pescador preparando local para pescaria no rio Doce, na Velha cidade de Itueta.

Fonte: Fotografia exposta no museu da cidade nova por meio da exposição realizada pela UHE Aimorés, 2004.

Após a equipe da AMI analisar o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, da UHE- Aimorés, a vice-presidente da AMI descreveu como se deu a forma de organização da população de Itueta. Sendo assim, explicou que se formou a APRAPUHA conforme já comentado, representando as reivindicações das populações ribeirinhas e na parte urbana do município, na cidade de Itueta, a AMI foi criada com o intuito de realizar a negociação do deslocamento da população.

Sendo assim, os relatos da senhora de 59 anos de idade, comerciante, exemplificaram a postura adotada pelo consórcio no que diz respeito à valoração dos bens de cada proprietário que comparecia ao escritório para fazer a negociação dos imóveis.

A entrevistada citada, inicialmente contou como ocorreu a negociação de suas propriedades e de seus bens, destacando as particularidades desse processo em face dos interesses do consórcio em subtrair ou minimizar o valor de seus imóveis. Apesar disso, ela mostrou que o dinheiro conseguido com a indenização⁵⁷ feita pelo consórcio deu para construir seis casas, uma para cada filho e uma pousada.

Dessa maneira, a entrevistada narrou sobre a forma como a sua indenização ocorreu, destacando que o consórcio teve muito trabalho para negociar com ela, haja vista que não abriu mão dos seus interesses. E evidenciou que o consórcio inicialmente ofereceu um valor muito aquém do real valor de seus imóveis, o que a entrevistada apontou ao dizer que:

[...] me indenizou, né, do jeito que eu quis e não do jeito que eles quis, do jeito que eles quiria eu tomava prejuízo [...] eles quiriam me dar R\$ 30.000,00 e três casinha social, aí eu não aceitei [...] a casinha social deles era R\$ 18.000,00, aí falou pra mim assim, a senhora fica com as três casa, três filhos mora em três casa e R\$ 30.000,00 a senhora dá R\$ 10.000,00 para cada um, aí eu falei e eu? Não, a senhora é sozinha mesmo então a senhora mora com os filho [...] não, meu marido falou pra eu fazer uma casa para cada filho e eu tenho que ter a minha que eu não vou morar com filho, porque nora não combina com sogra, sogra não combina com genro, então eu quero viver minha vida sozinha independente deles, aí foi muito difícil pra mim negociar, aí um dia eu peguei e falei, meu Deus, eu pensar em arrumar um advogado eles vão me comer uns 20% [...] aí eu parei e pensei eu vou perriar eles, eles tão me perriando, eu vô perriar eles [...].

Além disso, a entrevistada acrescentou que o consórcio resolveu aumentar o valor da indenização, apesar de não ter sido satisfatório o valor apresentado, pois a entrevistada tinha em mente um valor que estava acima do que o consórcio queria pagá-la. É por isso que a entrevistada expressou que:

[...] e nada disso tinha acordo com eles, aí depois eles resolveram e me oferecerem R\$ 70.000,00 e as três casa, oh, aí eu falei começou a melhorar, aí eu também não aceitei, aí eles ficou com raiva de mim,

⁵⁷ Neste caso, a entrevistada demonstrou através de seu relato que sua opção, no que tange à negociação com o consórcio, se deu a partir de duas formas: a indenização e a autoconstrução.

falou, oh, eu não sei o que a senhora quer, o tempo tá passando, a senhora não decide nada, disse não, eu não decido porque do jeito que vocês quer pra mim não tem acordo [...]. Então eu não tô pedindo pra sair daqui, tenho uma chácara, vivo dessa chácara, a pensão que o marido deixou é R\$ 130,00, e o meu lucro é isso aqui olha, tinha banana, tinha coco, tinha laranja, tinha manga, de tudo quanto era fruta eu tinha, chegava caminhão e levava pra Ceasa lotado de coco, banana, laranja, manga [...] é, época de manga [...] e eu só vivia disso, né? Pra ajudar aí eles ligaram pra Belo Horizonte, pra mandar um outro negociador, porque tinha uma senhora difícil pra negociar e o pessoal já tava mudando e eu tava ficando, né?

A entrevistada contou ainda que tentaram influenciá-la, elogiando sua comida, seu caráter etc. Agendaram com ela e não houve proposta que a agradasse. A senhora disse que teve de voltar, e novamente disseram muitos elogios, tentando convencê-la de tudo quanto era jeito. Então a perguntaram o que ela realmente queria. Diante dessa abertura, a entrevistada disse que não queria construção do consórcio e que queria ela mesma construir sua casa. Também explicou que já tinha somado o valor de seu imóvel, e que pediu o documento que mostrava o valor das indenizações. Então mostraram a ela o valor dos pés de frutas, dentre outras coisas. Dessa forma, a entrevistada disse que pediu R\$ 200.000,00 e eles ficaram de negociar no outro dia. Diante desse valor, a entrevistada descreveu a reação do negociador ao apresentar-lhe a seguinte contraproposta:

[...] dona, nem pra mim e nem pra senhora, vão fechar hoje, nós dão a senhora R\$ 196.000,00, a senhora pode debulir as casa da senhora e levar pra senhora, nós dão carro pra pegar as coisa e levar lá na fazenda da senhora, a senhora pode proveitar tudo que a senhora quiser, a senhora vai ter um direito no fundo do comércio da senhora, que a senhora tem um comércio de vender leite, vender queijo, nós vamo [...] a senhora vai ter esse direito de receber [...] o fundo de comércio que eles fala e da padaria também, a senhora vai receber, nós vamo pagar a senhora R\$ 196.000,00 e a senhora tem direito ainda [...] aí eu pegueio e pareio e penseio, fui embora, falei assim, amanhã eu dô a resposta, eu fui embora pra casa, pensei, falei com a menina, consulteio com o moço que ia conseguir as casa, e disse, a senhora pode fechar, aí eu pegueio e fechei [...].

A entrevistada explicou que conseguiu o que queria e que por isso saiu sem nenhum arrependimento da velha cidade, explicando que conseguiu realizar uma boa negociação. Conforme apontou:

[...] aí eu pegueio R\$ 24.000,00 de fundo de comércio, vendi R\$ 4.000,00 de fundo de comércio, vendi minhas casa velha, casa de R\$ 5.000,00, casa de R\$ 4.000,00, casa de R\$ 3.000,00 [...] e pegueio o R\$ 196.000,00, aí eu saí, não tenho arrependimento, eu coloquei meus filho, cada um tem a sua casa hoje, eu tinha lá três casa, hoje

eu tenho oito, seis do filho, o meu comércio, e a casa que eu residio [...].

Também foi dito por essa senhora que nem todo mundo conseguiu uma boa indenização como ela teve, explicando que as pessoas não sabiam negociar e que o consórcio acabava fazendo o que bem entendia. De acordo com a sua explicação:

[...] não souberam a negociar [...] porque eles dava mesmo prejuízo, é gente que não tinha noção de dinheiro, recebia um dinheiro e pegava aquelas casinha ruinha lá que até hoje eis tão reformando casa, cê entendeu? [...] eu passei dificuldade na roça, mas eu sei o que é mexer com dinheiro, é né, que você vai vestir, cê entendeu? Porque você pega muito dinheiro, cê compra carro, compra moto, o dinheiro acaba e nunca mais vai receber outro dinheiro daquele, vai viver de aluguel [...] então eu não tenho arrependimento, é claro que muita coisa que eu tinha lá hoje eu não tenho, né, eu não tenho fundo de quintal [...] aí eles me deram R\$ 196.000,00, loteô a minha chácara, eu peguei 13 lote, além dos R\$ 196.000,00, eu peguei, eles loteô minha chácara e eu peguei vários lugar aqui, em várias rua , né? Aí eu construí seis [...] sete [...] sete lote, né, que seis dos filho e esse meu, e os outro eu vendi, lote de R\$ 30.000,00, R\$ 20.000,00 [...] a chácara era 5.000 m², então eu peguei isso tudo pelo meu direito da chácara [...] eu não tenho nada aqui né, de fruta aqui, mas eu na roça na minha propriedade eu tenho, lá eu tenho coco, tenho banana, tenho laranja [...].

Prosseguindo nos relatos, a entrevistada comentou ainda sobre a sua propriedade rural situada na parte sul de Itueta, próximo à linha férrea, expressando que ficou prejudicada em relação à água, pois os córregos que passavam em sua propriedade secaram, e que não tem água próximo, conforme apontou: “[...] cava poço aqui e ali, fica cavando e os menino fica estressado”. A entrevistada explicou que a sua propriedade foi bastante afetada, exemplificando as alterações sofridas:

[...] se tem que acabar com o gado, eu vou acabar com eles, eu tenho 26 alqueire de terra, criei meus filho tudo lá, nós tirava era 500 litro de leite, se entendeu, hoje eu tiro lá o que, 50, 100 litro de leite, cade quê? [...] nós entregava leite pra cooperativa, de lá pra cá eu tive que acabar com a vaca de leite, ter pôca [...] hoje eu não tenho a renda que eu tinha antes da barragem, se entendeu? Eu não tenho, que eu vivi [...] nós vivia tudo era de lá [...] porque não tem água no lugar, cê tem que diminuir o gado, né? aonde que tinha área de plantio soterrô tudo [...] hoje eu num tenho, tudo eu tenho que comprar, tenho que comprar o milho, tem que comprar o feijão, tem que comprar um arroz [...] nós tinha lá sete casa de colono, de meeiro que fala né? Prantava pra eles, gente tinha [...] e eis sobrevivia e a gente também né, e hoje não tem nada disso [...].

Sobre as formas de indenização que o consórcio realizou, a presidente da AMI explicou que a Associação pediu ao consórcio para que não facilitasse nas

negociações para que as pessoas não vendessem tudo e ficassem sem nada. A entrevistada explicou ainda que era mais vantajoso as pessoas permutarem o imóvel, isto é, trocarem seu imóvel na velha Itueta por outro, na nova cidade, nem que isso fosse feito a partir da auto-construção, onde as próprias pessoas construíam suas casas, com modelos diferenciados de construção, como mostra a Figura 40, mas o que importava na verdade era que o imóvel fosse construído na cidade.

A entrevistada expôs a preocupação que a AMI tinha naquele momento, em relação às pessoas gastarem todo o dinheiro e não conseguirem comprar outro imóvel, principalmente em outro município, pois poderiam ser mais caros.



Figura 40: Exemplo de casa construída pelo próprio morador.
Fonte: Priscila Costa (2010).

A entrevistada afirmou que mesmo assim existiram casos de muitas pessoas que venderam seus imóveis, ao frisar que esses moradores, na maioria das vezes, não tinham muita ligação com a cidade, pois possuíam algum tipo de vínculo com outros municípios. Sendo assim, explicou que quem vivia em Itueta escolheu a permuta como forma de negociação, pois explicitou que era mais vantajoso. Suas ponderações a esse respeito indicaram que:

[...] nós negociamos assim, o imóvel na Itueta nova, o tamanho mínimo do lote tinha de ser de 300 m², então se você tinha 10 metros, 20 metros, 50 metros, 300, 299, você ia receber 300 m² aqui, sem ônus nenhum, sem custo nenhum para os proprietários [...]. Existem os lotes sociais que foram os das casas doadas e um loteamento que a prefeitura tinha também na cidade velha, que nós negociamos pra que viesse pra cá, então esses lotes tinham 200 m², no mais é 300 m² que é o tamanho mínimo [...].

Além dessa questão da negociação a respeito da medida mínima de cada lote, a AMI também pleiteou, segundo a entrevistada, o cumprimento do direito das pessoas de terem o mesmo tamanho do lote na nova cidade. Entretanto, destacou que a cidade por ter sido planejada, a pessoa teria a mesma área que tinha anteriormente só que dentro de certos padrões, pois argumentou que não dava para se ter lotes desmembrados, por exemplo, caso a pessoa quisesse dividir a sua antiga área na nova cidade. A presidente da AMI exemplificou essa situação ao mencionar que:

[...] então as pessoas ficaram dentro de alguns padrões, a cidade foi planejada, então cê não podia ter aquele monte de recorte, então por exemplo, nós tínhamos parcelas de 150 metros né, e os lotes eram distribuídos dessa forma, dentro né, duas parcelas de 50, três lotes de 300, de 450 ou de 600, então aqueles quebradinhos eles desapareceram, a não ser nos lotes de esquina, de ponta, que dá alguma irregularidade.

A entrevistada continuou sua explanação explicando que na nova cidade existem lotes de 300 m², de 450, 600, 900 e 2400 m², neste caso, considerado como chácara, e mais a quantidade de lotes que fossem necessários para corresponder à área que a pessoa possuía anteriormente.

Então, a presidente da AMI apontou que isso é que foi a permuta, área trocada por área de igual tamanho, dizendo que a mesma coisa aconteceu na permuta das casas. Dessa forma mostrou que:

[...] você tem uma área de 70 m², você tem o direito de ter uma casa [...] dentro dos padrões que foram apresentados nos projetos, que se aproximassem mais dos 70 m². Dependendo do acabamento da sua casa lá, do valor da avaliação de seu imóvel seria o preço da avaliação aqui, poderia ser um acabamento melhor, ou um acabamento mais simples [...].

Em relação à construção dos imóveis, a entrevistada comentou que ou o consórcio realizava a construção das casas, via empresas terceirizadas, ou a própria pessoa, com o dinheiro da indenização, construía o seu próprio imóvel, mas isso negociado de uma forma que favorecia aos moradores não gastarem todo o dinheiro da indenização e ficasse sem conseguir construir depois. É por isso que a entrevistada explicitou que:

[...] então esse dinheiro só seria pago em parcelas, aqueles que preferiam construir as suas casas, então eles tinham já que estar com a primeira etapa pronta da construção, primeira etapa até [...] um nível x da construção, aí eles passavam a receber a segunda etapa, aí daquela etapa para receber a terceira, a construção tinha que tá

num nível x, então nós fizemos isso pra que as pessoas não pegassem o dinheiro todo e depois não conseguissem construir [...].

Sobre a permuta das casas a narrativa de uma senhora, uma das comerciantes entrevistadas que realiza feirinhas na praça da nova cidade, exemplificou como foi realizada a negociação de sua antiga propriedade. Dessa forma, disse que mora numa casa construída pelo consórcio, explicando também que o modelo da casa era escolhido por eles, apesar do tamanho ser maior, o estilo era quase sempre o mesmo, como já demonstrado no item 3.3.2 que trata da caracterização da nova cidade.

4.3.4. Aspectos positivos apontados sobre a mudança para a nova cidade

A presidente da AMI destacou que as casas sociais representaram ganhos que o empreendimento garantiu, assinalando como um ganho muito grande, pois em sua opinião, muitas famílias trabalhariam a vida toda e não conseguiriam adquirir casas próprias. A entrevistada disse ainda que quem não se enquadrava nos critérios para receber uma casa ganhou um lote, o que deu a oportunidade para todo mundo conseguir a sua casa. Lembrou das melhorias na área da saúde, com equipamentos que não tinham na velha cidade, como aparelhos de ultra-sonografia, eletrocardiógrafo, etc. que segundo ela a administração pública não fez funcionar do jeito que deveria ser. Além disso, citou que em termos de medidas compensatórias a AMI pleiteou uma escola mais ampla para a nova cidade, mercado, quadra maior, etc.

Sobre a área de saúde, a senhora de 43 anos de idade, desempregada, destacou que a única coisa boa da nova cidade é a área da saúde, indicando que a nova Itueta passou a ter um posto de saúde próprio e que foi construído um mini-hospital, apesar de não estar totalmente pronto.

A vice-presidente da AMI também destacou a conquista das casas sociais, explicando que quem não tinha nada dentro de Itueta, ou seja, vivia em condições muito simples, acabou adquirindo um imóvel próprio, que são as

casas sociais, de cerca de 36 m² com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e uma varandinha, e um quintal dentro de um lote de 250 m².

A entrevistada, por sua vez, realizou um balanço das conquistas, asseverando que o consórcio não conseguiu “passá-los para trás”, garantindo que se conseguiu muita coisa para os moradores. No entanto, frisou que o maior problema foi que as reivindicações feitas ao consórcio só não foram bem atendidas. Em suas palavras:

[...] olhando no geral, nós não tomamos prejuízo, nós não tomamos porque morávamos ali em Itueta e viemos pra cá, tínhamos uma casa ali, passamos com a nossa casa pra cá, o nosso lote que era de Itueta nós continuamos com ele aqui, nós que eu tô dizendo, é quem já tinha, porque quem não tinha nada foi beneficiado, é, e quem tinha alguma coisa, não foi beneficiado, mas também não foi prejudicado, alguns até foram beneficiados, eu não fui não [...].

O prefeito destacou como ponto positivo da nova cidade, a proximidade com Quatituba, que em sua opinião apresenta um grande movimento. Registrou ainda que aos poucos o comércio de Itueta vai ganhando investimentos, exemplificando que foi aberta na cidade uma agência da Caixa Econômica Federal, uma Lotérica, material de construção, etc. Também lembrou da feirinha que é realizada na praça principal, em frente à prefeitura, todo segundo sábado do mês, como a Figura 41 demonstra.



Figura 41: Feirinha na praça da nova cidade de Itueta.

Fonte: Priscila Costa (2010).

Para o prefeito, com o aumento da cidade, houve a necessidade de maior número de funcionários, o que aumentou o número de empregos, apesar da cidade ter mais gastos também, apontando que hoje na cidade nova existem

equipamentos urbanos que não existiam na velha Itueta, como um mini-hospital, campo society, estádio, rodoviária, quadra poliesportiva, parque de exposição, etc.

Sobre as melhorias para a cidade, o prefeito apontou que estão sendo buscados investimentos locais, como a atração de empresas, como indústrias, o que em sua opinião, poderá gerar mais empregos, e que melhore também o faturamento da cidade, como o comércio, etc. mostrando o exemplo de Quatituba, que em sua opinião possui um comércio 90% melhor do que o de Itueta nova.

O entrevistado citou que em Itueta velha existiam cerca de 200 (duzentas) casas e que na cidade nova esse número se elevou para cerca de 600 (seiscentas)⁵⁸ casas, afirmando que a população dobrou. Também apontou como vantagem na nova cidade o asfalto, assim como o fato dela ser toda nova. Sobre os investimentos fundamentais à nova cidade, falou sobre a necessidade de investimentos industriais, inclusive sobre isso argumentou que a cidade ficou cinco anos “parada” por causa de problemas com a falta de documentação, referindo-se às escrituras de todos os imóveis da nova cidade, que segundo ele, o consórcio garantiu que seriam entregues somente a partir desse período de cinco anos após a implantação da cidade. O entrevistado assegurou que a entrega dessas escrituras já deveria ter ocorrido, pois o prazo venceu em 2010.

Em relação aos investimentos na nova Itueta, o entrevistado destacou que a cidade tem uma área industrial muito grande, e que espera que tenham indústrias interessadas, pois a partir do ano de 2011, argumentou que a prefeitura poderá fazer doação de terrenos para empresas interessadas em investir em Itueta. O prefeito explicou que essas doações só poderiam ser feitas a partir dessa data, porque a prefeitura ainda não possuía os títulos de propriedade dos imóveis.

⁵⁸ Esse montante contrasta com aquele apresentado por Neves (2009) no capítulo 3 deste trabalho, ao apresentar o equivalente a 351 casas existentes na nova cidade.

O prefeito indicou que já existem empresas do ramo de material de construção, serralheria, uma fábrica de manilhas e oficina de lanternagem de carro que já ocupam o espaço desse setor industrial, e que também há outras empresas que já estão interessadas em investir na área, tais como empresa madeireira, duas empresas de torrefação de café, etc. Explicou que as empresas já instaladas no setor industrial se apropriaram indevidamente dos imóveis do local, pois conforme já referido, esses imóveis ainda não foram legalizados para que a prefeitura pudesse planejar seus usos. Lembrou que existe uma usina de reciclagem de lixo já instalada no local, sem funcionamento ainda, mas assegurou que começará a funcionar em 2011 quando os documentos forem liberados pelo consórcio.

Vale ser ressaltado que a entrevista com o prefeito foi realizada em novembro de 2010, sendo assim não tivemos mais notícia se foram efetuadas as mudanças previstas conforme anunciadas pelo prefeito. O entrevistado citou ainda o serviço de balsa que é gratuito, oferecido pela prefeitura, lembrando que na velha cidade esse serviço era realizado com uma canoa, e agora, destacou que a balsa suporta até 15 toneladas.

O senhor de 65 anos de idade, aposentado, expressou sua esperança de que a nova cidade melhore as condições de vida de todas as pessoas, nesse sentido, destacou que o lugar onde a cidade foi implantada é estratégico, devido à proximidade com municípios com maior dinamismo econômico e demográfico. Sendo assim, apontou que:

[...] o movimento ficou muito maior do que na velha Itueta [...] a esperança que a gente tem é que um dia vai ser melhor, nossa geração às vezes não vai ver, mas as gerações futuras, e foi pensando nisso que a gente pensou em vir pra aqui. É aí que mesmo eu não pertencendo à Associação, aos órgãos, eu acho que, aí eu tive uma participação porque a maioria das autoridades de lá não queria que viesse pra aqui [...] queria pro norte, fosse pra lá, alguns, porque eles lá queriam expandir a parte norte do município [...].

Segundo o senhor de 66 anos, aposentado, as indenizações dos imóveis da antiga cidade, foram bem realizadas, tendo destacado essa questão como um ponto positivo para a população, pois em sua opinião, os imóveis não tinham valorização na antiga Itueta. Esse senhor considerou que por causa disso a mudança beneficiou todo mundo. É o que sua fala evidenciou: “[...] casa que o

sujeito não vendia por 20 conto, ele vendeu por 100. Casa lá não tinha valor quase nenhum. O consórcio pagou até bem [...]”.

O entrevistado considerou que na nova Itueta as pessoas foram mais beneficiadas, pois em Itueta velha “[...] as pessoas estavam esquecidas [...]”, como explicitou. Comentou que na nova Itueta a população cresceu e que há mais possibilidades de comércio na nova cidade. Outra questão suscitada durante as entrevistas foi o fato de não se ter mais problemas com enchentes como ocorria na velha cidade, como citado pela senhora entrevistada, de 63 anos, lavadeira de roupas.

4.3.5. Aspectos negativos apontados sobre a nova cidade

A presidente da AMI em suas considerações feitas sobre a cidade, disse que a nova Itueta se assemelha quase a uma cidade fantasma, pois segundo ela há muitas pessoas que saem da cidade para trabalhar em outros municípios, e se sentem deslocadas na nova cidade, etc. A entrevistada também afirmou que o empreendimento hidrelétrico como esse que foi implantado na região deveria oferecer possibilidades de melhorar a condição de vida das pessoas, conforme ficou evidenciado em sua fala:

[...] o que eu quero dizer é assim, o empreendimento dessa monta, eu acho que ele tem que visar a melhoria de vida das pessoas, e essa melhoria de vida não pode ser só uma casa nova, uma casa [...] tem que te dar condição de manter aquela casa, a melhoria de vida ela tem que ser a nível de pessoa, melhorar como pessoa, melhorar a sua visão da vida [...] eu acho que essa é uma obrigação social que o empreendedor tem que ter.

Sobre o setor industrial da cidade a entrevistada fez considerações acerca da falta de vontade política para que já tivesse acontecendo uma ocupação efetiva daquele espaço. Em sua opinião, regras e planos de ocupação do local já deveriam ter sido criados, além de incentivos para que a área já estivesse definitivamente ocupada, pois considerou que os cinco anos já decorridos na cidade nova, é um tempo muito grande pra que já se tivesse alguma definição

quanto a essa questão, assim geraria emprego, segundo ela, que por sua vez levaria a uma melhoria na qualidade de vida.

A entrevistada também destacou a situação do mercado municipal, que está desativado, segundo ela, por falta de preparação do povo, para que esse espaço fosse apropriado, ao invés de continuar fazendo feira na rua, como ocorre. Além disso, lembrou que falta reflorestar as encostas no entorno da cidade, o que foi negociado com o consórcio e que já foi feito o plantio de mudas, contudo a entrevistada argumentou que falta trabalhar a conscientização com o povo, que às vezes acaba queimando a vegetação.

O senhor de 66 anos de idade, aposentado, também chamou a atenção para o problema do lixo, referindo-se a existência de um lixão na nova Itueta, o que em sua opinião, estava prejudicando a população. Além do lixo, o entrevistado apontou o problema do esgoto jogado no córrego que atravessa a cidade, citado como aspecto negativo marcante da paisagem.

Outro entrevistado, o senhor de 65 anos de idade, aposentado, expressou ainda que na velha cidade havia a definição de vida, em contraposição a uma indefinição na nova. Revelou dessa maneira que: “[...] a vida hoje se pauta em recordações das festas, religiosas, de peão de boiadeiros, o carnaval, festas juninas, festas de escolas, festas cívicas, nas quais todo mundo se envolvia.” O entrevistado disse que a vida na nova Itueta era mais de lembranças.

A jovem de 23 anos, doméstica, relatou que o pessoal reclamou dos problemas da cidade nova, mas que não adianta mais, pois segundo ela, as pessoas deveriam ter pensado nisso antes, pois um monte de gente ficou com pressa de sair logo da velha Itueta e não pensou nas conseqüências.

Essa entrevistada descreveu que teve de ir embora para Resplendor pela falta de serviço, e que se sentia prejudicada, pois toda sua família vivia de uma renda que conseguia numa pedreira que era explorada na velha cidade. Além disso, explicou que morava junto com sua mãe e não teve direito de ganhar uma casa.

A senhora de 74 anos de idade, aposentada, considerou a falta de água como um dos pontos que mais prejudicou as pessoas na nova Itueta, haja vista não ter mais o rio Doce. Essa senhora também destacou o mau cheiro que exala das redes de esgoto.

Em relação aos problemas apresentados na nova Itueta, a presidente da AMI relatou que as coisas que ainda não funcionam adequadamente na nova cidade se relacionam mais com a falta de interesse por parte da administração pública, em querer intervir, para resolver essas pendências.

No que diz respeito às casas sociais, apesar de terem sido benefícios conquistados para a população, acabaram originando uma situação que foi descrita pela comerciante de 59 anos de idade. Segundo ela, as pessoas não estão valorizando as casas e estão vendendo-as. De acordo com a entrevistada, antes os maridos trabalhavam fora e pagavam aluguel, e hoje não pagam aluguel mais e eles vão embora e depois acabam voltando, e ficam sem suas casas.

Dessa forma, a entrevistada destacou um problema em relação aos aluguéis na nova Itueta, que é a dificuldade de encontrar casas para alugar, pois as pessoas que tinham casas de aluguel na antiga cidade receberam a indenização em dinheiro e não construíram mais essas casas, por isso há um déficit de casas de aluguel na nova Itueta.

A entrevistada descreveu a situação de pessoas que nem moravam em Itueta e conseguiram ganhar uma casa, como é o caso de uma pessoa que a entrevistada falou que era de Vitória, ES, que ficava indo e vindo para Itueta só para conseguir a casa, e depois a vendeu. Assim argumentou a entrevistada sobre essa situação:

[...] muitos que vinheram de fora pra poco tempo morar na cidade pra ganhar uma casa, veio de Vitória, veio de Belo Horizonte, se entendeu, conseguiram, ah eu já moro aqui tanto tempo e ganhô a casa... teve um rapaz lá de Vitória, um "marginal", ganhô uma casa veio pra cá, gente como aquele menino robô, nessa cidade a gente não tinha paz, vendeu a casa dele e foi embora pra Vitória, graças a Deus [...] esse povo tá vendendo é casa, casa que vale R\$ 30.000,00 tão querendo R\$ 25.000,00 [...] sempre tá vendendo [...].

O senhor de 39 anos de idade, motorista, lembrou dos espaços que não são freqüentados como acontecia na velha Itueta, exemplificando com o campo de futebol, que não dá ninguém, segundo ele, só quando algum time de fora da cidade chega para participar de alguma competição.

Sobre a questão de não se ter mais na cidade o convívio social entre as pessoas e usos de diferentes espaços coletivos, a entrevistada, a comerciante que realiza a feirinha na praça da nova Itueta, destacou que a cidade chama atenção pela sua beleza, mas que não é mais como era, principalmente se referindo ao convívio entre as pessoas. É o que sua narrativa demonstrou:

[...] aqui tudo é bem novinho, tudo bonitinho, asfaltadinho, lá não era, era aquele cantinho da gente, todo mundo vivia ali, sei lá era outra vida [...] todo mundo, igual ao pessoal aqui que chega dos Estados Unidos fala assim, a cidade tá bonita, mas não era aquilo que era [...] mudou muita coisa [...].

A vice-presidente da AMI também lembrou de todo o processo de “sofrimento” da população até a mudança em agosto de 2004. Dessa forma, sua narrativa denunciou os problemas vividos pelos moradores, assim como apontou as dificuldades com as casas na nova Itueta, e também lembrou que as pessoas não se acostumavam com as coisas, organização, etc. “[...] As pessoas mais velhas não se adaptaram ainda [...]”, disse e suspirou emocionada.

A presidente da AMI ao descrever a nova cidade de Itueta destacou a má qualidade das obras, como aspecto negativo da cidade, mostrando que isso pode ser evidenciado nas calçadas rachadas e nas casas trincadas e com defeitos.

Para exemplificar esses problemas, os relatos da senhora de 74 anos de idade, aposentada, traduzem muito bem essa situação, uma vez que a entrevistada apontou vários defeitos em sua casa, dizendo inclusive que tinha medo da casa cair, pois segundo ela, a casa estava toda solta. Essa senhora também acrescentou que sua casa tem várias rachaduras, como se pode notar na Figura 42, nesse caso, conforme se constatou são rachaduras espalhadas pela casa toda.



Figura 42: Rachaduras numa casa da principal avenida da nova Itueta.
 Fonte: Priscila Costa (2010).

Outro entrevistado que também enfatizou os problemas de infra-estrutura na cidade foi o senhor de 39 anos de idade, motorista. Segundo ele, a cidade apresentou diversos problemas, dentre eles, defeitos na rede de esgoto, rachaduras nas casas, etc. Esse senhor disse que a cidade não foi bem projetada, o que foi evidenciado em sua narrativa:

[...] ah esse trem aí tá dando problema direto [...] o esgoto volta, entorna, o pessoal reclama direto, as casas rachando tudo, já reformaram, mexeram nessas casa treis vez, fazendo reforma tampando buraco e não tá resolvendo [...] sempre tá dando problema [...].

As casas rachadas foram bastante comentadas pelos entrevistados que fizeram questão que essas rachaduras fossem fotografadas, como mostrado na Figura 43, demonstrando como a cidade foi mal construída pelo consórcio.



Figura 43: Rachadura em outra casa localizada na avenida principal da nova cidade.
 Fonte: Priscila Costa (2010).

O senhor de 65 anos de idade, aposentado, comentou sobre as falhas com a infra-estrutura, rede pluvial, etc. Também citou a dificuldade de escoamento de

água na cidade, pois a rede pluvial não atendia adequadamente durante a época de chuvas, pois a vazão da água era insuficiente, e com isso ocorriam vários alagamentos.

Sobre esses problemas o entrevistado afirmou que:

A engenharia deles [consórcio] falhou em muitos pontos. As casas todas elas, 99% delas, apresentaram rachaduras porque a compactação não foi bem feita, pelo menos é o que a gente escuta os outro falar, que eu não sou engenheiro, não posso garantir se isso é verdade. Os prédios públicos que sofreram rachadura, eles vieram e consertaram uma vez, consertaram duas e continuaram rachando do mesmo jeito. Instalações hidráulica, instalação elétrica desses prédios públicos, todas elas mal feitas, por quê? A empresa que fez, exerceu uma fiscalização é, que deixou a desejar, e por sua vez, o consórcio, os empreendedores também não fiscalizou bem, porque se tivesse havido uma fiscalização muito rigorosa, bem rigorosa, acredito que todas essas coisas não estariam acontecendo.

Esse senhor enumerou outros aspectos falhos na construção da nova Itueta e exaustivamente apresentou-os:

Com a praça, aqui, nós temos inúmeras lâmpadas ali que não acende outra, instalação elétrica, aparelho de som que vai ligar, fizeram uma área pra poder colocar é, palanque pra eventos, só que não pode colocar a aparelhagem de som porque a energia não agüenta, então culpou a rede elétrica, que a rede elétrica ali, ela passava no mesmo tubo que estava passando a [...] era os eletrodutos, também tava passando água, porque as caixas de manutenção de rede elétrica todas estavam todas cheia d'água, então, muitas coisas que foram mal feitas que precisam de ser corrigidas, e o consórcio não quer mais saber de investir, ficar gastando. Pra gente conseguir alguma coisa é preciso de muita briga, só que agora quem tem de brigar com eles é o poder público.

O entrevistado destacou as possíveis causas que explicariam os percalços e falhas na infra-estrutura da cidade, como a mão-de-obra barata, não tão qualificada, responsável pela realização das obras, além disso, a questão da economia de dinheiro em trabalhos e serviços de má qualidade, já que o consórcio priorizou, em sua opinião, a execução das obras com menor custo possível, e num tempo também muito pequeno, dentre outros fatores. O entrevistado acreditou dessa forma, que foi por isso que existiram vários problemas nas construções depois da cidade entregue, como as rachaduras nas casas, nos prédios públicos, etc.

O que esses aspectos negativos apontados pelos entrevistados denunciam é que as pessoas realmente foram “empurradas” para uma cidade que não tinha a mínima condição de recebê-los. Dessa forma, a partir das entrevistas percebeu-se também que há inúmeras pendências em relação às construções não acabadas assim como a existência de equipamentos urbanos que ainda não tinham sido utilizados, como o terminal rodoviário, o mercado municipal, etc. Por isso apontaram que a cidade carece de investimento para que diferentes espaços possam ser incorporados ao cotidiano das pessoas e que sejam criadas e/ou estimuladas novas formas de geração de renda numa cidade que possui enormes desafios em relação aos vários casos de desemprego citados.

Nesse sentido, o comércio da cidade de Itueta, foi destacado pela representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Itueta, ao comentar que são vários os problemas que os comerciantes da nova cidade estão passando. Citou a situação do supermercado da cidade, que segundo ela está falindo, assim como considerou que o açougue está um fracasso, considerando que ficou muito ruim, pois a mudança não foi boa, apontando que houve muitas perdas.

Através das narrativas dos entrevistados ficou evidenciado que a movimentação no comércio da cidade é fraca. Segundo o senhor de 80 anos, proprietário rural do norte de Itueta, o único supermercado da cidade, que é do vice-prefeito de Itueta, é o que sustenta o comércio local.

O único caso bem-sucedido mostrado sobre o comércio da nova cidade refere-se à pousada pertencente à senhora de 59 anos de idade. Essa senhora comentou que durante a semana a pousada fica cheia, informando que tem oito quartos e que seus principais clientes são viajantes (representantes comerciais) que passam pelo local e se hospedam, já que Itueta está num ponto de passagem para outros municípios. Essa senhora garantiu que consegue um lucro até bom, enquanto que o seu restaurante, anexo à pousada, não dá lucro, pois muitas pessoas da cidade compram “fiado” e não pagam.

No entanto, a entrevistada explicou que não tem vontade de continuar na cidade, pois já está cansada e de idade, e que por isso quer ir embora para a roça, pois a vida é mais tranqüila, segundo ela. Então, a entrevistada comentou que pretende vender sua pousada, caso encontre alguém que pague o valor de R\$ 300.000,00 que ela quer. A entrevistada contou que já soube de alguém que pagaria R\$ 250.000,00, mas que só vai vendê-la se achar o valor estipulado por ela.

Outra entrevistada, uma senhora, que não teve sua idade identificada, comerciante, contou que não encontrou um espaço adequado para sua atividade comercial na cidade nova, comentando que a cidade ficou grande e sem comércio. Essa senhora narrou sua experiência de ter criado um grupo de terceira idade, assim como explicou que começou a montar barraca na praça da cidade, perto de onde mora. Na verdade, a entrevistada disse que ficou com uma loja no espaço chamado de centro comercial, mas o espaço é muito pequeno e que por isso não tem como montar o seu negócio lá, como tinha na velha Itueta.

A comerciante apontou que o consórcio em parceria com a prefeitura fez as coisas do jeito deles, expressando no trecho que se segue, como isso ocorreu:

[...] Todo mundo que comprou, que ficou com a loja fez contrato de cinco anos. Agora a minha eles me deram a loja, eles tinham tanto sufoco pra gente sair de lá, que era assim, quando a gente morava lá, ia demolindo tudo [...] e cada rua que as pessoas morava eles cortava água, energia [...] tudo pressão encima da gente, pra gente sair, na época eu perdi três congelador [...] eu perdi tudo, perdi minhas coisa tudo, eles trouxeram e colocaram lá dentro da loja [...].

Também comerciante na nova cidade de Itueta, uma senhora, em entrevista realizada no ano de 2005, revelou sua indignação diante da mudança para a nova Itueta. Sendo assim, a entrevistada argumentou, na ocasião, que se sentia muito prejudicada com a nova vida em Itueta, além de ter apontado que seu comércio ficou muito prejudicado, pois o ponto de comércio não foi bom, além da redução no tamanho do lote. Sua narrativa ilustrou vários aspectos que afetaram o comércio na nova cidade.

A mudança para a nova cidade não significou muita vantagem não, tá certo que a cidade é muito bem projetada, né, e ainda tem muito pra melhorar, mas como comerciante a gente teve muita perda, porque o pessoal que mora do outro lado do rio, na parte norte [...] então o

comércio daqui depende do povo que atravessa, eles vêm no médico, em dentista, vem fazer compra, né, então o comércio de Itueta depende desse povo, e esse povo com as dificuldades que passaram a existir, através dessa mudança, eles afastaram daqui, por quê, eles não têm transporte suficiente mais, para vir a Itueta, chega do lado de lá pra atravessar tem dia que não pode atravessar, porque se tiver ventando a canoa não pode atravessar, porque corre o risco dela virar, e acontecer outras coisas, não tem uma empresa de ônibus, pra que eles possam ter liberdade, eles têm horário pra atravessar, pra voltar, tem uma vã que faz o transporte, ela tá aí por conta do consórcio, a gente não sabe até quando que tem esse compromisso, e pra mim hoje eu não vendo nem 50% do que eu vendia lá, a minha renda caiu muito [...].

O entrevistado que também fez apontamentos sobre a situação dos comerciantes na nova Itueta foi um ex-prefeito e vereador da velha Itueta, que comentou sobre a questão da falta de espaço para os comerciantes na nova cidade. Sobre esse aspecto pontuou que o comércio que ele chama de informal não teve garantido um novo local para seu funcionamento, citando a lanchonete da velha cidade. O entrevistado explicou que esse comércio informal, na verdade, correspondia àqueles comerciantes, sem ponto fixo.

Ainda em relação aos comerciantes, lembrou das promessas feitas pelo consórcio de construção de um Shopping com dezenove lojas para atendimento do comércio local. O entrevistado afirmou que isso não foi viabilizado, pois só foram construídas nove lojas e o consórcio não resolveu uma série de pendências no local.

O prefeito de Itueta também fez suas considerações sobre os impactos que sofreram os comerciantes da cidade. Segundo a opinião do entrevistado, a preferência da população do norte de Itueta é ir para Aimorés, MG, passando pela ponte que é o eixo do barramento principal da UHE-Aimorés, conforme a Figura 44 mostra, o que facilita o acesso entre esses municípios.



Figura 44: Eixo da barragem da UHE-Aimorés sobre o rio Doce em Aimorés.

Fonte: Arquivo de Maria Lúcia Tavares, moradora da área conhecida como Baixio em Aimorés, MG.

Segundo o senhor de 39 anos de idade, motorista há um intenso fluxo de veículos na nova cidade, devido ao escoamento de produtores de café, transporte de blocos de pedras, etc. de outros municípios, que passam pela cidade para comercializar seus produtos nas cidades mineiras de Belo Horizonte, Contagem, Manhuaçu, Varginha, etc. Esse movimento segundo ele é negativo, pois as ruas são apertadas e a cidade não ganha nada com esse intenso fluxo de carretas dentro da cidade.

O entrevistado explicou que na cidade nova tem uma serralheria no setor industrial que visa atender ao mercado fora da cidade, pois segundo ele, na nova Itueta não tem consumidor para o ramo. Também exemplificou que nem a padaria da cidade consegue ter consumidor que corresponda às expectativas de uma produção nem de duzentos pães, explicando que uma padaria boa deveria vender de três a cinco mil pães por dia, e isso não é possível em Itueta.

O entrevistado relatou que há uma feira de verduras e hortaliças na cidade que os produtos vêm quase todos de Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo. E o pessoal do norte, que produz hortaliças e legumes não comercializa esses produtos na nova cidade, pois conforme comentado, o aumento da distância para se chegar até a nova Itueta inviabilizou essas trocas comerciais. Nesse caso, os produtores acabam preferindo comercializar seus produtos no Ceasa do município de Governador Valadares, MG.

Também foram apontadas pelos entrevistados as promessas não cumpridas pelo consórcio. Dessa forma, a comerciante entrevistada em 2005 disse que as pessoas não imaginavam que seria tudo diferente. Como expressou essa entrevistada:

[...] justamente o consórcio quando chegou e passou fazendo entrevistas nas casa, é o que a gente ouviu é que a gente ia ter muito melhor do que a gente tinha lá, então a gente jamais pensava que fosse [...] eu jamais imaginava que o meu comércio fosse ficar localizado num lugar como esse, olha pra você ver, olha do lado ali, tem essa caixa de esgoto aí, que ela tá exposta há mais de três meses [...] chegou um momento que a gente teve de assinar o contrato com o negociador, eles não saíam do pé da gente, ele convencia a gente de toda uma forma, porque a gente não estava preparado pra essa maldade que aconteceu, a gente pensava que tudo que eles falavam era tudo com sinceridade, mas eles não estavam ali representando o ser humano, eles tavam representando a empresa, e nós na nossa simplicidade, nós acreditamos [...].

O ex-prefeito e membro participante da equipe de negociação da AMI lembrou-se de uma das promessas feitas pelo consórcio que não foi cumprida. Referiu-se nesse caso à igreja luterana da qual é membro, que não conseguiu ser estabelecida na nova cidade até a data da entrevista, que foi realizada em novembro de 2010, já que na velha cidade o imóvel era alugado, e o consórcio prometeu que daria uma igreja nova para a comunidade luterana, mas isso não foi cumprido.

Sobre as promessas feitas pelo consórcio em relação à nova cidade, o ex-prefeito de Itueta que participou da negociação em 2004 quando a população foi transferida, destacou o que seria garantido às pessoas. Assim, o entrevistado disse que:

[...] eles falavam que ia ser uma cidade era toda planejada né, que o pessoal ia ter vantagem, em todos os aspectos, eu acho que teve um pouco de vantagem, porque muitas coisas que tem ali hoje na Itueta, nunca ela ia conseguir na Itueta velha, o município nunca iria adquirir o que tem ali hoje, a vantagem foi isso aí, mas só que sofreu muito o povo, um pouco porque foi muito rápido, né? Eles começaram em 97 e deu uma parada até 2003, sumiu, achou que ninguém [...] ninguém esperava que ia ter mais nada não, chegaram em 2003 e chegaram arrebatando mesmo [...].

Da mesma forma, o senhor de 60 anos de idade, responsável pela demolição de Itueta citou as promessas não cumpridas pelo consórcio, destacando a questão da falta de um local adequado para os comerciantes que não tinham seus próprios imóveis na antiga cidade. Citou também que o consórcio já tinha

finalizado o prazo de responsabilidade de realizar obras na nova Itueta, apesar de ter tido notícia de que o consórcio ainda deveria promover a reforma da rodoviária, que não sua opinião, não foi concluída.

Outra questão retratada através de uma entrevistada, uma jovem de 23 anos, doméstica, filha de uma senhora moradora do setor social da cidade, é sobre a isenção do pagamento de energia e água, que segundo ela, foi uma promessa que o consórcio fez às pessoas, que ocorreria durante seis meses, além da doação de cestas básicas. Essa jovem comentou ainda que as contas de água e luz são mais caras na nova Itueta.

A senhora de 74 anos de idade, comerciante, aposentada, afirmou que não gostava de nada na nova cidade, além disso, contou que foi prometido muitas coisas se a população saísse logo da velha Itueta, exemplificando que uma dessas promessas não cumpridas foi a construção dos trilhos da EFVM – Estrada de Ferro Vitória a Minas, passando pela nova cidade.

Diante desse cenário, há muitas reclamações dos moradores de Itueta, no que tange principalmente aos aspectos anteriormente levantados. Em relação às reivindicações da população na nova cidade, o senhor de 65 anos de idade, aposentado, assinalou que a atual equipe da Associação de Moradores não atua no que diz respeito à negociação com o consórcio, explicando que esse tipo de contato se dá através de uma mediação direta entre a administração pública (prefeito) e o consórcio. Na verdade, conforme explicitado pelo entrevistado, a AMI atua em conformidade com a posição defendida pela prefeitura.

O entrevistado também ressaltou a situação da equipe que faz parte da atual diretoria da AMI, afirmando que se houver alguma manifestação popular que vise reclamar ou questionar algo é possível que o consórcio faça algum tipo de pressão ou reclamação com a prefeitura para que não haja nenhum incômodo. Dessa maneira, de acordo com a narrativa desse senhor isso evidencia claramente uma total falta de articulação e representação da população no tocante aos diversos problemas vivenciados pelos habitantes na cidade nova.

Em relação à rodoviária, que ainda estava sem funcionamento, o prefeito garantiu que a partir de março de 2011 ela já estaria em condição de funcionamento, pois seria realizada licitação para que a administração do local ficasse por conta de firma terceirizada. E, no tocante à falta do transporte ferroviário, com uma estação na cidade, comentou que já reivindicou ao consórcio, mas que não tinha um posicionamento sobre essa questão.

Sobre as mudanças que deveriam ser feitas na cidade, a jovem de 23 anos de idade, instrutora de auto-escola, comentou sobre a necessidade de ser criadas alternativas de atividades, inclusive o aproveitamento do espaço físico do mercado municipal que está praticamente quase todo inutilizado.

Além disso, a presidente da AMI disse que existem certas reivindicações feitas ao consórcio que as pessoas não estão conseguindo, e nesse contexto, muitas pessoas têm procurado o cartório para obterem declaração para conseguirem comprovar perdas da antiga cidade. Dessa forma, a entrevistada citou que houve muitos casos de pessoas requerendo indenização, por exemplo, no caso de trabalhadores rurais que afirmam que trabalhavam em terras de proprietários e que não receberam indenização na desapropriação dessas terras. A entrevistada, entretanto apontou que muitas pessoas estão se aproveitando dessa situação para requerer indenização.

Diante desses apontamentos dos moradores de Itueta é importante contextualizar que a população, através da AMI construiu um documento chamado “Termo de Compromisso”. Sobre esse documento o senhor de 65 anos de idade, aposentado, em seu depoimento falou sobre a forma como foi assinado, explicando que o Termo de Compromisso (2002) oficializa as responsabilidades que o consórcio deveria cumprir, detalhando que várias autoridades compareceram para assiná-lo, inclusive dos outros municípios afetados. Além disso, expôs que esse documento assegurou para os moradores o mínimo que eles tinham direito, segundo sua opinião.

Além disso, o entrevistado explicou como se deu a gênese desse documento, explicando que ele surgiu devido à experiência de um dos integrantes da

comissão de negociação da AMI, que já tinha tido experiência como empresário em relação ao processo de desapropriação em outro contexto, o que levou à idéia de se ter esse documento, que foi votado com as autoridades locais e de outros municípios, assim como participaram com sugestões e idéias na construção do documento.

Também foi mostrado pelo entrevistado a preocupação dos outros membros e da presidente da AMI em se ter uma base sólida de negociação com o consórcio, o que contribuiria para que se conseguisse lutar pelos direitos da população frente a um grande empreendimento com muita força e pressão sobre as pessoas. A vice-presidente da AMI contou a história da articulação para a construção do referido documento. Sendo assim, a entrevistada explicou que depois de reunida a equipe da AMI e levantados todos os aspectos e pontos importantes, era convocada a comunidade para dar seu parecer sobre as reivindicações.

Conforme relatou a entrevistada, isso se dava através de Assembléias, que davam oportunidades às pessoas de acrescentarem as suas reivindicações. Então, a entrevistada destacou que a AMI não fez nada sozinha, pois as pessoas tinham a oportunidade de participar na decisão final. Então após a Assembléia popular, tendo participado e votado aquilo que queria, foi então que a AMI se reuniu para poder firmar esse contrato com o consórcio.

Dessa forma, segundo a entrevistada, AMI, representantes do consórcio e o prefeito de Itueta participaram da assinatura do documento. Destacou ainda que se diferenciavam as petições da AMI, e da prefeitura no que diz respeito à esfera de competência de cada uma dessas instâncias.

Para ilustrar tal situação, citou como exemplo, a reivindicação de um parque para a cidade, como a Figura 45 mostra, com a intenção de prover um espaço que funcionasse como ponto de encontro para as pessoas conversarem. A entrevistada confessou que isso foi uma idéia sua, mas infelizmente o objetivo não se concretizou. Outra reivindicação da AMI foi uma creche, pois na antiga cidade não existia. Sendo assim, a entrevistada afirmou que o pedido foi

atendido, muito embora a creche tenha sido muito mal construída, mal feita mesmo.



Figura 45: Parque Municipal na nova cidade.
Fonte: Priscila Costa (2010).

Sobre o Termo de Compromisso (2002), o prefeito de Itueta afirmou que está sendo cobrado pela prefeitura o que ficou acordado no documento, argumentando inclusive que as obras realizadas na cidade são mal feitas.

Em relação aos desafios que a nova cidade tem, o prefeito argumentou que os problemas de infra-estrutura da cidade ainda fazem parte do cotidiano das pessoas, que vem desde a inauguração da cidade pelo consórcio. Lembrou-se de uma chuva forte que ocorreu em 2006, conseguindo destruir boa parte da cidade. O entrevistado afirmou que o consórcio vem consertando vários defeitos, mas ainda há necessidade de várias intervenções.

O prefeito também acrescentou que o consórcio tem o compromisso de prestar serviços na cidade durante um período de vinte anos. No que diz respeito à construção da ponte no rio Doce ligando a parte norte e sul de Itueta, o prefeito disse que já foi feito o pedido para sua construção, mas que o consórcio negou pois o custo é muito elevado.

O entrevistado também comentou sobre uma ação existente na defensoria ou procuradoria, não soube bem precisar, mas essa ação, segundo ele, impôs um prazo para o consórcio resolver todas as pendências na cidade de Itueta tanto em relação a problemas de infra-estrutura, como pendências de indenizações de moradores, citando como exemplo o caso dos meeiros, pois muitos destes

não foram contemplados nas indenizações e que eles juntamente com os pescadores e alguns produtores rurais têm se mobilizado para serem contemplados pelo consórcio.

A partir dos relatos de diversos moradores, a nova cidade ainda não oferece boas condições de moradia, pois ainda há muitas pendências e problemas não resolvidos. Nesse sentido, na narrativa do senhor de 65 anos, aposentado, a nova cidade, caracteriza-se como uma promessa, que pode indicar possibilidades, apontando a condição que se mude a mentalidade dos políticos, em primeiro lugar.

O entrevistado acrescentou que considera favorável a localização da nova cidade, por estar geograficamente bem localizada, num cruzamento da BR 259 e nas proximidades de municípios como Aimorés e Resplendor. Segundo o entrevistado, isso possibilita um maior fluxo de pessoas que passam no entroncamento que dá acesso a Itueta. Dessa forma o entrevistado apontou para a necessidade de se ter investimentos que possam alterar a dinâmica que a cidade até então vem demonstrando, principalmente no que diz respeito ao comércio local, que no seu ponto de vista, pode atrair investimentos que podem beneficiar a cidade de Itueta.

CAPÍTULO 5: ANÁLISE DO TERMO DE COMPROMISSO EM FACE DAS EXPERIÊNCIAS NARRADAS PELOS MORADORES DE ITUETA

Em relação a diversos dos questionamentos, apontamentos, etc. dos moradores da nova cidade de Itueta, estes se entrecruzam num emaranhado de situações reveladoras do tipo de implantação de hidrelétricas ainda presente em nosso país, em nome de uma forma de geração de energia considerada “limpa” e com “diminutos” impactos de uma forma geral. No entanto, o que se pode revelar a partir das entrevistas com diversos moradores de Itueta traduz enfaticamente situações controversas desse potencial energético que as hidrelétricas representam em diversas partes do nosso país.

Sendo assim, aparecem inúmeros elementos que dão tom à “maquiagem” que a cidade de Itueta passou a representar para muitas pessoas, como cidade nova, limpa, bonita, planejada, com boas perspectivas para o futuro, dentre outros aspectos que são lembrados por aqueles que visionam uma cidade melhor do que a antiga representou para certos sujeitos. No entanto, muitos dos seus cidadãos se sentiram alijados com o processo de mudança da velha Itueta, assim como se obteve considerações de que a cidade ainda não tinha conseguido oferecer, nem de longe, condições dignas e de felicidade para seus habitantes. Essa é a nova Itueta para muitos dos entrevistados ouvidos durante a realização dessa pesquisa, com seus atributos que são ao longo do trabalho destacados, rememorados e enfatizados.

Para dar destaque a esses aspectos, recorreremos ao Termo de Compromisso (2002), documento esse firmado entre a AMI com o Consórcio da Usina Hidrelétrica de Aimorés e a participação da Prefeitura Municipal de Itueta, tendo sido elaborado em 17 de setembro de 2002, na cidade de Itueta, antes do processo de realocação dessa cidade e posterior enchimento do lago do reservatório da UHE-Aimorés. Esse documento está estruturado em quatro itens principais, sendo que o primeiro deles, “item A” trata do objeto e definição das partes envolvidas no presente documento, assim como da

responsabilidade de cada uma dessas partes. No item B, há a definição sobre as decisões relativas aos aspectos socioeconômicos, a partir de 20 (vinte) subitens referentes a esses aspectos. O terceiro item, “C”, por sua vez, dispõe sobre as decisões relativas às medidas compensatórias e dividi-se em 4 (quatro) subitens. Já o quarto e último item, “D”, apresenta as decisões de competências de cada uma das partes, assim como lista as considerações finais diante das determinações constantes no documento. Essas determinações estão estruturadas em 7 (sete) subitens. O Termo de Compromisso (2002) possui ainda um anexo que apresenta os critérios de parcelamento e permuta de propriedades na área urbanizada da nova cidade de Itueta.

Dessa forma, com o Termo de Compromisso (2002) os moradores de Itueta estavam se resguardando do descumprimento daquilo que o consórcio estava prometendo que faria em relação à transferência da população e construção da nova cidade, assim como ficava assegurado aos moradores as devidas indenizações, bem como os aspectos relacionados às situações práticas que não poderiam ser definidas claramente pelos afetados por tamanha transformação.

A partir da análise dos pontos definidos pelo Termo de Compromisso (2002) foram elaboradas as reflexões aqui enfatizadas. Nesse sentido, destacou-se a primeira parte do item B do referido documento, cujo título é “Das decisões relativas às questões socioeconômicas”, na qual se obtém a afirmação de que o enchimento do reservatório da usina hidrelétrica de Aimorés, só seria realizado, após toda negociação e cumprimento de todos os aspectos que constam no Termo de Compromisso (2002). Sendo assim, surge uma contradição entre o que ficou determinado através neste documento e o que de fato foi realizado. Nesse tocante, a cidade de Itueta foi submersa antes do cumprimento de todas as petições e determinações citadas no Termo de Compromisso (2002). Essa afirmação está embasada nas observações, reclamações e denúncias expostas através das diferentes narrativas dos entrevistados que participaram dessa pesquisa.

Retomando o mesmo item B, subitem 1.1, tem-se a promessa de que seriam resguardadas condições de tranquilidade, dentre outros aspectos, aos proprietários de bens imóveis que fizessem a opção pelo regime de autoconstrução, para recolher os materiais que sobraram da demolição de seus antigos imóveis, para que pudessem ser reaproveitados nas construções das moradias na nova cidade. Nesse caso em particular, a autoconstrução foi uma modalidade resultante da forma de negociação que alguns moradores efetivaram junto ao consórcio, na qual o morador pegava a indenização e se encarregava de construir sua própria casa, de acordo com sua vontade.

Entretanto, em relatos de moradores, apareceram histórias que expõem situações de violações do que ficou definido como “condições de tranquilidade” para que as pessoas pudessem aproveitar os materiais das demolições de suas casas.

Essa referência trazida do Termo de Compromisso (2002) se contradiz com as falas de entrevistados que apontaram que no processo de retirada de seus pertences da antiga cidade, as pessoas não tinham garantia da manutenção de seus bens, já que o transporte utilizado não garantia a entrega de toda a mudança que ficava para ser entregue depois, o que acabava gerando “perdas”, além da falta de condições adequadas de transporte desses bens, que era uma responsabilidade que em muitos casos não se cumpriu, conforme também ficou definido pelo Termo de Compromisso (2002).

A situação descrita pode ser exemplificada através de várias conversas com moradores de Itueta, relatando que em muitos casos a mudança foi marcada pela forte pressão que o consórcio realizava sobre as pessoas, apressando-as a sair de toda maneira, e com isso objetivava-se ter menos custo possível com o serviço de transporte e ganho de tempo ao proceder a várias mudanças. Nos relatos de entrevistados apareceram descrições de situações de desrespeito aos direitos e sentimentos das pessoas em relação aos seus objetos pessoais, suas casas, etc.

Outra questão suscitada pelos moradores de Itueta encontra-se no item B, em sua parte 2, do Termo de Compromisso (2002, p. 2): “As negociações de indenizações e permutas relativas aos bens imóveis de propriedade dos atingidos particulares de Itueta serão sempre individuais e pessoais”. Os problemas apontados sobre essa determinação recaiu sobre a forma como se deu essas negociações individuais, haja vista que narrativas citaram as más intenções do consórcio que se valeu de estratégias para poder conseguir diminuir o valor do imóvel dos proprietários na antiga cidade.

A história que retrata essa forma de proceder do consórcio foi contada pela proprietária que recebeu uma indenização bem acima do valor que inicialmente o consórcio havia oferecido pelos imóveis que possuía. Na narrativa contada por essa proprietária, há a ênfase de que as pessoas não souberam negociar como ela, explicando que não cedeu às pressões realizadas pelo consórcio e que não aceitou de jeito nenhum negociar seus bens por valor aquém do que eles realmente valiam. Em sua opinião, muitos proprietários tiveram enormes prejuízos por não agir da mesma maneira. Essa situação, portanto, configura-se como mais um exemplo de violação do que ficou estabelecido e acordado entre o consórcio e a população no que tange ao atendimento dos reais direitos da população afetada pelo empreendimento, demonstrando que as negociações não eram realizadas adequadamente.

No que diz respeito à determinação de que as negociações ocorressem no escritório do consórcio instalado na nova cidade de Itueta, como realmente aconteceu, foi apontado que as pessoas teriam acesso a documentos que mostrariam a valoração de seus bens imóveis, observando-se as benfeitorias que porventura existissem em suas propriedades, árvores frutíferas, cultivos, dentre outros aspectos.

Sendo assim, a história contada pela senhora anteriormente citada, mostrou que quando foi fazer a sua negociação teve que exigir o acesso a tais tabelas de valores, para que soubesse realmente calcular sua indenização. Na verdade, o consórcio teoricamente, através do que ficou determinado no Termo de Compromisso (2002), no item B. 3, garantiu acesso ao conhecimento dos

valores de cada bem que o proprietário estaria negociando, conforme assinalado: “[...] onde documentos, projetos e outras informações relevantes estarão à disposição dos interessados para consulta”. (TERMO DE COMPROMISSO, 2002, p. 3).

O que ficou disposto no item referido se configura como um direito encoberto pelo consórcio, que não se efetivou para muitos dos moradores de Itueta, que nem sequer sabiam desse direito. Diante dessa constatação imagina-se como foram incertas as negociações para os moradores de Itueta.

Também retratando descumprimento do que foi requerido pela população, é o que o item B 5.1 estabelece: “[...] que a documentação das propriedades que vierem a receber em permuta pelas suas atuais propriedades em Itueta, serão regularizados pelo consórcio, ao final do processo de realocação”. (TERMO DE COMPROMISSO, 2002, p. 3). Essa referência se relaciona à entrega das escrituras dos imóveis que até a data da realização das últimas entrevistas (feitas em novembro de 2010) ainda não tinham sido recebidas pela maioria dos proprietários. Relatos denunciaram que já tinha passado do prazo⁵⁹ para entrega das escrituras. Essa situação foi comentada, inclusive, pelas pessoas que receberam as casas sociais, pois ainda tinham receio de não terem conseguido de fato a propriedade de seu imóvel. Também a narrativa do prefeito da cidade evidenciou esse mesmo aspecto.

Outro ponto que merece destaque é o que está disposto no item B 10.2 do Termo de Compromisso (2002), ao referir-se sobre os critérios da AMI para permuta de propriedades particulares, determinando que as definições dos imóveis na nova cidade deveriam levar em consideração os laços de proximidades que existiam entre os vizinhos na antiga cidade, o que quer dizer que as relações de vizinhança deveriam ser preservadas.

No entanto, em muitas narrativas, observou-se com frequência essa perda, sendo sublinhado pelos entrevistados que para eles não foi fácil aceitar a mudança, haja vista que a população tinha um cotidiano marcado por fortes

⁵⁹ Segundo relatos dos entrevistados esse prazo corresponderia a um período de cinco anos decorridos após a implantação da nova Itueta.

vínculos de solidariedade entre os vizinhos. Por conta disso, apareceu nas narrativas das pessoas situações vividas na nova cidade, como a falta de união entre os moradores, e conseqüentemente um esvaziamento de espaços públicos, como a praça, o parque, etc. que são espaços criados para que essas interações face a face pudessem ocorrer. No entanto, segundo relatos de vários entrevistados, esses espaços não estão sendo apropriados, porque as pessoas não se identificam com eles, além disso, os moradores demonstraram que ainda é necessário reconstituir os laços de identidade com os novos vizinhos, com suas casas, etc.

Em relação à área da nova cidade de Itueta, o Termo de Compromisso (2002) apresenta a regulamentação referente aos critérios a serem observados pelo consórcio para a implantação da nova cidade. Sendo assim, determina que:

[...] o **CONSÓRCIO** se compromete a disponibilizar ao município de **ITUETA**, uma área urbanizada na **NOVA CIDADE DE ITUETA**, com área superior à área urbanizada atual, em conformidade com as plantas denominadas 1A e 1B, conforme consta do **PROJETO URBANÍSTICO DE ITUETA**, aprovado pela **AMI** e o **CONSÓRCIO** na reunião de 23/11/01. (TERMO DE COMPROMISSO, 2002, p. 6).

Essa garantia expressa pelo consórcio se traduz no que realmente os moradores de Itueta relataram ao se referirem sobre os aspectos da nova cidade, destacando-se aí sua maior extensão e área quando comparada com a antiga cidade, e que na concepção de muitas pessoas se configurou como aspecto negativo, pois em algumas representações da nova cidade, certos entrevistados consideraram negativo a distância entre as casas, comércio, etc. pois estavam acostumados com tudo próximo. Esse aumento no tamanho da cidade também provocou a separação dos vizinhos como já referido anteriormente.

Conforme relatado pela presidente da AMI sobre a realocação da cidade de Itueta, os proprietários de imóveis não poderiam ter suas propriedades reduzidas quando da negociação com o consórcio, como um ganho que a entrevistada citou ter conquistado para a população. Sendo assim, corroborando o que a entrevistada havia mencionado, ficou estabelecido pelo Termo de Compromisso (2002), através do item B 11.2 que:

Os proprietários de lotes na área urbanizada de **ITUETA**, cujas áreas individuais sejam menores do que 300 (trezentos) metros quadrados, caso optem pela relocação, terão o direito de receber do **CONSÓRCIO**, para cada unidade nessa condição, 1 (um) lote de 300 (trezentos) metros quadrados na área urbanizada da **NOVA CIDADE DE ITUETA** [...].(TERMO DE COMPROMISSO, 2002, p. 6).

Esse ganho garantido no Termo de Compromisso (2002) pode ser considerado um dos poucos benefícios citados nas entrevistas, em virtude de se ter denúncias de muitas pendências e promessas não cumpridas pelo consórcio. A análise do próprio Termo de Compromisso (2002) exemplifica essa situação quando confrontado com as narrativas dos entrevistados.

Dessa forma, o item B 11.3.2 tratando das áreas, chamadas de parcelas, estabelece que as áreas que não puderem ser permutadas totalmente com as parcelas disponíveis na nova cidade, devido à grande extensão deverão ser indenizadas pelo consórcio. Em relação à forma de negociação da população com o consórcio, sendo por permuta ou através da indenização do imóvel, foi requerido do consórcio através do item B 11.4 do Termo de Compromisso (2002) que:

Independente do número de proprietários de lotes em **ITUETA** que optem por serem integralmente indenizados pelo **CONSÓRCIO**, portanto, abrindo mão do direito de serem relocados para a área urbanizada da **NOVA CIDADE DE ITUETA**, fica assegurado à municipalidade de Itueta, que o **CONSÓRCIO** se compromete a manter a área urbanizada da **NOVA CIDADE DE ITUETA**, em conformidade com o **PROJETO URBANÍSTICO DE ITUETA**, já aprovado pelas partes. (TERMO DE COMPROMISSO, 2002, p. 7).

A preocupação com as medidas de área da cidade não foi acompanhada das medidas compensatórias de reestruturação das condições socioeconômicas locais, haja vista que se observou a partir das entrevistas realizadas, a existência de novas dinâmicas na nova Itueta, no que concerne à organização da vida social como já comentado, alteração na estrutura produtiva e comercial, com alterações na quantidade e qualidade das trocas comerciais, haja vista que a nova cidade perdeu considerável parcela de consumidores, que é a população da parte norte do município, como foi bastante enfatizado pelos entrevistados.

Sobre as edificações a serem realizadas na nova cidade de Itueta, sob a responsabilidade direta do consórcio, ficou acordado pelo Termo de Compromisso, (2002) disposto no item B 12.1 que:

As opções, em termos de modelos e características das casas que serão construídas na área urbanizada da **NOVA CIDADE DE ITUETA**, em atendimento às permutas com os **PROPRIETÁRIOS PARTICULARES** que manifestarem em tempo oportuno o desejo de serem relocados, serão apresentadas previamente pelo **CONSÓRCIO** a **AMI**, antes do início das negociações individuais [...]. (TERMO DE COMPROMISSO, 2002, p. 7-8).

Nesse caso, a referência às “opções” não é acompanhada da situação real em termos de modelos de construção das casas que foram construídas pelo consórcio na nova Itueta, que se caracterizaram de uma forma geral, por certa padronização, sendo construídas casas com praticamente o mesmo modelo arquitetônico conforme se observou nas paisagens predominantes na maior parte da cidade, ao contrário das construções que esparsamente se diferem dessa monotonia da paisagem.

Em relação à qualidade dessas construções, assim como a utilização dos materiais empregados na obra é estabelecido pelo Termo de Compromisso (2002), no item B 12.2 que as construções deveriam ser fiscalizadas através de memoriais descritivos fornecidos à AMI e à prefeitura informando sobre o andamento das construções assim como o material empregado nas mesmas. Essas diretrizes só tiveram validade para aqueles casos em que a negociação se deu através do regime de permuta, no qual o consórcio teve a responsabilidade sobre os bens imóveis construídos, fossem eles de caráter público ou privado.

Essa determinação foi confrontada nas entrevistas por vários casos de reclamações de problemas nas construções das casas, conforme evidenciado através das narrativas de diferentes entrevistados que se queixaram dos inúmeros casos de falhas nas construções das casas. Essa situação exemplifica que o Termo de Compromisso não tem validade na prática, demonstrando ser um documento formalmente constituído, mas que carece de exigências e cobranças mais contundentes para que sejam cumpridas as devidas responsabilidades.

A esse respeito a fala do prefeito de Itueta pode ser contextualizada quando comentou que estava fazendo de tudo para que o consórcio cumprisse o que foi prometido. No entanto, percebeu-se que há um distanciamento ainda muito grande entre o que se espera que o consórcio realize na nova cidade e o que já deveria ter sido feito. Essa realidade configurou-se, diante das várias narrativas dos entrevistados, como uma demonstração do que já se tem registrado em relação à experiência de implantação de hidrelétricas em diferentes contextos do país, que tem como consequência o deslocamento compulsório.

As populações deslocadas não são priorizadas em suas necessidades e realidades vividas. Ao contrário, representam barreiras e custos que o empreendimento tem mais dificuldade em “resolver”, a partir de uma lógica predefinida que se pauta numa racionalidade econômica cujos fins justificam toda e qualquer ação em prol desses objetivos.

É por isso que movimentos como o “Movimento dos Atingidos por Barragens” – MAB realizam protestos em diversas partes do Brasil divulgando as repercussões de empreendimentos hidrelétricos que desrespeitam o modo de vida de vários tipos de populações e comunidades, dentre elas a população de Itueta, aqui analisada, como mostra a Figura 46.

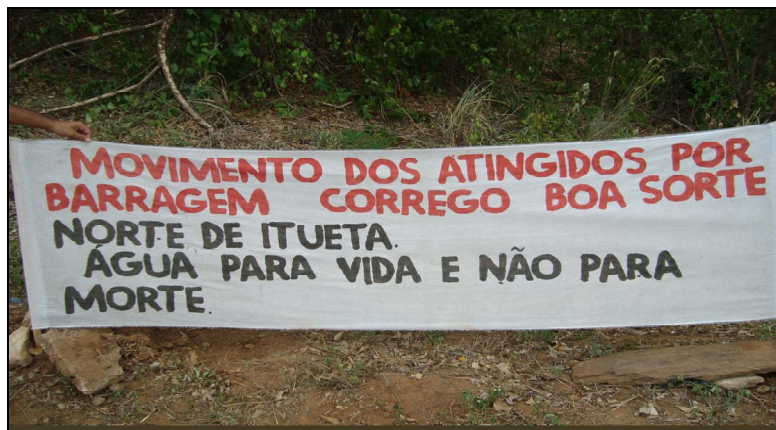


Figura 46: O MAB representando o norte de Itueta.
Fonte: Priscila Costa (2010).

Conforme denúncia do MAB (acesso em 10 jul. 2011):

A barragem de Aimorés (MG) desestruturou vínculos e práticas tradicionais das famílias, assim como interrompeu o acesso ao patrimônio cultural, material e imaterial da região. Essa é a reclamação da maioria das pessoas atingidas e também de Maria Madeira Pereira, uma delas. 'Antes vivíamos bem, o rio Doce passava no fundo do meu quintal, dele que tirávamos nosso sustento', conta Maria, que ajudava o marido no sustento da família com a pesca artesanal. 'A barragem tirou nosso meio de sobrevivência', diz. (MAB, acesso em 10 jul. 2011, p. 1).

Essa é a narrativa das populações compulsoriamente deslocadas, e que o empreendimento hidrelétrico quer fazer calar, já que muitas outras obras de implantação de hidrelétricas devem ser realizadas e a lógica de implantação dessas hidrelétricas procura seguir os mesmos procedimentos. Mas, felizmente as populações atingidas por barragens estão cada vez mais engajadas e organizadas de forma que suas ações extrapolam as denúncias de desrespeitos e violações aos direitos humanos. Sendo assim, conforme enfatizado pelo MAB (acesso em 10 jul. 2011):

[...] Segundo o relatório da Comissão Especial, aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), a barragem de Aimorés violou cerca de 11 direitos humanos, sendo um deles a reparação por perdas passadas na construção da barragem. 'Com a chegada da hidrelétrica vieram as dificuldades das famílias que sobreviviam da pesca, muitos amigos tiveram depressão e alguns até morreram de desgosto, por não podem [sic] exercer mais a única profissão que sabiam fazer'. (MAB, acesso em 10 jul. 2011, p. 1).

A militante do MAB e presidente da Associação de pescadores de Aimorés, Maria Madeira, também aponta a situação das famílias que viviam da atividade pesqueira:

'Na feira, ninguém queria mais comprar nossos peixes, eles eram pequenos e adoentados. Via também as outras esposas se separando dos maridos por causa da situação que só piorava com a falta de trabalho', concluiu [...]. (MAB, acesso em 10 jul. 2011, p. 2).

Em entrevista com a militante do MAB e presidente da Associação de pescadores de Aimorés, acima citada, realizada em 2010, num acampamento do MAB, em Aimorés, MG, como mostra a Figura 47, a entrevistada disse que os pescadores afetados pela barragem de Aimorés estavam indignados com a situação que acabaram sendo submetidos, conforme mostrado pela matéria realizada pelo MAB (2011).



Figura 47: Protesto de pescadores contra a UHE-Aimorés, num acampamento do MAB, em Aimorés, MG.

Fonte: Priscila Costa (2010).

Nesse protesto havia imagens bastante impressionantes a respeito da situação dos peixes após a formação do reservatório da usina de Aimorés, como a Figura 48 demonstra.



Figura 48: Impacto na fauna do rio Doce causado pela UHE-Aimorés.

Fonte: Priscila Costa (2010).

Por isso que a população de Itueta construiu o Termo de Compromisso (2002) como forma de responsabilizar e requerer do consórcio as ações mínimas previstas para a reestruturação com a realocação da nova cidade. Conforme algumas questões já apontaram, o consórcio se esquivou de prestar assessoria à população de Itueta quando da construção das casas na nova cidade, por exemplo.

De acordo com o Termo de Compromisso (2002), no item B 12.5, parte 'c', as pessoas optantes pelo sistema de autoconstrução deveriam ser orientadas por uma assessoria técnica de engenharia para acompanhar a qualidade das obras realizadas na cidade. A crítica que se faz a tal determinação refere-se ao descumprimento das diretrizes anteriormente observadas, uma vez que o consórcio não cumpriu com o previsto, que era oferecer serviços e materiais de qualidade ao projetar a área urbanizada da nova cidade de Itueta, um ponto controverso numa cidade planejada e nova como foi ressaltado na fala de vários entrevistados, dentre eles, principalmente, aqueles que adquiriram um imóvel social.

Conforme entrevista com a presidente da AMI, foram estabelecidas quotas a serem pagas aos proprietários que aderiram ao sistema de autoconstrução, ficando a cargo do consórcio prestar assessoria à AMI para liberação das referidas quotas, que seriam destinadas em porcentagens de acordo com o andamento das obras como pode se perceber no item B 13. 4 do Termo de Compromisso (2002):

1ª QUOTA: 30% (trinta por cento) dos **VALORES DE REPOSIÇÃO**, no ato da assinatura da escritura pública de venda do respectivo imóvel em **ITUETA**.

2ª QUOTA: 35% (trinta e cinco por cento) dos **VALORES DE REPOSIÇÃO**, após a conclusão da fundação e alvenaria da nova residência na área urbanizada da **NOVA CIDADE DE ITUETA**, bem como da comprovação do recolhimento de impostos e taxas correspondentes.

3ª QUOTA: 30% (trinta por cento) dos **VALORES DE REPOSIÇÃO** após a conclusão da cobertura, esquadrias, instalações elétricas e hidráulicas da nova residência na área urbanizada da **NOVA CIDADE DE ITUETA**, bem como da comprovação do recolhimento de impostos e taxas correspondentes.

4ª QUOTA: 5% (cinco por cento) dos **VALORES DE REPOSIÇÃO** após a conclusão do revestimento e piso da nova residência, além dos muros e/ou cercas divisórias da propriedade, no padrão mínimo que vier a ser definido pela **PREFEITURA**, na área urbanizada da **NOVA CIDADE DE ITUETA**, bem como da comprovação do recolhimento dos encargos sociais, fiscais, impostos e taxas, atestando a regularização plena do imóvel construído perante órgãos públicos e terceiros, se for o caso. (TERMO DE COMPROMISSO, 2002, p. 11-12).

Esse item foi enfatizado na narrativa da entrevistada como algo positivo exigido do consórcio para que fosse evitada a emigração de moradores da cidade de

Itueta. Em relação a esse aspecto, outra contradição pode ser encontrada nessa “tentativa” de se evitar uma maior emigração populacional na cidade, haja vista que as ações encaminhadas pelo consórcio em si já se consubstanciam em políticas de esvaziamento populacional, já que foram criadas dinâmicas que desestruturaram as áreas nas quais o empreendimento abrangeu, conforme mostrado na matéria publicada pelo MAB (2011) e pelos moradores de Itueta.

Dessa maneira, o desafio de conter a emigração já existente na cidade de Itueta, na qual a população se destina a cidades maiores, e até mesmo, para fora do país, em busca de emprego, pois o mercado local não absorve toda a mão-de-obra, deveria ter sido a prioridade de atuação do empreendimento em criar projetos que de maneira concreta efetivassem medidas “compensatórias” frente às alterações promovidas na realidade socioeconômica local.

Em relação às indenizações pagas aos proprietários que fizeram escolha pela autoconstrução, regime de construção por responsabilidade própria, o Termo de Compromisso (2002), no item B 13.1 parte ‘b’ prevê que:

[...] as indenizações [...] devem ser suficientes para que os mesmos reconstruam na área urbanizada da **NOVA CIDADE DE ITUETA**, a critério de cada um deles, edificações **nos mesmos níveis de qualidade** e áreas construídas daquelas que já possuíam em **ITUETA**, incluindo, nesses casos, os encargos, impostos e taxas relacionados ao regime de **AUTOCONSTRUÇÃO** pelo qual optaram. (TERMO DE COMPROMISSO, 2002, p. 10, grifo nosso).

Conforme já comentado, cada proprietário teve a garantia de ter o mesmo tamanho de sua propriedade na área da nova cidade, no entanto, é importante frisar o que o disposto acima assevera: “[...] mesmos níveis de qualidade [...]”, pois essa “garantia” deve ser problematizada em virtude de vários relatos que apontaram aspectos da má qualidade das construções de uma forma geral.

No caso do proprietário que construiu a sua própria casa, fica a questão se ele realmente conseguiu com a indenização recebida construir uma casa com as mesmas qualidades que a sua propriedade antiga apresentava. Pois em vários relatos de entrevistados aparecem esse tipo de questionamento, que mencionam comparações de que as casas na velha Itueta eram velhas, mas não apresentavam problemas, também apareceram observações sobre as

características do terreno, do solo, sendo citada a dificuldade de uso para atividades de cultivo, plantações, jardinagem, etc.

No tocante à apreciação do consórcio sobre os imóveis na antiga cidade para efeito de indenizações e permutas com os proprietários, o Termo de Compromisso (2002), no item B 13.2 aponta as diretrizes, bem como os critérios utilizados para proceder a uma valoração dos imóveis e benfeitorias da velha cidade de Itueta. Sendo assim, como consta no referido documento:

As PARTES reconhecem que foi necessário promover um levantamento da qualidade das edificações particulares existentes em **ITUETA** e, ao mesmo tempo, procurar caracterizar as particularidades dessas edificações, inclusive no que diz respeito a outros tipos de benfeitorias existentes [...]. Para dar atendimento a essas necessidades das **PARTES**, o **CONSÓRCIO** contratou no mercado uma empresa especializada em serviços dessa natureza, a Ética Engenharia, à qual foi determinado efetuar o levantamento e a avaliação técnica/comercial de todas as edificações particulares existentes em **ITUETA**, a partir do que foi possível estabelecer as já mencionadas **FAIXAS DE PREÇOS**. (TERMO DE COMPROMISSO, 2002, p. 10).

Sendo assim, ficou ajustado entre o consórcio e a AMI, no item B 13.2.3 que as faixas de preços conforme aparece no delineamento exposto pelo consórcio seria discutido e avaliado junto à AMI antes de serem consideradas como definitivas, haja vista que a AMI poderia se posicionar em casos de distorções nas valorações constantes de uma tabela de enquadramentos que seria gerada pelo consórcio.

Do que foi exposto pelo consórcio em termos de quantificação/valoração das propriedades e benfeitorias dos proprietários particulares de Itueta, percebeu-se, em relação ao processo de negociação com os moradores de Itueta, várias situações de desrespeito e violações de direitos, conforme aspectos já comentados pelos entrevistados.

A postura do consórcio por sua vez, sinaliza de forma veemente a sujeição da população ao seu poder de criar estratégias menos onerosas. No caso aqui analisado, a implantação da cidade de Itueta ocorreu como se construir uma nova cidade para a população fosse um favor que o empreendimento estava garantindo a todos.

A fala de uma entrevistada que diz que ganhou uma casa nova, mas que não pediu casa nova a ninguém demonstra essa situação, de que a população não poderia ser tratada como foi, pois o empreendimento é quem devia favores a essa população que teve arrancada a sua história construída com o lugar, vivendo uma vida simples e sossegada, sem os atropelos e problemas que o empreendimento gerou na cidade.

O Termo de Compromisso (2002) também previu no item B 13.8 a doação pelo consórcio de mudas de árvores frutíferas à população da nova cidade de Itueta. Essa iniciativa se configurou, na verdade, como demanda da população, que vivia numa cidade bastante arborizada, como pode ser observado na Figura 49.



Figura 49: Aspecto da arborização da antiga cidade de Itueta.

Fonte: Arquivo do Sr. João Lopes, morador de Itueta, (Acesso em 2010).

Dessa maneira, o que vale ser ressaltado a partir da perspectiva da demanda por mudas de árvores é uma tentativa de resgate das condições que a população de Itueta tinha na antiga cidade. Em várias narrativas, as árvores e os pés de frutas são mencionados de uma maneira muito peculiar, pois as pessoas sejam elas crianças, adultos, pessoas idosas, homens e mulheres, todos evidenciaram a perda que representou ter saído de Itueta e não ter mais aquele quintal com toda a variedade de pés de frutas, como manga, goiaba, laranja, dentre tantas outras variedades, que a população tinha como bens preciosos.

No tocante às árvores encontradas na nova cidade houve relatos de moradores apontando os aspectos das espécies de árvores espinhosas plantadas que não agradaram a várias pessoas, que estavam acostumadas com uma arborização muito rica como já comentado. As espécies plantadas se diferem daquelas que a antiga cidade possuía, além disso, vários entrevistados também destacaram a falta de arborização, pois as mudas de árvores eram bem pequenas quando a população mudou para a nova Itueta, o que gerou uma situação muito difícil, pois o calor era muito intenso. A Figura 50 e Figura 51 demonstram aspectos diferenciados da arborização da nova cidade.



Figura 50: Arborização da principal avenida da nova cidade de Itueta.
Fonte: Priscila Costa (2010).



Figura 51: Vista da arborização do setor de casas sociais e ao fundo a construção da nova igreja católica.
Fonte: Priscila Costa (2010).

Ainda em relação à doação das mudas de árvores frutíferas, no que diz respeito aos imóveis, à população trouxe uma forte referência com o chão, a

terra, em que o termo quintal relaciona-se ao lugar do cultivo, do descanso, da sombra, do cuidado com a horta, das brincadeiras da criança, dentre outros tantos usos e representações que a população manifestou a seu respeito. Sendo assim, nos relatos de entrevistas apareceram reclamações a respeito da dificuldade em poder reproduzir os hábitos de cuidar de quintais com cultivos, plantação, etc. Essa questão foi destacada nas falas de alguns entrevistados quanto à qualidade do solo para a realização de plantios.

É sob essa perspectiva que na nova Itueta a relação com a terra é ressignificada, por isso é comum que as referências passadas norteiem as práticas na nova cidade, como se pode perceber na Figura 52, um quintal já em processo de preparação e com árvores frutíferas já produzindo frutos.



Figura 52: Pés de mamão e de laranja carregados de frutos em um quintal na nova cidade de Itueta.

Fonte: Priscila Costa (2010).

Paralelamente a essa questão das perdas de práticas e das formas de sobrevivência peculiares existentes na antiga cidade de Itueta, o item B. 19 do Termo de Compromisso (2002) destaca a responsabilidade do consórcio de garantir formas de recuperação das atividades primárias das famílias que tiveram temporariamente ou definitivamente formas de sustento desestruturadas. Conforme indica o Termo de Compromisso (2002), ao consórcio competiria:

[...] proporcionar uma forma de compensação adequada à parcela da população, estimada em 16 (dezesesseis) famílias, financeiramente dependentes de atividades primárias que serão definitiva ou temporariamente descontinuadas devido à relocação de **ITUETA**, como por exemplo: venda de doces caseiros e frutas típicas nas

paradas de trem, atividades pesqueiras legais e atividades artesanais [...]. (TERMO DE COMPROMISSO, 2002, p.15).

Como exemplo dessa situação, tinha-se a venda de produtos como doces, cocadas, frutas, como manga, dentre outros produtos que ocorria nas imediações da estação ferroviária, conforme mostrado na Figura 25.

Dessa forma, de acordo com a entrevistada que vivia da venda de doces e frutas na parada do trem, a reprodução da forma tradicional de vida na velha Itueta não pôde ser recomposta e nem recompensada, conforme trata o item B 19.

Além disso, ficou estabelecido pelo Termo de Compromisso (2002), no item B 19.2 a avaliação da viabilidade de se construir uma instalação adequada para servir de espaço para as atividades dos produtos artesanais da região. Diante dessas perspectivas, as entrevistas puderam fornecer elementos sobre essa questão de se criar atividades alternativas para a recuperação daquelas formas de subsistência que muitos moradores tinham na velha cidade. Sendo assim, em visita à cidade de Itueta, no final do ano de 2005, verificou-se que a cidade tinha mesmo uma instalação que abarcava atividades artesanais descritas anteriormente. Todavia não se sabe por quanto tempo esse local permaneceu em funcionamento, pois durante as idas a campo em 2010, não foi relatado por nenhum entrevistado a sua existência, assim como não foi observado na cidade.

A produção de balaio/cesto, conforme Figura 53 demonstra, confeccionado com matéria-prima proveniente do ubá, existente nas margens e em ilhas do rio Doce é um exemplo de perda de formas de sustento outrora existentes na velha cidade.



Figura 53: Produção de cesto com a fibra de Ubá, na antiga cidade de Itueta.
Fonte: Arquivo de um morador da antiga cidade de Itueta, (Acesso em 2010).

Percebeu-se a partir dos relatos dos entrevistados, que não foram criadas possibilidades de recuperação das formas tradicionais de reprodução da vida de famílias que viviam dos recursos que a velha cidade oferecia. Além desse fato, o comprometimento por parte do consórcio de estudar maneiras de resolver essa interrupção, via indenização, também não se efetivou em muitos casos, pois várias pessoas entrevistadas, que viviam de recursos originais da velha cidade, relataram que ficaram muito prejudicadas com as perdas que tiveram. Portanto, mais uma vez constata-se que as determinações impostas ao consórcio no referido Termo de Compromisso (2002) não se aplicaram ainda em relação aos vários aspectos dos itens já assinalados, bem como em relação a outros pontos que ainda serão levados em consideração.

Nesse contexto, também não deve ser esquecida a situação da população rural de Itueta, localizada na parte norte do município como já referido em outro momento. Muitos proprietários rurais deslocados da margem do rio por causa do enchimento do lago sofreram enormes perdas, pois tinham água em abundância e produziam em terras de boa fertilidade.

Dessa forma, tem-se o problema do êxodo rural que pode vir a se intensificar como decorrência desses impactos que esses produtores rurais sofreram. Conforme levantamento da evolução da população feito pelo IBGE no período de 1970 a 2000, a população do município vem sofrendo um sensível decréscimo, acompanhado por sua vez, de uma diminuição expressiva de sua

população rural e um ligeiro aumento da população urbana como se pode notar na Figura 54.

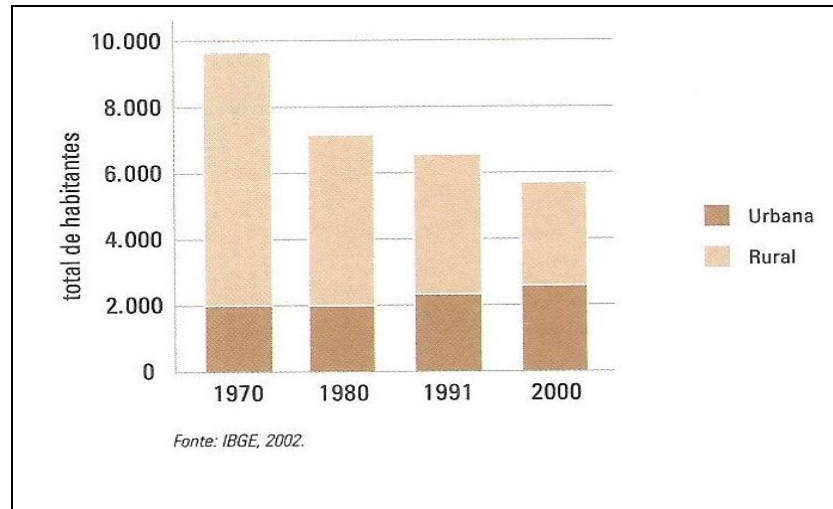


Figura 54: Evolução da População de Itueta de 1970 a 2000.

Fonte: Documento de visão Estratégica: Programa Vale Mais: Itueta, 2008.

Essa evolução da população do município de Itueta vem passando por uma fase estável na queda do crescimento populacional quando comparada ao que se tinha verificado até a década de 2000. Desse modo, através da Figura 55 pode ser visualizada a tendência da evolução populacional do município, observando-se que houve uma queda considerável da população rural e aumento da população urbana. Essa mudança na dinâmica populacional do município pode ser interpretada a partir dos relatos das entrevistas, que apontaram a questão das perdas das propriedades rurais que foram atingidas pelo lago da UHE-Aimorés. Por sua vez, a cidade de Itueta e o distrito de Quatituba passaram a atrair essa população rural deslocada das áreas que não permitem mais a produtividade das terras.

Dessa maneira, a implantação da nova cidade de Itueta representou significativamente um acréscimo populacional, o que de certo modo levou a um saldo migratório positivo se levado em consideração às emigrações existentes na cidade conforme comentado nas entrevistas, o que indica ser pouco representativas diante do número de imigrantes que a cidade recebeu.

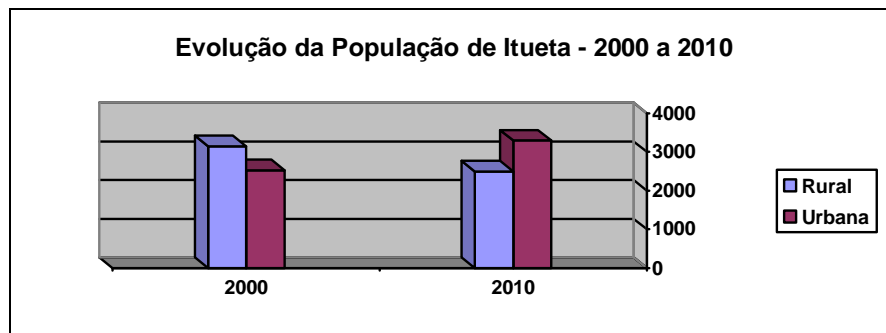


Figura 55: Evolução da População do município de Itueta – 2000 a 2010.

Fonte: IBGE (2000 -2010).

Org. Priscila Costa, (2011).

Os apontamentos da funcionária representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Itueta demonstram a situação desses produtores em relação à nova Itueta, indicando perspectivas nada otimistas. Segundo ela, houve casos de produtores que deixaram a área rural e se deslocaram para a área urbana, pois não tinham perspectivas de continuar a produção. Em consonância com essa realidade foi a fala do senhor entrevistado que possuía propriedades rurais na beira do rio Doce. Sua narrativa mostrou como suas terras eram prósperas, e o quanto foi prejudicado com o reassentamento para outra propriedade. O entrevistado citou os problemas com a perda da água do rio Doce, a perda dos solos mais férteis nas margens do rio, dentre outros aspectos.

Enfim, a estrutura produtiva de muitos produtores rurais da parte norte de Itueta, tanto quanto de outros municípios sofreram duros golpes com a implantação da usina hidrelétrica de Aimorés. Também houve o problema com as perdas financeiras, fruto de compensações financeiras injustas e inadequadas, sem contar a principal questão que é a impossibilidade de se ter as mesmas bases produtivas que garantiam o sustento através de práticas agrícolas que não podem mais restabelecer-se em condições favoráveis aos patamares anteriormente existentes.

Outro aspecto tratado pelo Termo de Compromisso (2002), que se encontra no item B. 20 refere-se ao entorno da nova cidade. São áreas mais elevadas, com terrenos inclinados e que devem ser reflorestados. Essa é uma obrigatoriedade que consta no PCA - Plano de Controle Ambiental da UHE- Aimorés, conforme mostrado no capítulo 3, item 3.4.1. No tocante às questões ambientais, o

consórcio tem a responsabilidade segundo o que consta no item B.20.1 de recuperação de nascentes de córregos em toda a área de influência da usina, a partir da doação de mudas de espécies nativas, além de realização de trabalho de educação ambiental, que envolva a conscientização ambiental da população local.

Em relação à nova cidade de Itueta não tivemos nenhuma informação referente a ações que compreendessem esse aspecto. É oportuno dizer que em Aimorés, MG, no distrito de Santo Antonio, próximo à localização da casa de força da UHE-Aimorés, se encontra um Parque Botânico construído pelo consórcio, que recebe visitas monitoradas principalmente das escolas da região.

No item C 1.5 do Termo de Compromisso (2002), que trata das decisões relativas às medidas compensatórias, o consórcio previu a aplicação de recursos e de soluções técnicas necessárias para a adequação do sistema de esgotamento sanitário do distrito de Quatituba, haja vista que esse distrito está localizado próximo da área urbanizada da nova cidade, junto ao Córrego Quatis, e esse córrego, por sua vez, atravessa toda a extensão da área urbana da nova cidade. Dessa forma, ficou assegurado pelo consórcio a inexistência de poluição advinda do esgotamento sanitário de Quatituba nas águas do Córrego Quatis, porém, foi lembrado por uma pessoa moradora de uma casa localizada próximo ao Córrego, que até então não havia nenhuma ação concreta em relação à despoluição do córrego. Conforme indica o item C 1.5.1:

Fica registrado que a solução para garantia da qualidade da água do Córrego dos Quatis deverá ser implantada até a data de início da mudança da população para a área urbanizada da **NOVA CIDADE DE ITUETA**, sendo esta uma condição da comunidade para aceitar a efetivação do processo de relocação de **ITUETA**. (TERMO DE COMPROMISSO, 2002, p. 18).

Essa citação indica claramente o exemplo do total desacordo entre as obrigações do consórcio frente às necessidades mais urgentes que a população de Itueta tinha como demanda ainda na fase de deslocamento para a nova cidade, e como as pessoas acabaram apontando nas entrevistas, passaram-se mais de cinco anos após a mudança para a nova cidade e ainda

não foram cumpridas as obrigações que o consórcio deveria observar e cumprir no momento da realocação da cidade.

Um outro aspecto dessa questão que envolve a melhoria das condições ambientais na nova cidade ficou registrado no Termo de Compromisso (2002) através do item C 1.6 que trata do assunto referente à estação de tratamento de resíduos sólidos na cidade. Dessa forma, o texto que trata desse item indica que através de visitas a outros contextos que já dispõe de um trabalho de conscientização ambiental sobre tal temática, indicando as informações obtidas junto ao “Fórum Estadual Lixo & Cidadania”, o consórcio então se comprometeu a realizar atividades de conscientização da comunidade local, assim como procedeu a um levantamento da quantidade e qualidade do lixo produzido na nova cidade, assim como no distrito de Quatituba e na área rural do município. Sendo assim, como o Termo de Compromisso (2002) indica, a implantação da estação de tratamento de lixo se daria a par da:

[...] adoção dos conceitos de gestão integrada e participativa de resíduos sólidos urbanos e de ‘unidade de tratamento’, dotada de equipamentos necessários, inclusive para compostagem, além de aterro sanitário. Fica entendido que todo o trabalho, até a solução física final, ocorrerá sob responsabilidade do **CONSÓRCIO**, que é o responsável pela solução perante a **PREFEITURA**. (TERMO DE COMPROMISSO, 2002, p. 18).

A entrevista realizada com o atual prefeito de Itueta, ocorrida no final do ano de 2010 demonstrou que ainda não estava em operação nenhuma das atividades previstas pelo consórcio, conforme indicado acima. Além disso, o mercado municipal, o terminal rodoviário, bem como o abatedouro também foram apontados no Termo de Compromisso (2002) como instalações novas que a cidade passou a ter, mas que ainda não tiveram seu funcionamento efetivado.

Em relação ao assunto da recuperação do trecho interrompido da estrada que margeava o rio Doce na parte norte do município, ficou estabelecido através do item C 2 do Termo de Compromisso (2002) que o consórcio recuperaria o trecho com extensão aproximada de 26 Km, no trajeto ligando a localidade de Barra do Juazeiro até a estrada vicinal que margeará o lago e, ainda, ligando Córrego São Simeão até Barra do Santo Antônio, localidades na parte norte do município de Itueta.

No entanto, conforme entrevista com vários moradores da nova cidade e com proprietários na parte norte do município essa possibilidade de recuperação da estrada não se efetivou, pois o prefeito optou pela troca da reconstrução do trecho interrompido da estrada pela aquisição de máquinas, equipamentos agrícolas, ambulâncias, dentro outros bens. O prefeito afirmou ter sido aprovado pela câmara de vereadores tal decisão, que considerava mais apropriada para a população.

O Termo de Compromisso (2002), no item D que trata “Das Decisões e Considerações Finais” na parte 4, faz referência que de acordo com as demandas da prefeitura e da Associação de Moradores, o consórcio se comprometeria a continuar negociando com a população da área rural do município, na tentativa de conseguir as mesmas condições de negociação verificada na área urbana do município. Assim estabeleceu que:

[...] Ainda a propósito da comunidade rural, o **CONSÓRCIO** assume avaliar com cuidado o atendimento às necessidades dos colonos e agregados das áreas rurais atingidas, evitando, na medida do possível, a transferência pura e simples dessa população para a área urbanizada da **NOVA CIDADE DE ITUETA**. (TERMO DE COMPROMISSO, 2002, p. 23).

A partir das narrativas dos entrevistados, percebeu-se que há um distanciamento muito grande em relação às medidas compensatórias indicadas pelo consórcio e as ações concretas efetivadas em diversas situações referentes à situação da população, tanto na parte urbana quanto na parte rural do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre as representações sociais dos moradores de Itueta é permeada pelo complexo “jogo” de relações de poder que se dão entre os agentes conformadores da lógica de reprodução do capital, destacando-se nesse contexto, o papel que o Estado assume ao fornecer subsídios para que a reprodução capitalista se desenvolva aos moldes de geração de lucros cada vez maiores.

As novas territorialidades construídas pelo setor elétrico representado pelo consórcio da UHE-Aimorés traduzem, no caso da população de Itueta, aspectos que se baseiam na desestruturação de um modo de vida particular que os habitantes de Itueta construíram no lugar.

O passado e a memória da velha Itueta remetem às práticas e relações sociais, culturais, etc. que se dão na nova cidade. Para tanto, os elementos do cotidiano da antiga cidade compõem o imaginário de seus habitantes que buscam reviver as mesmas práticas que se davam na velha cidade. Sob esse ponto de vista, o principal objetivo dessa pesquisa foi refletir sobre como a nova cidade de Itueta é construída e vivida por seus habitantes, abordando as principais questões vivenciadas pelos moradores dessa nova cidade.

Dessa forma, o que se percebeu diante dos relatos apontados pelos entrevistados e através de documentos, como o Termo de Compromisso (2002) corrobora o que a bibliografia que trata de deslocamentos compulsórios relata em relação às populações atingidas por tais empreendimentos. Em Itueta, as particularidades da forma de implantação da nova cidade, realizada pelo consórcio formado pela VALE e CEMIG, ajudam a compreender os elementos das representações sociais da população.

As narrativas dos moradores de Itueta demonstraram a importância da história construída no/com o lugar que foi a velha cidade. As referências ao cotidiano e às suas principais paisagens demonstraram os significados do enraizamento

com aquele espaço. Os moradores de Itueta também enfatizaram os elementos que atuaram na construção da identidade com aquele lugar.

Conforme apontamentos de Hall (2007) sobre o processo de construção da identidade, pensar como essa construção é alterada ou toma “novos rumos” é realizar uma reflexão que leve em conta a perspectiva de agregação dos elementos que conjuntamente permeiam as falas, os imaginários, as experiências, etc. da população ituetaense. Nesse sentido, dentre os elementos apontados como referência identitária para os moradores de Itueta, a Igreja Católica foi o principal, por ter sido considerada como um símbolo da velha cidade por vários moradores.

De acordo com as narrativas dos moradores, a construção da igreja católica na nova cidade não foi adequada aos anseios das pessoas, haja vista que a característica arquitetônica da igreja construída era completamente diferente da antiga. Os entrevistados demonstraram também a existência de problemas na infra-estrutura da igreja, o que contribuiu para que fosse requerida a construção de um novo templo. Essa nova construção resultou, como se pode perceber pelas imagens mostradas⁶⁰, na reprodução da antiga igreja na nova cidade.

Também o rio Doce se constituiu num desses espaços de referência para a população, e que já não se faz mais presente na nova cidade como referência identitária. O rio era um elemento do cotidiano das pessoas, com seus múltiplos significados, utilizado para pesca, para banhos, para o cultivo agrícola, para a travessia para a parte norte do município, para o lazer da garotada e, além disso, era o orgulho de muitos, que o admiravam bem como o respeitavam.

Nesse sentido, a perspectiva de análise do cotidiano em Itueta, a partir dos pressupostos trazidos por Mesquita (1997), traduzem as representações que os moradores têm acerca das interações que se davam e que se dão no palco da cotidianidade dos lugares construídos pela população de Itueta. As narrativas dos moradores demonstraram que os espaços de representação

⁶⁰ Figura 32 e Figura 35.

conformam novas territorialidades a partir de uma vida cotidiana marcada pela perda de vários elementos que eram referências nos territórios do cotidiano na velha Itueta, como a igreja católica, a beira-rio, a estrada de ferro, etc.

Por outro lado, a vida cotidiana na nova cidade é caracterizada pela busca de construção de novos laços de solidariedade que foram desestruturados, como foi bastante frisado pela população ao se referir sobre o distanciamento/afastamento dos vizinhos. A construção de identidade e a vivência das práticas sociais que marcam a cotidianidade na nova Itueta refletem a dialética do que foi e do que a população anseia vivenciar, destacando-se nesse contexto a referência à praça da nova cidade, assim como outros espaços, que segundo vários entrevistados, são espaços que ainda não foram apropriados pela população e que se caracterizam pela ausência de elos afetivos por parte das pessoas.

Um outro aspecto que também se configurou como núcleo central nas representações dos moradores foi a questão da memória da velha Itueta, tendo sido mencionado pelos entrevistados a necessidade de ter sido feito um trabalho de resgate dessa memória. Algumas narrativas indicaram, por exemplo, o descuido e a falta de um tratamento adequado por parte do consórcio em relação a esse aspecto requerido pela população.

De forma pontual o consórcio procedeu à construção de um museu na nova cidade como a réplica da estação ferroviária da antiga Itueta, numa espécie de simulacro, que para os moradores não atendeu aos seus anseios de resgate da memória da velha Itueta. Além disso, foi indicado nas entrevistas que o consórcio procedeu a uma exposição de fotografias da antiga cidade, conseguidas com os próprios moradores, que por sua vez, reclamaram do sumiço dessas fotos, pois muitas delas foram emprestadas e não foram devolvidas.

No que diz respeito à tentativa de retorno das práticas socioespaciais da velha cidade, os moradores destacaram o anseio de se ter reconstituídas suas antigas bases materiais, destacando-se particularmente, a dinâmica comercial

que a cidade perdeu com o afastamento da população rural da parte norte do município.

As territorialidades engendradas com o deslocamento da população para a nova cidade deu origem a uma desestruturação entre a parte norte e sul do município, que ficou evidenciado a partir dos relatos da população acerca do aumento da distância entre essas duas partes. Somado a essa questão, tem-se implicações políticas em relação à gestão do território “dividido” sob duas lógicas diferenciadoras e que promovem uma espécie de segregação socioespacial.

A esse respeito, a população rural denunciou a falta de ações em prol da melhoria das condições de mobilidade, no que diz respeito principalmente, à perda de um trecho da estrada beira-rio, que desempenha um papel importantíssimo para o deslocamento da população e da produção agrícola dessa parte do município. Além disso, foram apontadas as perdas das bases/fontes de reprodução dessa população rural, que sofreram impactos negativos com alagamentos de terras férteis próximas às margens do rio Doce.

No tocante ao processo de deslocamento para a nova cidade, foram estarrecedores os relatos dos moradores sobre as diversas modalidades de violência, simbólica e material praticadas com o intuito de garantir a transferência rápida da população. Mecanismos de todos os tipos foram implementados para se proceder ao deslocamento compulsório da população de Itueta.

Uma das principais estratégias usadas foi a doação de casas sociais às pessoas que moravam de aluguel na antiga cidade, o que gerou uma desarticulação no movimento de moradores contra a forma de negociação encaminhada pelo consórcio. Outro mecanismo adotado e alvo de várias reclamações pelos entrevistados foi a separação dos antigos vizinhos e conseqüente desmobilização da população, que fez referências aos espaços vazios da nova cidade, como a praça, a igreja, etc. o que denuncia a efetivação

de práticas danosas ao convívio social de uma comunidade que eram bastante coesa, como relatado pelos moradores.

A negociação efetuada pelo consórcio com os moradores foi evocada através dos relatos de vários tipos de arbitrariedades que foram cometidas. O Termo de Compromisso (2002) reuniu todas as reivindicações negociadas entre moradores e consórcio e que deveriam ser cumpridas antes mesmo do deslocamento da população. No entanto, as ações engendradas pelo consórcio consubstanciam o que Bermann (2007, p. 142) mostrou sobre a lógica que empreendimentos hidrelétricos promovem: “[...] o deslocamento forçado dessas populações, acompanhado por compensações financeiras irrisórias [...] não assegurou a manutenção das condições de vida anteriormente existentes [...]”.

Em Itueta, assim como em outras partes do Brasil, e destacado por Mesquita (2004), a lógica capitalista se reproduz de uma forma ampla através das mesmas formas de se consolidar, gerando além da perda da biodiversidade local, os laços e tecituras da trama social, econômica, política e cultural de um determinado lugar. O Termo de Compromisso (2002) como já citado destaca essa situação, já que as reivindicações que nele se inserem são manifestações da população no que diz respeito às perdas anteriormente evocadas por Mesquita (2004).

Em relação às alternativas apresentadas pelo consórcio como medidas compensatórias das desestruturações realizadas, foram pontuadas pelos moradores, a instalação de novos equipamentos urbanos, muitos dos quais nem sequer chegaram a ser inaugurados. Outra situação emblemática foi a criação de um setor industrial, desconsiderando-se a realidade econômica local, em contraposição às perdas de formas tradicionais de sustento que não puderam ser reconstituídas na nova cidade como apontaram os moradores.

Portanto, as narrativas dos moradores de Itueta demonstram a urgência da construção de um projeto social que de fato contemple os interesses das populações atingidas. As suas reivindicações perpassam a busca pelo direito

ao lugar, como condição de se efetivar novas práticas socioespaciais que sejam satisfatórias aos anseios dos moradores.

A nova cidade de Itueta se configura como a expectativa que os moradores têm de que se tenha uma gestão do território que efetivamente contemple os interesses da população, na busca por uma cidade mais arborizada, mais dinâmica e “humanizada”, destacando-se o retorno do convívio social outrora existente entre os moradores e a partir de práticas sociais e culturais gestadas em espaços coletivos efetivamente apropriados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro, FGV, 1990.

_____. **Ouvir contar**. Textos em História oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, A. M. de O. A pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas. In: ALMEIDA, Leda Maria de.; SANTOS, Maria de Fátima de Sousa. (Org.). **Diálogos com a teoria da representação social**. Editora Universitária da UFPE, 2005. p. 117-160.

ALVES, J. M. **Hidrelétrica de Belo Monte: a apresentação de um projeto e as representações sociais que circulam em torno do conceito de desenvolvimento**. Trabalho apresentado na ANPPAS, realizada entre os dias 04 a 07 de outubro de 2010, Florianópolis-SC, Brasil.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília : 2002.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **Relatório ANEEL 2009**. Brasília: ANEEL, 2010. 90 p. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/biblioteca/EdicaoLivros2010relatorioaneel.cfm>> Acesso em: 01 mar. 2011.

ARRUDA, A. **Teoria das Representações Sociais e Ciências Sociais: trânsito e atravessamentos**. Soc. estado. vol.24 no. 3 Brasília set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n3/06.pdf>. Acesso em: 27 Maio. 2010.

ARRUDA, G. (Org.). **A natureza dos rios**: história, memória e territórios. Curitiba: Editora UFPR, 2008. 266 p.

ATLAS DIGITAL DAS ÁGUAS DE MINAS. Atlas Digital das Águas de Minas. Disponível em: <http://www.atlasdasaguas.ufv.br/doce/impacto_ambiental_relevante_na_bacia_do_rio_doce_em_minas_gerais.html>Bibliografia>. Acesso em 01 jul. 2010.

BAETA, L.; LIMA, M. A.; PILÓ, H. As Primeiras Entradas nos Sertões do Rio Doce. Do século XVI ao século XIX. In: REZENDE, M.; ÁLVARES, R. (Org.). **Era tudo Mata**: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte. MG: CHA, 2009. p.14-26.

BANCHS, M. A. Representaciones sociales y subjetividad. In: FURTADO, O.; REY, F. L. G.; (Org.). **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 43-64.

BERMANN, C. **Impasses e controvérsias da hidreletricidade**. ESTUDOS AVANÇADOS 21 (59), 2007. Disponível em: www.Scielo.br/pdf/ea/v21n59/a10v2159.pdf. Acesso em: 01 mar. 2011.

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**, RJ: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

BOSI, E. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALDEIRA, V. "História de Botocudo": o povo Krenak na região do vale do rio Doce. In: REZENDE, M.; ÁLVARES, R. (Org.). **Era tudo Mata**: o processo de colonização do Médio rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009. p. 42-61.

CARA, R. B. Territórios de lo cotidiano (pontos de partida para la reflexión). In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, C. E. (Org.). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC, 1995. p. 67-75.

CBH - Rio Doce – **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce**. Disponível em: <<http://www.riodoce.cbh.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2010.

CEMIG. Companhia Energética de Minas Gerais. **As principais Usinas**. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/pesquisa_escolar/principais/usinas_cemig.asp#>. Acesso em: 14 Jun. 2009.

COELHO, A. L. N. **Modelagem hidrológica da bacia do rio doce (MG/ES) com base em imagens srtm (Shuttle Radar Topography Mission)**. In: Caminhos de Geografia, Uberlândia v. 8, n. 22 set/2007 p. 116 – 131. Disponível em: <www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=918&artic>. Acesso em: 01 jul. 2010.

COMISSÃO ESPECIAL "ATINGIDOS POR BARRAGENS". Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07,05/07. **Relatório Síntese**. Campo Grande (MS): 2010. Disponível em: <<http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/institucional/encontros/xi-encontro/legislacao/relatorio-sintese-cddph>> .Acesso em: 04 mar. 2011.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**, RJ: EdUERJ, 1998. p. 92-123.

COSTA, I. T. M.; GONDAR, J. (Org.). **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

COSTA, P. R. B. da. **A Usina Hidrelétrica de Aimorés e a Desterritorialização em Itueta, MG**. 2006. Monografia (Especialização em Ciências Humanas e Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-graduação Lato Sensu - PROESP, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

_____. **Diagnóstico Preliminar da Implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés, Minas Gerais**. 2004. Monografia (Bacharelado em Geografia) -

Departamento do Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

CREMA, A. O. **A cidade dos “afogados”**: a memória, a história e a luta pelo direito à cidade de Nova Ponte. 2005. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CRUZ, V. do C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: JÚNIOR, S. C. da Trindade.; TAVARES, M. G. da Costa. (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 49-69.

DOCUMENTO DE VISÃO ESTRATÉGICA: **Programa Vale Mais – Itueta: 2006-2026**. Rio de Janeiro: Agenda 21, 2008.

EIA – Estudo de Impacto Ambiental. **UHE Aimorés**. IESA Internacional de Engenharia S.A. Belo Horizonte, fevereiro de 1998.

FERRARA, Lucrecia D’Alessio. **Os significados urbanos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000.

FLICK, U. **Uma Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FURTADO, O.; REY, F. G. (Org.). **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre a teoria sócio histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed., 13. reimpr. – Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323p.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.169-190.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da. (Org.); HALL, S.; KATHRYN, W. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 103-133.

HOLZER, W. Paisagem, Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.149-168.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/defaulttab_agregado.shtml> <[tmftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/Agregado_por_Setores_Censitarios](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/Agregado_por_Setores_Censitarios)>. Acesso em: 10 jun. 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010. Agregados por setores Censitários**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010: Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

JODELET, D. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais.** 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01026992200900030004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Maio. 2010.

LEMOS, M. T. T. B.; MORAES, N. A. de. (Org.). **Memória e construções de Identidades.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

MAB - Movimento de Atingidos por Barragens. **Barragem de Aimorés viola direitos dos pescadores.** Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/?q=noticia/barragem-aimor-s-viola-direitos-dos-pescadores>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

MAB - Movimento de Atingidos por Barragens. **Mais barragens e milhares de novos atingidos em todo o Brasil.** Jornal do MAB. Nº 15. Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/materiais/jornal_mab_1110.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2010.

MACIEL, C. **Espaços Públicos e Geo-Simbolismos na “Cidade-Estuário”:** Rios, Pontes e Paisagens do Recife. [s.d.]. Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/29/1>. Acesso em: 10 jun. 2009.

_____. **Morfologia da Paisagem e Imaginário Geográfico:** uma encruzilhada onto-gnoseológica. 2000. Disponível em: http://www.uff.br/geographia/rev_06/caio6.pdf. Acesso em: 17 Nov. 2009.

MARTINS, C. (Org.). **Patrimônio cultural:** da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006, 198 p.

MESQUITA, H. A. - **As barragens para aproveitamento hidrelétrico (AHE): A mais recente ameaça ao bioma cerrado.** Revista da UFG, Vol. 7, No. 01, 2004. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/G17_barragens.html>. Acesso em: 23. Maio. 2010.

MESQUITA, Z. Cotidiano ou quotidiano? In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. E. (Org.). **Territórios do cotidiano:** uma introdução a novos olhares e experiências Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/ED. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. p. 12-26.

MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. E. (Org.). **Territórios do cotidiano:** uma introdução a novos olhares e experiências Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/ED. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. 206 p.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais:** investigações em psicologia social. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 404 p.

NEVES, A. J. **Lugar da memória e espaço da construção do lugar. Itueta/MG:** uma cidade e duas partes. 2009. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2009.

PETERSEN, S. R. F. O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. E. (Org.). **Territórios do cotidiano**. 1995. p. 30-39.

REY, F. G. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**: os processos de construção da informação. Tradução Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

REZENDE, M.; ÁLVARES, R. Itueta: Passado e Futuro. In: _____. **Era tudo Mata**: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte, MG: CHA, 2009. p. 174-216.

_____. **Era tudo Mata**: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte, MG: CHA, 2009.

RIBEIRO, N. B. et. al. **Becos da memória, Desenhos da Cidadania** – Pedreira Prado Lopes: a vila no trajeto de sua história oral. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2001.

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental. **UHE - Aimorés**. IESA Internacional de Engenharia S.A. Belo Horizonte, 1998.

SANTOS, M. de F. de SOUZA.; ALMEIDA, L. M. (Org.). **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SANTOS, S. M. S. B. M. **Lamento e dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 279 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufpa.br/arquivos/teses/teseTurma2003SoniaSantos.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

SAUER, C. O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**, RJ: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SERPA, A. **Por uma Geografia das representações sociais**. 2005. Disponível em: <http://www.esplivre.ufba.br/artigos/AngeloSerpa_Olam5_2005.pdf>. Acesso em 01 jun. 2010.

_____. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto. Salvador, BA: EDUFBA, 2007. 205 p.

SILVA, F. B. **Planejamento Regional/Territorial: a interface entre os Planos Diretores de Aproveitamentos Hidrelétricos e os Planos Diretores Municipais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, 2007. Disponível em: <http://www.btdt.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1406>. Acesso em: 04 mar. 2011.

SIPOT. Sistema de Informações do Potencial Hidrelétrico Brasileiro. Disponível em: <eletrobras.com.br/EM_Atualizacao_SIPOT/sipot.asp>. Acesso em: 01 mar. 2011.

TERMO DE COMPROMISSO PARA REALOCAÇÃO DA CIDADE DE ITUETA. Itueta, Minas Gerais, 17 de Setembro de 2002. 24 p.

TRAAI - Rio Doce - Termo de Referência de Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia Hidrográfica do rio Doce. Disponível em: <www.epe.gov.br/.../Documents/.../TR%20AAI%20Rio%20Doce.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2011.

TUAN, Y. Topofilia: **um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1974.

ZITZKE, V. A. **A Rede Sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 2007. Tese de doutorado. Programa de doutorado interdisciplinar em ciências humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. 2007. Disponível em: <<http://www.iris.ufsc.br/pdf/tese-Valdir.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2010.

_____. **O deslocamento compulsório das famílias atingidas pela UHE de Estreito na perspectiva das redes sociotécnicas**. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT14-612-1041-0100903222134.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2010.

ANEXOS

Anexo A – Questionário aplicado com a população de Itueta, MG.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

NOME:
SEXO:

IDADE:
PROFISSÃO:

Tempo de moradia na antiga Itueta:

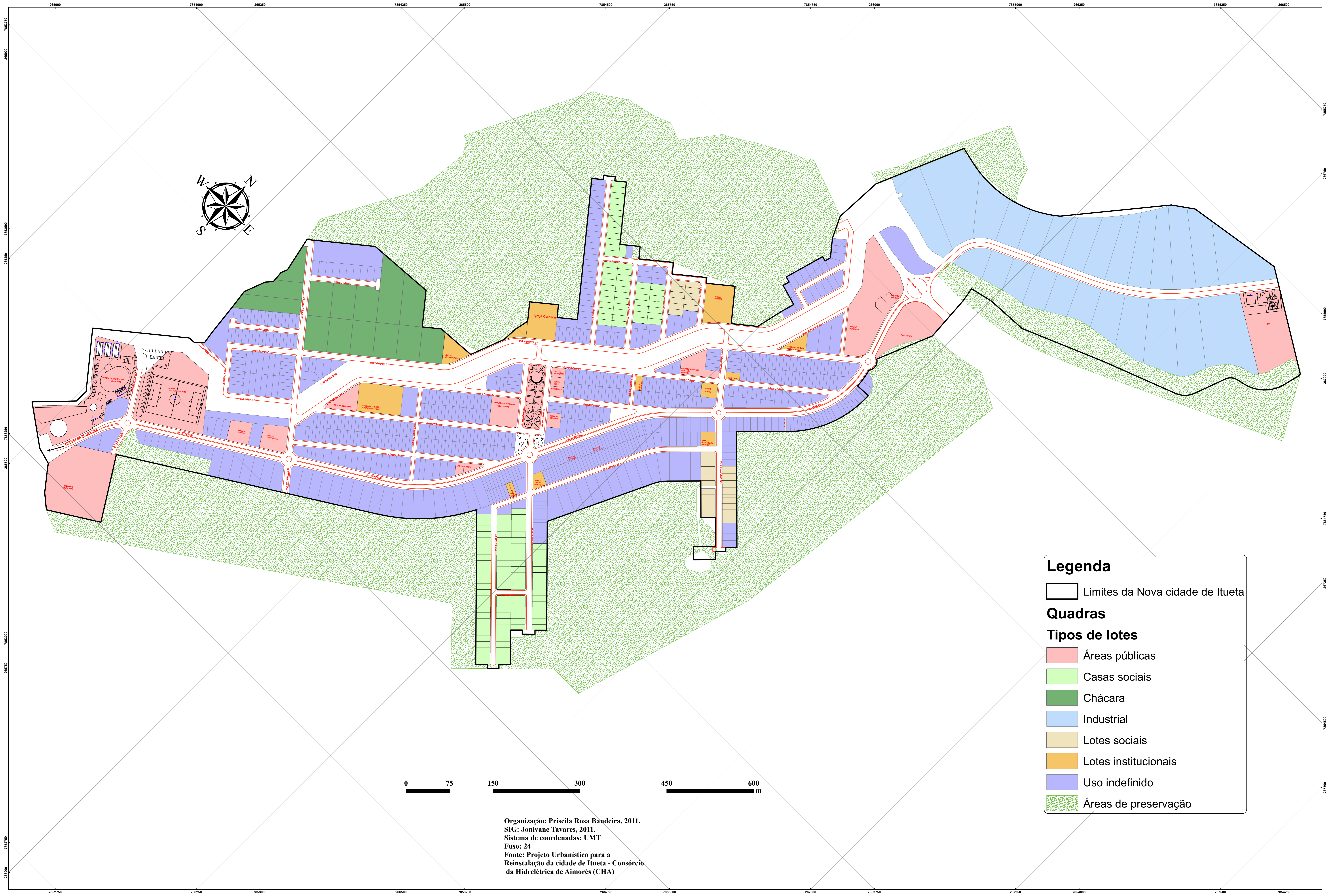
Tempo de moradia na nova Itueta:

- 1- O que você acha da usina hidrelétrica de Aimorés?
- 2- Como foi mudar da velha para a nova cidade de Itueta?
- 3- Houve mobilização contrária à mudança para a nova cidade? Como isso ocorreu?
- 4- Na transferência da velha para a nova Itueta, o que foi prometido pelo consórcio que não foi cumprido? E por que você acha que não foi cumprido?
- 5- O que você considera que mais afetou as pessoas ao mudarem para a nova cidade? Por quê?
- 6- Morar na velha Itueta significava:
- 7- Que paisagens você se recorda da antiga cidade? Por quê?
- 8- O que você mais sente saudades da velha cidade? Por quê?
- 9- Escolha uma palavra para representar o que a velha Itueta significa para você:
- 10-O que você acha da nova cidade?
- 11-O que a cidade nova tem de bom?
- 12-O que a cidade nova tem de ruim?

- 13-Que paisagens te chamam atenção na nova Itueta? Por quê?
- 14-Em sua opinião o que deveria ser mudado na nova cidade? Por quê?
- 15-Resuma em uma palavra o que a nova cidade de Itueta significa para você:
- 16-Levando-se em conta os aspectos negativos e positivos da velha e nova Itueta, qual delas você acha melhor? Por quê?
- 17-Como era o cotidiano na velha Itueta e como é na nova?

Anexo B

TIPO DE LOTES DA NOVA CIDADE DE ITUETA



Organização: Priscila Rosa Bandeira, 2011.
SIG: Jonivane Tavares, 2011.
Sistema de coordenadas: UTM
Fuso: 24
Fonte: Projeto Urbanístico para a
Reinstalação da cidade de Itueta - Consórcio
da Hidrelétrica de Aimorés (CHA)